

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

ELAINE CHAVES

**O Surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e
mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2013

ELAINE CHAVES

O Surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha: Teoria da Variação e Mudança

Orientadora: Dra. Jânia Martins Ramos

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2013

C512s

Chaves, Elaine.

O surgimento do português brasileiro
[manuscrito] : mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas
no Brasil, séculos 18 e 19 / Elaine Chaves. – 2013.
250 f., enc. : il., tabs., graf., p&b., color.

Orientadora: Jânia Martins Ramos.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Teoria da Variação e Mudança.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: 179-196.

Anexos: f. 197-250.

1. Língua portuguesa – Brasil – História – Séc. XVIII-
XIX – Teses. 2. Língua portuguesa – Gramática histórica –
Teses. 3. Língua portuguesa – Preposições – Teses. 4.
Mudanças linguísticas – Teses. 5. Jornais brasileiros – Ouro
Preto (MG) – História – Séc. XIX – Teses. I. Ramos, Jânia
Martins. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

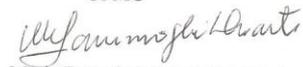
O Surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19

ELAINE CHAVES

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Linha 1A - Estudo da Variação e Mudança Linguística.

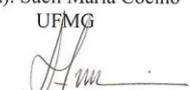
Aprovada em 30 de julho de 2013, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Jania Martins Ramos - Orientador
UFMG


Prof(a). Maria Eugenia Lammoglia Duarte
UFRJ


Prof(a). Emilio Gozze Pagotto
UNICAMP


Prof(a). Sueli Maria Coelho
UFMG


Prof(a). Mônica Guicero Ramalho de Alkmim
UFOP

Belo Horizonte, 30 de julho de 2013.

Ao Daniel

Aos meus pais Anicio e Ivonete

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Linguística (Poslin) pelo atendimento à solicitações feitas e pelo acompanhamento durante todo o processo de doutoramento.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas concedidas aqui no Brasil e no exterior para o estágio sanduíche na Universidade de Lisboa.

Agradeço à Professora Dra. Jânia Ramos por mais uma vez ter me aceitado como sua orientanda, por ter me acompanhado por todo esse processo com muita dedicação, atendendo sempre rapidamente todas as minhas solicitações. Serei sempre grata a sua generosidade, confiança e ao respeito ao meu tempo de amadurecimento de ideias. Por meio da sua objetividade e do seu entusiasmo tornou possível a finalização desta tese. Serei sempre grata.

Agradeço à Professora Dra. Rita Marquilhas por ter atendido prontamente o meu pedido de estágio sanduíche e por manter dialogo constante ao longo dos seis meses que lá estive. Agradeço fundamentalmente a sua generosidade nas indicações bibliográfica e por ter cedido inúmeras cartas escritas por portugueses e brasileiros pertencentes ao seu projeto que ainda não estavam disponíveis para consulta pública.

Agradeço às contribuições fundamentais das professoras Marilza Oliveira e Sueli Coelho, integrantes da banca de avaliação do Exame de Qualificação.

Agradeço a todos os professores da casa por terem contribuído direta ou indiretamente para este processo.

À professora Ana Maria Martins que, tanto em sua disciplina quanto nos encontros fora de sala de aula, foi profundamente presente contribuindo com referências bibliográficas e discutindo questões teóricas e metodológicas pertinentes a esse trabalho.

À Professora Manuela Ambar por me aceitar em seu curso de sintaxe e por suas fundamentais contribuições.

Ao Professor Renato Pinto Venâncio pelas indicações bibliográficas e sugestão para o título.

À Professora Mônica R. G. Alkmim por ter sido ao longo de toda a minha formação acadêmica e também deste período colega de trabalho e de publicações. Nunca deixarei de agradecê-la por ter me apresentado os estudos sociolinguísticos e por ter me ensinado, com muito rigor, o que é fazer pesquisa.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor, do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima (*in memoriam*) que me propiciou acesso irrestrito ao Acervo Histórico Monsenhor Horta e delegou a mim a responsabilidade de tutorar todos os alunos do curso de Letras que se interessassem em utilizar a documentação deste Acervo em seus projetos de pesquisa, enquanto fui aluna desta instituição. Falecido poucos dias após a defesa desta tese, não foi possível entregar-lhe, como fiz com meu relatório de iniciação científica, monografia e dissertação de mestrado, uma cópia deste trabalho.

Às representantes da Casa Setecentista de Ouro Preto, Suely Maria Perucci Esteves e Carmem Silva Lemos, que com muita paciência me receberam e me orientaram no que foi preciso.

À todos os membros da Biblioteca Nacional de Lisboa que me auxiliaram prontamente em minhas pesquisas.

À Vivian Canella Seixas, ex-orientanda e colega de aventuras pelo Fundo Barão de Camargos, por ter contribuído com parte das cartas utilizadas e informações sobre seus escreventes constantes da dissertação à época ainda não defendida.

À amiga Juliana Costa Moreira com quem divide todas as alegrias, preocupações e dificuldades no período sanduíche. Sem poder contar com ela certamente este período seria um pouco menos leve. Agradeço imensamente a amizade e a compreensão que a mim foi dedicada por ela.

À amiga Elizete Souza pelo companheirismo constante.

À amiga Mannuella Luz de Oliveira Valinhas pelo companheirismo, pela dedicação e empenho em deixar mais leve o período final da escrita e por ter ouvido os meus desabafos.

Ao amigo Moacir de Castro Maia pelas longas conversas sobre história, pelo companheirismo e pela profunda generosidade.

Aos amigos Marcelo Godoy, Lidiany Silva Barbosa e à pequena Antônia, sempre presentes.

Aos amigos Isabel Cristina Leite, Alessandra Santos, Rafael Freitas Santos, Cláudia Chaves e Rogério Barbosa por me proporcionarem momentos fundamentais de alegria e de discussão que em muito contribuíram para a conclusão do processo.

Aos meus pais por tudo o que fizeram por mim até hoje. Devo a eles todas as minhas conquistas. Devo a eles, de forma incondicional, a minha vida.

Às minhas irmãs, Elisângela e Erica, pelo apoio constante, pelo companheirismo e pelo incentivo. Compartilho com vocês todas as minhas vitórias como vocês compartilham comigo as suas. Agradeço também aos meus cunhados, Ricardo e Wagner, sempre presentes.

Aos meus sobrinhos Pedro Ivan, Maria Luiza, Fernando e Lucas pela alegria de viver.

À Clara Helena, Antonio Carlos, Dona Nilda, Luciana e Rafael por serem minha segunda família e por, mesmo longe, sempre me apoiarem.

Ao Nelson e ao Gilson pelo carinho.

Ao Daniel, meu mais dileto companheiro de toda vida. Muito obrigada pela força, principalmente, durante os seis meses em que estive em Lisboa. Muito obrigada pela

paciência, companheirismo, encorajamento e principalmente por nunca ter me deixado fraquejar, mesmo nos momentos em que as dificuldades mostravam-se com maior evidência.

Finalmente, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a efetivação deste trabalho.

“Certamente, estes novos traços gramaticais entram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. E isso também não significa dizer que nossa evidência se encontra enviesada pelos dados. Certamente que não! Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E neste sentido fica comprovado quão importante é o exame de dados linguísticos à luz de evidências sociais.”

Fernando Tarallo (1993, p. 99)

Resumo

Com o objetivo de contribuir para a interpretação do *actuation problem*, buscamos resposta para duas questões: Por que as mudanças ocorrem em um dado momento no tempo e não em outro momento? E por que em um determinado lugar e não em outro? Identificamos uma mudança linguística, ao analisar o uso das preposições [a] e [para] em complementos verbais cliticizáveis. Verificamos que um perfil de mudança começa a se delinear na primeira metade do século XIX e (quase) se completa na primeira metade do século XX. Nossas amostras foram extraídas de cartas pessoais, além de cartas de leitores e notícias publicadas em jornais da cidade Ouro Preto (Brasil). Documentamos, assim, uma mudança linguística, identificando-se um local e momento determinados. Argumentamos que esta datação da mudança está vinculada a um fato ocorrido neste período de tempo: nos anos 40 do século XIX em Ouro Preto teve lugar uma ampliação do número de jornais e, concomitantemente, uma diversificação do modo de funcionamento e número de redatores em Ouro Preto. Desse modo, por meio da imprensa periódica, novos agentes passaram a divulgar seus textos e neles sua gramática, isto é, seu conhecimento da língua materna. Assim, a manifestação na escrita da(s) gramática(s) dos novos escreventes é o que foi capturado nos perfis de natureza quantitativa, comprovando a mudança linguística acima referida. Outras amostras foram também utilizadas nesta pesquisa: cartas pessoais, cartas de leitores e notícias de jornais de Lisboa do mesmo período de tempo. A análise do uso de preposições [a] e [para] em complementos verbais cliticizáveis mostrou não ter havido mudança linguística neste local. Esse resultado permitiu mostrar que a mudança ocorrida em Ouro Preto não ocorreu em Lisboa. Tal fato nos permitiu verificar que a mudança por nós analisada ocorreu num local e não em outro, o que constitui uma evidência de que a contextualização histórica acima descrita tenha tido, de fato, uma contribuição relevante. A datação da mudança aqui descrita coincide com as datações de outros vários processos de mudança já pesquisados sobre o Português Brasileiro, a partir dos quais se argumenta a favor de que as gramáticas do PB e do PE são diferentes.

Palavras-chave: imprensa periódica, *actuation problem*, Português Brasileiro, mudança linguística, preposição.

Abstract

Aiming to contribute to the interpretation of the actuation problem, we are seeking for the answers of two questions: Why changes occur in a given moment of time and not in another? And why in a given place and not in another? We identified a linguistic change when we analyzed the use of the prepositions [a] and [para] in verbal complements that can be clitized. We noticed that a linguistic change form started to be defined in the first half of the Nineteenth Century and it was (almost) completed in the first half of the Twentieth Century. Our samples were extracted from private letters, in addition to readers' letters and news published in newspapers of Ouro Preto (Brazil). Thus, we documented a linguistic change, identifying an established place and moment. We propose that this established moment is linked to a fact that took place back then: in the 1840's there was in Ouro Preto a growing number of local newspapers and, concurrently, a diversification of their running and in the quantity of copywriters there. That way, by the periodic press, new agents started to spread their texts and their grammar, namely, their knowledge of their mother tongue. Thus, the manifestation of the new writers' grammar was captured in the forms, which had a quantitative nature, proving the linguistic change mentioned above. Other samples were also used in this research: private letters, readers' letters and news published in Lisbon in the same period of time. The analysis of the use of the prepositions [a] and [para] in verbal complements that can be clitized showed that the linguistic change that occurred in Ouro Preto did not occur in Lisbon. This fact enabled us to verify that the linguistic change analyzed by us occurred in a given place and not in another, which constitutes evidence that the historical contextualization had been, in fact, a relevant contribution. The dating of the change described here co-occurs to the dating of many other processes of change about Brazilian Portuguese (BP) already investigated. These investigations support the argument that BP and European Portuguese grammars are different.

Keywords: periodical press, actuation problem, Brazilian Portuguese, linguistic change, preposition.

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

PHPB – Para a História do Português Brasileiro

NC – Não cliticizáveis

C - Cliticizáveis

LISTA DE GRÁFICOS E DIAGRAMAS

Gráfico 1.1: Percentagem do uso de três estratégias de relativização comparado à retenção pronominal em orações principais através do tempo.....	30
Gráfico 1.2: Transitividade verbal de acordo com o período de tempo.....	31
Gráfico 1.3: Frequência de V SN com transitivos diretos, de V SN com bi-transitivos e de retenção pronominal em função de objeto direto em função do tempo.	32
Gráfico 1.4: Frequência de [+a] em função do tempo	33
Gráfico 1.5: Relação do padrão da ordem dos constituintes com o enrijecimento do princípio da adjacência.....	33
Gráfico 1.6: Frequência da ordem de palavras, em perguntas, em função do tempo.	34
Gráfico 3.1: Uso da preposição [a], na amostra completa, no PB e no PE.....	103
Gráfico 3.2: Comparação entre os estudos de Tarallo (1983), Berlinck (1989), Ramos (1992) e E. Chaves (2013).....	104
Gráfico 3.3: Uso da preposição [a] observando apenas a variável não cliticizável, no PB e no PE.....	106
Gráfico 3.4: Uso da preposição [a] observando apenas a variável cliticizável, no PB e no PE	107
Gráfico 3.5: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto não cliticizável, no PB.	108
Gráfico 3.6: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PB.	109
Gráfico 3.7: Uso da preposição [a] no PB, nos contextos cliticizáveis e não cliticizáveis, nos três gêneros textuais.	110
Gráfico 3.8: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto não cliticizável, no PE.	111
Gráfico 3.9: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PE.	111
Gráfico 3.10 (3.6): Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PB.....	114
Gráfico 3.11 (3.8): Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PE.	114
Gráfico 3.12: Uso da preposição [a], no PB e no PE, nos séculos XVIII e XIX, em cartas pessoais.....	116

Diagrama 4.1: Periodização PB X Imprensa Periódica.	127
Gráfico 4.1: Número de títulos publicados em Ouro Preto ao longo do século XIX	135
Gráfico 4.2: Quantidade de anúncios assinados e sem assinatura, no jornal O Universal, em três períodos de tempo.	140
Gráfico 4.3: Quantidade de anúncios assinados e sem assinatura, no jornal A Actualidade, em três períodos de tempo.	141
Gráfico 4.4: Anúncios sem repetições e com repetições, no O Universal.	142
Gráfico 4.5: Anúncios sem repetições e com repetições, no A Actualidade.	142
Gráfico 4.6: Repetições de anúncios por número de edições, nos dois jornais.	143
Gráfico 4.7: Quantidade de cartas de leitores com assinatura e com pseudônimo, no jornal O Universal, em três períodos de tempo.	144
Gráfico 4.8: Quantidade de cartas de leitores com assinatura e com pseudônimo, no jornal A Actualidade, em três períodos de tempo.	144
Gráfico 4.9: Somatório das cartas de leitores com assinatura e com pseudônimo, nos dois jornais.	146
Diagrama 5.1: Periodização PE X Imprensa Periódica.	164
Gráfico 5.1: Distância entre construção da prensa por Gutenberg e a publicação das traduções.	173
Gráfico 5.2: Perfil da manifestação de novas gramáticas em relação à implantação da imprensa e da imprensa periódica.	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1: Jornais mineiros utilizados, por ano de publicação.	59
Quadro 2.2: Jornais portugueses utilizados, por ano de publicação.	60
Quadro 4.1: Resumo da periodização do Português Brasileiro.	123
Quadro 5.1: Resumo das principais periodizações propostas para o PE	161
Quadro 5.2: Relação dos agentes nos periódicos portugueses.	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: Distribuição das preposições [a], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PB.....	94
Tabela 3.2: Distribuição das preposições [para], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PB.	94
Tabela 3.3: Distribuição da preposição [a], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB.....	94
Tabela 3.4: Distribuição da preposição [para], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB.	94
Tabela 3.5: Cruzamento dos fatores tempo tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [a].	95
Tabela 3.6: Cruzamento dos fatores tempo tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [para].....	95
Tabela 3.7: Distribuição das preposições [a], de acordo com o contexto de cliticização/ traço lugar/ pessoa, em cartas pessoais, no PB.	95
Tabela 3.8: Distribuição das preposições [para], de acordo com o contexto de cliticização/ traço lugar/ pessoa, em cartas pessoais, no PB.....	95
Tabela 3.9: Cruzamento dos fatores tempo e contexto de cliticização/ traços pessoa/lugar, em cartas pessoais, no PB, para preposição [a].....	96
Tabela 3.10: Cruzamento dos fatores tempo e contexto de cliticização/ traços pessoa/lugar, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [para].	96
Tabela 3.11: Cruzamento dos fatores contexto cliticizável/traço pessoa/lugar tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [a].	97
Tabela 3.12: Cruzamento dos fatores contexto cliticizável/traço pessoa/lugar tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [para].....	97
Tabela 3.13: Distribuição da preposição [a], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PE.	98
Tabela 3.14: Distribuição da preposição [para], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PE.	98
Tabela 3.15: Distribuição da preposição [a], de acordo com o contexto de cliticização, em cartas pessoais, no PE.	98
Tabela 3.16: Distribuição da preposição [para], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PE.	98

Tabela 3.17: Distribuição da preposição [a], de acordo com o traço pessoa/lugar e o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PE.	98
Tabela 3.18: Distribuição da preposição [para], de acordo com o traço pessoa/lugar e o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PE.	98
Tabela 3.19: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e contexto de cliticização, em cartas pessoais, para a preposição [a], no PE.	98
Tabela 3.20: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e contexto de cliticização, em cartas pessoais, para a preposição [para], no PE.	98
Tabela 3.21: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [a], no PE.	99
Tabela 3.22: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [para], no PE.	99
Tabela 3.23: Cruzamento dos grupos de fatores contexto de cliticização e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [a], no PE.	99
Tabela 3.24: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e contexto de cliticização e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [para], no PE.	99
Tabela 4.1: Número de títulos de periódicos impressos, por quartel de século, em Pernambuco e na Bahia	128
Tabela 4.2: Comparação do número de títulos que circulavam pelas 2 principais freguesias de cada uma das quatro comarcas mineiras: Comarca de Vila Rica, Comarca do Rio das Velhas, Comarca do Rio da Morte e Comarca do Serro Frio, respectivamente.	133

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo 1	29
Mudanças linguísticas no PB: interpretações e interpretações de gráficos	29
1.1 Interpretando perfis resultantes de estudos quantitativos.....	29
1.2. As polêmicas.....	35
1.2.1 Fazer predições sobre a fala a partir da escrita	35
1.2.2 Extrair conclusões sobre mudança a partir da comparação entre escrita e fala	37
1.2.3 Ausência de tratamento equânime ao PB e PE	38
1.3 Dados de fala e escrita: o outro lado da questão	40
1.3 Dados de fala e escrita: o outro lado da questão.....	40
1.4 Respondendo às polêmicas.....	44
1.5 Conclusões.....	47
Capítulo 2	50
Detalhando aspectos metodológicos	50
2.1 Amostra composta por cartas pessoais.....	55
2.2 Amostra formada por textos jornalísticos	57
2.3 Identificação dos informantes: ouvindo as fontes.....	60
2.3.1 Os informantes nas cartas pessoais	62
2.3.2 A identificação dos informantes nos textos jornalísticos	66
2.4 O contexto social e os escreventes.....	71
2.5 Conclusões.....	83
Capítulo 3	84
Resultados	84
3.1 As preposições [a]/[para] em complementos verbais	84
3.1.1 As preposições e as gramáticas dos séculos XVIII e XIX: observando sincronias.....	86
3.2 Definindo variáveis	90
3.3.1 Análise quantitativa: primeiros resultados	92
3.3.2 Análise quantitativa: a história se repete.....	101
3.3.2.1 Hipótese (i): No século XVIII haverá, nas amostras do PE e PB, diferença significativa na frequência do fenômeno linguístico por nós selecionado.....	102
3.3.2.2 Hipótese (ii): Os perfis das mudanças linguísticas do PB no XIX não retratam diferenças entre o PB e o PE, mais sim entre dois momentos do PB.....	104

3.3.2.3 Hipótese (iii): Os textos publicados em jornais no XIX vão apresentar um perfil de mudança igual ou mais acelerado do que as cartas pessoais	107
3.3.2.4 (iv) Existe relação entre a periodização linguística, a inserção de novos agentes da escrita promovida pelo surgimento da imprensa periódica e o perfil de fenômenos linguísticos.....	112
3.4 Conclusões.....	115
Capítulo 4.....	118
A imprensa brasileira e a ampliação de novos agentes no espaço da escrita	118
4.1 Imprensa no Brasil	118
4.1.1 Os primórdios	120
4.1.2 Os novos tempos	120
4.2 A imprensa periódica e a periodização linguística do PB.....	123
4.3 Um estudo de caso: os jornais mineiros	128
4.3.1 O número de títulos.....	129
4.3.2 As epígrafes	135
4.3.3 A estrutura interna do jornal.....	136
4.3.3.1 O Universal.....	137
4.3.3.2 A Actualidade	138
4.3.3.3 Comparações.....	139
4.4 Conclusões.....	146
Capítulo V	148
A Imprensa Periódica em Portugal e a Imprensa na Europa.....	148
5.1 O surgimento da imprensa periódica em Portugal.....	148
5.1.1 As gazetas manuscritas e impressas: o desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal.....	149
5.1.2 O desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa.....	155
5.2 Imprensa Periódica e Periodização linguística do PE.....	160
5.3 Detalhando a inserção de novos agentes na imprensa periódica portuguesa	166
5.4 Reunindo evidências	168
5.4 Correlações	169
5.4.1 Retorno aos primórdios da imprensa.....	169
5.4.2 Comparando datações.....	172
5.5 Conclusões.....	174
Conclusões Finais	177

REFERÊNCIAS	180
Fonte Primária Digital.....	180
Anexo 1	199
Anexo 2	208
Anexo 3	212
Anexo 4	240
Anexo 5	247

INTRODUÇÃO

“Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática.”
Fernando Tarallo¹

Vários estudos sobre o português brasileiro identificaram a segunda metade do XIX como um momento em que várias mudanças sintáticas ocorreram². As diferenças verificadas através de suas análises quantitativas não deixam dúvidas sobre a existência de alterações radicais nos perfis das várias construções. Fernando Tarallo (1993) propõe que esse conjunto de mudanças assinala a emergência³ do Português Brasileiro (PB), uma nova gramática. Esse autor vai além e afirma que, embora a nova gramática provavelmente já estivesse presente antes daquele momento, “as circunstâncias sociais [até então] podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta” (p.99).

Hoje, mais de vinte anos depois, muitos dos pressupostos assumidos naquelas análises foram sendo explicitados e colocados em discussão:

1. Os dados do século XVIII, descritos nas análises quantitativas, retratavam o PE. Portanto, as diferenças entre XVIII e XIX retratam diferenças entre PE e PB, e, por isso, podem ser interpretadas como surgimento do PB.
2. Uma vez que os dados do século XVIII retratam a gramática do PE, então os textos escritos que alimentaram as análises quantitativas seriam ambas amostras legítimas do PE.

¹TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 99.

² Para citar alguns da vasta quantidade de estudos sobre o PB: Cyrino (1996,1997); Tarallo (1993); Galves (1984, 1998, 2003); Nunes (1993); Duarte (1989); Pagotto (1996). É necessário remeter, também, a alguns dos diversos estudos sobre o PB e o PE que enfocaram os distintos usos linguísticos das duas variedades identificando como característicos de suas gramáticas: Ribeiro (1995,1998); Torres e Morais (1993,1995); Duarte (1992, 1993, 1995, 2000); Salvi (1990); Lopes Rossi (1993); Kato e Ribeiro (2005); Castilho (2005); Pagotto (1992, 1993); Cyrino (1993, 1994); Berlinck (1993,2000); Nunes (1991, 1993); Kato (1999); Brito (1998, 2000); Pontes (1987); Galves (1998); Ramos (1992); Kato e Tarallo (1998); Tarallo (1989); Kato e Mioto.

³ Cabe aqui um esclarecimento sobre o uso das palavras emergência e surgimento quando nos referimos ao PB. A palavra surgimento foi adotada no título como uma estratégia de aproximação deste trabalho a outros da História Social da Linguagem que interpretam o final do século XIX como o momento em que surge o PB, como, por exemplo, Botelho e Stolberg (2009), Lins (2009), dentre outros. No entanto, concordamos com o posicionamento de Tarallo (1993) que aponta para a existência da gramática do PB anterior a esse momento, e interpreta o conjunto de mudanças linguísticas identificadas no final do século XIX como resultado da emergência dessa gramática na língua escrita.

3. A gramática do PE, durante todo o século XIX, se manteve sem alterações em relação às construções sintáticas investigadas. Por isso, as diferenças apresentadas nos gráficos são diferenças que se operaram na gramática do PB.

Os pressupostos (1), (2) e (3) foram, nos últimos anos, objeto de intensa discussão no âmbito do *Projeto Para a História do Português Brasileiro*, projeto coordenado por Ataliba Castilho (USP/Unicamp). Alguns resultados desses questionamentos podem ser enumerados:

- (i) reconheceu-se a necessidade de distinguir textos escritos por brasileiros e textos escritos por portugueses, de modo a formar *corpora* distintos;
- (ii) reconheceu-se a necessidade de se trabalhar com manuscritos, editados semidiplomaticamente, de modo a se obter *corpora* mais confiáveis;
- (iii) reconheceu-se, também, a legitimidade de se analisar textos publicados em jornais do século XIX, atentando-se para diferenças geográficas e também para diferenças de gênero, de modo a compor amostras mais simétricas.

Estas três constatações foram transformadas em reorientações metodológicas e disso resultou a formação de *corpora* mais adequados ao tratamento de mudanças linguísticas no PB. Além disso, outro grande projeto, *Tycho Braye*, coordenado por Charlotte Galves (Unicamp), forneceu informações importantes sobre o PE em períodos de tempo passados. Também nele foram organizados *corpora*, identificando-se autores e datações.

Neste novo cenário, torna-se oportuna a retomada de uma questão posta aos pesquisadores brasileiros, desde os anos 1980:

- (A) Por que o conjunto de mudanças se localiza na segunda metade do século XIX e não em outro momento?
- (B) Por que aquele conjunto de mudanças ocorreu no PB e não no PE?

Buscar resposta para as questões (A) e (B) constitui o objetivo geral desta tese. Em outras palavras, nosso interesse é, definindo amostras simétricas, representativas do PB e do PE, buscar resposta para o *actuation problem*.

Contemplando questões concernentes à emergência do que reconhecemos hoje como a gramática do PB, investigamos o que possibilitou a fixação de uma gramática diferente da do PE e como se deu essa fixação. Buscamos identificar as diferentes *circunstâncias sociais*, do século XIX, referidas por Tarallo, que ainda não haviam recebido a devida atenção.

Um trabalho que vise a contemplar questões concernentes ao que reconhecemos hoje como a gramática do PB se torna oportuno na medida em que existem muitas análises de variáveis sociolinguísticas que contemplam o problema do encaixamento, da avaliação e da transição. Ao investigarmos o *actuation problem*, retomamos trabalhos já desenvolvidos colocando-nos uma questão que diz respeito à periodização linguística. Dessa maneira, desvendar o que possibilitou a fixação de uma gramática diferente da do PE e como se deu essa fixação constitui um problema de cunho conceitual e de cunho empírico.

Várias *circunstâncias* vêm sendo consideradas por inúmeros autores como a causa para a fixação de mudanças no final do século XIX. Entre as mais recorrentes temos a diminuição dos analfabetos, a ampliação do número de escolas e o contexto sociopolítico no qual se encontrava o Brasil neste período.

A nossa hipótese é a de que o final do século XIX é o momento em que ocorre uma ampliação do acesso de novos agentes à escrita. E esta ampliação se dá por meio da ação de inovações tecnológicas capazes de promover a difusão de textos escritos. Estamos entendendo, aqui, a imprensa periódica como essa inovação tecnológica. Explicar por que as mudanças sintáticas se manifestam preponderantemente no final do século XIX, e não antes deste momento, constitui nossa principal questão.

O fenômeno linguístico que selecionamos como objeto de estudo é o uso das preposições [a] e [para] em complementos verbais cliticizáveis, isto é, complementos que aceitam paráfrase com o clítico ‘lhe’. Essa seleção decorre do fato de haver encaixamento entre esse fenômeno e aqueles que serviram de base para a proposta elaborada por Tarallo, a saber, não realização lexical de objeto direto, realização lexical de sujeito, novas estratégias de relativização e ordem SV em lugar de VS. Quatro hipóteses nortearam nossa discussão:

- (i) No século XVIII haverá, nas amostras do PE e PB, diferença significativa na frequência do fenômeno linguístico por nós selecionado;
- (ii) Os perfis das mudanças linguísticas do PB no XIX não retratam diferenças entre o PB e o PE, mas sim entre dois momentos do PB;
- (iii) Os textos publicados em jornais no XIX vão apresentar um perfil de mudança igual ou mais acelerado do que as cartas pessoais;
- (iv) Existe relação entre a periodização e a inserção de novos agentes da escrita promovida pelo surgimento da imprensa periódica.

A hipótese (i) deriva da datação apresentada em trabalhos como os de Ribeiro (1998) e Galves (2010). De acordo com essas autoras, o PB se define como gramática amplamente utilizada no final do século XVIII. Sendo assim, é plausível esperar que já no final do século

XVIII encontremos perfis distintos. Para comprovarmos esta hipótese procedemos a um estudo quantitativo comparativo das duas variedades. A hipótese (ii) se apoia na hipótese anterior. Para testá-la comparamos três períodos de tempo. Desse modo, vamos obter informações depreendidas do espriamento da mudança. Tais informações são, entretanto, relevantes para o próprio diagnóstico sobre ter ou não havido mudança.

No que diz respeito à (iii), investigamos a frequência dessas construções sintáticas, e as observaremos em três gêneros textuais distintos, a saber, as cartas pessoais, as cartas de leitores e as notícias, permitindo verificar se o mesmo perfil se apresenta nas duas amostras de cartas e na amostra de notícias, ou não. A hipótese (iv) foi testada, comparando-se os resultados das amostras nos três períodos.

Estas quatro hipóteses permitem traçar um cenário em que a imprensa periódica vai ser focalizada como instrumento social e como instrumento linguístico. Este será o fio condutor desta tese. Nossa abordagem é interdisciplinar, e por isso vamos buscar apoio nas disciplinas de História Social da Linguagem, Linguística Histórica e Sociolinguística Quantitativa.

Na História Social da Linguagem, encontramos espaço para a interpretação de fenômenos sócio-históricos e de fenômenos linguísticos em interação, concebendo os escreventes como agentes sociais e linguísticos, e a imprensa periódica como um espaço de manifestação desses agentes. Essa interpretação se dá por meio do caráter social, político e histórico da linguagem e, como afirma Ribeiro (1995), por considerarmos que “o fato de que seus usos (língua) e mudanças não aparecem mais como fruto do acaso, ou da ignorância, mas marcados por fortes níveis de tensão”. Por meio dessa tensão serão estabelecidas relações entre a Linguística Histórica e a Sociolinguística.

A Linguística Histórica se dedica às línguas de um mesmo grupo observando as suas regularidades e a sua evolução ao longo do tempo. De acordo com Paixão de Souza (2006, p. 16)

A recomposição (ou reconstrução) das etapas passadas em cada ramo de cada família de línguas se baseava fundamentalmente em fatos estruturais disponíveis para a observação – provavelmente processos morfológicos ou fonológicos tais como os exemplificados no quadro acima.

Também não estamos tratando da visão estruturalista do início do século XX, muito embora seja neste período que se funda a distinção entre sincronia e diacronia que, em outra instância é considerada neste trabalho. Mas é no que Paixão de Souza (2006) chamou de *contra-herança do estruturalismo* que tratamos a relação tempo, história e língua

características da Linguística Histórica, buscando, na tradição variacionista, que trata a língua como um objeto multi-sistêmico, e na tradição gerativista, por meio de sua concepção de língua e mudança linguística, o tratamento adequado para estudos em diacronia.

Essa abordagem é utilizada como estratégia de aproximação entre este trabalho e os trabalhos com os quais dialogaremos principalmente no capítulo um. O conceito de mudança linguística que adotaremos aqui é o mesmo utilizado pela maioria dos estudos que fundamentarão esta tese. Por estarmos assumindo que o PB e o PE constituem gramáticas distintas, temos que considerar mudança linguística como a substituição de uma gramática por outra devido a uma variação paramétrica. Criamos, assim, vínculo teórico e interpretativo com tais estudos. O que diferirá o nosso trabalho dos outros com os quais dialogaremos é o fato de que, em muitos deles, é que não nos dedicaremos ao estudo da variação paramétrica, mas assumiremos estes pressupostos para mostrar as distintas gramáticas.

Acompanhando Vitral e Viegas, vamos fazer uma distinção entre inovação na língua e mudança linguística. A inovação decorre de reanálise e diz respeito ao surgimento de uma nova construção. A mudança diz respeito ao perfil curvilíneo que uma variação adquire cujo resultado seria o desaparecimento de sua concorrente (isto é, a outra variante).

Nos textos resenhados sobre mudança no Português Brasileiro o termo mudança é ambíguo. Quando se afirma que ‘houve uma mudança na gramática’, a acepção desse termo é de inovação. Entretanto, quando se diz que houve uma mudança na língua, a acepção é de concorrência entre variantes.

Em Weinrich, Labov e Herzog (1968), que é um estudo clássico, o *actuation problem* diz respeito ao momento e lugar da inovação. O problema da transição diz respeito ao espriamento.

A questão relevante para a leitura dos trabalhos é que a inovação em si não garante a existência de uma mudança. É necessário que haja espriamento. Vê-se, portanto, que o uso ambíguo decorre de uma questão conceitual.

É neste contexto que os pressupostos sociolinguísticos foram utilizados para a definição das variantes, das variáveis dependentes e das variáveis independentes. Foram também utilizados para o estabelecimento do recorte temporal, do tipo de amostra utilizado e do tamanho dessa amostra. Utilizaremos uma amostra composta por *corpora* de três gêneros textuais e duas variedades linguísticas. Valeremo-nos das cartas pessoais no tratamento dos usos linguísticos do século XVIII e XIX e dos textos jornalísticos para o tratamento dos usos linguísticos no século XIX e XX. Por ser o século XIX um marco para os estudos linguísticos é de fundamental importância que as amostras de cartas pessoais e as amostras de textos

jornalísticos perfaçam este século. A amostra formada por textos jornalísticos se desmembra em dois gêneros, as cartas de leitores e as notícias. A amostra total utilizada possui, aproximadamente, 141.000 palavras, sendo, aproximadamente, 70.500 do PB e, aproximadamente, 70.500 do PE.

Investigamos a frequência do uso de [a] e [para] em complementos verbais em cartas pessoais, em cartas de leitores e em notícias, as duas últimas retiradas de jornais. A meta foi verificar se o mesmo perfil se apresenta nas três amostras.

O cumprimento desta meta, bem como o desenvolvimento de todas as hipóteses propostas foram tratados ao longo dos cinco capítulos que constituem esta tese.

No primeiro capítulo, nos dedicaremos à composição do estado da arte. Por meio da discussão sobre os resultados apresentados em Tarallo (1993) apresentaremos algumas polêmicas e lacunas que foram assumidas como critério metodológico delimitando o aporte teórico-metodológico utilizado. Explicitaremos informações que nos permitiram delinear a nossa proposta de análise.

Ao capítulo dois caberá, mais pontualmente, tratar as questões metodológicas que, ao lado do tratamento da nossa hipótese de trabalho, assumem papel de destaque. O desenvolvimento de uma análise comparativa que se pauta na necessidade do uso de amostras simétricas, exige apuro nos critérios de seleção das amostras. No caso deste trabalho, nos dedicaremos mais pontualmente à questão da identificação do informante. Apresentaremos os critérios para a constituição dessas amostras.

No terceiro capítulo, apresentaremos argumentos quantitativos que dialogam com os resultados apresentados por Tarallo (1993) e comprovaram a existência de duas gramáticas distintas para o PB e para o PE, mostrando o momento em que se diferenciam. Também testamos nossa hipótese de que os textos jornalísticos espelham os resultados mostrados pelas cartas pessoais, fato que funciona como indício da importância das inovações tecnológicas para a divulgação de inovações linguísticas.

No capítulo quatro, trataremos de localizar a análise sócio-histórica da imprensa periódica no Brasil com os dados quantitativos apresentados no capítulo três. Com isso reuniremos as evidências necessárias de que as mudanças detectadas no final do século XIX refletem a ampliação de novos agentes da escrita.

E, por fim, no quinto capítulo, trataremos a imprensa periódica em Portugal e a imprensa na Europa. Forneceremos uma série de argumentos sócio-históricos que se alinham aos perfis qualitativos e quantitativos apresentados para o PB nos capítulos três e quatro. Este capítulo garantirá consistência à hipótese desenvolvida.

Nas conclusões finais, apresentaremos o entrelaçamento de todas as questões suscitadas ao longo desta tese.

Capítulo 1

Mudanças linguísticas no PB: interpretações e interpretações de gráficos

Vários estudos, embasados em resultados de natureza quantitativa, identificaram a segunda metade do século XIX como o momento em que emergiu o Português Brasileiro. Tal interpretação, entretanto, tem sido alvo de polêmicas.

Neste capítulo vamos apresentar um quadro geral dos resultados destes estudos e discutir os argumentos apresentados por seus críticos. Nosso propósito é reunir subsídios para o aprimoramento da metodologia no tratamento de dados diacrônicos, o que será o objeto do próximo capítulo.

1.1 Interpretando perfis resultantes de estudos quantitativos

Tarallo (1993) faz apontamentos sobre o fato de que mudanças sintáticas ocorridas no final do século XIX representam claramente a manifestação de gramáticas distintas entre Português do Brasil e Português Europeu. Tomando por base o estudo de cinco fenômenos sintáticos, comprova ser possível falar em uma gramática brasileira.

Utiliza para isso a análise quantitativa de um conjunto de fenômenos morfossintáticos, a saber, a) a reordenação no sistema pronominal do português no Brasil em que se verifica o uso de objeto nulo e de sujeito lexical, em Tarallo (1983, 1985); b) mudanças sintáticas nas estratégias de relativização como consequência direta da alteração no sistema pronominal, em Tarallo (1983, 1985); c) a reorganização dos padrões sentenciais básicos, a relação da ordem SVO rígida e o enrijecimento da marcação do acusativo, em Berlinck (1988,1989) e em Ramos (1989, 1992), respectivamente; e d) os padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas, questão profundamente relacionada às anteriores que o autor apresenta como a evidência de que os sistemas linguísticos do PE e do PB estão se distanciando, em Duarte (1992).

Nos gráficos a seguir, reproduziremos os principais resultados sobre os fenômenos morfossintáticos já referidos, Vejamos o primeiro gráfico apresentado por Tarallo:

Gráfico 1.1: Percentagem do uso de três estratégias de relativização comparado à retenção pronominal em orações principais através do tempo

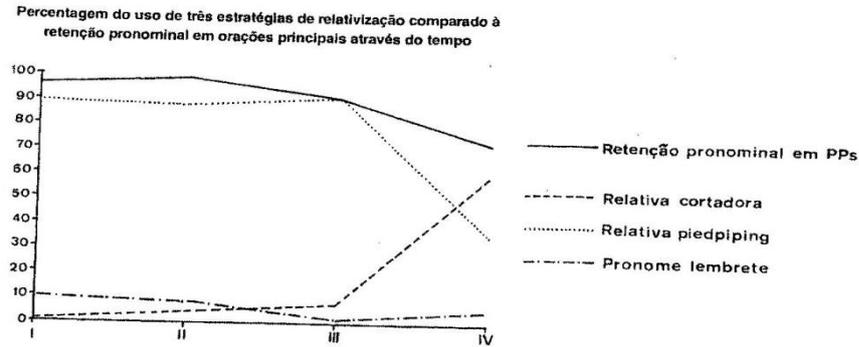


Gráfico 1

Retirado de Tarallo (1996[1993], p. 89)

Neste gráfico, o autor mostra o encaixamento entre duas mudanças sintáticas referentes à retenção pronominal em PPs e ao sistema de relativização do PB. Verifica que a retenção pronominal diminui nos objetos diretos e sintagmas preposicionados, mas aumenta nos sujeitos. O aumento da referenciação no sujeito torna possível que a categoria vazia nessa posição tenha também uma interpretação indeterminada, ao passo que no PE, por apresentar acusativos frequentes, quando há apagamento, a categoria vazia não está isenta de referência inerente (GALVES, 1987, 1990).

Aponta como razão para esse perfil distinto o fato de ser o PE uma variedade fortemente marcada por regras de movimento ao passo que o PB é marcado por regras de apagamento.

Retrata-se por meio do gráfico, então, o perfil descendente da retenção pronominal em PPs ao longo do tempo ao mesmo tempo que há um aumento do uso de relativas não-padrão no mesmo período. Em Tarallo (1983, 1985), vê-se que a substituição da anáfora pronominal pela anáfora zero introduziu um novo tipo de relativa: a relativa cortadora, apontando para o encaixamento das duas mudanças. Essa nova relativa passou a concorrer com o pronome lembrete no lugar da relativa *piedpiping*. Exemplos desses três tipos podem ser vistos a seguir:

- (a) Tem as_i que (e)_i não estão nem aí, não é? (SP81-1-J-292)⁴
(piedpiping)

⁴ Exemplos retirados de Tarallo (1983).

- (b) Você acredita que um dia teve uma mulher_i que ela_i queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone? (SP81-1-J-293) (pronome lembrete)
- (c) É uma pessoa que essas besteira que a gente fica se preocupando (com) (e), ela não fica esquentando a cabeça. (SP81-2-6-129) (cortadora)

No gráfico 1.2, Tarallo evidencia a mudança paramétrica abordada em Berlinck (1988, 1989), que considera um forte argumento para a compreensão da existência de uma gramática distinta do PB o fato de esta variedade se encontrar em transição de uma língua “*pro-drop*” para “*não pro-drop*”. A rigidez do padrão de ordem das palavras para SV e a diminuição dos sujeitos invertidos se dão em decorrência das alterações sofridas pelo PB em suas estratégias de pronominalização, com sujeitos lexicais e objetos nulos.

Gráfico 1.2: Transitividade verbal de acordo com o período de tempo

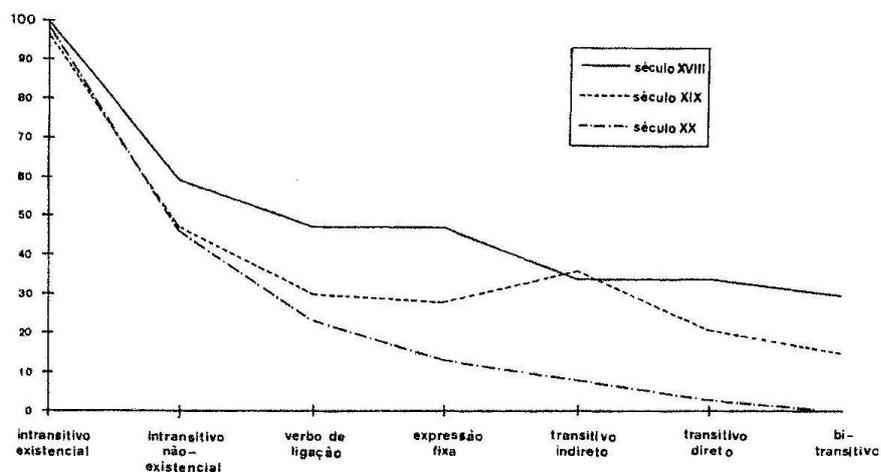


Gráfico 2

Retirado de Tarallo (1996 [1993], p. 92), adaptado da figura 1 de Berlinck (1989, p. 102)

Ao avaliar a transitividade dos verbos em três conjuntos de dados, século XVIII, século XIX e século XX, a autora argumenta que a gramática brasileira apresenta o objeto nulo como um traço sintático, portanto a ordem VS deve ser bloqueada com verbos transitivos. É o que mostrará o gráfico 1.3, a seguir, no qual se pode notar a relação entre a retenção pronominal na função de objeto e a frequência da ordem VS com verbos transitivos:

No gráfico 1.3:

Gráfico 1.3: Frequência de V SN com transitivos diretos, de V SN com bi-transitivos e de retenção pronominal em função de objeto direto em função do tempo.

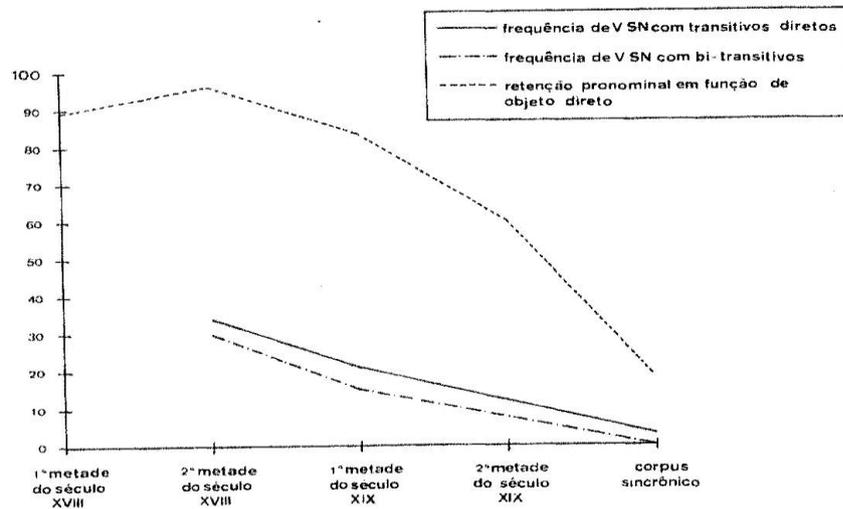


Gráfico 3

Retirado de Tarallo (1996 [1993], p. 93), adaptado da figura 2 em Berlinck (1989, p. 106)

Temos, neste gráfico, a delimitação do século XIX como o momento em que a mudança ocorre e ainda é possível depreender, nos gráficos apresentados anteriormente, o encaixamento linguístico entre os três fenômenos anteriores e o enrijecimento do princípio da adjacência investigado por Ramos (1989).

No gráfico 1.4, o autor irá apresentar os resultados obtidos por Ramos (1989) sobre a marcação do acusativo. A autora identifica um índice de marcação de acusativo muito baixo com a preposição [a] em dados sincrônicos ao passo que encontra uma alta marcação nos dados diacrônicos. Avaliando os séculos XVIII e XIX divididos em quatro tempos, tem-se o final do século XIX como o momento em que há a maior queda da marcação de acusativo com a preposição [a].

Gráfico 1.4: Frequência de [+a] em função do tempo

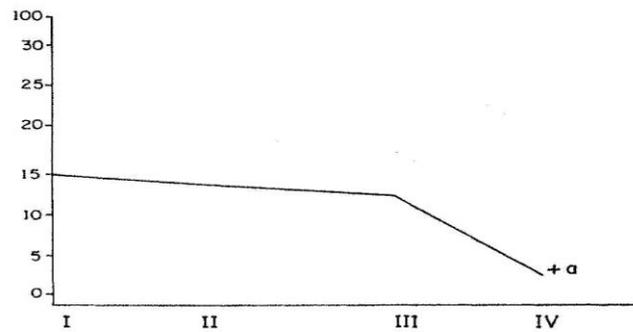


Gráfico 4

Retirado de Tarallo (1996, p. 95), adaptado de Ramos (1989, p. 87).

O resultado apresentado no gráfico 1.4 é contraposto aos resultados apresentados nos gráficos de Berlinck (1989). O gráfico 1.5 apresentará a relação do padrão da ordem dos constituintes com o enrijecimento do princípio da adjacência:

Gráfico 1.5: Relação do padrão da ordem dos constituintes com o enrijecimento do princípio da adjacência.

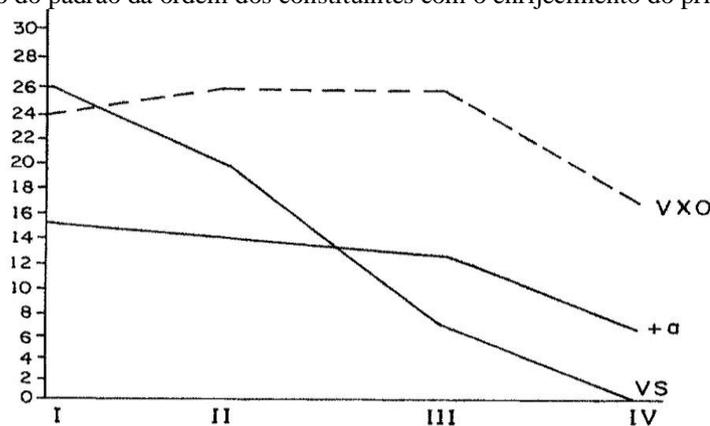


Gráfico 5

Retirado de Tarallo (1996, p. 96), adaptado do diagrama 2 em Ramos (1989, p. 89).

O gráfico mostra claramente que a queda na marcação do acusativo com a preposição [a] está relacionada à adjacência ou não do objeto com o verbo. Quanto mais o PB vai assumindo uma ordem canônica do tipo SV[O], mais a marcação do acusativo com a preposição vai diminuindo e mais vão diminuindo as ocorrências de sujeito invertido. Temos, assim, o final do século XIX como o período em que as três mudanças se efetivam.

No último gráfico, interpretado pelo autor, o gráfico 1.6, são tratados os resultados de Duarte (1992) para a mudança no padrão da ordem de palavras em perguntas diretas.

Gráfico 1.6: Frequência da ordem de palavras, em perguntas, em função do tempo.

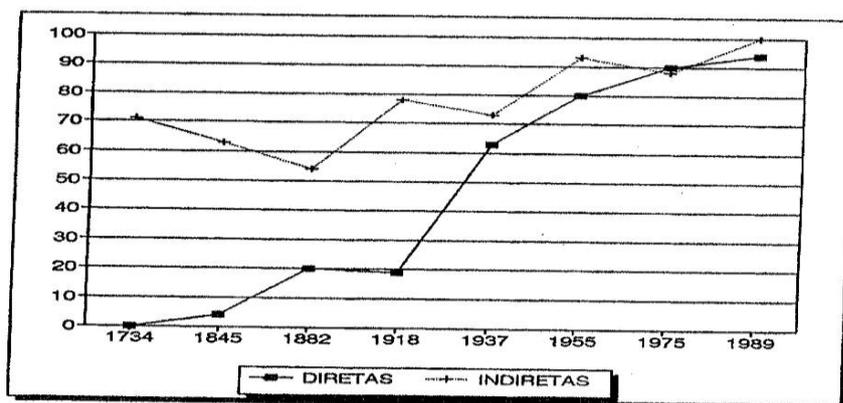


Gráfico 6

Retirado de Tarallo (1996, p. 97), adaptado do gráfico 1 em Duarte (1992, p. 6).

O gráfico retrata o percurso da mudança da ordem VS para SV em perguntas diretas. Pode-se perceber que, por volta de 1930, há “um decréscimo da regra de fronteamto ou de subida do verbo nas perguntas diretas”, na modalidade brasileira, nas palavras de Tarallo (1996[1993], p. 98). Tarallo considera a verificação dessa mudança algo esperado, pois não há razões para acreditar que o sistema linguístico mude apenas em partes e não como um todo. Sendo assim, se houve um enrijecimento do padrão canônico nas declarativas é de se esperar que assim ocorra também nas interrogativas. É o que evidencia o trabalho de Duarte que, de acordo com Tarallo, detecta padrão bastante distinto do que é encontrado para o PE do mesmo período (cf. AMBAR, 1987), conquanto Tarallo não apresente os dados para o PE.

Partindo destes resultados, Tarallo (1996[1993]) chega às seguintes conclusões: (i) A gramática do PB emerge no século XIX, mais especificamente no final de 1800; (ii) Essa datação se justifica porque “*circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa*” (p. 99); e (iii) Os fenômenos estudados possivelmente ocorriam anteriormente na língua, mas apenas nesse período foi possível identificá-los como a manifestação de uma nova gramática, pois “*as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta.*” (p. 99).

Ao considerar tais circunstâncias sociais como as responsáveis pela emergência de mudanças no século XIX, o autor nos permite depreender duas leituras. A primeira, em que há um apontamento para responder parte do *actuation problem* como formulado por Weinrich, Labov e Herzog (1968) e a segunda, em que se percebe a escrita como algo que possui

importância para os estudos sobre mudança linguística que vai além do fato de serem fontes obrigatórias para estudos de períodos passados da língua.

Ao considerar o encaixamento linguístico, Tarallo mostra que o PB e o PE seguem caminhos distintos e que não seria natural pensar que, algum dia, essas variedades apresentariam similitudes sintáticas novamente. Esta é a hipótese adotada pela imensa maioria dos estudos sobre a gramática do PB desenvolvidos até o momento.

Ao afirmar que antes desse período a pena brasileira não escorria a própria tinta, Tarallo está unindo a questão do encaixamento linguístico à questão da padronização linguística na medida em que a presença das inovações do PB na língua escrita mais formal representa distanciamento do padrão linguístico utilizado no período. Estamos aqui diante de uma questão que envolve a distância entre a emergência de uma gramática e sua manifestação na modalidade escrita.

Tendo em mente essa questão, passemos às polêmicas sobre os estudos que sustentam que o PB surgiu ao final do século XIX.

1.2. As polêmicas

Os trabalhos desenvolvidos e orientados por Tarallo são constantes alvos de críticas por serem trabalhos pioneiros no Brasil. Esta é razão, também, de suscitarem tantos questionamentos metodológicos. Apresentamos a seguir algumas críticas e algumas reorientações que, direta ou indiretamente, retomam os trabalhos do referido autor. De um lado consideraremos algumas críticas dirigidas ao uso de dados de fala e de escrita e ao tratamento equânime ao PB e ao PE. De outro mostraremos trabalhos que direta ou indiretamente, consideram que os resultados depreendidos de trabalhos em que foram adotados os mesmos critérios metodológicos vislumbrados nos trabalhos de Tarallo são consistentes.

Tendo em vista tais polêmicas, apresentaremos algumas respostas. Pretendemos, com isso, localizar a causa para as escolhas metodológicas aqui assumidas.

1.2.1 Fazer predições sobre a fala a partir da escrita

M. A. Oliveira (2005), em seu artigo “Nem tudo que reluz é ouro: língua escrita e mudança linguística”, chama atenção para o problema de se fazerem predições sobre a fala a partir da escrita.

O autor observa que, nos diferentes níveis descritivos, “nem tudo que se escreve se fala” (op. cit. p. 4) e que a este fato está profundamente atrelado a questão da escrita possuir normas próprias que não são as mesmas que regem a fala. Isso garante, por exemplo, que determinados usos típicos da fala não possam ser encontrados em documentos cartoriais por serem amplamente *formulaicos*. Na mesma medida, não encontramos na fala usos típicos desses tipos de textos. Porém, existem muitos usos linguísticos que são encontrados nas duas modalidades.

Buscando apresentar uma solução para tal impasse, M. A. Oliveira comprova, por meio do estudo da ordem dos constituintes da oração que, embora tenham sido encontrados em textos escritos do Português Arcaico seis diferentes ordens, apenas quatro delas ocorrem na fala. O primeiro argumento que o autor apresenta se refere à frequência de ocorrência das seis ordens. Foram encontradas 4.2% de ocorrências de VOS, 3.1% de OSV, 59.1% de SVO, 11.7% de VSO, 10.8% de OVS e 10.8% de SOV. Essas frequências indicam que as ordens VOS e OSV destoam das outras. Atribui esse perfil ao fato de a maioria dos casos de OSV ser com presença de clítico e ser impossível, na língua falada, o uso de clítico na primeira posição.

O segundo argumento que M. A. Oliveira apresenta é que o uso dessas duas formas identificadas como não pertencentes à fala pode estar associado ao estilo de escrita do autor. Observando as ocorrências em cada um dos textos, considerou que ambas as ordens parecem realmente estar associadas ao estilo do autor, já que todas as outras quatro ordens ocorrem em todos os textos e apenas as duas investigadas não. Este fato pode caracterizá-las como um recurso da língua escrita.

O terceiro argumento apresentado pelo autor, da não ocorrência das ordens VOS e OVS na língua falada, é que a VOS não foi mantida em nenhuma variedade da língua portuguesa e a forma OVS ocorre apenas em contextos de topicalização do tipo: “Pizza, eu como.”⁵

Diante desses três argumentos, M. A. Oliveira (2005, p. 12) afirma que só é possível usar dados escritos para o estudo da língua falada se estes

- A- se mostrarem quantitativamente significativos, e
- B- decorrerem de uma teoria linguística (da língua falada) que tenha alcançado um nível explicativo (e não apenas os níveis observacional e descritivo).

⁵ Exemplo retirado do autor, p. 10.

Embora as perguntas motivadoras do texto de Oliveira direcionem para a interpretação do texto escrito como fonte para o estudo da língua falada, também abre possibilidade para pensarmos no próprio texto escrito, uma vez que o autor, por meio de um estudo linguístico, conseguiu reconhecer formas linguísticas típicas da escrita. Por essa razão, foi possível ao autor reconhecer que “não podemos afirmar, sem maiores cuidados, que o português arcaico tinha seis ordens envolvendo os constituintes S, V e O. O que tinha seis ordens possíveis eram os textos escritos produzidos no período do português arcaico, mas não o português falado neste período.” (p. 12).

A leitura feita por M. A. Oliveira só é possível se pensarmos a língua escrita e a língua falada como sistemas distintos.

1.2.2 Extrair conclusões sobre mudança a partir da comparação entre escrita e fala

Nos gráficos (1.1-1.3), apresentados na seção 1.1, os dados representativos dos séculos XVIII e XIX são extraídos de textos escritos e os dados representativos do século XX são extraídos de textos falados.

Pesquisadores que obtêm como resultado gráficos do tipo (1.1-1.3), valendo-se da prerrogativa incondicional enunciada pelo Princípio do Uniformitarismo, observam um fenômeno e o investigam como uma mudança em progresso. Ao adotar essa perspectiva de análise, tais autores estariam ignorando as idiossincrasias da escrita e a relação estabelecida entre fenômenos que migraram da fala para a escrita e fenômenos que são típicos da escrita propriamente dita, uma vez que o tratamento da dicotomia sincronia/diacronia ainda apresenta algumas nuances nebulosas, como abordado por Castro (1996).

O peso de uma possível interpretação equivocada dos dados não recai sobre o Princípio do Uniformitarismo que, antes de mais nada, é o que nos garante observar a língua do passado tendo nas forças que atuam na língua do presente base confiável de análise. Recai sobre o fato de que é necessária a observação das sincronias dentro dos estudos diacrônicos, pois será ela que nos permitirá estabelecer relações entre fala e escrita. Para M. A. Oliveira, nos estudos sociolinguísticos, a dicotomia sincronia/diacronia não representa uma questão relevante quando se preocupa em explicar o passado. Talvez esteja aí uma das nuances nebulosas que essa dicotomia apresenta.

1.2.3 Ausência de tratamento equânime ao PB e PE

Ivo Castro (1996) chama a atenção para a necessidade de se efetuarem trabalhos em uma perspectiva comparativa das duas variedades da língua portuguesa. A sua principal crítica aos estudos linguísticos que se dedicam a períodos passados da língua, pesa sobre o maior desenvolvimento dos estudos medievalistas em relação aos estudos classicistas. E, justamente por isso, abre-se uma lacuna na história da língua portuguesa, proveniente das inadequações no uso de *corpora* formados por textos dos séculos XVIII e XIX. São justamente essas inadequações que fazem com que as comparações que são estabelecidas entre as duas variedades, muitas vezes, apresentem perfil distorcido em relação aos usos linguísticos.

Os questionamentos levantados por Castro (1996) incidem sobre a necessidade de se compor amostras niveladas quanto ao modo de seleção, ao registro e à natureza das fontes antes de serem comparadas. O autor apresenta uma crítica aos trabalhos desenvolvidos sobre o PB por considerar que as comparações, quando são estabelecidas, são feitas “de modo um tanto aleatório, com gramáticas estranhas ou geneallogicamente remotas” (op. cit., p. 5-6). Esse fato contribui para o que o autor chamou de “o nosso extenso desconhecimento relativamente à língua que se falava, que se pensava e se escrevia em Portugal e no Brasil nos séculos mais próximos de nós” (op. cit., p. 6). Critica o método como esse problema vem sendo tratado pelos autores que se aventuram a desvendar esse extenso desconhecimento, na medida em que afirma que ou a língua do século XVIII e XIX vem sendo tratada como contemporânea ou com o distanciamento característico de períodos mais antigos. Ainda ressalta a existência de “um certo *déficit* filológico no que toca às técnicas de transcrição de texto” (op. cit., p. 13).

Subentende-se dessa crítica a necessidade do estabelecimento de um método para se tratar este período. Segundo Ivo Castro, Tarallo (1990) propõe a investigação da língua do passado usando a metáfora do túnel do tempo. Neste livro, Tarallo considera uma série de fenômenos linguísticos que apresenta como indicadores da existência de uma gramática do PB. Conduz a observação desses fenômenos por meio do método do estranhamento. Para Castro, o autor não traz informações importantes para compreender os estranhamentos. A primeira informação seria a de que existem duas variedades do português, a brasileira e a europeia. A não informação do leitor sobre isso faz com que a ideia do estranhamento torne-se ambígua, pois o estranhamento não é o mesmo para os falantes das duas variedades. Mais que isso, acusa o autor de não mencionar a existência do PE e de não utilizar dados dessa

variedade. Castro também afirma que o autor não discorre sobre o fato de variação diacrônica ser também diatópica e que pode ser observada no eixo sincrônico. Ainda considera que se o autor colocasse o problema em eixos sincrônicos e diatópicos, a metáfora com o túnel do tempo não seria possível. Essas não observâncias, apontadas por Castro, representariam impedimentos para a conclusão apresentada por Tarallo de que “As formas levemente estranhas, tais como as encontradas nas cartas de Paranhos, em geral continuam em nosso sistema contemporâneo como resíduos históricos, mantidos por uma norma gramatical conservadora, centrada na língua escrita” (Castro, 1996, p.15 apud Tarallo, 1990, p.19).

Castro traz apontamentos importantes para o aprimoramento das pesquisas linguísticas sobre o PB, muito embora direcione muito mais o seu texto para as críticas do que para as propostas de solução. Não há no texto do autor estudos com base empírica que possam apresentar caminhos para solucionar esses problemas. Esse resultado seria o esperado uma vez que seu trabalho intitula-se *Para uma história do Português Clássico*. A leitura do seu texto nos deixa a sensação de que o Português Clássico nos está ainda mais inacessível. Porém, as sugestões, mesmo que não testadas, e as observações traçadas pelo autor são de fato importantes para o desenvolvimento de estudos linguísticos com dados do Português Clássico, pois, de alguma forma recuperam a discussão sobre mudança linguística que fizemos anteriormente.

Ao levantar os problemas apresentados sobre o tratamento dado aos dados analisados por Tarallo, Castro nos faz pensar se, então, todos os estudos desenvolvidos, principalmente na década de 1980, aqui no Brasil, apresentam resultados inconsistentes para o estudo de mudança linguística. A aposta no rigor metodológico para diminuir o efeito negativo que possa ser gerado devido a uma má constituição de amostra parece válida, mas considerar que esses trabalhos não são capazes de esboçar resultados confiáveis nos parece equivocado. E esse equívoco se torna ainda mais evidente quando observamos que embora haja questões metodológicas que possam nublar os resultados obtidos, ainda assim é possível perceber a sistematicidade da mudança linguística se manifestando. Proporemos, a seguir, estratégias para minimizar os efeitos relatados por Castro e, no capítulo cinco, mostraremos que os trabalhos de Tarallo precisam ser lapidados e não desconsiderados. E que essa lapidação é o objetivo dos próprios estudos linguísticos desenvolvidos no Brasil. Sublinharemos que, em estudos linguísticos, os recursos filológicos não podem suplantar a capacidade de análise linguística, embora sejam necessários a sua constituição.

1.3 Dados de fala e escrita: o outro lado da questão

As três críticas expostas tocam na questão do uso de amostras de modalidades linguísticas distintas considerando um mesmo método de análise. Se considerarmos que essas discrepâncias metodológicas obscurecem a análise de dados linguísticos, devemos concluir que os trabalhos em que a fala e a escrita foram usadas indiscriminadamente não apresentam resultados confiáveis.

Posicionamento contrário a esse foi assumido por Duarte, Kato, Cyrino e Berlinck (2006) ao mostrarem que os resultados trabalhados por Tarallo (1993) são os mesmos dos encontrados por elas ao avaliarem os mesmos fenômenos somente em *corpora* escritos. Ao adotarem *corpora* composto apenas por textos escritos (peças teatrais e cartas pessoais) e obterem o mesmo perfil de mudança delineado por Tarallo (1993), as autoras conseguem comprovar que as críticas feitas aos recursos metodológicos aplicados por Tarallo podem ser pertinentes no que tange ao aprimoramento das pesquisas desenvolvidas ao longo do tempo, mas não permitem desconsiderar tais estudos, pois o uso de dados de fala e de escrita sem distinção de tratamento e o *déficit filológico* apresentados por Castro, não propiciaram leitura equivocada sobre a língua portuguesa no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

1.3 Dados de fala e escrita: o outro lado da questão

As três críticas expostas acima tocam na questão do uso de amostras de modalidades linguísticas distintas considerando um mesmo método de análise. Se considerarmos que essas discrepâncias metodológicas emperram a análise de dados linguísticos, devemos acreditar que os trabalhos em que a fala e a escrita foram usadas indiscriminadamente não apresentam resultados confiáveis.

Posicionamento contrário ao manifestado pelas críticas acima foi assumido por Duarte, Kato, Cyrino e Berlinck (2006) ao mostrarem que os resultados trabalhados por Tarallo (1993) são os mesmos dos encontrados por elas ao avaliarem os mesmos fenômenos somente em *corpora* escritos. Ao adotarem *corpora* composto apenas por textos escritos (peças teatrais e cartas pessoais) e obterem o mesmo perfil de mudança delineado por Tarallo (1993), as autoras conseguem comprovar que as críticas feitas aos recursos metodológicos aplicados por Tarallo podem ser pertinentes no que tange ao aprimoramento das pesquisas desenvolvidas ao longo do tempo, mas não permitem desconsiderar tais estudos, pois o uso de dados de fala e de escrita sem distinção de tratamento e o *déficit filológico* aos quais se

dedicou Castro, não propiciaram leitura equivocada sobre a língua portuguesa no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Outros trabalhos, embora não tratem diretamente das questões suscitadas pelos trabalhos de Tarallo, também se dedicaram à especialização dos recursos metodológicos e obtiveram como resultado perfil muito próximo ao já apresentado por Tarallo. Mesmo que por objetivos outros que não os explicitados por Castro, estes estudos se aproximam da proposta de Duarte, Kato, Cyrino e Berlinck (2006).

Uma dessas propostas está em Mollica (2008). A autora defende a criação de uma Teoria da Mudança na Escrita na qual devem ser investigados os fenômenos que migram da fala para a escrita. A autora tem por hipótese que tais fenômenos são estruturas que:

- a) refletem a fala e/ou constituem simplificação e regularização paradigmática;
- b) O princípio da marcação atua na fala e na escrita, sendo que as estruturas marcadas exercem pressão na direção da retração da mudança e as estruturas não marcadas apresentam efeito não liberador da mudança;
- c) O grau de vulnerabilidade das inovações na modalidade escrita depende dos gêneros e sobretudo dos tipos de textos projetados no continuum fala/ escrita;
- d) Os filtros podem impedir marcas da fala na escrita, no entanto, apresentam grau razoável de falibilidade;
- e) A variação estável dificilmente se instala na escrita e pode ocorrer, temporariamente, em produções textuais de aprendizes iniciantes, durante o processo de apropriação da leitura e da escrita;
- f) A mudança em curso, em contrapartida, tem boas chances de ingresso na escrita, em praticamente todos os textos, à exceção dos muito formais e dos produzidos por falantes que dominam o cânone gramatical. (p. 243)

Com base nessas seis hipóteses, a autora mostra a incorporação de inovações da fala na escrita por meio da observação de fenômenos linguísticos que existem nas duas modalidades. Dedicou-se a dois fenômenos, o queísmo e a pseudocortadora que permitiram perceber qual o fenômeno que mais migra para a escrita em um estudo sincrônico.

Por defender a importância do gênero e do tipo de texto para a incorporação de inovações da fala na escrita, usou como variáveis o tipo de jornal e o gênero textual para verificar o efeito da migração sobre alguns parâmetros. Foram selecionados jornais mais populares e menos populares de acordo com os tipos de públicos para os quais são escritos. Os jornais populares mostraram-se mais permeáveis ao queísmo. Porém, a expectativa de que os gêneros mais próximos à fala também oferecessem maior quantidade de queísmos não se confirmou uma vez que o gênero mais oralizado apresentou menor número de ocorrências do que textos menos oralizados. Para a autora, este fato aponta para uma semelhança nas proporções de uso em textos mais oralizados e menos oralizados. Este é um fato atestado em outros trabalhos que utilizaram como *corpora* textos retirados de jornais e consideraram esses

textos de acordo com o seu grau de formalidade, entendendo os mais formais como menos permeáveis às inovações e os menos formais mais permeáveis. Resultados semelhantes são encontrados em A. Barbosa (1999), Monthé (2007), Duarte (2007), dentre vários outros trabalhos⁶.

A autora conclui que mais do que os diferentes gêneros, o tipo de jornal influencia no processo de incorporação das inovações na escrita, pois as inovações preferem textos mais vulneráveis ao se observar o continuum fala/ escrita. Comprova, assim, que a oralidade penetra na escrita em contextos específicos. A autora observa, na verdade, que é produtiva a estratégia amplamente difundida entre pesquisadores (que utilizam *corpora* escritos para a investigação de uma mudança linguística) de buscar textos em que o vernáculo se manifesta mais fortemente. Para além disso, ao avaliar os textos jornalísticos, Mollica consegue estabelecer essa mesma hierarquização para os diferentes tipos de jornais. Ao afirmar que as inovações são mais frequentes em jornais mais vulneráveis cujo público alvo é mais massificado, está estabelecendo relações de estilo próximas às convencionadas para os gêneros textuais. Temos, então, duas questões metodológicas importantes que direcionam para um ponto fulcral dos estudos de variação e mudança: de um lado temos a avaliação da formalidade entre os gêneros discursivos e de outro temos a avaliação da formalidade entre os diferentes vislumbres de público alvo.

Os resultados de Mollica (2008) nos fazem pensar que os textos que apresentam formalidade menor serão sempre mais propícios à observação de usos linguísticos e de mudanças linguísticas, da mesma forma que quanto maior for a formalidade textual maior será a ação da norma culta sobre o texto. No entanto, se estamos falando em mudança linguística, e se consideramos que essa se dá no sistema linguístico, que encontra lugar para manifestar-se na língua falada, e se manifeste também na língua escrita, independentemente do grau de formalidade e do apuro normativo. A manifestação de uma mudança linguística só não se dá imediatamente na língua escrita por razões de cunho social ligadas a essa variedade e não por razões concernentes ao sistema linguístico. Outros fenômenos permanecem na língua falada, sem chegar à língua escrita, mas neste caso são recursos típicos daquela modalidade específica, como observado por M. A. Oliveira.

O ritmo de entrada de uma mudança na língua escrita, entretanto, não é o mesmo em todos os gêneros textuais. Há gêneros que funcionam como porta de entrada das inovações. Duarte (2007) observa que os textos de opinião escritos em jornais portugueses favorecem o

⁶ Apresentaremos uma interpretação mais detalhada para esses fatos no capítulo dois desta tese.

uso de sujeito de 3ª pessoa preenchido (.62), comparados às notícias que não parecem favorecer o uso dessa variante (.28). Para o PB, os textos de opinião apresentam índice muito próximo das notícias (.49 e .54, respectivamente).

Além das diferenças relativas a gêneros textuais, há ainda diferenças de estilo. Observando relações entre fala e escrita, em contextos de formalidade distinta para ambas as modalidades, Duarte (2007) mostrou que o preenchimento dos sujeitos referenciais de 3ª pessoa no padrão do PB escrito atual apresenta resultados muito próximos aos apresentados para o PB falado culto. Fato que se difere do caso do PE atual em que a escrita apresenta índice ainda menor de preenchimento de sujeito que os encontrados para o PE falado culto. Esta informação, além de evidenciar a existência de duas gramáticas distintas se manifestando hoje, sublinha que a formalidade textual deve ser sempre observada, pois os textos menos formais funcionam como porta de entrada para inovações sendo que a velocidade com que essas inovações vão sendo incorporadas dependerá de fatores externos como o papel da escola, e o treinamento que os alunos receberão para ingressar na Universidade. A percepção da importância do nível de formalidade aproxima os resultados de Duarte aos de Mollica; porém, a primeira apresenta a questão da educação como uma justificativa para a entrada das inovações em contextos de formalidade maior.

Embora apenas o primeiro trabalho faça menção direta aos trabalhos desenvolvidos por Tarallo, é perceptível todos se posicionam em favor da observação estanque de dados de modalidades distintas, não utilizando como estratégia de análise o uso de dados de fala e escrita conjuntamente. Em Duarte, Kato, Cyrino e Berlinck (2006), temos uma resposta quase direta às críticas feitas por Castro (1996) aos trabalhos de Tarallo. O fato de as autoras estudarem os mesmos fenômenos que Tarallo e mostrarem que os resultados se equiparam mesmo quando não há mistura de dados de fala e escrita e nem *déficit filológico*, faz com que os problemas apontados por Castro tenham sua amplitude reduzida. Mollica, por considerar que a fala e a escrita são um continuum, se preocupa em descrever a penetração de usos típicos da fala na escrita para determinar como inovações linguísticas entram na escrita, para tanto, propõe uma Teoria da Mudança na Escrita. Esta proposta parece ser contundente para a análise de dados de estudos sincrônicos que investigam o PB contemporâneo, mas não para dados advindos de estudos em diacronia, pois, por mais que possamos também neste caso interpretar a fala e a escrita como um continuum, não é possível partirmos de usos característicos da fala, por não existirem dados da fala coletados para períodos pretéritos da língua. Em Duarte temos análise comparativa da fala brasileira com a fala portuguesa e da escrita brasileira com a escrita portuguesa. Notamos que a autora assume a necessidade de

análise separada para as duas modalidades. A observação de dados da fala serve como meio de identificação de estruturas inovadoras, para que tais estruturas possam ser observadas na escrita padrão.

Estes três estudos acabam por confrontarem-se aos estudos de M. A. Oliveira (2005) e Castro (1996). A seguir, apresentaremos algumas respostas às polêmicas a fim de contribuirmos para a discussão.

1.4 Respondendo às polêmicas

Nas subseções precedentes arrolamos três grandes polêmicas em relação à metodologia dos trabalhos cujos resultados levaram à hipótese do surgimento do PB no século XIX. Nesta seção, vamos apresentar respostas suscitadas pelas polêmicas e verificar se ainda há questões em aberto.

A primeira polêmica diz respeito à extração de conclusões sobre textos falados a partir da análise de textos escritos. Três autores se manifestaram em relação a isso, conforme vimos.

Por mais que M. A. Oliveira (2005) apresente possíveis soluções para a interpretação de dados de fala retirados de textos escritos, está mais preocupado em explicitar aspectos metodológicos para a análise dos dados do que aspectos voltados para o entendimento dos pressupostos que regem uma teoria que toma por base o desempenho e não a competência linguística. Talvez essa seja a razão para não identificarmos em tal trabalho respostas para problemas do tipo como documentar mudanças em textos mais formais e *formulaicos*.

Esta é uma questão de extrema importância, pois, como já aventamos anteriormente, as mudanças se dão no sistema linguístico, sendo assim não podem ser bloqueadas em nenhuma modalidade linguística utilizada podendo, apenas, ser ofuscadas por questões como estilo individual, atuação da norma, interferência de tradições discursivas, entre outras questões. Dito de outra forma, as preocupações registradas nos trabalhos de M. A. Oliveira, Mollica e Duarte se mostram pertinentes, pois, são eficazes na identificação de contextos específicos que propiciam a entrada de inovações, mas não dão conta do seu espraiamento. Uma forma de verificarmos o perfil de uma mudança em textos que não são considerados como os contextos acima referidos é observarmos comparativamente o perfil da mudança nos textos mais e menos formais. Assim, poderemos comprovar que a mudança, por ser inerente ao sistema linguístico, pode ser descrita não apenas levando em consideração a sua entrada

em uma modalidade linguística, mas também em seu espraiamento por contextos menos propícios a inovações⁷.

Ao adotarmos esta concepção de análise, estamos delimitando a escrita como única modalidade observada. Garantimos, assim, a interpretação de resultados sem que haja interferência da análise de dados de fala e, também, sem cometermos comparações indiscriminadas de dados.

A segunda polêmica localiza o uso indistinto de dados de fala e de escrita como recurso para determinação de perfil de mudança como um equívoco. Este equívoco é abordado tanto por M.A. Oliveira (2005) quanto por Castro (1996). Pautados em argumentos distintos os dois autores apontam para a necessidade de rigor metodológico para a composição de amostra linguística e para os cuidados necessários na interpretação de resultados advindos dessas amostras.

A terceira polêmica relaciona-se à ausência de amostras simétricas e que não apresentem *déficit filológico*, isto é, de amostras niveladas quanto ao modo de seleção, ao registro e à natureza da fonte das duas variedades do português, a brasileira e a portuguesa e que tenham minimizadas as interferências filológicas que podem comprometer a interpretação principalmente de fenômenos sintáticos. Com isso, o leitor ficaria esclarecido sobre o ponto de partida do estudo e das diferenças diatópicas.

Conforme assinala Castro (1996), Tarallo (1990) reuniu e analisou, qualitativa e quantitativamente, essas diferenças em vários de seus trabalhos, porém, faltou ao autor, a apresentação da contrapartida, ou seja, se o autor é capaz de considerar a existência de uma gramática do PB com base em usos característicos dessa variedade, ele deveria fazê-lo obrigatoriamente com base em comparações com o PE do mesmo período. Os trabalhos de Tarallo partem das diferenças entre o PE e o PB, que são apresentadas pelo autor por meio de estudos desenvolvidos sobre o PE cujos resultados são considerados como argumentos para a interpretação dos usos do PB e a comparação entre as duas variedades. De fato, Tarallo não traz de maneira explícita os dados do PE, ao menos não em Tarallo (1993), não estabelecendo, assim, uma comparação efetiva entre as sincronias em que tais usos são considerados, e quando estabelece alguma comparação, não há a explicitação dos dados.

Essa crítica foi acatada por vários trabalhos desenvolvidos pelo Projeto *Para História do Português Brasileiro*. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Ilza Ribeiro (1998) que busca responder à seguinte questão: o PB muda em relação a que gramática? Para responder a

⁷ As análises quantitativas apresentadas no capítulo três mostrarão mais efetivamente este fato.

essa pergunta a autora precisa saber como era o português do período investigado, no caso século XVIII e XIX, e como as gramáticas atuavam naquele período.

Tal tipo de análise mostra que conhecer o português dos séculos XVIII e XIX é fundamental, uma vez que ao se fazer essa pergunta Ribeiro deparou-se com a existência de duas gramáticas do PE atuantes no português que chegou aqui no Brasil: a dos séculos XVI-XVIII e a dos séculos XIX-XX. Como evidência externa para esses dois períodos, toma a Reforma Pombalina (1759) e a vinda da Corte Portuguesa (1808). Como evidência interna, apresenta alguns estudos, a saber, a) nos séculos XVI-XVII, o português exibia uso quase sistemático de próclise em sentenças-raízes; nos séculos XIX-XX o uso da ênclise ou da próclise depende do estatuto funcional do elemento que ocupa a primeira posição na sentença: se o elemento é um tópico, tem-se a ênclise; se o elemento é um foco, tem-se a próclise; b) o alçamento do clítico para posição pré-auxiliar [cl Vaux+V-fin] é quase categórico no século XVII e torna-se opcional no século XVIII e; c) interpolação de diferentes tipos de constituintes. A partir do séc. XVII, somente a negação e o sujeito pronominal podem ocorrer entre o clítico e o verbo.

Uma das conclusões da autora vai ao encontro da observação feita por Castro (1996) ao afirmar que as evidências internas mostram que não se pode tomar o PE contemporâneo como parâmetro para o estudo da Mudança gramatical do PB. É neste sentido que Castro também questiona o tratamento dedicado aos dados do Português Clássico em relação aos do Português Contemporâneo. Fica evidente que o PE contemporâneo pode ser utilizado como ponto de partida para a distinção de gramáticas se considerado em sincronias equiparadas. Considerando a máxima laboviana, que preconiza que as mesmas forças que motivam a mudança do presente, motivaram mudanças no passado, nos é possível investigar sincronias em estudos diacrônicos. No estudo comparativo de duas variedades de uma língua temos, contudo, que considerar sincronias equiparadas. Dessa forma, a comparação deve ser da Gramática do PB com a gramática do PE no mesmo período de tempo. Neste sentido, o PB mudou em relação à gramática que era utilizada no período investigado. Para Ribeiro, os estudos diacrônicos devem ter por objetivo responder à questão: o PB mudou em relação a que sistema linguístico? Tendo em vista a pergunta feita pela autora e os estudos desenvolvidos por Pagotto (1992,1993) alguns trabalhos vêm sendo pensados em função de traços que caracterizam as duas gramáticas existentes no Brasil nos séculos XVIII e XIX: a clássica e a moderna (cf. CARNEIRO, 2005).

Diante desse quadro, nesta tese tivemos o cuidado de formar amostras simétricas do PE e PB e analisar em ambas um mesmo fenômeno linguístico, de modo a obter resultados confiáveis, conforme veremos nos capítulos dois e três.

1.5 Conclusões

Neste capítulo, apresentamos a proposta de Tarallo (1996[1993]), que faz uma síntese de vários estudos e aponta o final do século XIX como um momento em que as gramáticas do PB e do PE se diferenciam.

Urge retomarmos os elementos a partir dos quais se vai compor esta tese. Alguns implícitos deixados por Tarallo (1993) serão muito importantes para a sustentação da nossa hipótese sobre a importância da entrada de novos agentes na língua escrita para o processo de difusão da gramática do PB. Delimitamos, assim, o escopo de nossa pesquisa, que embora reverbere a discussão feita desde a década de 1980 sobre a gramática do PB, não se dedica a descrevê-la ou explicitá-la, mas sim a entender como se espalha e implementa.

(1) Quais teriam sido as “*circunstâncias sociais especiais*” ali referidas?

Responder a essa primeira questão seria tratar diretamente da importância dos fatores extralinguísticos para o tratamento das mudanças linguísticas. Detectar as tais *circunstâncias sociais* significa responder a questão do *actuation problem*, como dissemos anteriormente. Argumentaremos em favor de elementos sociais condicionadores da emergência dessas mudanças, no século XIX, no Brasil. No entanto, diferentemente da maioria dos estudos desse tipo que se dedicam às pesquisas em períodos sincrônicos e a fenômenos fonológicos, como em Herold (1991), por exemplo, nos dedicaremos a um estudo diacrônico de um fenômeno sintático. Essa escolha não é infundada. Tomamos esse procedimento devido ao argumento que utilizaremos para tratar o *actuation problem* e do uso de texto escrito como fonte para estudos de mudança linguística.

(2) Se, de fato, *os fenômenos estudados possivelmente ocorriam anteriormente na língua*, como documentá-los?

Para responder a esta questão, nos dedicaremos as discussões sobre a metodologia de pesquisa sociolinguística a fim de observarmos como é possível localizar dados cuja existência é suposta, mas que ainda não foram retratados.

A observação dos gráficos expostos em Tarallo (1993) ainda revela outras lacunas:

- (3) Os gráficos apresentados retratariam as duas gramáticas, isto é, a nova gramática em relação a que gramática? Onde estaria a antiga gramática?
- (4) A antiga gramática seria a do Português Europeu? Mas onde estão os dados do PE no gráfico?
- (5) Estes gráficos se baseiam em textos escritos do século XIX e primeira metade do século XX. Mas quem seriam os autores destes textos? Seriam portugueses? Seriam brasileiros? Ou ambos? Quais as fontes?

Porém, se Tarallo pretende mostrar que as duas gramáticas são distintas e essa distinção ocorre em um tempo determinado, uma leitura possível para esses dados é que as informações contidas nos tempos anteriores ao momento da emergência da gramática do PB representam dados do PE, já que não há nenhum gráfico explicitando claramente os dados do PE e não há nenhuma informação no texto do autor que nos certifique essa leitura. Tal fato revela a seguinte lacuna:

- (6) os dados dos tempos I, II e III representam, de fato, a gramática do PE ou não? Como justificar uma resposta a esta pergunta?

Diante disso, outro problema se apresenta: falta uma razão de natureza externa capaz de explicar a queda abrupta apresentada nos gráficos. Estes gráficos, além de mostrar a difusão de uma gramática do PB na língua escrita, tal como bem observaram Fernando Tarallo e outros, podem estar sinalizando algo externo à língua, algo que seria semelhante a uma revolução. Isto permite retomar a nossa hipótese de que os perfis representativos de mudanças poderiam ser explicados como uma consequência da entrada de novos atores num cenário até então bastante restritivo. Que cenário seria esse?

Para encontrar uma resposta, partiremos de dados linguísticos. Para obter resultados confiáveis, formamos uma amostra constituída por dados do PE e PB, semelhantes em relação à modalidade, ao tempo, gênero e ao perfil do produtor do texto. Seleccionamos um dos

processos gramaticais que fazem parte do conjunto de mudanças encaixadas, apresentadas na seção 1.1. Ele será o objeto de análise do próximo capítulo.

Capítulo 2

Detalhando aspectos metodológicos

Uma das principais questões colocadas desde o início dessa tese foi a necessidade de se constituir amostra simétrica em estudos comparativos do PB e do PE. Essa preocupação vem sendo recorrentemente manifestada nos trabalhos que investigam fenômenos linguísticos a partir de *corpora* formados por dados representativos para estudos sincrônicos e diacrônicos. Em especial, podemos mencionar os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do projeto PHPB, que se dedicaram e ainda se dedicam a criar diretrizes arrojadas capazes de minimizar os efeitos lacunares deixados principalmente pelos *corpora* diacrônicos. Porém, ainda existem lacunas a serem preenchidas no que tange à metodologia de composição de amostra e à interpretação de dados recolhidos de textos escritos.

Um trabalho que busca desenvolver um estudo comparativo de duas variedades da língua portuguesa com o intuito de identificar por que ambas as variedades apresentam usos linguísticos distintos e, principalmente, delimitar quando, como e por que se distinguem, precisa contar com amostras capazes de oferecer subsídios para atender cada uma dessas expectativas. Porém, todo linguista sabe o quanto o trabalho de constituição de amostra pode enveredar por caminhos sinuosos.

Compor amostras representativas de uma língua significa mais do que recolher textos ou gravações específicas. Significa aplicar critérios estabelecidos por construtos teórico-metodológicos sabendo, ao mesmo tempo, preencher lacunas deixadas pelas idiossincrasias das fontes. Esses cuidados também fazem parte daquilo que Labov (1982) chamou de fazer “bom uso de maus dados”. Pautados em pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística discutiremos os critérios utilizados para a delimitação da amostra.

Para essa investigação será necessário analisar dados linguísticos recolhidos de acordo com três critérios: (i) os dados devem ser provenientes de amostras que sejam capazes de retratar o vernáculo e a escrita formal das duas variedades da língua portuguesa aqui estudadas, o PB e o PE; (ii) a amostra tem que ser composta por documentos dos séculos XVIII, XIX e XX; (iii) essas amostras devem ser simétricas.

O critério (i) se justifica por que é necessário que tenhamos gráficos representativos de ambas variedades, possibilitando-nos um estudo comparativo real. O não cumprimento deste critério permitiria o apontamento de lacunas como aquelas identificadas nos estudos já referidos no primeiro capítulo, em que os dados apresentados são aparentemente representativos de uma única variedade, por partirem da premissa de que o PE, neste período,

apresentaria constância e a variação se manifestaria no PB e, além disso, por acreditarem que a emergência do PB se dá no final do século XIX, quando há um alto índice de mudanças identificadas.

Não estamos considerando o final do século XIX como o período em que mudanças emergem, mas, sim, como um reflexo da manifestação dos usos linguísticos do PB na escrita formal. Apontamos assim para a manifestação da gramática do PB na escrita formal. Com isso nos dedicaremos à ação da escrita sobre a manifestação de fenômenos gramaticais e não às Mudanças gramaticais propriamente ditas.

Nossa amostra, portanto, deve, além de ser representativa das duas variedades, retratar o vernáculo de ambas. Para isso, utilizamos amostras compostas por cartas pessoais. Vários autores apontam as cartas pessoais como um tipo textual mais próximo do vernáculo manifestado⁸. Em estudos desenvolvidos em diacronia, como os realizados pelos membros do Projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB), este fato pode ser comprovado.

A composição de um *corpus* formado por cartas capazes de trazer o vernáculo torna-se necessária para que possamos perceber se há variação que possa caracterizar, nos períodos investigados, usos distintos de uma mesma forma para os dois dialetos. Se percebermos que a variação já ocorre no século XVIII, teremos como documentar a sua ocorrência anteriormente na língua. Os dados encontrados no século XVIII têm, por assim dizer, a função de realçar qual a gramática que está se manifestando nos textos observados, se a do PE ou se a do PB. Em textos formais, a tendência é de que o padrão europeu seja o encontrado devido ao fato de, neste período, não existir uma educação brasileira com cânone próprio. Os brasileiros que não

⁸ Remetemos a ampla gama de trabalhos do PHPB que trazem argumentos irrefutáveis sobre o quanto as cartas pessoais podem se aproximar do vernáculo. Além disso, estamos entendendo cartas pessoais conforme a definição de Silva (1988: 24) com a qual viemos trabalhando desde o mestrado, a saber, cartas pessoais são “correspondências entre pessoas que mantêm entre si um relacionamento estreito – parentes próximos, amigos íntimos. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente pessoal, distinguindo-se das cartas comerciais, das cartas de propaganda, de correspondência dirigida a seções de jornais ou revistas, etc.” Essa definição pontua o tipo de interação estabelecida entre os seus interlocutores. Esta definição encontra respaldo no fato de que, de acordo com a epistolografia, o subgênero carta pessoal vem sendo estudado desde a Antiguidade, quando era entendida como algo mais elaborado que o diálogo, pois era oferecida como um presente a alguém. Devia ter estilo simples e apresentar o vernáculo parecendo uma conversa entre amigos. Ao passo que o diálogo é caracterizado como ato de imitar e de improvisar, um dos principais traços das cartas pessoais passa a ser a brevidade e o primor por extrema clareza (cf. TIN, 2005). Por se aproximar da oralidade, as cartas pessoais fazem parte do gênero discursivo mais utilizado em estudos diacrônicos (PESSOA, 2002, p. 197). Embora seja o mais utilizado, não é o único. Os textos teatrais também vêm sendo utilizado para a obtenção do vernáculo. No entanto, apesar de concordarmos que a imitação da fala é um recurso amplamente em peças teatrais, a utilização de peças teatrais dos séculos XVIII e XIX requer uma série de cuidados, pois um grande número de peças desse período não retrata o momento no qual foram escritas. Falam de períodos anteriores. Para usar dados com essa característica é necessário separar dados que podem ser interpretados como representativo da fala do período dos dados representativos de períodos anteriores. Além disso, não temos como estabelecer a correlação entre o que foi escrito para ser dito e o que realmente foi dito, como é possível em estudos contemporâneos como o desenvolvido por Duarte (2012).

eram educados em Portugal recebiam educação aos moldes portugueses aqui no Brasil. Por essa razão, a manifestação de inovações linguísticas em textos formais pode ser mais rara. Além disso, ainda não existia no Brasil um organismo capaz de difundir a escrita de brasileiros. Como propomos nesta tese, esse espaço foi destinado à imprensa periódica. E aqui no Brasil não era permitida imprensa própria neste período. Todos os impressos que circulavam no país vinham de Portugal ou de outras localidades. Em outras palavras, eram escritos por portugueses e para portugueses.

O resultado dessa investigação deve culminar no delineamento de usos linguísticos distintos tidos como representativos do PB. Porém, ao adotarmos esse tipo de análise impossibilitamos a observação do padrão linguístico. Por essa razão, também é necessário observarmos o perfil da variante canônica do fenômeno estudado isoladamente. O cruzamento dessas duas análises nos permitirá perceber a inter-relação entre emergência, na escrita, de inovações linguísticas e padronização linguística. Neste caso, o uso de *corpora* capaz de retratar a escrita formal torna-se necessário. Para tanto utilizaremos textos jornalísticos que servirão como amostra típica de textos escritos com permeabilidade da oralidade reduzida.

O critério (ii) se justifica por meio da afirmativa feita por Tarallo, de que a pena brasileira só pode escorrer a própria tinta na virada do século XIX, mas que possivelmente as diferenças entre as duas variedades já ocorriam em períodos anteriores. Por essa razão, serão analisados dados que perfaçam os três séculos. O fenômeno observado em todos os períodos de tempo e *corpora* será o uso da preposição[a]/[para] em complementos verbais. Este fenômeno foi selecionado por relacionar-se aos resultados encontrados em Tarallo (1993), como observamos no capítulo um, e por ser um fenômeno considerado como característico da gramática do PB (cf. GUEDES e BERLINCK, 2003). E, também porque os resultados apresentados por Ramos (1992) dialogam muito diretamente com este fenômeno, comprovando o encaixamento linguístico.

O critério (iii), simetria das amostras, se justifica pela necessidade de termos amostras comparáveis das duas variedades. Estamos chamando aqui de amostras comparáveis àquelas que respeitam os mesmos critérios de seleção e tratamento dos documentos. Temos como propósito verificar se a escrita brasileira se aproxima do PB falado hoje ou da norma escrita no PE.

A adoção desses três critérios para a seleção das cartas pessoais tornou evidente a importância de tratarmos a questão do estilo e do gênero. Porém, existem estudos que demonstram que o fato de selecionar gêneros que se aproximem da fala não garante que os resultados obtidos sejam fruto apenas da manifestação da fala na escrita. A. Barbosa (1999)

mostra que o corpus formado por cartas pessoais, do século XVIII, não favorece o uso da variante inovadora (o infinitivo gerundivo), pois, ao contrapor esse corpus a outros formados por cartas de comerciantes e textos jurídicos, a frequência dos dados se mantém estável. Do mesmo modo, em Monthé (2006), ao tratar também do infinitivo gerundivo, observa que não é muito produtivo delimitar um gênero textual dentro do suporte⁹ jornal que favoreça o uso da variante inovadora na fala. Tanto os editoriais quanto as notícias possuem frequências de uso equivalentes. Já os anúncios tendem a desfavorecer o uso da forma infinitiva gerundiva, embora a diferença seja muito pequena.

Para A. Barbosa, o gênero cartas pessoais não se mostrou favorecedor da manifestação de inovações típicas da fala por se tratar de um fenômeno em seu estágio inicial de variação. Porém, em Monthé, avaliando o mesmo fenômeno, só que em textos jornalísticos dos séculos XIX e XX, ou seja, sem ser no estágio inicial da mudança, como afirmou A. Barbosa, os

⁹ A perspectiva de considerar o suporte e as tecnologias no estudo da língua escrita vem sendo amplamente utilizada no estudo dos gêneros discursivos, porém, este não será o nosso objeto. Não nos dedicaremos aqui a perceber a importância do suporte para a caracterização de um determinado gênero como propõem Maingueneau (2001), Marcuschi (2003), Bezerra (2006, 2007, 2011), entre outros. Buscaremos nos conceitos apresentados por esses autores subsídios para a compreensão do que estamos chamando suporte e novas tecnologias e projetaremos esses elementos na análise de um fenômeno social que se manifesta por meio de vários fenômenos linguísticos. Nesta medida, as noções de suporte e tecnologia neste trabalho serão fundamentais. Segundo Maingueneau (2001), o suporte é material que carrega o texto. A variação no suporte material significará alteração no gênero ao qual ele serve de suporte. O livro é um suporte material para diferentes gêneros e o texto impresso tem como característica localizar-se em um lugar concreto e bastante determinado, pois o impresso é o maior agente fixador da escrita. Para Marcuschi (2003), o suporte é o portador do texto, “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (op. cit., p. 11). Neste sentido, tem-se englobado tanto textos orais quanto escritos e virtuais. Nessa concepção qualquer instrumento utilizado como base para um texto pode ser entendido como suporte. Para A. Barbosa (2006, p. 85) o suporte deve ser entendido como “um algo, superfície ou objeto, físico ou virtual, que permite a manifestação concreta e visível do texto/gênero. O gênero pode ser distinguido de seu suporte, na maioria das vezes, através da consideração de que o texto em si não é um objeto. Assim, por exemplo, o outdoor é um objeto concreto, portanto, um suporte. O gênero, ou seja, o conteúdo suportado pelo outdoor, não é um objeto, mas um texto”. Chartier (2002a, p. 80) em sua consideração ao gestual que envolve a leitura e a escrita considera o suporte como um elemento que ultrapassa a interpretação que serve de material para o transporte, no caso do escrito, é um elemento de posicionamento social em que o uso do suporte e da língua tem por objetivo “manifestar a autoridade de um poder, senhor do espaço gráfico, o poder de uma família ou de um indivíduo suficientemente rico e poderoso para mandar gravar seu nome na pedra ou no mármore”. Neste caso, o suporte, e não o discurso, assume posição central. Tendo em vista as especificidades de cada conceito, estamos entendendo suporte esse locus ou material capaz de comportar o texto em suas mais amplas manifestações, que se difere do gênero em si, mas que o comporta e o modifica de acordo com relações sociais inerentes ao processo. Pode-se, assim, tratar o suporte como agente central da comunicação escrita, oral e digital, porém, enfocando a escrita, considerando as suas relações sociais distintas, embora todas precisem de um suporte para a sua fixação. Essa concepção nos permite associar o conceito de suporte à noção de tecnologia, pois, de acordo com o seu verbete no Houaiss (2001, p. 2683), pode ser entendida como “teoria geral e/ou estudo sistemático sobre técnicas, processos métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios da atividade humana” e ainda pode ser entendida como “técnica ou um conjunto de técnicas de um domínio particular”. A compreensão da tecnologia envolve também o entendimento do que é técnica. Adotamos a concepção de técnica como sendo o conjunto de procedimentos ou parte material de uma arte ou ciência (cf. HOUAISS, 2001, p. 2683). Neste sentido, todo suporte é também um elemento tecnológico.

gêneros menos formais, como anúncios e cartas de leitores, também não se mostraram favorecedores das inovações.

Tal fato nos faz pensar que talvez a razão desse não favorecimento possa estar mais relacionada ao caráter formalizante do texto escrito e ao grau de aceitação da inovação por parte do escrevente do que ao estágio em que se encontra a mudança. Dito de outra forma, existem questões de ordem social que fazem com que o texto escrito seja mais permeável a uma determinada inovação. O que pode ter ocorrido é que, embora não tivesse uma frequência alta de ocorrência, o fenômeno era bem aceito pelos escreventes, pois não foi percebida a diminuição de uso nos textos mais formais nos quais as inovações deveriam ser filtradas pela norma linguística. Sendo assim, esse fato funciona mais como uma evidência de que a gramática do PB vai progressivamente se manifestando na língua escrita, culminando na sua maior manifestação no período em que se tem ampliação dos agentes da escrita do que como um problema para a interpretação diacrônica da mudança linguística.

A seleção do corpus por meio do gênero discursivo não perde importância com a constatação de A. Barbosa, antes, ganha argumento em seu favor. Por essa razão, o uso de cartas pessoais para comprovar que *os fenômenos estudados possivelmente ocorriam anteriormente na língua* foi considerado por nós como eficaz.

Esses critérios evidenciam, também, o quão profícua é a questão da identificação do informante. De acordo com a metodologia sociolinguística, saber o perfil do informante é uma condição para a utilização de uma amostra formada por dados de língua falada e também de língua escrita. Assim, a identificação do informante vem sendo adotada, por uma imensa quantidade de trabalhos em diacronia e, principalmente, por trabalhos desenvolvidos no âmbito do PHPB¹⁰. Tal estratégia também é eficaz na conferência de confiabilidade aos resultados apresentados, uma vez que ao identificar o informante controlamos uma gama de relações sociais que nos permite descrever o uso linguístico de uma comunidade de fala em um período específico. Porém, manifesta algumas agruras para o tratamento de *corpora* formados por textos escritos. No desenvolvimento de trabalhos em diacronia uma das tarefas mais difíceis é a da identificação dos informantes.

Muitas vezes, não nos é possível identificar a idade, o grau de escolaridade, a posição social do informante, a nacionalidade, a naturalidade, etc. Dependendo do fenômeno

¹⁰ Para maiores informações sobre adoção da transposição do critério de identificação do informante para estudos diacrônicos ver Ramos, 2001; Mattos e Silva, 2002 e Lobo, 2010. Nestes trabalhos as autoras desenvolvem argumentos em favor desse critério e explicitam formas de aplicá-lo.

investigado e do objetivo do estudo desenvolvido, a não identificação do informante de acordo com as informações acima explicitadas pode comprometer a análise dos dados.

Por essa razão, a discussão sobre a composição dos *corpora* aqui é tão necessária, pois, como foi dito anteriormente, a composição dos *corpora* foi feita com dois objetivos específicos. O primeiro de conseguir comprovar que as mudanças identificadas como caracterizadoras da gramática do PB podem ter ocorrido antes do final do século XIX, como apontam os trabalhos sobre mudança sintática no PB. O segundo é o de comprovar que os textos jornalísticos propiciaram a difusão das inovações linguísticas dessa gramática do PB na língua escrita.

Por possuírem objetivos diferentes, tais *corpora* também possuem critérios distintos de composição. A seguir apresentaremos os critérios norteadores para cada um deles. Devemos lembrar que todos os critérios utilizados servem para os dois tipos de amostras utilizadas, a amostra do PB e a amostra do PE. Portanto, não apresentaremos nesta parte divisões segundo a variedade linguística, porém as análises serão feitas levando-se em conta esta distinção.

2.1 Amostra composta por cartas pessoais

Para o recolhimento das cartas pessoais, a datação da carta mostrou-se um recurso fundamental, pois é a única forma de comprovarmos que os textos utilizados foram escritos nos períodos investigados, a saber, 1750-1799, 1800-1849 e 1850-1899. A partir da datação pudemos recuperar o percurso da inovação e inseri-la nos contextos sociais.

Foram selecionadas cartas escritas por moradores da região de Mariana e Ouro Preto, no Brasil, e por moradores de Lisboa, em Portugal, que pudessem ter a nacionalidade definida e que fossem socialmente identificados. Essas cartas foram recolhidas basicamente em quatro acervos: 1) cartas brasileiras pertencentes ao Fundo Barão de Camargos; 2) cartas brasileiras pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Monsenhor Horta; 3) cartas portuguesas pertencentes ao acervo do Projeto Fly/Cards e 4) cartas portuguesas pertencentes ao acervo do projeto Tycho Brahe.

1) Cartas brasileiras pertencentes ao Fundo Barão de Camargos

O Fundo Barão de Camargos faz parte do acervo pertencente ao anexo 3 do Museu da Inconfidência, localizado na Casa Setecentista do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais. Neste

fundo, encontram-se vários tipos de documentos de ordem oficial e não oficial, pública e privada e pessoais e notariais, dos séculos XVIII e XIX. Foram recolhidas cartas pessoais escritas por brasileiros nos dois séculos citados. No caso do século XVIII, o recolhimento foi feito por meio da seleção de cartas localizadas em três caixas com cartas escritas e recebidas por: Clara Felícia Rosa, Manoel de Oliveira Pinto e Luis da Silva Vale. No caso do século XIX, foram utilizados os documentos disponibilizados em E. Chaves (2006) que também foram recolhidos no mesmo Fundo, porém em caixas diferentes e de variados remetentes pertencentes ao acervo do próprio Barão de Camargos¹¹.

2) Cartas brasileiras pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Monsenhor Horta

A documentação que compõe o acervo do Arquivo Histórico Monsenhor Horta é de natureza impressa e manuscrita de datas variadas que vão desde, aproximadamente, 1814 até 1954. Possui gama variada de gêneros e tipos textuais, como partituras sacras (Kyries, missas, ladainhas, credos) e profanas (dobrados, sambas, maxixes, modinhas e tangos), compostas por músicos reconhecidos regionalmente ou pertencentes à própria localidade; cartões de visitas; correspondências, bilhetes particulares¹² e comerciais; notas de recebimento de mercadorias; fotografias; cartões-postais; poemas produzidos na própria região; periódicos sacros e profanos; material escolar; representação pictórica e documentos jurídicos.¹³ Tais documentos pertenciam a uma alfaiataria, a uma escola e a uma banda de música.

O seu acervo é de aproximadamente 3m³ de documentos, sendo que nem todos os documentos encontram-se tratados e seriados tornando tal documentação de difícil acesso e manuseio¹⁴. Grande parte das cartas selecionadas é pertencente a três caixas, a saber, Família Ramos, Família Ferreira e Outros Missivistas.

Deste acervo, foram utilizadas cartas pessoais escritas por brasileiros da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

3) Cartas portuguesas pertencentes ao acervo dos Projetos Fly/Cards

¹¹ Destacamos o trabalho da Prof. Dra. Mônica Alkmim desenvolve no recolhimento de *corpora* compostos por cartas desse acervo. Para maior detalhamento dessa questão recomendamos os trabalhos de Alkmim (2002), Chaves e Moreira (2006), Alkmim e Chaves (2010), Seixas (2012).

¹² Foram encontrados, também, fragmentos de cartões pornográficos franceses do século XIX, de extremo interesse cultural, por refletirem características relativas ao gosto de uma pequena parte da população local.

¹³ Lima (2001).

¹⁴ Em trabalhos de iniciação científica e monografia, E. Chaves se dedicou ao tratamento dos documentos selecionados por ela para a composição de *corpora* dos séculos XIX e XX. Tais documentos podem ser consultados em Chaves e Alkmim (2002) e em Chaves (2006).

Os Projetos Fly e Cards são coordenados pela profa. Rita Marquilhas, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, e tem como objetivo o recolhimento de cartas de foro privado de vários períodos de tempo. O *Projeto Cards – cartas desconhecidas* conta com manuscritos privados de 1500 a 1900 que foram utilizados pela justiça da Inquisição e da Coroa. O *Projeto Fly – cartas esquecidas* é formado por cartas privadas do século XX.

Ambos os projetos possuem vasto acervo de aproximadamente 4.000 cartas, hospedadas no endereço <http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly/index.php>. Todas as cartas são ricamente identificadas, apresentando título, assunto, local, tipo textual, data, remetente e o contexto histórico e social em que foram escritas. A riqueza das informações nos permite, inclusive, identificar muitos dos remetentes.

4) Cartas portuguesas pertencentes ao acervo do Corpus Histórico Tycho Brahe

Composto por textos escritos em português, O Corpus Histórico Tycho Brahe tem como objetivo fornecer material para pesquisas linguísticas. Encontra-se hospedado na URL: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html> e conta com um total de cinquenta e três textos que podem ser pesquisados por busca livre com anotação morfológica e anotação sintática. Os textos foram recolhidos de acordo com a data de nascimento dos seus escreventes. Perfaz um período de tempo que vai de 1380 a 1845.

A grande maioria do acervo é formada por textos escritos por pessoas ilustres de fácil identificação do perfil sócio-histórico.

No que tange à transcrição dos documentos, as cartas que constituíram as amostras do PB, seguiram as normas estabelecidas pelo grupo de pesquisa *Para História do Português Brasileiro*. Já as cartas que compõem as amostras do PE possuem critérios próprios fundados na transcrição semidiplomática que não se distanciam dos adotados para as amostras do PB.

Com a definição das cartas pessoais e a apresentação dos critérios utilizados para a seleção e o tratamento de tais cartas, podemos nos dedicar aos outros gêneros que compõem os *corpora* utilizados.

2.2 Amostra formada por textos jornalísticos

A amostra composta por textos jornalísticos seguiu critérios específicos. A razão para a adoção desses critérios está firmemente atrelada ao fato de ser essa uma fonte que exige tratamento distinto do já apresentado para as cartas pessoais por serem materiais distintos. A principal diferença está no fato de termos nos *corpora* formado por cartas pessoais apenas textos manuscritos assinados e datados, ao passo que nos *corpora* formado por textos jornalísticos temos notícias¹⁵ e cartas de leitores¹⁶ impressas, no caso das notícias, na maioria das vezes sem assinatura e, no caso das cartas de leitores sempre assinadas ou por pseudônimos ou por nomes. A consequência desta diferença entre a amostra manuscrita e a amostra impressa é que esta última se mostra de difícil identificação dos escreventes e a datação, muitas vezes, só pode ser recuperada por meio da datação do jornal ou quando é mencionada a data em que a notícia ou carta foi recebida de outra fonte. Por essa razão, apresentamos critérios que ajudaram na composição da amostra de forma que pudéssemos ter um controle maior sobre as suas idiosincrasias. Esses critérios passaram, então, a funcionar como suporte para as diretrizes que definimos para a identificação dos escreventes dos textos jornalísticos. Apresentaremos a seguir tais critérios:

1) Os jornais não foram escolhidos de acordo com o perfil ou o rótulo. Não nos foi possível selecionar jornais de acordo com o posicionamento político, por exemplo, pois não há correspondência temporal entre os perfis políticos adotados pela imprensa periódica nos dois países. E, também, para mantermos a simetria da amostra não pudemos nos ater a apenas um rótulo como diário ou gazeta, por exemplo, por não haver quantidade suficiente de exemplares nos três períodos recortados de um mesmo rótulo ou perfil. A própria história da imprensa periódica nos mostra que os rótulos foram sendo alterados, amalgamados e desenvolvidos ao longo do tempo. E ainda o contexto estrutural do jornal é decorrente do contexto sócio-histórico a que pertence. Tomamos apenas o cuidado de não utilizarmos jornais apenas literários e jornais caricatos, pois esses jornais trazem uma maior inserção da linguagem literária e imagética que a grande maioria dos jornais que traz seções sobre esses temas, mas não os trazem como a espinha dorsal do próprio jornal. Além disso, os jornais literários fundam-se em um conceito de informação muito distinto do que encontramos nos outros tipos de jornal. Os jornais caricatos não foram utilizados devido à pequena quantidade de texto escrito neles vinculado.

¹⁵ Para definição do gênero notícias, ver Castilho da Costa (2008).

¹⁶ Para definição de cartas de leitores, ver Castilho da Costa (2008), Andrade (2008) e Barbosa e Lopes (2006).

2) Não foram recolhidos dados das primeira e segunda décadas de cada período delimitado, uma vez que a imprensa periódica tornou-se difundida no Brasil a partir de 1820. Assim sendo, para controlarmos o tamanho da amostra, optamos por utilizar as três últimas décadas de cada período.

3) Quanto à periodicidade da publicação, por não ter sido possível utilizar jornais semanais para todos os períodos de tempo do recorte, para as duas variedades da língua, optamos por não considerar a periodicidade como um critério de seleção, muito embora seja um elemento a ser considerado na análise qualitativa dos dados.

A seguir, apresentamos os jornais selecionados, uma relação completa dos jornais utilizados pode ser consultada no anexo 3:

Quadro 2.1: Jornais mineiros utilizados, por ano de publicação.

Jornais	Data
<i>O Universal</i>	1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1836, 1841, 1842
<i>Correio de Minas</i>	1838
<i>O Publicador Mineiro</i>	1845
<i>O Itamontano</i>	1848
<i>O Povo</i>	1849
<i>O Conciliador</i>	1851
<i>O Bom senso</i>	1854, 1855
<i>Correio Oficial de Minas</i>	1858, 1860
<i>Minas Geraes</i>	1862
<i>O Constitucional</i>	1866, 1868, 1878
<i>Diário de Minas</i>	1873, 1875, 1876, 1878
<i>A Actualidade</i>	1878, 1879
<i>A Província de Minas</i>	1880, 1947
<i>Liberal Mineiro</i>	1886
<i>A Camélia</i>	1887
<i>A Derrocada</i>	1894
<i>O Diabinho</i>	1884, 1887, 1889
<i>O Cysne</i>	1895
<i>O Estado de Minas</i>	1896
<i>A Caridade</i>	1898
<i>Minas Central</i>	1922
<i>O Ouro Preto</i>	1922
<i>Ouro Pretano</i>	1928
<i>Oito de Julho</i>	1929
<i>Tribuna de Ouro Preto</i>	1947

Quadro 2.2: Jornais portugueses utilizados, por ano de publicação.

Jornais	Data
<i>O Português</i>	1826
<i>O Nacional</i>	1834, 1835, 1836
<i>O Patriota</i>	1846
<i>Diário de Notícias</i>	1876, 1886
<i>A Imprensa</i>	1886
<i>O Século</i>	1896
<i>Diário de Notícias</i>	1926
<i>A Capital</i>	1926
<i>Diário de Notícias</i>	1936, 1946

O tamanho dos *corpora* foi medido por meio da contagem de palavras, mesmo sendo marcados pela diversidade de fontes (imagens digitalizadas, fotocópias e arquivos editáveis) que dificultaram muito a contagem. Não adotamos como medida o número de laudas, por estarem os textos jornalísticos condicionados à divisão das seções, ao tamanho do periódico, à quantidade de páginas que possui e a sua periodicidade. Na primeira metade do século XIX, os jornais eram menores em tamanho, em número de páginas e em número de seções. Na segunda metade, tornaram-se maiores e assim continuaram até o século seguinte.

Dessa forma, o número de palavras foi condicionado à menor amostra das cartas pessoais. Esse recurso foi utilizado por necessitarmos de amostras do mesmo tamanho para a garantia da simetria. E essas amostras têm que ter o mesmo tamanho tanto para os textos manuscritos quanto para os textos impressos. Como a localização de cartas pessoais escritas na primeira metade do século XIX foi restrita à amostra, ela ficou condicionada ao tamanho de 7.500 palavras por período de tempo e por variedade da língua portuguesa. Computamos um somatório de aproximadamente 22.500 palavras para o *corpus* de cartas pessoais do PB e o mesmo valor para o PE; aproximadamente 24.000 palavras para o *corpus* de cartas de leitores do PB; aproximadamente 24.000 palavras para o *corpus* de cartas de leitores do PE; de aproximadamente 24.000 palavras para o *corpus* de notícias do PB e; aproximadamente 24.000 palavras para o *corpus* de notícias do PE. Trabalhamos, então, com um total de 141.000 palavras, como já foi explicitado na introdução.

2.3 Identificação dos informantes: ouvindo as fontes

Ao apontarmos a existência de novos agentes atuando na escrita, identificando-os como responsáveis pela inserção da gramática do PB em textos escritos mais formais,

buscamos explicações para a distinção de duas variedades da língua portuguesa¹⁷. Estamos falando em gramáticas distintas, e considerando grupos sociais distintos que necessitam ser identificados.

A identificação dos informantes é um recurso amplamente utilizado para a constituição de amostras compostas por textos escritos. Essa identificação garante o estabelecimento das relações sociais a que esse indivíduo pertence. Para a efetivação de um estudo que pretende esclarecer questões concernentes aos usos linguísticos manifestados em variedades distintas da língua portuguesa, utilizando como amostra textos manuscritos e impressos, é necessário um conjunto de critérios bastante profícuos para o tratamento das duas amostras.

No primeiro capítulo, destacamos a importância de investigarmos a língua escrita sempre tendo em vista as idiossincrasias da fonte e da própria escrita. Aqui, mostraremos que, para além disso, conhecer socialmente o autor do texto contribui, inclusive, para o tratamento dessas idiossincrasias. Buscaremos, portanto, fornecer material para o amadurecimento dessas questões.

A proposta do nosso trabalho não está apoiada apenas na investigação de fenômenos linguísticos típicos do PB. Está baseada na comparação de sincronias do PB e do PE para evidenciar o entendimento desses fenômenos linguísticos como caracterizadores de duas gramáticas distintas. Neste sentido, a identificação do informante não tem a função apenas de delimitar um conjunto de textos escritos no Brasil que possam ter seus escreventes identificados socialmente. Para nós, a identificação do informante tem que garantir que o conjunto de textos escritos no Brasil foi realmente escrito por brasileiros.

Por tratarmos de amostras que contém textos manuscritos e impressos adotamos critérios distintos para a identificação dos informantes para cada uma dessas amostras. Principalmente, por ser a amostra de textos impressos composta por textos jornalísticos que são particularmente mais difíceis de terem seus escreventes socialmente identificados. Propomos como solução para esse problema três critérios sobre os quais discutiremos após a apresentação dos critérios de identificação dos escreventes das cartas pessoais.

¹⁷ A utilização de uma terminologia que pretende não resvalar em discussões epistemológicas sobre o tratamento do português brasileiro e do português europeu como línguas distintas advém do fato de que, embora essa seja uma questão de extrema importância, considerando o objetivo desta tese, nos ateremos a tratar apenas da distinção das duas variedades por meio de suas diferentes gramáticas. Não obstante, a nossa atenção voltou-se também sobre esse tema por ser ele pano de fundo para o entendimento inclusive da distinção dessas gramáticas. Apenas nos afastamos do debate, amplamente difundido por Ataliba Castilho e pelo PHPB como um todo e ainda pelos lusófonos, para nos dedicar mais estritamente ao objetivo desta tese.

2.3.1 Os informantes nas cartas pessoais

Para fazermos a identificação social dos informantes, utilizamos quatro estratégias: (i) coletamos informações encontradas nas próprias correspondências utilizadas; (ii) consultamos livros de genealogia do Cônego Trindade (1951, 1955)¹⁸; (iii) buscamos informações em arquivos notariais e (iv) confrontamos informações com o contexto social e econômico apresentado por Almeida (2010). Para confirmar essas informações também nos dedicamos a observar a cidade de Ouro Preto em seu contexto social, político e econômico, nos séculos XVIII e XIX.

A primeira estratégia se pautou no recolhimento de informações fornecidas pelos próprios correspondentes, como por exemplo, grau de parentesco entre remetente e destinatário, localidades em que o escrevente viveu, cargos desempenhados, etc.

A segunda estratégia, e uma das mais eficientes, foi o uso de livros de genealogia para a identificação de famílias e recolhimento de informações sociais. Existem duas obras de referência sobre a genealogia das famílias mineiras que são fundamentais para identificar os indivíduos que constituíram a sociedade mineira desde a chegada dos bandeirantes no século XVII. São elas os Velhos Troncos Mineiros e os Velhos Troncos Ouro-pretanos. Nestes volumes, escritos por Cônego Trindade, temos relações dos bandeirantes e das famílias portuguesas que para cá se deslocaram no desbravamento do interior e na corrida pelo ouro.

Estes livros assumem importância fundamental por se aterem a compor as árvores genealógicas dos *filhos ilustres* da cidade de Ouro Preto e de Minas Gerais; mais pontualmente, das localidades de extração aurífera. Por mais que o Cônego Trindade não deixe claro em seus livros qual o critério adotado para selecionar esses *filhos ilustres*, classificação, aliás, adotada por Trindade, podemos perceber que as suas genealogias estão repletas de portugueses que vieram constituir riqueza no Brasil, que possuíam patentes em Portugal ou as recebiam aqui por relações de mercês, homens que ocupavam altos cargos administrativos na estrutura colonial e no Império, membros do alto clero, pessoas que possuíam títulos de nobreza, negociantes e comerciantes bem sucedidos. No próximo tópico, nos dedicaremos a relacionar esses indivíduos com as hierarquias sociais existentes, nos séculos XVIII e XIX.

¹⁸ Agradecemos a Vivian Canella Seixas por ter cedido informações coletadas nos livros do Cônego Trindade que nos permitiram identificar mais pontualmente a nacionalidade dos missivistas. Agradecemos também a permissão para o uso das cartas por ela fotografadas como parte a mostra por nós constituída.

A terceira estratégia que utilizamos foi a busca em documentos notariais, como testamentos e inventário *post mortem*, de informações sobre esses escreventes. Neste tipo de documentação foi possível obter informações familiares e econômicas muito importantes para este estudo. Procedeu-se um levantamento prévio da documentação disponível, pertencente aos escreventes, em quatro arquivos nas cidades de Mariana e Ouro Preto, quais sejam:

- a) Casa Setecentista de Mariana – documentos cartoriais do 1º e 2º ofícios dos quais foram consultados testamentos, inventários, justificações, ações cíveis e processos crime.
- b) Arquivo da Câmara Municipal de Mariana – listas de moradores do distrito de Monsenhor Horta, no século XIX, listas de votantes e atas de votação, além de alistamento de eleitores, sede e distritos, mapas e listas de oficiais, ata de qualificação, ata de eleição de juiz de paz, etc.
- c) Cúria Metropolitana de Mariana – atestados de óbitos
- d) Casa Setecentista do Pilar, em Ouro Preto – inventários *post mortem*.

A última estratégia utilizada foi adotada para os escreventes do século XVIII. Buscamos, na transcrição da listagem dos *Homens Ricos de Minas Gerais de 1756*, feita por Almeida (2010)¹⁹, os nomes dos escreventes do século XVIII a fim identificar dados importantes como se possuíam patentes, a ocupação e o local em que viviam. Nesta listagem, encontramos apenas um escrevente. Trata-se de Luís da Silva Valle, nascido em Cachoeira do Campo/ Ouro Preto, filho de pai português, Luis da Silva Vale (São Mamede de Sezures, comarca de Vila Nova de Famalicão), e mãe brasileira, Josefa Maria Bernarda. Era casado com Margarida Francisca de Santa Rosa, com quem teve oito filhos: Rita de Cássia e Silva; Ana Rodozinda Videlina da Silva; Inácia Francelina Cândida da Silva; Maria Rozenda Domitila da Silva; Maximiano Cândido da Silva Vale; Sabina Flávia Domitila da Silva; Leocádia; Francisca de Paula; Luís Torquato da Silva Vale. Alguns de seus filhos são também remetentes e destinatários das cartas por nós utilizadas. Foi importante negociante em Cachoeira do Campo e, também, foi comerciante na mesma localidade, além de Congonhas e Vila Rica. Era proprietário de vários prédios em Vila Rica, no Largo do Pilar (sua casa), no Rosário, na Ladeira das Cabeças e na rua dos Paulistas, em Antônio Dias. Em Vila Rica, possuiu cargo público na Tesouraria da Fazenda Real e trabalhou no Contrato dos Dízimos.

Como veremos no tópico em que trataremos o contexto social e os escreventes, as informações retiradas dessa listagem e a análise feita por Almeida (2010) nos ajudaram a

¹⁹ A listagem encontra-se organizada por ordem alfabética, por comarcas e termos. A fonte utilizada pela autora foi Arquivo Histórico Ultramarino – Manuscritos Avulsos de Minas Gerais.

compreender o contexto em que esses escreventes se encontravam inseridos no século XVIII, bem como nos ajudam a perceber as redes estabelecidas por estes informantes. Este fato fica ainda mais evidente quando observamos que vários dos remetentes e destinatários das cartas estabelecem algum tipo de relação com este ‘homem rico’. Alguns são filhos, irmãos, amigos, afilhados, cunhados, ou possuem algum tipo de relação comercial com Luis da Silva Valle.

Nos anexos 1 e 2, apresentamos dois quadros, divididos por século, nos quais colocamos todas as informações encontradas sobre os remetentes das cartas pessoais e a localização da documentação notarial utilizada, respectivamente. Os quadros de identificação foram compostos evidenciando o nome do remetente, a data de nascimento, a nacionalidade, a naturalidade, a profissão, o estado civil e dados familiares complementares.

Como podemos notar o quadro ainda apresenta algumas lacunas. Essas lacunas são em decorrência da dificuldade de encontrarmos informações sobre alguns dos informantes. Essa dificuldade é inerente ao fato de talvez esses informantes não morarem na Comarca de Ouro Preto na data de seu falecimento, ou de não serem filhos ilustres nem da comarca, nem da capitania mineira e, por essa razão seus nomes não figuram nos livros do Cônego Trindade, por exemplo. Ainda é possível que essas pessoas estivessem temporariamente em alguma freguesia da Comarca de Vila Rica e tenham escrito cartas neste período.

Seja qual for a razão, esses informantes nos colocaram diante de mais uma das idiossincrasias apresentadas por fontes escritas: a quantidade de material disponível. A atitude recomendável para uma situação como essa seria o não uso das cartas selecionadas. Dado o fato que isso significaria, necessariamente, uma redução da amostra para alguns dos períodos observados, optamos por fazermos um recorte composto por textos identificados e textos não identificados e quantidade equânime de palavras. A comparação dessas duas amostras nos dirá se os usos linguísticos manifestados nos textos com informantes não identificados são os mesmos dos textos que possuem os informantes identificados.

A observação dos dados retirados de cartas pessoais nos mostrou que: (i) uso maior, no PB, da preposição [para] nos contextos em que as duas preposições são aceitas no PE, a saber, quando o complemento verbal é não cliticizável e quando a preposição [para] introduz complemento verbal cliticizável; (ii) em verbos como *remeter* e *desejar* os complementos verbais são categoricamente introduzidos pela preposição [a], no PE. No PB, ocorre variação com o verbo *remeter*, apenas no século XIX:

(7) Meu Amigo e senhor pelo Senhor Lousiano remeto **para** noça conta 55H140 reis. em cobres de toda qualidade (PB 2ª XIX)

- (8) Remeto a VossaMerce 17: 790 reis para VossaMerce me fazer amerce mandar 440 quatro Pesas de americano Estreito (PB 1ª XIX)
- (9) o mesmo desejo a Senhora Dona Paula e Senhora Dona Anna muito [ilegível] tudo que lhe dis respeito (PB 2ª XVIII)
- (10) Desejo a Vossa merce perfeita saúde e despondo, (PB 1ª XIX)
- (11) Remeto essas fruta para Vossa Senhoria não repare ser coisa tão insignificante é somente hum sinal de gratidão. eu desejo saber odia da sua partida para a Corte para eu ther o gosto de apertar-lhe a mão. (PB 2ª XIX)

(iii) em verbos como *mandar* e *escrever*, no PE, os complementos verbais só serão introduzidos pela preposição [para] se contiverem os traços [-animado] ou [+genérico]. No PB, a preposição [para] é usada também em complementos verbais com traços [-animado] ou [+genérico] e em complementos verbais com traço [+animado];

- (12) Porisso não lhe tenho mandado mais breve eu mando para vossa merce ou eu mesmo (PB 2ª XIX)

(iv) em verbos como *ir*, *vir*, *fazer* e *vender* o complemento verbal sempre será introduzido pela preposição [a] em contextos em que o complemento verbal for [+animado]. No PB, nestes contextos, ocorre variação com [para];

- (13) Enquanto eu estou com paciencia com elle avisto sahir demim vai para onde esta vossa merce (PB 1ª XIX)

(v) Com o verbo *rogar* o uso da preposição [a] é categórico, no PE e no PB.

- (14) porém não tenho outro Remédio, senão Rogar a vm^{ce}. / que astou como D^{os}. quer as Almas (PB 2ª XVIII)

No século XVIII, tivemos apenas três escreventes não identificados que somaram um total de 469 linhas. As ocorrências encontradas para esses três escreventes foram:

- (15) e a todos me recomende vm^{ce}. (PB 2ª XVIII)
- (16) Desejo a vm^{ce} saúde. (PB 2ª XVIII)
- (17) Vm^{ce} me faça mercê mandar dizer a Costa (...)(PB 2ª XVIII)
- (18) Desejo a vm^{ce} saúde. (PB 2ª XVIII)

Os quatro dados encontrados nestas cartas configuram uso categórico da preposição [a] tanto para o PB, quanto para o PE. Nos exemplos (15), (16) e (18) temos a preposição [a] em contextos *formulaicos* dentro da estrutura da carta, abertura ou despedida de cartas. No exemplo (17) temos um uso possível nas duas variedades da língua portuguesa. A diferença é que, neste mesmo contexto, no PB também admitimos o uso do [para]. Sendo assim, essas ocorrências não significam problema para a análise proposta.

Ao considerarmos os dois escreventes do século XIX que não puderam ser identificados observamos que a única ocorrência foi com o verbo *pedir*. No corpus do PE temos uso categórico do verbo *pedir* com a preposição [a]. Já no PB, foram encontradas ocorrências com as duas preposições. Por essa razão, este único exemplo não oferece problema para a interpretação dos dados.

(19) que grande amor Lhe tinha mas porem pesso a Deos que mede
Forças para soffrer as faltas que ella me faz (PB 2^a XIX)

No próximo tópico nos dedicaremos a confrontar os resultados apresentados acima com os encontrados nos textos jornalísticos para, então, completarmos a definição dos critérios de identificação do informante.

2.3.2 A identificação dos informantes nos textos jornalísticos

Na identificação dos informantes dos textos jornalísticos, apresentaremos os dois critérios aventados em tópico anterior. Esses dois critérios permitirão o tratamento informações que nos permitam conhecer o perfil da comunidade e não apenas o perfil do indivíduo. Esse foi o primeiro critério adotado por nós.

Esse procedimento une inquestionavelmente a metodologia de identificação dos informantes utilizada nas cartas pessoais com a utilizada nos textos jornalísticos. E encontra respaldo na metodologia de observação dos dados. É uma estratégia que se aproxima muito da que utilizaremos para a comparação dos diferentes subgêneros. Optamos, assim por tratar os escreventes dos textos jornalísticos como pertencentes ao mesmo contexto social e político em que estão inseridos os escreventes das cartas pessoais. Consideraremos, assim, os textos jornalísticos como um espelho social das cartas pessoais.

A opção de tratarmos a amostra formada por textos jornalísticos como um espelho social das cartas pessoais não foi feita deliberadamente. Apoiamo-nos no fato de que a

observação do contexto social em que os escreventes estão inseridos é capaz de elucidar muitas questões sobre tais informantes e, justamente por isso, consideramos que esses escreventes são representantes de um mesmo contexto social. Esse critério foi em três etapas da identificação dos informantes dos textos jornalísticos.

Nos jornais portugueses dos séculos XVIII e XIX e nos jornais brasileiros, o redator e o tipógrafo assumiam papel central na estrutura do jornal. Ambas as atividades possuíam uma carga de prestígio, principalmente no século XVIII, por serem desempenhadas por pessoas de vasto conhecimento sobre a língua. Este perfil é mais adequado para os jornais portugueses do século XVIII e primeira metade do século XIX em Portugal e no Brasil. Na segunda metade do século XIX e na primeira metade do XX, não há diminuição da importância dessas funções para o jornal, mas há uma mudança no perfil desses profissionais. Isso significa dizer que a redação dos jornais passou de uma estrutura centralizada nas mãos de poucos agentes para uma estrutura ampliada com várias mãos atuantes, inclusive a mão do próprio leitor que, além de ser para quem o jornal é escrito, também passou a ter oportunidade de pautar as notícias ali publicadas.

Essa alteração permitiu que a responsabilidade pelo conteúdo publicado no jornal fosse pulverizada, uma vez que as redações assimilaram a presença de novos profissionais como repórteres, assistentes de redação, entre outros. É possível pensar, tendo estes fatos como foco, que, além de o jornal ser escrito para um público específico, e isso não diz respeito apenas à camada social a que pertence, mas também à nacionalidade do público a que se destina, o redator pode ser a figura que representa esse jornal. Sendo assim, a sua identificação também auxilia na construção do perfil dos escreventes dos textos de jornais.

Recolhemos informações sobre os jornais utilizados para que contribuíssem na identificação desse conjunto de texto como confiável para o estudo desenvolvido. Dentre essas características estão a identificação do redator ou editor, o local ou o nome da tipografia e a periodicidade. Essas são informações muito importantes para sabermos quem é o responsável pelo formato do jornal e o contexto em que é moldado. Poder confirmar se os tipógrafos ao menos estão na localidade investigada é um exemplo da importância dessas informações, pois podemos ter, principalmente, para o Brasil, no século XIX, periódicos publicados fora dos países pesquisados. No anexo 4, apresentamos a ficha de cada jornal utilizado na composição dos *corpora*. Nesta ficha, temos a localidade das tipografias e a nacionalidade dos redatores e diretores, quando foi possível identificar.

Como pode ser visto no anexo 4, alguns redatores puderam ser identificados como brasileiros e outros não. Por essa razão, não nos foi possível utilizar essa informação como um

recurso irrefutável da identificação dos responsáveis pelo conteúdo veiculado no jornal. Considerar a nacionalidade do redator ajuda a identificar como o conteúdo foi trabalho em função dos leitores, mas não nos auxilia na identificação dos assinantes das cartas de leitores, muito embora nos permita perceber o tipo de escrevente que ocupa este espaço no jornal. Este recurso ajudou a identificar mais os autores da notícia do que os autores das cartas de leitores. Para pensar um caminho de identificação dos autores das cartas de leitores, nos foi útil o trabalho de Gravina (2008) no qual a autora utilizou como amostra textos jornalísticos escritos por indivíduos identificáveis, constituindo, assim, uma amostra de textos jornalísticos escritos por brasileiros. Neste trabalho, Gravina encontrou o mesmo perfil delineado para todos os estudos que apontam mudanças concluídas no final do século XIX. Se o mesmo perfil for delineado para os textos sem a identificação dos escreventes teremos, então, a comprovação de que a intenção com que o texto é escrito pode ser computada como uma estratégia de seleção de amostra. Temos aqui a segunda etapa do primeiro critério.

É por essa razão que afirmamos que os textos jornalísticos necessitaram de um tratamento diferenciado ao geralmente dado aos textos de períodos passados da língua. Consequentemente, os textos jornalísticos, para cumprirem os objetivos aqui delimitados, têm que ser considerados em sua polifonia e também na sua escrita por várias mãos.

A terceira etapa incide sobre o problema da identificação do escrevente. Por interferir no processo de identificação da nacionalidade do texto utilizado, está relacionada ao intercâmbio de informações entre Portugal e Brasil, ocorrido por meio de notícias publicadas em seus jornais. Como dissemos anteriormente, é comum os jornais possuírem excertos de notícias retirados de outros jornais. Tal fato permite que ocorra não apenas um intercâmbio de informação entre Brasil e Portugal, mas, também, a manifestação escrita dessas variedades em ambos os espaços. Assim, é possível encontrarmos textos escritos por portugueses em jornais brasileiros e outros redigidos por brasileiros em jornais portugueses. Esse é o mesmo efeito que temos, por exemplo, nas cartas pessoais quando alocamos em um mesmo conjunto textos escritos por escreventes nascidos no Brasil e por escreventes nascidos em Portugal, mas residentes no Brasil. Como reconhecer estes textos? Um agravante para esse reconhecimento é o fato de muitos jornais brasileiros e portugueses serem homônimos e não ser possível, muitas vezes, saber qual a nacionalidade do jornal utilizado.

Tomamos como medida retirar dos jornais brasileiros apenas as notícias que eram compostas pelo redator do jornal ou que tenham sido retiradas de jornais identificados como não sendo portugueses, minimizando o efeito de amostras do PE dentro de um espaço de manifestação do PB. Tomamos a mesma medida para os jornais portugueses, pois,

principalmente após a vinda da família real para o Brasil, também são encontrados excertos de jornais brasileiros em jornais portugueses. Esse cuidado se estendeu inclusive para as notícias estrangeiras, pois, no caso do Brasil, grande parte das notícias europeias é retirada de jornais portugueses, diferentemente dos jornais portugueses que são compostos por notícias geralmente retiradas de outros jornais portugueses ou de jornais europeus. No que tange aos excertos retirados de jornais de outra parte do Brasil e que foram traduzidos por brasileiros da localidade selecionada ou não, tomamos como procedimento utilizá-los, uma vez que não estamos desenvolvendo um estudo dialetal, podemos assim, admitir textos de outras localidades como amostras legítimas do PB também.

A observação das etapas descritas até aqui, embora minimizem, não solucionam o problema da não identificação de todos os escreventes do jornal. O fato de não identificarmos cada escrevente do jornal pode ser um problema metodológico de médio porte, pois se estamos tratando comparativamente duas gramáticas distintas essa identificação torna-se fundamental. Assumimos, contudo, três formas de identificar esses escreventes, mesmo que indiretamente. O segundo critério de identificação dos escreventes de textos jornalísticos corresponde à proposta feita para as cartas pessoais em que buscamos na análise qualitativa dos dados os contextos em que a gramática do PB se difere da gramática do PE e confrontamos esses usos aos encontrados nos textos jornalísticos. A esta terceira estratégia nos dedicaremos a seguir.

Para que possamos comparar os perfis das cartas pessoais e dos textos jornalísticos e interpretar esses resultados como espelhamento dos usos em contextos menos formais e em contextos mais formais, deveremos ter: (a) uso maior da preposição [para] nos contextos em que as duas preposições são aceitas no PE, a saber, quando o complemento verbal é não cliticizável e quando a preposição [para] introduz complemento verbal cliticizável; (b) variação em verbos como *remeter* e *desejar*; (c) uso maior da preposição [para], com os verbos *mandar* e *escrever*, em complementos verbais com traços [-animado] ou [+genérico] e uso desta preposição em complementos verbais com traço [+animado]; (d) em verbos como *ir*, *vir*, *fazer* e *vender* a preposição apresentará variação também em contextos em que o complemento verbal for [+animado]; (e) uso categórico da preposição [a] com o verbo *rogar* no PE e uso variável no PB.

No contexto (a) encontramos para o PE uma distribuição equânime de usos da preposição [para] em complementos não cliticizáveis e em complementos cliticizáveis, em cartas pessoais, 15% para cada. Já para o PB esses valores um pouco mais que dobram, 33% de uso da preposição [para] em complementos não cliticizáveis e 34% de uso da preposição

[para] em complementos cliticizáveis. Nas cartas de leitores, temos, para o PE, 15.2% de uso da preposição [para] em complementos não cliticizáveis e 34% de uso da preposição [para] em complementos cliticizáveis e, para o PB, 8,5% de uso da preposição [para] em complementos não cliticizáveis e 42.3% de uso da preposição [para] em complementos cliticizáveis. Notamos que o contexto que mais evidencia a gramática do PB é o uso da preposição [para] em complementos cliticizáveis.

No contexto (b) encontramos duas ocorrências de complemento verbal do verbo *remeter* introduzido pela preposição [para] em cartas de leitores do PB.

(20) forão por estes | respondidos que breve chegaria, pois já | havia recebido aviso de ter sido remetti | do sem quantidade sufficiente **para** as es | colas; (PB 1ª XX)

(21) Depois remetteram-me **para** esta Capital. (PB 2ª XIX)

No contexto (c) foi encontrada apenas uma ocorrência do verbo *mandar* com complemento verbal locativo introduzido pela preposição [para], em notícias. Sendo assim, não foi possível tirar conclusão sobre este fato.

(22) declarou que havia mandado **para** Austria, ainda no ministerio passado, um enviado encarregado de missão importante. (PB 1ª XIX)

O baixo índice de estruturas com o verbo *mandar* pode estar relacionada com características inerentes aos gêneros textuais observados nos textos jornalísticos.

No contexto (d), encontramos apenas ocorrências do verbo *ir* com complemento verbal [-animado], nas cartas de leitores e nas notícias.

(23) mas se não morre o Porco, o Boy, e não/ vem **á** meza o bom Porto (PB 1ª XIX)

No contexto (e), não foi possível estabelecer comparação com as cartas pessoais, pois, houve apenas uma ocorrência do verbo *rogar* em cartas de leitores e nas notícias não houve nenhuma ocorrência. Esta única ocorrência verbal vem acompanhada da preposição [a]. No entanto, notamos um aumento no uso do verbo *pedir* em contextos parecidos com os que o verbo *rogar* ocorre, como no exemplo a seguir:

(24) Continuando a valher-me da | oportu[n]a seção “Correspondências”, a v. s. a fineza | de publicar os comentarios abai- | xo pelo que muito grato ficarei. (PB 1ª XX)

Embora não tenhamos podido identificar todos os contextos de variação nos textos jornalísticos identificados nas cartas pessoais, pudemos notar que a distinção entre complemento verbal não cliticizável e cliticizável atua como forte argumento para a interpretação dos textos jornalísticos como reflexo das cartas pessoais, pois foi averiguado o mesmo perfil de uso da preposição [para] em todos os três gêneros e foi o contexto que mais nos permitiu estabelecer relações.

O terceiro critério se funda em decorrência do tratamento dos dois primeiros. Por apresentar essas características, para o tratamento dos textos jornalísticos, rejeitamos o procedimento metodológico adotado no PHPB, que objetiva traçar o perfil sociolinguístico do informante (RAMOS, 2001; MATTOS e SILVA, 2002 e LOBO, 2010). Como solução para esse problema, propomos considerar que os textos publicados em jornais nos séculos XIX e XX eram textos escritos para públicos muito específicos; em Portugal os jornais eram escritos para portugueses e no Brasil os jornais eram escritos para brasileiros. Neste sentido, tem-se minimizado o efeito da não identificação quanto ao local de nascimento do autor, pois sabemos que a linguagem adotada estará de acordo com as expectativas das respectivas comunidades nas quais os jornais vão circular.

A seguir nos dedicaremos à percepção do escrevente em seu contexto socioeconômico.

2.4 O contexto social e os escreventes

Identificar os escreventes das cartas utilizadas é muito importante para o estudo da língua²⁰. Porém, essas informações somente são realmente valiosas se consideradas dentro do contexto social no qual esses indivíduos estão inseridos. Por essa razão, entender como se dava a hierarquização social da localidade investigada torna-se uma tarefa tão importante quanto a de identificação do informante.

Vários são os autores que se dedicam a descrever características de diferentes ramos da sociedade mineira no século XVIII e XIX. Muitos são os trabalhos sobre a acumulação de

²⁰ Embora estejamos executando um estudo comparativo entre PB e PE, desde o início foi explicitado que o nosso foco de estudo é o PB. Por essa razão, não apresentaremos a descrição do contexto social em Lisboa no período investigado. Estamos considerando que o contexto, que acompanha cada uma das cartas utilizadas na composição da amostra, já traz consigo informações suficientes para suprir esta lacuna. Para acesso a estes contextos consultar <<http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly/>>.

ex-escravos, sobre comerciantes e homens ricos nas Minas Gerais (ALMEIDA, 1994, 2001, 2005, 2006a, 2006b, 2007, 2010; FURTADO, 1999; C. CHAVES, 1999; entre outros). Esses trabalhos mostram-se relevantes, pois, nos permitem relacionar o perfil socioeconômico dos escreventes que tinham acesso à educação com os escreventes dos textos por nós utilizados.

Apoiaremos a nossa discussão em três pilares: o econômico, o político e o demográfico. Admitimos a proximidade e a indissociabilidade desses três pilares no estudo da sociedade brasileira e mineira nos séculos XVIII e XIX, e, por essa razão, partiremos de três eventos para analisar os seus desdobramentos ao longo do período estudado: o arrefecimento da produção aurífera, a vinda da família real para o Brasil em 1808 e a Proclamação da República.

Esses três eventos funcionam como marcos sociais que promoveram desdobramentos vários em todos os seus setores. Isso inclui crescimento demográfico, alterações econômicas, mudanças políticas e, também, mudança no desempenho linguístico dos brasileiros do período. Assim, os desdobramentos das mudanças sociais ocorridas a partir de meados do século XVIII podem ser interpretados como fatores primordiais para a compreensão do contexto social do período com o qual trabalhamos.

O século XVIII foi um período de extrema importância para a economia mineira, por ter nele ocorrido o apogeu da extração aurífera e a sua decadência. A extração mineral garantiu a Minas a entrada de muitos imigrantes ricos que tanto atuaram na estrutura política e administrativa da capitania como na estrutura mercantil. A historiografia brasileira considerou por muito tempo a produção de ouro como o “carro chefe” da economia mineira. A vivência de tamanha prosperidade abriu caminho para o discurso de que a decadência econômica mineira advém da decadência aurífera. Esse discurso ainda encontra eco em parte da produção historiográfica atual. Certamente, esta visão do atraso econômico mineiro possui raízes bastante profundas que permitem uma análise mais ampla sobre os efeitos do apogeu e decadência do ouro nas Minas setecentistas. Neste contexto, a historiografia que segue essa vertente busca compreender a razão de se falar em decadência econômica da capitania, quando as análises estatísticas apontam para uma manutenção da atividade econômica.

A resposta a esta questão está, para Almeida (2001), na mudança ocorrida no eixo econômico da capitania das Minas Gerais. Vários trabalhos da autora evidenciam que, ao observar a economia das regiões auríferas, nota-se um perfil vertiginoso no que tange ao aspecto econômico, porém a queda é representativa de um setor de produção e não do conjunto das economias dessas regiões. Esse fato fica ainda mais evidente quando são

observadas outras regiões que não possuíam como ponta de produção a exploração do ouro. Nessas regiões não são detectados perfis de decadência econômica.

De acordo com Fragoso (1998), Sampaio (2003) e Almeida (2010), essa mudança ocorreu de meados do século XVIII ao início do século XIX. Neste período, a capitania passou de produtora de ouro à produtora de produtos agropecuários. Duas atividades amplamente desenvolvidas no período, tanto nas áreas de produção aurífera quanto nas áreas de produção agropecuária, porém a extração mineral possuía maior valor comercial para o Reino e para a colônia. Ao comparar o desenvolvimento econômico de quatro comarcas mineiras, duas predominantemente agropecuárias (Comarca do Rio das Mortes e Comarca do Rio das Velhas) e duas predominantemente auríferas (Comarca de Vila Rica e Comarca do Serro Frio), Almeida (2001, 2010) mostrou o deslocamento do eixo econômico por meio de dados estatísticos de população e acumulação de riqueza.

O expansivo aumento populacional da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca do Rio das Velhas e o decréscimo populacional em Vila Rica, na fase da decadência do ouro comprovam um movimento econômico em direção às comarcas de produção agropecuária. A mudança do eixo se dá devido à mudança de produção. Embora Portugal não quisesse aceitar a diminuição do ouro, esta estava ocorrendo e sendo compensada pela agricultura já existente e atuante em concomitância com a extração do ouro.

A diminuição populacional nas comarcas mineradoras é um índice observado inclusive internamente. Durante esse movimento de rearticulação interna, ao observar as freguesias do termo de Mariana, por exemplo, Carrara (2007) notou que a diminuição populacional ocorreu nas freguesias ligadas à mineração como Inficionado, São Sebastião, Sumidouro, Antônio Pereira, Camargos e Barra Longa. Outras localidades registraram crescimento populacional, como Furquim, Piranga e Rio Pomba. São freguesias, de acordo com Almeida (2010), mais propícias histórica e geograficamente às atividades agropecuárias. Os números são tão expressivos no delineamento desse perfil que permitiram à Almeida chegar à conclusão que, mesmo no século XVIII, as atividades agropastoris eram mais difundidas pela capitania do que as atividades mineradoras.

A percepção da mudança do eixo econômico por meio da relação diminuição/aumento populacional pode ser medida por outro indicador que é o número de escravos. Como foi notado em relação ao aumento populacional das duas comarcas de produção agropecuária, houve também um aumento do número de escravos nestas duas comarcas em relação à Comarca de Vila Rica. Como também houve crescimento da mão de obra livre caracterizada

pelo “grande número de unidades produtivas atuando com base na mão de obra familiar” (ALMEIDA, 2010, p. 51).

A análise dos contingentes populacionais das principais comarcas mineiras nos mostra que a produção do ouro, no século XVIII, garantiu à Comarca de Vila Rica um papel de destaque, pois representou, até pelo menos 1760, como afirma Almeida (2010), a comarca de maior importância para a Coroa Portuguesa, o que rendeu à capitania mineira a fama de região aurífera. Apenas a partir de 1780 é que esse quadro foi se alterando havendo, em consequência, o deslocamento do eixo econômico dessa região tida como eminentemente produtora de ouro para regiões de produção agropastoril, tendo como principal comarca a Comarca do Rio das Mortes. Porém, a mudança no eixo econômico não tirou totalmente a glória da Comarca de Vila Rica. Por se localizar nesta comarca a sede administrativa da capitania, outros elementos passaram a garantir a importância da comarca que não apenas o aspecto econômico. Retomaremos essa questão mais detalhadamente a seguir.

A observação dos índices de acumulação de riqueza corrobora as conclusões obtidas por meio da observação dos contingentes populacionais. Avaliando os inventários *post mortem*, Almeida observou que fica confirmada a mudança do eixo econômico na década de 1780, pois há um decréscimo na grandeza da riqueza dos habitantes das duas comarcas em que predomina a mineração. Observou também que os moradores das cidades são mais pobres que os moradores do campo.

A autora também utiliza outro tipo de argumento para desvendar os homens ricos das Minas setecentistas. Observando os arranjos matrimoniais feitos no período, notou que geralmente havia grande diferença de idade entre os cônjuges, tendência à endogamia no grupo, homens casadoiros de origem portuguesa e mulheres naturais da região de Minas.

Em inventário feito pela autora, buscando a naturalidade dos inventariados, foi percebido que de 1750 a 1779 predominavam inventariados de Portugal e ilhas (75,6%) e os de outras capitanias (14,6%), seguidos de mineiros (4,9%) e africanos (4,9%). Em Ouro Preto, o quadro era parecido: Portugal e ilhas (61,5%), outras capitanias (15,4%), a diferença estava no fato de que havia mais africanos (15,4%) que mineiros (7,7%) entre os inventariados.

Este quadro apresenta-se bastante distinto no período de 1780 a 1822 em que, embora o número de inventariados portugueses tanto em Minas (45,6%) quanto em Ouro Preto (59,3%) seja predominante; tanto a capitania de Minas quanto o termo de Ouro Preto não parecem atrair mais indivíduos de outras capitanias (3,6% em Minas e 3,7% em Ouro Preto) e nem de novos africanos (4,2 % em Minas e 11,1% em Ouro Preto), havendo um aumento significativo de mineiros inventariados (46,4% em Minas e 25,9% em Ouro Preto).

O alto índice de portugueses é explicado pela autora por meio da enorme imigração de portugueses para o Brasil ocorrida ao longo de todo esse período. Esses imigrantes eram em sua maioria homens do norte, seguidos pelos do centro e do Algarve.

Na capitania de Minas, esse fato é também percebido por estudos como os de Venâncio (1998) e Furtado (1999), nos quais o primeiro observou que dos imigrantes portugueses que chegaram em Paracatu, 75% eram do norte de Portugal e o segundo observou que 77,4% dos comerciantes portugueses estabelecidos em Minas, na primeira metade do século XVIII, também eram do norte de Portugal.

No levantamento de Almeida (2010), dos 94 portugueses inventariados, 91 tiveram a sua naturalidade identificada e dentre eles 89% eram da província do norte, o restante era da região central de Portugal. Esse é um perfil também percebido para os escreventes com os quais trabalhamos. Na maioria dos casos, os pais desses escreventes eram portugueses do norte casados com mineiras.

Um dado também importante a ser considerado é o alto índice de ex-escravos inventariados. Considerando que as Minas Gerais do final do século XVIII era constituída por 40,9% de mulatos e pretos escravos, 33% de mulatos e pretos livres, 23,6% de brancos e um dos menores contingentes indígenas do país, 1,8%, temos notadamente uma população mestiça e negra muito grande²¹. Esse perfil é inerente ao perfil econômico que a capitania de Minas Gerais apresentava. Tal fato justifica a existência, em Ouro Preto, de maior possibilidade de acumulação para ex-escravos de origem africana. Essa é a razão de se ter africanos inventariados. O aumento do percentual dos nascidos em Minas se deu pela diminuição da migração dos nascidos em outras capitanias, pois o fluxo de reinóis continuava grande devido ao fato de Ouro Preto ser o centro administrativo da capitania e os postos de administração colonial serem ocupados por esses reinóis.

Diferentemente do perfil descrito por A. Barbosa (1999), em que o autor apontava para existência de um grande contingente de portugueses que vinha para o Brasil em busca de enriquecimento e que a sua expectativa era de retorno ao Reino, em Minas Gerais verificou-se um alto índice de permanência desses portugueses. A permanência dos portugueses em Minas se dava pelo fato de que aqui tais portugueses alcançavam posição social que não seria possível no Reino, sendo que “A solidariedade familiar de acolhimento funcionaria como um dos elementos fundamentais para o enraizamento destes reinóis nas Minas.” (ALMEIDA, 2010, p. 7).

²¹ Números tratados a partir de Alden (1987) *apud* A. Barbosa (1999).

Havia uma diferença entre o comportamento dos comerciantes e dos homens ricos. Os comerciantes apresentavam o mesmo perfil de estrutura familiar do norte de Portugal: altos índices de descendência ilegítima, casamentos tardios e predominância de celibatários (cf. FURTADO, 1999). Já os homens ricos apresentavam um padrão distinto eram casados e tinham prole razoavelmente numerosa. A maioria dos homens casados era portuguesa e se casavam com mulheres brasileiras (na maior parte mineiras 83%).

De acordo com Almeida (2010), os homens ricos praticavam endogamia no grupo (35,2%), casamentos ocultos e cosanguíneos (18,5%). A idade média de saída dos homens ricos do Reino era de 16 anos (41 casos), a idade média dos homens ao se casarem (exceto viúvos) era de 38 anos (41 casos), idade média das mulheres ao se casarem (exceto viúvas) era de 19 (41 casos), diferença média de idade entre os cônjuges era de 18 anos (41 casos).

A observação do primeiro pilar proposto nesta análise nos permitiu compreender a interferência do fator econômico na compreensão da estrutura social do período. Tais informações nos permitem acompanhar a dinâmica da capitania e, mais pontualmente, a dinâmica da Comarca de Vila Rica, onde se localizam as freguesias nas quais nasceram a maior parte dos escreventes que investigamos. Os dados populacionais nos mostram, claramente uma mudança no eixo econômico que pode ser notada tanto em seu conjunto, ou seja, na comparação entre comarcas, como em uma perspectiva específica, como dentro da Comarca de Vila Rica na comparação das suas freguesias. Os dados históricos e quantitativos apresentados nos ajudam a recompor o cenário daquele período e nos permitem visualizar a elite local. Porém, mudanças sociais fazem com que esse perfil não se mantenha durante todo o período investigado. Se a estratificação social setecentista apontava para uma elite detentora do poder político e econômico muito concentrados, isso permite inferir que ela desempenhava funções administrativas e atividades econômicas diversificadas. A elite que vai se moldando no século XIX, embora ainda traga consigo muitas dessas características, é resultado de uma série de mudanças ocorridas no país que não são apenas fruto da decadência do ouro, mas são também fruto de mudanças políticas ocorridas na metrópole com a vinda da Família Real para o Brasil.

A elevação do Brasil a Reino Unido garantiu ao país desenvolvimento em vários setores para que o país pudesse comportar essa nova demanda. Nessa medida, a criação das faculdades, a liberação para a imprensa e a ampliação dos quadros administrativos fizeram com que a estrutura social brasileira ganhasse novos contornos. Há uma mudança de enquadramento da capital mineira. Não é mais a economia que se manifesta como principal

motivador social da localidade. Agora as questões políticas e administrativas ganham relevância.

Esses novos contornos foram sentidos também na antiga Vila Rica. Se a Comarca de Vila Rica não é mais o eixo econômico da província, o que garante a ela a manutenção da sua importância? Qual a função dos fatos descritos até agora para a hierarquia social dessa comarca? Essas são questões profundamente importantes sobre as quais passaremos a discorrer a partir de agora.

A Comarca de Vila Rica, apesar de ter deixado de ser, paulatinamente, entre 1760 e 1822, o eixo econômico da economia mineira, não perdeu sua função de sede administrativa durante esse período. Em decorrência de sua força política e administrativa, essas funções garantiram a manutenção da força política da província. Isso garantiu a permanência de alto fluxo imigratório para a comarca e a permanência de homens ricos que eram representantes diretos do poder político e econômico da região. A manutenção do poder na Capitania ganhou força com a chegada da imprensa periódica. Por ser sede administrativa, os impressos oficiais e oficiosos tinham esta localidade como ponto de partida. Por essa razão, temos ainda uma grande quantidade de portugueses atuando em estruturas hierárquicas altas e detentoras do conhecimento científico e humanístico.

A criação da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) garantiu a Minas Gerais uma possibilidade de desenvolvimento acadêmico. Por ser, ao lado da Escola do Caraça e do Seminário São José, em Mariana, uma das poucas instituições escolares mineiras, propiciou a Ouro Preto do período imperial uma oportunidade de formar uma elite técnica por meio da formação de engenheiros de minas. Criada em 1876, com o aval de D. Pedro II, a EMOP é, segundo José Murilo de Carvalho (2002), fruto de uma vontade política nascida em meados da década de 1830, quando foi notada a necessidade de se ter uma instituição brasileira voltada para os estudos mineralógicos. Apreciador da ciência e do pensamento científico, o imperador D. Pedro II supre essa necessidade nacional, mas também local.

Apesar de ser a capital da província, Ouro Preto vivia sobremaneira a sensação do atraso econômico mineiro. A criação de um centro científico significava mais do que fornecer oportunidade de ensino e formação profissional aos seus moradores e suprir uma carência de mão de obra notada em todo país, servia para suplantiar uma lacuna deixada pelo deslocamento do eixo econômico da antiga Vila Rica para regiões agropastoris. Significava, também, que a partir de uma vontade política vislumbrava-se uma estratégia para suprir questões relacionadas aos problemas econômicos da província. Além de desenvolver estudos geológicos, aventava-se a criação de um centro siderúrgico.

Daniel Barbosa (2003, 2005 e 2012) mostra como as relações políticas e econômicas advindas do projeto científico instalado em Minas se inter-relacionam e ditam o espaço social e político ocupado pela elite mineira do final do século XIX até meados do século XX. Para o autor, a EMOP foi uma das principais formadoras da elite técnica mineira que atingiu proporções nacionais na medida em que seus engenheiros ocuparam espaço político no projeto desenvolvimentista mineiro. Espaço que, a partir da segunda metade do século XX, passou a ser ocupado por economistas devido à perda de espaço político dos alunos da EMOP.

A proposta de criar uma escola de engenharia de minas espelhava as necessidades que estavam em voga na Europa. Porém, a mineralogia era muito incipiente no Brasil e o aproveitamento dessa massa formada em engenharia de minas não se dava de outra forma que não nos mesmos espaços ocupados pelos engenheiros civis. Ao que mostra Otávio Dulci (1999), a demanda por engenheiros civis, amplamente notada no final do século XIX, se deslocava para o setor da mineralogia. Neste sentido, a escola de Ouro Preto passou a ser referência para a contratação de mão de obra especializada. D. Barbosa (2003) mostra a abrangência política que os ex-alunos da EMOP vão conquistando, principalmente após a entrada da siderurgia como uma alternativa de produção e desenvolvimento econômico, ao mostrar que no início do século XX, com a criação de órgãos para o desenvolvimento geológico e mineralógico, como o Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro, contava com um quadro quase que completo de ex-alunos da EMOP.

A importância política da EMOP em certa medida foi um dos principais elementos para o traçado do perfil da elite ouro-pretana do período, notadamente por propiciar novo corte à elite regional, segundo Maria Lígia Barbosa (1993). Principalmente com a mudança da capital para Belo Horizonte, em 1896, que fez com que todo o corpo técnico-administrativo do Estado fosse transferido para a nova capital.

Minas Gerais, como Ouro Preto, a partir da década de 1820 deixou definitivamente de ser reconhecida como produtora de ouro para tornar-se uma região voltada à agropecuária e, já no início do século XX, como região mineradora. É claro que não pretendemos reduzir aqui as questões econômicas e políticas da capital da província naquele período às informações recortadas por nós para este trabalho. Pretendemos apenas reunir informações que sejam suficientes para darmos conta de compreender de que forma a situação econômica e política da localidade da qual retiramos nossos dados, pode contribuir para a identificação de nossos informantes, pois entendemos esses personagens como pertencentes a esse meio.

A mudança de observação da estrutura social de Minas Gerais e de Ouro Preto do fator econômico para o fator político-administrativo se sustenta no fato de se ter um amplo deslocamento de contingente humano da capital ouro-pretana para as regiões economicamente mais fortes, principalmente durante o século XIX. Mas este fato não reflete na imigração de portugueses para Ouro Preto. Essa imigração e fixação de portugueses se mantêm enquanto Ouro Preto é a capital de Minas Gerais. Somente com a transferência da capital é que temos uma profunda desaceleração econômica, política e demográfica.

As mudanças ocorridas na estrutura social, política e econômica da região de Ouro Preto, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, mostram, como vimos no capítulo dois com relação à estrutura de composição do jornal, uma ampliação do quadro de agentes sociais nas esferas hierárquicas nas quais circulavam nossos escreventes tanto das cartas pessoais, quanto dos textos jornalísticos. Embora os escreventes das cartas pessoais não estejam, em sua maioria, citados nas listas dos homens ricos, as suas redes sociais são as mesmas e o perfil econômico e social também o é. Este fato abre possibilidade para pensarmos a educação em Minas neste período.

A educação será aqui entendida não como índice para descrevermos o grau de letramento desses indivíduos. Não buscamos neste artifício respostas para as nossas questões. A educação será aqui percebida como um índice de caracterização da elite escrevente da localidade investigada. Dessa maneira, não buscamos na filologia e nem apenas nos recursos utilizados por historiadores para a observação do grau de alfabetização²² aporte para descrevermos a escrita dos brasileiros. Buscamos na história da educação recurso para identificar, socialmente, os escreventes do século XVIII, XIX e início do XX.

Esse entendimento é possível por serem os brancos que apresentam maior índice de alfabetizados. De acordo com Venâncio (2001), a alfabetização de escravos e forros esteve a cargo, principalmente, das Irmandades, desde o século XVIII. Porém, o índice para depreender o número de alfabetizados era obtido pela observação de documentos assinados do próprio punho, mesmo que o indivíduo soubesse apenas desenhar o próprio nome, ou documentos em que eram usados símbolos, como uma cruz, marcando que o indivíduo não sabia desenhar o próprio nome. Embora o foco de observação de Venâncio seja o índice de escravos e forros alfabetizados na cidade de Mariana – MG, reconhece que a elite era formada majoritariamente por portugueses e, por essa razão, o índice de alfabetização era tão elevado quando comparado ao dos escravos e forros nascidos nas senzalas mineiras.

²² Boschi (1986), Aguiar (1993), P. Carvalho (2012).

O autor também aponta para o fato de a alfabetização não estar relacionada, no caso dos escravos, à mobilidade geográfica, mas sim à mobilidade social. Cruzando essas informações de Venâncio (2001) com as de Almeida (2010), percebemos que os negros inventariados estão entre aqueles que atingiram mobilidade social por meio da acumulação de bens materiais.

No caso dos imigrantes portugueses que chegaram em Minas Gerais no século XVIII, de acordo com Venâncio (2001, p. 396), eram em sua maioria alfabetizados, uma vez que Portugal contava com diversas escolas de primeiras letras e que “o número de homens alfabetizados parece ter sido um traço comum às correntes migratórias lusitanas”. De acordo com Rodrigues (1995, p. 185), “a emigração portuguesa de analfabetos foi reduzidíssima até 1850, sendo nula em 1836 e 1847”.

Com base nessas informações, conseguimos localizar os escreventes que estamos pesquisando dentro de uma hierarquia social que privilegia principalmente a população branca, estamos tratando mais diretamente de membros de uma elite local. Sendo assim, as condições educacionais em que esses indivíduos foram forjados podem contribuir para explicitarmos ainda mais o perfil desses escreventes.

É importante ressaltar o baixíssimo índice de brasileiros alfabetizados no Brasil e o ainda menor número de brasileiros que chegaram ao ensino superior. De acordo com Darcy Ribeiro (1978, p. 20 *apud* RIBEIRO, 2002, p. 364) o primeiro curso superior, após a expulsão dos jesuítas, foi criado apenas 17 anos depois e o contingente de bacharéis e médicos brasileiros formados em Coimbra, em todo o período colonial, foi de 2.800 indivíduos.

Tais dados evidenciam o fato de a educação neste período ser tratada como reduto de atuação de portugueses (cf. VILLALTA, 1997, 1998; A. BARBOSA, 1999). No século XVIII, a educação no Brasil era conduzida por portugueses, por meio dos colégios jesuítas (cf. VILLALTA, 1997, 1998; BOSCHI, 1991), e por ser a elite escrevente brasileira formada em instituições portuguesas, com destaque para a Universidade de Coimbra. Para Boschi, os egressos da Universidade de Coimbra desempenharam fundamental papel na administração pública ao lado dos portugueses que para cá vieram desempenhá-la.

A Reforma Pombalina atua como um agravante para essa realidade brasileira. Para Boschi (1991, p. 3-4)

No dizer de Fernando de Azevedo, com a expulsão dos jesuítas, “ não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que esta destruição fosse acompanhada de medidas imediatas bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão. Quando o decreto do Marquês de Pombal dispersou os padres da

Companhia, expulsando-os da colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os seus colégios de que não ficaram senão os edifícios, e se desconjuntou, desmoronando-se completamente, o aparelhamento da educação, montado e dirigido pelos jesuítas no território brasileiro”.

Vitorioso, o reformismo pombalino tanto cria no Brasil as controvertidas, isoladas e nem sempre operantes aulas régias quanto favorece o advento de novos cursos superiores, a exemplo dos que são devidos aos franciscanos, primeiramente, em 1776.

A vinda da Família Real e as novas necessidades nas diversas áreas sociais advindas dessa nova condição política não equacionaram os problemas do sistema educacional do país. Embora a partir deste período tenham sido criadas novas instituições de ensino e também tenham sido ampliados os cursos superiores, em 1822, o Brasil possuía um número de indivíduos formados no ensino superior ainda menor que no período colonial.

Essa realidade só começaria a ser mudada apenas em 1835 com a criação das Escolas Normais que preparariam professores para o ensino primário. No entanto, essas escolas não se mostraram eficientes, não chegando sequer a funcionar. Apenas em 1891 o ensino superior começou a ser amplificado e, apenas em 1923, foi criada a primeira universidade brasileira (cf. DARCY RIBEIRO, 1978).

Este processo, observado em âmbito nacional, também pôde ser observado em âmbito local. Por Ouro Preto estar localizado no interior do país, o número de professores e instituições de ensino era muito baixo. Por ser, principalmente, no século XVIII, uma província de extrema importância econômica para o reino, o alto índice de analfabetismo significava um problema.

Em 1721, ao governador de Minas, D. Lourenço de Almeida, foi ordenado que as vilas possuíssem mestres que deveriam ensinar a ler, escrever, contar e, também, deveriam ensinar fundamentos do Latim. No entanto, esta ordem nunca foi cumprida. Apenas em 1748, foi criada a primeira instituição de ensino mineira, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana. Este Seminário dedicava-se, de acordo com Villalta (1998, p. 189) à “polidez de inúmeros homens das Gerais de então”. Era uma instituição dedicada à instrução de eclesiásticos e de leigos.

A Reforma Pombalina e a expulsão dos jesuítas também se fizeram perceber em Minas Gerais. Com o fechamento do Seminário de Mariana, a educação escolar ficou a cargo de aulas avulsas que tinham como função ministrar as primeiras letras. Este modelo de educação pública mostrou-se falido, como já observamos no retrato nacional da educação e, como consequência, houve a proliferação do ensino privado. Esta situação se manteve até quase a década de 1840.

O domínio da escola privada sobre a escola pública chegou a ser tão grande que em 1827, em Minas Gerais, havia 33 escolas públicas e 170 escolas privadas (cf. VILLALTA, 1998). A supremacia do ensino particular esteve manifestada inclusive na imprensa periódica de Ouro Preto que defendia o modelo inglês de escola privada. No primeiro número do periódico *O Universal*, em 1825, encontra-se uma seção sobre a educação escrita pelo redator do jornal, Bernardo Vasconcelos, por considerar importante generalizar o ensino na província. A introdução do primeiro artigo da seção Educação Elementar é a seguinte:

Como estão a estabelecer-se nesta Provincia duas escollas de ensino mutuo, a que algumas pessoas de consideração chamam mudo, julguei, que faria hum serviço ao publico, transcrevendo algumas lições de tão importante ensino. A vista destas lições se convencerão os incrédulos, de quanto convem promover, e, generalisar na Provincia este ensino.

O redator encontra e enaltece, na organização privada do ensino, os bons frutos que podem surgir da associação de indivíduos particulares. As críticas que faz ao sistema público de ensino no Brasil, dispendioso, limitado e pouco eficaz, abrem caminho para uma discussão mais ampla de valorização do ensino inglês e crítica ao modelo francês que não permite o ensino particular.

Apesar de defender o direito de todos “a maior massa de conhecimento possível”, também compreende que criar espaço para o ensino em uma população amplamente analfabeta significa intervir na jornada de trabalho. Ao lado do enaltecimento do ensino privado, o redator busca resposta para a seguinte questão:

Como se poderá generalizar huma boa educação elementar, sem grandes despesas do Governo, e sem que se tire as classes trabalhadoras o tempo, que lhe he necessário que empreguem, nos diferentes ramos de suas respectivas occupaões?

Sugere, então, e como resposta a essa questão, que o ensino deve ser de acordo com o ofício desempenhado pelo indivíduo. Em outras palavras, quem lida com ofícios mecânicos não pode se dedicar ao estudo das ciências abstratas. Por trás dessa discussão está a percepção de um ensino público como meio de instrução científica, não havendo espaço para o atendimento de especificidades localizadas. O ensino privado, para o redator, é o caminho mais profícuo para se cumprir essa necessidade.

Esta relação entre o público e o privado faz emergir a valorização do ensino como privilégio social. Mesmo que com a chegada da Família Real a estrutura escolar tenha se

modificado e ampliado, o acesso à educação continuou resguardado à população mais abastada, tanto em âmbito nacional como local.

Este perfil da educação em Ouro Preto muito se aproxima do perfil da elite local. Por essa razão, não há contrassenso em considerarmos que os escreventes com os quais estamos trabalhando sejam forjados nesta estrutura social.

2.5 Conclusões

Apresentamos algumas estratégias para a identificação do informante, tanto individualmente quanto socialmente. Pudemos retirar dessa análise algumas conclusões sobre o fato de a identificação dos informantes das cartas pessoais tem dupla função, pois, cumpre um critério adotado pelos estudos sociolinguísticos e funcionar como base para a identificação indireta dos escreventes dos textos jornalísticos; a interpretação de que o fato de os jornais serem escritos para um público específico, tanto em seu extrato social, quanto em relação à nacionalidade do leitor, mostrou-se um recurso eficiente; e a identificação do contexto social, político e econômico da cidade de Ouro Preto contribui irremediavelmente para a identificação dos informantes.

Tendo explicitado os principais critérios de composição da amostra, identificação do informante, tratamento ao estilo e gênero textual e composição e tamanho da amostra, restamos agora apresentar o fenômeno investigado para que possamos explicitar, também, os fundamentos para a análise quantitativa que será efetuada no próximo capítulo.

Capítulo 3

Resultados

3.1 As preposições [a]/[para] em complementos verbais

A variação no uso das preposições em complementos verbais vem sendo atestada por muitos estudos sincrônicos e diacrônicos. Nestes estudos, esta variação vem sendo interpretada como uma característica da gramática do PB. E como tal, encontra-se em encaixamento linguístico com outras mudanças já ocorridas no sistema linguístico do PB.

Segundo M. Oliveira (2007), a perda da preposição [a] apresenta duas tendências de mudança: a substituição por outras preposições (cf. RAMOS, 1989; BERLINCK, 1997, 1999, 2000a; GOMES, 1998; GUEDES E BERLINCK, 2001; TORRES MORAIS, 2001), como *para* e *em*, e o seu apagamento (RAMOS, 1989, 1992; I. DUARTE E GONÇALVES, 2001; NASCENTES, 1953; SCHER, 1996; GOMES, 1998).

Em M. Oliveira (2007), encontramos a análise das preposições [a], [para] e [em] em diversos contextos linguísticos, no século XIX, que mostram peremptoriamente o encaixamento linguístico do fenômeno. Ainda apresenta, considerando fatores linguísticos sintáticos, os principais contextos e variação.

Seus resultados apontam para a identificação de três contextos:

- 1) Com os verbos de movimento híbrido, o NP com traço [+ pessoa] se diferencia do NP com traço [+ lugar] pelo fato de ser categoricamente precedido pela preposição *a*;
- 2) NPs com traço [+ pessoa], normalmente precedidos pela preposição *a* com verbos dativos, são passivados quando ocorre o apagamento da preposição;
- 3) O objeto direto preposicionado ocorre majoritariamente quando o NP-objeto tem o traço [+ pessoa]. (M. Oliveira, 2007, p. 230)

Esses resultados distinguem o uso da preposição [a] do uso da preposição [para], uma vez que essa última está relacionada ao fato de ser o NP movido que possui o traço [+ lugar]. Embora não seja nosso objetivo tratar o objeto direto preposicionado, o resultado encontrado pela autora dialoga diretamente com o resultado apresentado por Ramos (1992).

Ramos (1992) elegeu como variável dependente a presença/ausência da preposição [a] em complementos verbais acusativos, como os exemplos a seguir:

(25) Eles teriam credibilidade para agradar o empresariado. (F. 10.2.91/ Ramos (1992), p.)

(26) Plínio agradeceu a um eleitorado que não é seu. (F. 29.9.90/ Ramos (1992), p.)

Ao observar variantes como estas, a autora constatou que não havia alteração no papel temático atribuído ao SN, e que, em ambos os casos, os SNs são substituíveis por clítico acusativo.

Ramos (1992) observa diacronicamente o perfil da mudança e encontra como resultado a diminuição do uso da variante [+a] em complementos verbais acusativos no último quartel do século XIX. Este é mesmo perfil observado para o enrijecimento da ordem SVO (BERLINCK, 1988, 1989), para a ampliação do uso de objeto nulo (BERLINCK, 1989), para a perda de clítico de 3ª pessoa (DUARTE, 1986), entre outros fenômenos sintáticos. A ampliação do uso do objeto nulo vem sendo interpretada como a mudança paramétrica que desencadeou a mudança em outros fenômenos do sistema linguístico (cf. RAMOS, 1989 e TARALLO, 1993). Ainda, Ramos relaciona a queda dos clíticos no PB ao aumento do uso do [para] em dativos e a diminuição do uso do [a].

Em Farias (2006), temos a observação do uso das preposições [a], [para] e [em] por meio de uma análise formal e comparativa. Neste trabalho, o autor apresenta alguns contextos em que são percebidas variações no uso das preposições. Consideraremos suas observações para as preposições [a] e [para]. Segundo o autor, a preposição [a] rege DPs com interpretações diversas no PE e no PB, o que difere o uso dessa preposição nas duas variedades é o fato de no PB as preposições [para] e [em] ocorrerem com verbos de movimento e localização; a preposição [a] sofre redução no eixo diacrônico nos complementos acusativos preposicionados (cf. RAMOS, 1989, 1992) e os verbos dativos propiciam o uso da preposição [para] (cf. SCHER, 1996; GOMES, 1998 e OLIVEIRA, 2003).

Estes trabalhos apresentam diferentes mudanças no uso de preposições em complementos verbais. Para este trabalho, tendo em vista todos esses estudos, optamos por observar a comparação entre dois grupos de fenômenos no processo de substituição da preposição [a] pela preposição [para]: os complementos verbais cliticizáveis e não cliticizáveis. Elegemos, portanto, os complementos dativos, monoargumentais e diargumentais, como complementos verbais preposicionados cliticizáveis, como nos exemplos de (30) a (32); e os complementos circunstanciais como complementos verbais não cliticizáveis, como nos exemplos de (27) a (29).

- (27) (...) por estar Com muitas dores de CabeSa não esCrevo **para** a Senhora Dona Paula e **para** a Senhora Dona Anna. (Cartas Pessoais, XVIII)
- (28) (...) esCrevi **a** Senhora Vossa Mercê offerecendo aquella aComodação (Cartas Pessoais, XVIII)
- (29) (...) e por esta Cauza peSo **a** vossa mercê os Duzentos mil Reis. (Cartas Pessoais, XVIII)
- (30) Estimo que ao voltar **ao** collegio tivessem ambos acesso á classes superiores, e espero que nos novos exames terãõ novas distinc-ções. (cp III nc)
- (31) (...) e a muitas insistencias deste é que o deixaram vol_tar **para** sua casa. (cp III nc)
- (32) Continuo a escrever a ambos conjuntacmente assim como podem ambos, ou cada um diri-gir a mesma carta **ao** Vôvô e a Dindinha. (cp III nc)

A razão para observarmos complementos verbais cliticizáveis e complementos verbais não cliticizáveis está no fato de ser esta a característica que permite a relação com os fenômenos estudados por Tarallo (1993) e por ser a mudança ocorrida nos clíticos, no PB, desencadeadora da mudança no uso de preposições, como observa Ramos (1992).

3.1.1 As preposições e as gramáticas dos séculos XVIII e XIX: observando sincronias

Labov ao afirmar as forças que atuam na língua hoje atuaram no passado propiciou aos estudos sociolinguísticos a possibilidade de usar o presente para explicar o passado. No entanto, apontamentos como os de Castro (1996) e Ribeiro (1998) nos direcionam para a necessidade de conhecermos a norma e o uso do fenômeno investigado no recorte estabelecido. Somente será possível observarmos a variação em períodos sincrônicos se soubermos como os fenômenos sintáticos são usados nas sincronias. Isto é, o que Castro (1996) chamou de “nosso enorme desconhecimento do português dos séculos XVIII e XIX”, é, também, a afirmação de Ribeiro (1998) de que “não podemos desenvolver estudos tomando como ponto de partida o Português Moderno” e é, de certa forma, conhecer o que é fenômeno da escrita, como afirma M. A. Oliveira (2005).

Procuraremos, em gramáticas portuguesas dos séculos XVIII e XIX, informações para o detalhamento prescritivo do uso das preposições observadas. No caso do PB, nos dedicaremos às gramáticas do século XIX, uma vez que é apenas nesse período que as gramáticas começam a ser publicadas aqui no Brasil.

No caso do PE, no século XVIII, segundo Lobato (1770), quando os verbos indicam lugar e os verbos que apresentam complementos dativos devem ser regidos pela preposição [a] expressa ou oculta. O dativo ocorre geralmente em verbos como: declarar, entregar, servir, obedecer, antepor, pospor, lisonjear, agradar, aplicar, etc.

Nos dados retirados do corpus do PE formado por cartas pessoais, encontramos o uso de verbos que indicam lugar tanto com a preposição [a], quanto com a preposição [para]. A seguir, exemplos do uso das duas preposições:

- (33) (...) agora ando melhor alguã e amenhãa vou **pa**. Bemfica tomar banhos. PE 2^a XVIII
 (34) (...) entretanto vou **ao** tribunal. PE 2^a XVIII

Já no século XIX, quando houver complemento terminativo (ou indireto) podem ser usadas as preposições [a] e [para] (cf. B. OLIVEIRA, 1862).

- (35) Entregar-se ao estudo.²³
 (36) Habilitar-se para o magisterio.

Nas cartas pessoais do século XIX, os casos em que a preposição [para] foi encontrada eram de complemento terminativo (indireto), como prescrito pela norma.

- (37) (...) lhe remiti para suas maos un rrequyrimto para entregar **para** o ministro. PE 1^a XIX
 (38) Também estou escrevendo **para** a Gazeta uma série de artigos que me parecem originaes e interessantes. PE 2^a XIX

M. Souza (1804) enquadra o uso das preposições [a] e [para] em circunstanciaes, relativas às ações (a sua origem, o seu autor, o objeto a que ela se refere, o meio pelo qual se obra, o modelo segundo o qual se executa); e relativas à propriedade, dependência e origem. B. Oliveira (1862) considera que as preposições que designam relações materiais de lugar e relações imateriaes de lugar, mesmo que figuradamente, são [a] e [para]. O que distingue as duas preposições é a categoria a que pertencem. A preposição [para] pertence à categoria das separáveis, ou seja, aquela que nunca se une ao verbo; e a preposição [a] aquela que pode ou não se unir ao verbo. Deste modo, tanto a preposição [a], como a preposição [para], exprimem noção de lugar para onde alguém vai e direção a um ponto. Há, contudo, uma distinção

²³ Exemplos retirados de B. Oliveira (1862).

semântica entre as duas preposições: [a] será usado no sentido de ir para voltar e [para] será usado no sentido de ir para ficar. A preposição [para] expressa noção de direção para onde alguma coisa tende ou olha. No caso das preposições que introduzem complementos objetivos, B. Oliveira (1862) afirma que se esse complemento for composto por nome de pessoa ou coisa personificada, ou se for um complemento indireto, será introduzido pela preposição [a].

Nos dados encontrados nas cartas pessoais do PE dos séculos XVIII e XIX, encontramos uma reprodução das normas encontradas nas gramáticas. Nos dados do século XVIII, encontramos majoritariamente o uso da preposição [a] em complementos de verbos dativos que, embora não tenham sido listados por Lobato (1770), apresentam o mesmo comportamento.

(39) Como minhas proprias dou parte **a** vmCe. em Como o seu grendo aquy me esCreveo hesa Carta.

(40) Com isto não quero ser mais empertuna peCo **a** vmCe. q. a Carta do prezo q. veyo pa. mym me a torne a remeter não sou mais estenCa sua filha pede a benCoa.

(41) (...) verás se vão ao teo gosto, a meia dúzia de botens, as meias irão em outra ocazião, não vão porq. agora porq. mandei **ao** Morão a carta;

Ocorreram apenas dois usos da preposição [para] com verbos dativos, como o exemplo a seguir.

(42) (...) não tratou comigo senão q. iscresvese huma carta **para** a mi pois q. não governavaso eu logo a mandei eu [...] não tenho tido mais resposta. PE 2^a XVIII

Embora em (43), por exemplo, o contexto não propicie uma leitura única sobre a intenção do escrevente, todos os casos em que a preposição [para] foi usada indicando relações materiais e imateriais de lugar (cf. B. OLIVEIRA, 1862), é possível depreender a leitura de movimento para ficar, como nos exemplos a seguir:

(43) As receitas que houverem é mandallas **pa.** a Botica que tem ordem (...) PE 1^a XIX

- (44) (...) fazendo isto pode andar descansado hir **pa.** toda a parte q. quizer. PE 1^a XIX
- (45) Passei a 4.^a feira em Viana, e vim à noite **para** a Vidigueira. PE 2^a XIX
- (46) Vai descansar dois dias para o campo em casa dos filhos e parte no Domingo **para** Londres onde vai representar todas as noites até o fim da season, (...) PE 2^a XIX²⁴
- (47) Aí viu o Conde de Paço do Lumiar a descompostura que me deram os do Camarote, a principiar pelo duque de(?) por eu nunca ir **para** o Camarote deles. PE 2^a XIX

Da mesma maneira, nos casos em que a preposição [a] foi utilizada podemos abstrair a leitura de movimento para voltar, como nos exemplos a seguir.

- (48) (...) pois tenciono ir **a** Franca mais breve do q. pensava. PE 1^a XIX
- (49) Esperava assim me pareCe q. huma posta Igual aquela he d qm. tem pouCo amor a vida a ma. temCao, dos mais Camaradas hir a Logo hir **a** Sua Caza ComSeguir o q. [...] na outra Carta (...) PE 1^a XIX
- (50) (...) he hoje mte. percize pa. hir **a** Procizão. PE 1^a XIX
- (51) Amanhã te direi se está tudo o que desejo, porque agora estou vestido para ir jantar **ao** Casino. PE 2^a XIX
- (52) (...) e mais tarde vou **à** soirée do Canovas. PE 2^a XIX

No caso do PB, no século XIX, encontramos em Albuquerque (1874) as mesmas regras que foram apresentadas para o PE neste mesmo período. Em resumo: a) usa-se a preposição [a] para a expressão de tempo e lugar temporário; b) usa-se a preposição [para] para lugar permanente; c) usa-se a preposição [a] para complemento objetivo e para complemento terminativo.

A diferença que notamos ao compararmos a prescrição com o uso, no PB, é uma preferência pelo uso de [para] para a expressão de lugar temporário ou permanente e um uso muito mais amplo do que o notado para o PE da preposição [para] em complementos acusativos e dativos. A seguir, alguns exemplos de usos das preposições [a] e [para] indicando lugar temporário e permanente, nas cartas pessoais, do PB, do século XIX, exemplos (53), (54) e (55); e exemplos de variação no uso das preposições em complementos dativos, exemplos (56), (57) e (58).

²⁴ Este exemplo foi aqui considerado, apesar de sua ambiguidade, por estarmos considerando a definição de B. Oliveira (1862) sobre a leitura de movimento para ficar ou para voltar. A ambiguidade está na não definição da durabilidade da permanência que permite tanto a interpretação de ir para ficar por curto espaço de tempo, quanto ir para ficar longo espaço de tempo.

(53) Enquanto eu estou com paciência com elle avisto sahir demim vai **para** onde esta vossamerce deitar deCama para vossamerce tratar delle e não pode trabalhar mais naverdade elle anda duente haverá 6 diasfoi percizo dar aelle um vomitório. PB 1ª XIX

(54) Remeto asertidão do Vigario para oDoutor Rafael e esperode Vossa Senhoria fazer a[]lla alle desvallido para não hir **para** o Rio o Doutor Sebastião já foi para a[] emeasseverão elle vai para o Rio. PB 1ª XIX

(55) Estimo que ao voltar **ao** collegio tivessem ambos accesso á classes superiores, e espero que nos novos exames terãõ novas distincoes. PB 2ª XIX

(56) (...) eu não pedi **ao** *Senhor. Joaquim Correia. para que*’ elle[] hontem fora da terra, alem vm.^{ce} dizia ce ter *muito*. Prizado PB 1ª XIX

(57) (...) elle mandou 21 170 reis. **para** meu Irmão satisfazer o dinheiro. que tinha pedido emprestado. PB 2ª XIX

(58) Remeto asertidão do Vigario **para** oDoutor Rafael e esperode Vossa Senhoria fazer a[]lla alle desvallido para não hir para o Rio o Doutor Sebastião já foi para a[] emeasseverão elle vai para o Rio. PB 2ª XIX

Observamos que, na análise qualitativa dos dados, tendo em conta as sincronias que compõem o estudo diacrônico aqui desenvolvido, o uso das preposições [a] e [para] no PE não apresenta variação em relação às normas vigentes no período. Já o PB apresenta variação em relação às mesmas normas.

Considerando este fato e os vários estudos, acima citados, que apontam perfil de mudança para o uso dessas preposições, elaboramos duas hipóteses para o PB:

- (a) O fator tempo devera mostrar um perfil descendente para o uso da preposição [a] tanto nos contextos não cliticizáveis, quanto nos contextos cliticizáveis;
- (b) Os verbos de movimento mostraram ambiente propício ao uso da preposição [para] em complementos com traço [+ lugar] e a preposição [a] ainda deve ser encontrada, majoritariamente, em verbos dativos que possuem complementos com traço [+ pessoa].

3.2 Definindo variáveis

Como dito na introdução, a análise de dados será feita utilizando a metodologia e alguns pressupostos da Sociolinguística Quantitativa. No entanto, para que possamos responder as questões feitas nesta tese e as hipóteses acima colocadas, temos que tratar os dados como pertencentes a gramáticas distintas. Esta estratégia nos permitirá dialogar diretamente com vários estudos e, por meio de um estudo de transição, chegar ao *actuation problem*.

A nossa variável dependente é composta por duas variantes, preposição [a] e preposição [para], que coocorrem e concorrem, em dois contextos: quando os complementos verbais são cliticizáveis e quando os complementos verbais não são cliticizáveis. O uso dessas preposições será aqui descrito com base na observação das variantes em cada um desses contextos, muito embora a nossa intenção seja observar mais detidamente o contexto cliticizável, uma vez que já foi identificado por Ramos (1992) que a alteração no uso dos clíticos desencadeia a mudança no uso das preposições, em complementos verbais. Os contextos cliticizáveis serão apresentados apenas para estabelecer comparações entre os dois contextos. As questões centrais da tese serão respondidas por meio da observação dos contextos cliticizáveis. Esse recurso nos permitirá delinear o perfil da mudança no PB e estabelecer comparações com o PE.

Dentro dos complementos verbais cliticizáveis observaremos os complementos dativos e dentro dos complementos verbais não cliticizáveis observaremos os complementos circunstanciais. Estamos entendendo complemento dativo de acordo com a classificação apresentada em Berlinck (1996).²⁵ Estamos entendendo complemento circunstancial como todo elemento preposicionado, obrigatório do ponto de vista sintático, que estabelece com o verbo relação de circunstância (cf. ROCHA LIMA, 1997 e BECHARA, 2006).

Estas comparações serão feitas por meio da observação de cinco variáveis independentes: traços [+ pessoa] e [+ lugar], tipo de verbo, tempo, localidade e gênero textual.

A variável traços [+pessoa] e [+lugar] indicará o traço semântico do complemento verbal. Será aqui utilizada em comparação ao tipo de verbo ao qual pertence o complemento verbal.

A variável tipo de verbo é composta de dois fatores: verbos que expressam movimento e verbos que não expressam movimento. A existência dessa variável é fundamental para tratarmos a hipótese (b) acima relacionada. A sua relação com os traços [+pessoa] e [+lugar] mostrará contextos de favorecimento das variantes.

A variável tempo será responsável pela delimitação de sincronias e pela descrição do perfil da mudança diacrônica. Será constituída por dois grupos de fatores, de acordo com os gêneros textuais. Para as cartas pessoais, foram delimitados três períodos de tempo: 2ª metade do século XVIII, 1ª metade do século XIX e 2ª metade do século XIX. Para os textos

²⁵ (a) Pode ocorrer como sintagma nominal introduzido pelas preposições [a] e [para]; (b) pode ser substituído pelo clítico dativo de 3ª pessoa *lhe/ lhes*; (c) pode ser substituído por preposição + pronome tônico e (d) não pode ocorrer como sujeito gramatical em uma passiva.

jornalísticos, cartas de leitores e notícias, também foram delimitados três períodos: 1ª metade do século XIX, 2ª metade do século XIX e 1ª metade do século XX.

A variável localidade identifica as amostras do PB e do PE, nas quais a primeira é composta por textos escritos por brasileiros de Ouro Preto e a segunda é composta por textos escritos por portugueses de Lisboa.

Na variável gênero textual, as formas variantes serão observadas em três gêneros distintos: cartas pessoais, cartas de leitores e notícias. Estes três gêneros são fundamentais para tratarmos a hipótese central desta tese, como veremos a seguir.

No entanto, a observação do comportamento das variantes por meio dessas cinco variáveis não nos permitirá tratá-las como manifestação superficial de gramáticas distintas se não considerarmos os contextos cliticizáveis e não cliticizáveis como uma variável independente também. Por essa razão, apresentaremos também um reagrupamento da amostra em que será observada a variável contexto de cliticização composta pelo fator complemento verbal cliticizável e pelo fator complemento verbal não cliticizável.

Faremos uma primeira rodada em que serão gerados resultados apenas para as amostras de cartas pessoais, pois precisamos, neste momento, identificar traços que distingam as gramáticas do PB e do PE e que estejam relacionados a outros estudos apresentando perfis correlatos. Os textos jornalísticos serão de fundamental importância no momento em que formos tratar mais pontualmente as hipóteses norteadoras dessa tese.

3.3.1 Análise quantitativa: primeiros resultados

Para testar as hipóteses propostas acima, apresentaremos pesos relativos e porcentagens da variável dependente, para o PB. Confrontaremos os resultados encontrados no PB com os resultados encontrados no PE a fim observarmos se o fenômeno se manifesta diferentemente nas duas variedades linguísticas, como vem sendo apontado na literatura. Os dados serão processados por meio do pacote estatístico Goldvarb (2001).

Ao rodarmos os dados do PB obtivemos três dos quatro fatores observados considerados relevantes, por ordem de prioridade, tempo, traços pessoa/lugar e tipo de verbo. Apenas o fator contexto de cliticização foi eliminado. Acreditamos que a razão para esse fato é que, ao executarmos as rodadas *step up* e *step down*, este grupo de fator foi selecionado em ambas as rodadas como pouco relevante, por trazer o grupo de fator traços pessoa/lugar resultados aproximados.

De acordo com Guy e Zilles (2007), a interação entre os fatores gera diferenças entre os resultados apresentados pelas rodadas *step up* e *step down*. Embora o programa não tenha apontado interação entre os dois fatores, optamos por proceder à junção, pois os resultados para o grupo de fator contexto de cliticização e traços pessoa/lugar são idênticos. Nesta nova rodada, os três fatores foram selecionados, por ordem de prioridade, tempo, contexto de cliticização/ traços pessoa/lugar e tipo de verbo.

No caso do PE, não obtivemos resultados significativos ao efetuarmos as rodadas *step up* e *step down*, pois nenhum fator foi considerado relevante e todos os índices de significância apontaram para a não existência de variação entre a preposição [a] e a preposição [para]. A não seleção de fatores internos pelo Goldvarb está relacionada ao fato de os dados não apontarem para existência de variação quando observamos as sincronias dentro do estudo diacrônico. Este era um resultado esperado uma vez que existem duas gramáticas distintas e a mudança observada ocorreu na gramática do PB.

A proximidade dos valores entre as porcentagens apresentadas tanto para os complementos cliticizáveis como para os complementos não cliticizáveis corroboram com a interpretação de que o uso da preposição [a] para o PE não apresenta variação nestes dois contextos, mesmo que os usos da preposição [a] não sejam categóricos. Parece ser muito mais o caso de flutuação de uso do que de variação propriamente dita.

Os dados mostram que, mesmo que haja ocorrência das preposições [a] e [para] no PE, estas ocorrem em contextos em que a variação é prevista pela norma. Portanto, a incapacidade do programa gerar os pesos relativos para o PE ocorre em decorrência de não haver nos séculos XVIII e XIX variação no uso das preposições [a] e [para]. Sendo assim, os valores percentuais gerados pelo Goldvarb são suficientes para estabelecermos as devidas comparações. O que é relevante é que, para o PB, todas as rodadas apresentaram índice de significância.

Mesmo que não tenha havido seleção de grupos de fatores como relevantes, foram encontrados resultados idênticos para os grupos de fatores traços pessoa/lugar e tipo de verbo. Como feito para os dados do PB, amalgamamos estes dois grupos de fatores nos dados do PE.

A partir dessas considerações de cunho metodológico, apresentamos as tabelas que trazem os resultados para os três fatores restantes, a saber, tempo, contexto de cliticização/ traços pessoa-lugar e tipo de verbo, para o PB, e tempo, contexto de cliticização, traços pessoa-lugar/ tipo de verbo, para o PE. Apresentaremos os pesos relativos dos fatores selecionados para o PB, apesar de utilizarmos apenas as porcentagens para as análises. Consideramos essa apresentação válida por não termos pesos relativos do PE para

estabelecermos comparação, para tanto, usaremos as porcentagens. As tabelas a seguir mostram a distribuição da variável dependente, ao longo do tempo, no PB e no PE.

Tabela 3.1: Distribuição das preposições [a], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PB²⁶.

	Nº	%
2ª XVIII	47/61	77
1ª XIX	33/49	67
2ª XIX	21/42	50
Total	101/152	66

Tabela 3.2: Distribuição das preposições [para], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PB²⁷.

	Nº	%	PR
2ª XVIII	14/61	22	.38
1ª XIX	16/49	32	.41
2ª XIX	21/42	50	.76
Total	51/152	33	

Observando a tabela 3.1, podemos perceber que o uso do [para] é crescente ao longo do tempo, da mesma forma que o uso do [a] decresce. Este resultado aponta para uma mudança na qual há a substituição do [a] pelo [para]. O peso relativo de [para] em cada período de tempo não deixa dúvida de que a possibilidade de ocorrência, no final do século XIX, é maior do que a possibilidade de ocorrência de [a]. Este é um dos perfis apontados por M. Oliveira (2007).

Ao observarmos o grupo de fator tipo de verbo para o PB, notamos que os verbos de movimento favorecem o uso da preposição [para].

Tabela 3.3: Distribuição da preposição [a], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB.

	Nº	%
Movimento	28/67	41
Não movimento	73/85	85
Total	101/152	66

Tabela 3.4: Distribuição da preposição [para], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB.

	Nº	%	PR
Movimento	39/67	58	.68
Não movimento	12/85	14	.36
Total	51/152	33	

A probabilidade de ocorrência da preposição para com verbos de movimento é de .68, ao passo que com verbos que não expressam movimento é .36. Temos, assim, os verbos de

²⁶ Todas as tabelas que não somarem 100% apresentam esse resultado em função do arredondamento feito pelo próprio Goldvarb.

²⁷ Todas as tabelas, que não somarem 100%, apresentam esse resultado em função do arredondamento feito pelo próprio Goldvarb.

movimento como espaço consolidado do uso da preposição [para], mas não encontramos o mesmo resultado para os verbos que não expressam movimento. No entanto, o fator tempo nos mostra variação no fator não movimento.

Tabela 3.5: Cruzamento dos fatores tempo tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [a].

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Movimento	9	47	15	50	4	22
Não movimento	38	90	18	95	17	71
Total	47		33		21	

Tabela 3.6: Cruzamento dos fatores tempo tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [para].

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Movimento	10	53	15	50	14	78
Não movimento	4	10	1	5	7	29
Total	14		16		21	

Notamos que tanto nos verbos de movimento quanto nos verbos que não expressam movimento há uma diminuição do uso da preposição [a], da segunda metade do século XVIII (47% e 90%, respectivamente) para a 2ª metade do século XIX (22% e 71%, respectivamente) e um aumento do uso da preposição [para], da segunda metade do século XVIII (53% e 10%, respectivamente) para a 2ª metade do século XIX (78% e 29%, respectivamente).

A observação do fator contexto de cliticização/traços pessoa/lugar especifica o contexto favorecedor do uso da preposição [para].

Tabela 3.7: Distribuição das preposições [a], de acordo com o contexto de cliticização/ traço lugar/ pessoa, em cartas pessoais, no PB.

	Nº	%
Não cliticizáveis/[+ pessoa]	0	0
Não cliticizáveis/[+ lugar]	8/34	23
Cliticizáveis/[+ pessoa]	92/114	80
Cliticizáveis/[+ lugar]	1/4	25
Total	101/152	66

Tabela 3.8: Distribuição das preposições [para], de acordo com o contexto de cliticização/ traço lugar/ pessoa, em cartas pessoais, no PB.

	Nº	%	PR
Não cliticizáveis/[+ pessoa]	0	0	—
Não cliticizáveis/[+ lugar]	26/34	76	.82
Cliticizáveis/[+ pessoa]	22/114	19	.37
Cliticizáveis/[+ lugar]	3/4	75	.83

Total	51/152	33	
-------	--------	----	--

Retomando o perfil de nossa hipótese em (i), percebemos o aumento do uso da preposição [para] em três dos quatro fatores observados, ao longo do tempo, independente de estar associado ao traço [+pessoa] ou ao traço [+ lugar]. Detalhando essa informação, os contextos não cliticizáveis/ traços pessoa/ lugar apresentam favorecimento ao uso da preposição [para], quando consideramos cada fator (Não cliticizáveis/[+ lugar], 76%; Cliticizáveis/[+ pessoa], 19%; Cliticizáveis/[+ lugar], 75%).

Uma ressalva deve ser feita em relação ao contexto cliticizáveis/[+ pessoa] que é o único fator que apresenta favorecimento da preposição [a], 81%. Ao observarmos o seu uso, ao longo do tempo, notamos que, embora haja um número maior de ocorrências com a preposição [a], a queda desta ao mesmo tempo em que há o aumento do uso de [para].

Tabela 3.9: Cruzamento dos fatores tempo e contexto de cliticização/ traços pessoa/lugar, em cartas pessoais, no PB, para preposição [a].

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não cliticizáveis/[+ lugar]	4	31	3	23	1	12
Cliticizáveis/[+ pessoa]	42	89	30	86	20	62
Cliticizáveis/[+ lugar]	1	100	0	0	0	0
Total	49		33		21	

Tabela 3.10: Cruzamento dos fatores tempo e contexto de cliticização/ traços pessoa/lugar, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [para].

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não cliticizáveis/[+ lugar]	9	69	10	77	7	88
Cliticizáveis/[+ pessoa]	5	11	4	14	12	38
Cliticizáveis/[+ lugar]	0	0	1	100	2	100
Total	15		21		23	

Estes cruzamentos são fundamentalmente importantes por termos levantado a hipótese de que a preposição [para] é favorecida tanto nos contextos não cliticizáveis, quanto nos contextos cliticizáveis. Ainda que a reordenação da primeira rodada tenha exigido a divisão desses fatores em quatro, a observação destes novos fatores também retrata o perfil apresentado pela hipótese.

Além disso, as tabelas de 3.7 a 3.10 mostram que os contextos favorecedores do uso da preposição [a] são os mesmos para o uso da preposição [para], a saber, não cliticizável/ lugar e cliticizável/ pessoa. Bem como mostra também preferência pelo uso da preposição [para] em contextos cliticizáveis/ lugar.

Tendo em vista os resultados apresentados até agora, é possível aventar que os verbos que expressam movimento favorecem o contexto não cliticizável/ traço pessoa/lugar, e os verbos que não expressam movimento favorecem o contexto cliticizável/ traço pessoa/lugar.

Tabela 3.11: Cruzamento dos fatores contexto cliticizável/traço pessoa/lugar tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [a].

	Não cliticizáveis/[+ lugar]		Cliticizáveis/[+ pessoa]		Cliticizáveis/[+ lugar]	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Movimento	8	24	20	67	0	0
Não movimento	0	0	72	86	1	100
Total	8		92		1	

Tabela 3.12: Cruzamento dos fatores contexto cliticizável/traço pessoa/lugar tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB, para a preposição [para].

	Não cliticizáveis/[+ lugar]		Cliticizáveis/[+ pessoa]		Cliticizáveis/[+ lugar]	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Movimento	26	76	10	33	3	100
Não movimento	0	0	12	14	0	0
Total	26		22		3	

É possível notar que tanto os não cliticizáveis/[+ lugar] quanto os cliticizáveis/[+ lugar] ocorrem apenas com verbos de movimento, quando observamos a preposição [para], e que o contexto cliticizável/ [+pessoa] ocorre categoricamente com verbos que não expressam movimento, quando observamos a preposição [para], e, preferencialmente, com verbos que não expressam movimento, quando observamos a preposição [a]. Podemos afirmar, assim, que foi confirmada a hipótese (ii) que afirma que os verbos de movimento revelam-se ambiente propício ao uso da preposição [para] em complementos com traço [+ lugar] e a preposição [a] deve ser encontrada, majoritariamente, em verbos que não expressam movimento e possuem complemento com traço [+ pessoa].

Este resultado é compatível com os resultados observados pelos autores que tratam o uso das preposições considerando os verbos de movimento. É também um resultado esperado na medida em que, para trabalharmos as hipóteses apresentadas na introdução, precisamos de equivalência da nossa análise com a análise de outros estudos sobre esse e outros fenômenos.

Os dados do PE, expostos na tabela abaixo, apresentam perfil diferenciado dos apresentados na tabela 3.1, para o PB.

Tabela 3.13: Distribuição da preposição [a], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PE.

	Nº	%
2ª XVIII	22/25	88
1ª XIX	23/27	85
2ª XIX	33/37	89
Total	78/89	87

Tabela 3.14: Distribuição da preposição [para], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PE.

	Nº	%
2ª XVIII	3/25	12
1ª XIX	4/27	14
2ª XIX	4/37	10
Total	11/89	12

Embora haja um decréscimo do uso da preposição [a] e um aumento do uso da preposição [para] na primeira metade do século XIX, podemos notar que não parece haver variação no uso das duas preposições no PE. Isso aponta para a necessidade de avaliarmos os contextos que propiciam a mudança no PB e a estabilidade no PE.

Para avaliarmos essas questões, observaremos os grupos de fatores contexto de cliticização e traço pessoa/lugar/ tipo de verbo e seus cruzamentos, em função do tempo.

Tabela 3.15: Distribuição da preposição [a], de acordo com o contexto de cliticização, em cartas pessoais, no PE.

	Nº	%
Não cliticizável	24/30	80
Cliticizável	54/59	91
Total	78/89	87

Tabela 3.16: Distribuição da preposição [para], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PE.

	Nº	%
Não cliticizável	6/30	20
Cliticizável	5/59	8
Total	11/89	12

As tabelas 3.15 e 3.16 deixam evidente a preferência pelo uso da preposição [a] tanto nos contextos cliticizáveis quanto nos contextos não cliticizáveis, para o PE. Mesmo no contexto não cliticizável que, de acordo com as gramáticas dos séculos XVIII e XIX, é possível o uso das duas preposições com locativos, tem-se preferência pelo [a]. Fato que difere do PB que, no ambiente em que é permitido o uso das duas preposições, há preferência pela preposição [para].

Este fato também fica evidente na observação dos traços pessoa/lugar conjuntamente com o tipo de verbo.

Tabela 3.17: Distribuição da preposição [a], de acordo com o traço pessoa/lugar e o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PE.

	Nº	%
[+ lugar]/ movimento	22/27	81
[+ pessoa]/ movimento	5/6	83
[+pessoa]/ não movimento	51/56	91
Total	78	87

Tabela 3.18: Distribuição da preposição [para], de acordo com o traço pessoa/lugar e o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PE.

	Nº	%
[+ lugar]/ movimento	5/27	18
[+ pessoa]/ movimento	1/6	16
[+pessoa]/ não movimento	5/56	8
Total	11/89	12

Os complementos que expressam traço [+ lugar] funcionam como ambiente favorável para o uso da preposição [a] e da preposição [para], ainda que seja mais efetivo com a preposição [a].

Como vimos, não é possível estabelecer comparação direta entre os dois grupos de fatores anteriores com os resultados do PB por não haver correspondência entre eles. Ainda assim, é possível fazer algumas generalizações. No PB, a preposição [para] é favorecida quando ocorre em contexto não cliticizável com complemento verbal com traço [+lugar], com verbo de movimento. No PE, para este mesmo quadro tem-se o uso do [a].

O favorecimento do uso da preposição [a] mostrada, até agora, para o PE, em contextos não cliticizáveis e cliticizáveis. Também é percebido ao observarmos as sincronias. Há um crescimento do uso da preposição [a] ao longo do tempo, como pode ser visto nas tabelas a seguir.

Tabela 3.19: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e contexto de cliticização, em cartas pessoais, para a preposição [a], no PE.

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não cliticizáveis	3	75	6	75	15	83
Cliticizáveis	19	90	17	89	18	95
Total	22	88	23	85	33	89

Tabela 3.20: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e contexto de cliticização, em cartas pessoais, para a preposição [para], no PE.

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não cliticizáveis	1	25	2	25	3	17
Cliticizáveis	2	10	2	11	1	5
Total	3	12	4	15	4	11

O mesmo favorecimento notamos para os grupos de fatores traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, como nas tabelas a seguir.

Tabela 3.21: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [a], no PE.

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
[+lugar]/ movimento	3	75	6	86	13	81
[+pessoa]/movimento	2	67	1	100	2	100
[+ pessoa]/ não movimento	17	94	16	84	18	95
Total	22	88	23	85	33	89

Tabela 3.22: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [para], no PE.

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
[+lugar]/ movimento	1	25	1	14	3	19
[+pessoa]/movimento	1	33	0	0	0	0
[+ pessoa]/ não movimento	1	6	3	16	1	5
Total	3	12	4	15	4	11

Um último cruzamento que foi feito para o PB, grupos de fatores contexto de cliticização/ traços pessoa/lugar/ tipo de verbo que permitiu verificar a hipótese (ii). Guardadas as diferenças de agrupamento, também fizemos este cruzamento para o PE. As tabelas a seguir mostram os resultados do cruzamento entre os grupos de fatores contexto de cliticização e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo.

Tabela 3.23: Cruzamento dos grupos de fatores contexto de cliticização e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [a], no PE.

	Não cliticizável		Cliticizável	
	Nº	%	Nº	%
[+lugar]/ movimento	22	81	0	0
[+pessoa]/movimento	1	100	4	80
[+ pessoa]/ não movimento	1	50	50	83
Total	24	80	54	92

Tabela 3.24: Cruzamento dos grupos de fatores tempo e contexto de cliticização e traços pessoa/lugar/ tipo de verbo, em cartas pessoais, para a preposição [para], no PE.

	Não cliticizável		Cliticizável	
	Nº	%	Nº	%
[+lugar]/ movimento	5	19	0	0
[+pessoa]/movimento	0	0	1	20
[+ pessoa]/ não movimento	1	50	4	7
Total	6	20	5	8

As tabelas 3.23 e 3.24 mostram favorecimento do uso da preposição [a] em todos os contextos avaliados.

3.3.2 Análise quantitativa: a história se repete

A análise de dados apresentada acima teve como objetivo descrever um fenômeno interpretado como característico da gramática do PB. Agora, mostraremos por meio de análise quantitativa o perfil de mudança do uso da preposição [a] em complementos verbais, associando resultados quantitativos aos perfis sócio-históricos apresentados nos capítulos anteriores.

O nosso principal objetivo é responder a quatro grupos de questões/hipóteses que foram trabalhadas ao longo desta tese, a saber, (i) No século XVIII haverá, nas amostras do PE e PB, diferença significativa na frequência do fenômeno linguístico por nós selecionado; (ii) Os perfis das mudanças linguísticas do PB no XIX não retratam diferenças entre o PB e o PE, mas sim diferenças entre dois momentos do PB; (iii) Os textos publicados em jornais no XIX vão apresentar um perfil de mudança igual ou mais acelerado do que as cartas pessoais e (iv) Existe relação entre a periodização e a inserção de novos agentes da escrita promovida pelo surgimento da imprensa periódica.

A variável dependente aqui observada foi identificada como um caso de mudança sintática encaixada como foi demonstrado por Ramos (1992) e Berlinck (1988,1989). Mesmo que as perspectivas de observação do fenômeno sejam diferentes nos trabalhos das duas autoras, ambos se relacionam a outros fenômenos linguísticos como objeto nulo, inversão do sujeito e ordem SVO. O nosso fenômeno se aproxima, em termos de perspectiva, mais do trabalho de Ramos (1992), porém estamos observando o uso da preposição [a] de forma mais abrangente que a referida autora.

Para tratarmos as quatro hipóteses retomadas acima e estabelecermos as relações entre periodização, inserção de novos agentes e fenômeno linguístico, serão necessárias amostras

simétricas, compostas por textos com estilo menos formal e mais formal, como as cartas pessoais e as notícias, respectivamente, e uma amostra intermediária, como as cartas de leitores. Como proposto neste capítulo e no capítulo dois, somente adotando estes critérios poderemos falar em amostras de duas gramáticas distintas.

Por critério de legibilidade, cada um das hipóteses que discutiremos neste capítulo será considerada como um tópico.

3.3.2.1 Hipótese (i): No século XVIII haverá, nas amostras do PE e PB, diferença significativa na frequência do fenômeno linguístico por nós selecionado.

Esta hipótese se sustenta no fato de estudos linguísticos definirem uma gramática do PB na virada do século XVIII para o XIX (cf. RIBEIRO, 1998). Sendo assim, é possível considerar que apenas no último quartel do século XVIII a gramática do PB se manifesta, ainda que timidamente, em textos escritos menos formais. Até o terceiro quartel do século XVIII, as semelhanças entre PE e PB devem ser maiores.

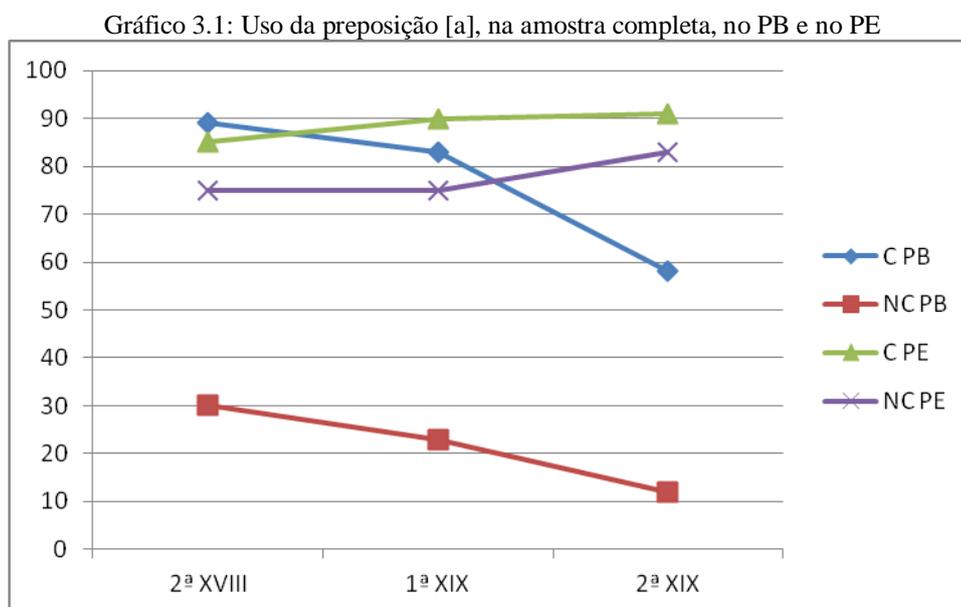
Se esta afirmativa estiver correta, devemos ter curvas que, no século XVIII, partem do mesmo ponto ou de pontos próximos e apresentam perfil bastante distinto no final do século XIX. Este perfil nos garante a datação do começo do processo de mudança e a datação do seu final.

Para observarmos tal perfil, utilizamos a amostra composta por cartas pessoais apenas, pois, não há imprensa periódica no Brasil ainda neste período, o que impossibilita estabelecer períodos comparáveis entre PB e PE para os textos jornalísticos. A análise das cartas pessoais nos fornecerá subsídios para a identificação precisa dos agentes da escrita por serem utilizados apenas textos escritos por brasileiros, no *corpus* do PB, e apenas textos escritos por portugueses, no *corpus* do PE. Tendo esses agentes identificados, podemos avaliar as diferenças de uso e identificar a existência de gramáticas distintas.

Como verificado acima, o uso da preposição [a] no PB sai de um uso mais amplo no século XVIII e vai regredindo até o final do século XIX; no PE temos um uso amplo da preposição [a] no início do século XVIII e este uso se mantém quase estável, apresentando uma leve ampliação no final do século XIX. Ao observarmos o uso da preposição [a] em contextos não cliticizáveis e em contextos cliticizáveis, percebemos que no PB, os não cliticizáveis desfavorecem amplamente o uso de [a], mas os cliticizáveis favorecem o uso do [a]. Ao observarmos o PB em comparação ao PE, no entanto, percebemos que mesmo que neste contexto haja o favorecimento do uso da preposição [a] nas duas variedades, elas

apresentam comportamentos distintos. No PB há um decréscimo do uso da preposição [a] e no PE há um aumento do uso dessa preposição.

No gráfico a seguir, podemos verificar este perfil nas duas variedades da língua portuguesa, comparativamente.



Notamos que tanto o PB como o PE apresentam frequência de uso da preposição [a] muito próximas, na segunda metade do século XVIII. Os contextos cliticizáveis (89% PB e 85% PE) apresentam maior proximidade que os não cliticizáveis (30% PB e 75% PE), que apresentam uma diferença menor que quarenta e cinco pontos percentuais.

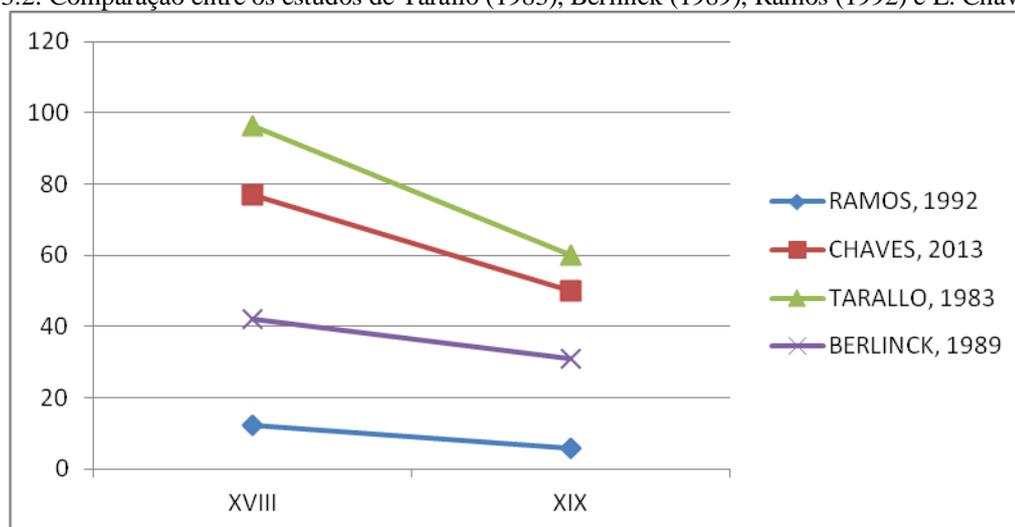
Retomando o perfil esperado para a comprovação de que no século XVIII temos mais semelhanças entre PB e PE que diferenças, o gráfico 3.1 é capaz de mostrar que a hipótese se confirma.

A diferenciação do uso passa a ser mais evidente na primeira metade do século XIX quando se tem a manutenção do uso da preposição [a] em contextos cliticizáveis e não cliticizáveis no PE, e a redução do uso da preposição [a] em detrimento da preposição [para], no PB, no mesmo período, tanto nos contextos cliticizáveis quanto nos contextos não cliticizáveis. No caso do PB, o final do século XIX apresenta uma queda acentuada do uso da preposição [a].

Este perfil é idêntico ao apresentado por Ramos (1989, 1992) para a presença da preposição [a] em complementos verbais acusativos. Como este perfil é justamente os dos complementos cliticizáveis, fica evidente o encaixamento linguístico do fenômeno.

No gráfico a seguir, tomando como referência o final do século XVIII e o final do século XIX, apresentamos os resultados tratados em Tarallo (1993) com base em Tarallo (1983), Ramos (1992) e Berlinck (1989). Acrescentamos a estes trabalhos os resultados evidenciados nesta tese para o uso de [a] em contextos cliticizáveis.

Gráfico 3.2: Comparação entre os estudos de Tarallo (1983), Berlinck (1989), Ramos (1992) e E. Chaves (2013).



Ao considerarmos os trabalhos que se dedicaram à observação dos verbos de movimento, notamos que há uma preferência pelo uso de [para] no PB (cf. Berlinck, 2003; M. Oliveira, 2007) este é o resultado também identificado neste trabalho. No entanto, não foi possível compor um gráfico como o apresentado acima por não podermos estabelecer comparações diacronicamente.

Fato é que os gráficos apresentados acima delineiam o perfil apresentado por nossa hipótese. Podemos considerar, assim, que até o terceiro quartel do século XVIII temos gramáticas do PB e do PE muito próximas, iniciando a diferenciação no final do século XVIII e atingindo a distinção no último quartel do século XIX.

3.3.2.2 Hipótese (ii): Os perfis das mudanças linguísticas do PB no XIX não retratam diferenças entre o PB e o PE, mais sim entre dois momentos do PB.

O gráfico 3.1 permite responder positivamente, também, à hipótese (ii) na qual predissemos que os perfis das mudanças no século XIX apresentam diferenças entre dois momentos no PB e não entre o PB e o PE. Se há, já ao final do século XVIII, a percepção de uma gramática distinta, como afirma I. Ribeiro (1998), e como é possível notar no gráfico 3.1,

temos, então, uma reapresentação da pergunta inicialmente feita por Ribeiro, porém em outro período de tempo: A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática?

Em trabalhos como o supracitado e o de Carneiro (2005) encontra-se o reflexo da competição de mais de duas gramáticas: a gramática do PB, a gramática do PE Clássico e a gramática do PE Moderno. Considerando os fenômenos expressos no gráfico 3.2, pode-se pressupor que o perfil apresentado pelo PE tanto é característico do Português Clássico quanto do Português Moderno Europeu, pois nesses dois períodos há inversão do sujeito (BERLINCK, 1989), ausência de objeto nulo (TARALLO, 1983,1985) e predominância de complementos verbais acusativos com a presença da preposição [a] (RAMOS, 1992). Se o fenômeno observado nesta tese encontra-se em encaixamento linguístico com esses três outros fenômenos, podemos concluir que, ao final do século XVIII, se inicia a emergência da gramática do PB, que vai se firmando em contextos diversificados até o final do século XIX.

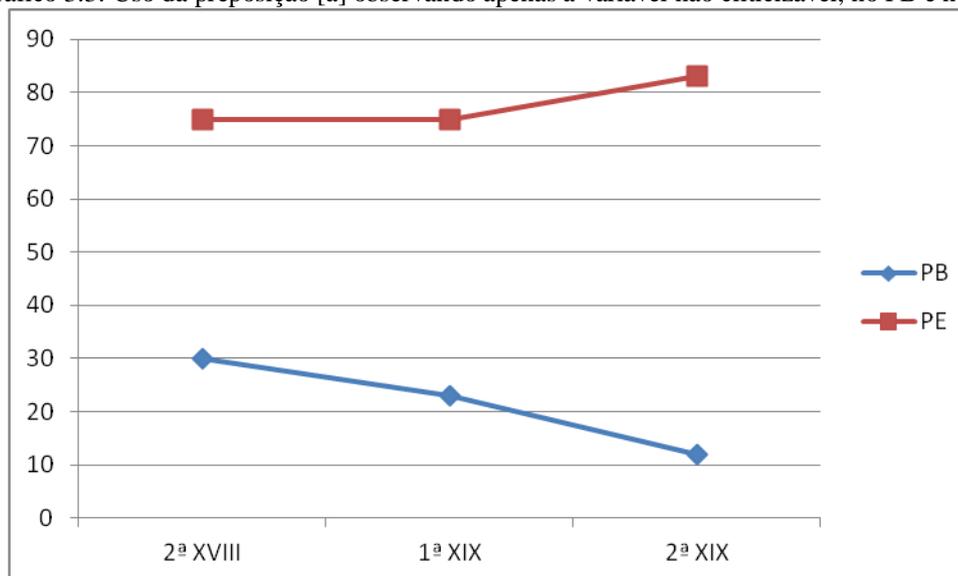
Adotando a competição de gramáticas como suporte para análise dos clíticos, Carneiro (2005) mostra exatamente este perfil para o PB.

Este fato ainda pode ser mais bem explicitado ao observarmos os dados do século XIX e compararmos os perfis, em cada período de tempo. No próprio gráfico 3.1, vemos que os perfis são opostos. No PE, temos um uso constante da preposição [a] ao longo do século XIX. Já no PB, temos um pequeno aumento do uso da preposição [a] na primeira metade do século XIX e um decréscimo acentuado na segunda metade do mesmo século. Este fato, além de evidenciar a distinção entre as duas gramáticas, demonstra alteração da curva dentro da gramática do próprio PB, já mais distanciada do PE que na segunda metade do século XVIII.

É possível detalharmos ainda mais essa informação se observarmos o uso da preposição [a] em complementos verbais que podem ser substituídos por clíticos dos que não permitem a substituição por clítico. Essa estratégia nos garante comprovar o resultado obtido na análise global da amostra e ainda nos permite perceber qual das duas variáveis favorece a identificação das duas gramáticas.

No quadro 3.3, a seguir, observaremos os complementos verbais que não aceitam substituição por clíticos.

Gráfico 3.3: Uso da preposição [a] observando apenas a variável não cliticizável, no PB e no PE

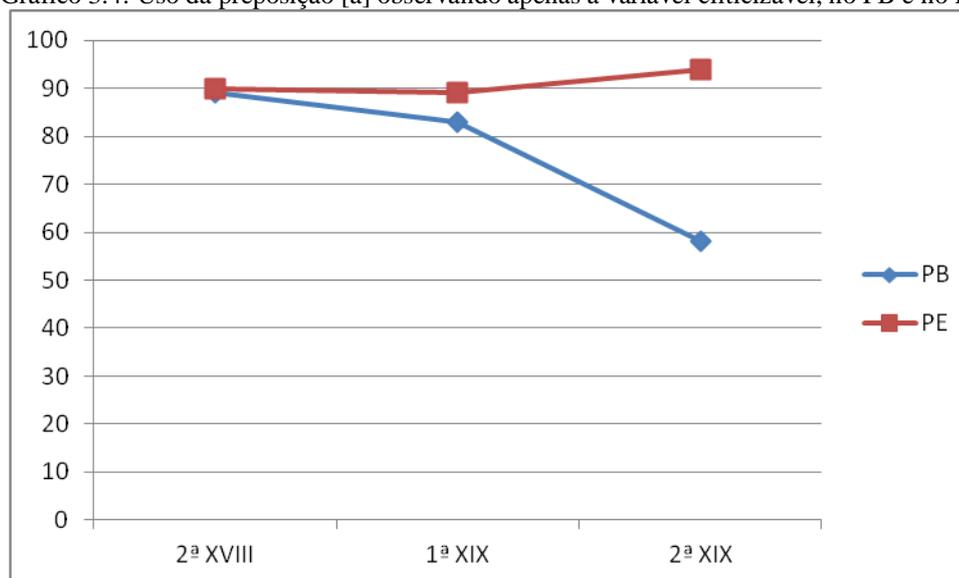


O gráfico 3.3 sugere que o processo de variação no uso das preposições [a] e [para], em contextos não cliticizáveis, se dá em um período mais recuado no tempo, pois no PB temos uma frequência menor do uso da preposição [a] (30%) do que no PE (75%), na segunda metade do século XVIII. Logo, podemos delinear a diferença dos usos, mais evidente que nos complementos cliticizáveis, já na segunda metade do século XVIII. Este resultado também comprova o distanciamento da gramática do PB em relação à própria gramática do PB, a partir da segunda metade deste século. Isto fica evidente por que é possível perceber um distanciamento da frequência de uso da preposição nos três períodos de tempo para o PB e também é possível notar o distanciamento da gramática do PB em relação ao PE.

Sendo assim, a queda no uso da preposição [a] que marca o século XIX é decorrente do fim da competição de gramáticas no final do século XVIII, que teve como vencedora a gramática do PB. É esta a gramática que emerge, na escrita formal, ao final do século XIX, como foi detectado por Tarallo (1993), além de em vários outros estudos.

Este é o perfil verificado também quando observamos os contextos cliticizáveis. O gráfico 3.4 mostra justamente esse perfil.

Gráfico 3.4: Uso da preposição [a] observando apenas a variável cliticizável, no PB e no PE



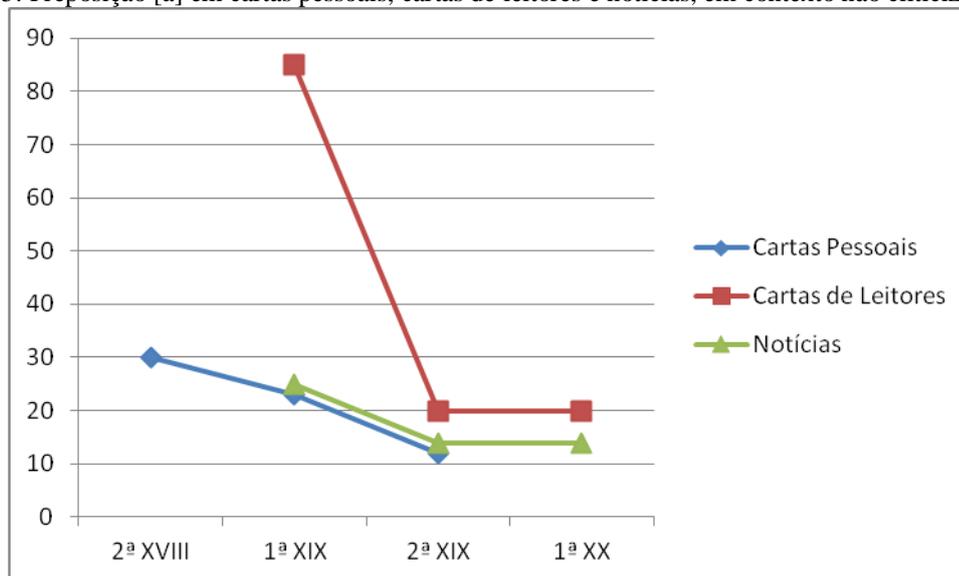
Fica ainda mais evidente, neste contexto, o distanciamento das duas gramáticas a partir do final do século XVIII, uma vez que a gramática do PB parte de uma frequência de uso de 89% e chega a 58% no final do século XIX e a gramática do PE parte de 90% no final do XVIII e chega a 91% no final do século XIX. Vale lembrar que este é o perfil que mais se aproxima dos fenômenos elencados por Tarallo (1993) e, por esta razão, também é o que mais permite a observação da gramática do PB atuando.

3.3.2.3 Hipótese (iii): Os textos publicados em jornais no XIX vão apresentar um perfil de mudança igual ou mais acelerado do que as cartas pessoais

Para que essas relações possam ser estabelecidas, observaremos os resultados nos três *corpora* utilizados, uma vez que os *corpora* formados por cartas pessoais funcionam como parâmetro para a verificação dos perfis em cada uma das variedades linguísticas em textos em que não é possível identificar se são escritos apenas por brasileiros ou se são escritos apenas por portugueses, como ocorre com os textos jornalísticos, no período investigado.

Os três *corpora* estão sendo considerados de acordo com o nível de formalidade dos gêneros textuais que os compõem. Assim, temos nas cartas pessoais textos menos formais, nas cartas de leitores nível de formalidade intermediário e, nas notícias, estilo mais formal. Apresentaremos, a seguir, uma série de resultados nos quais se tem manifestado o perfil do uso da preposição [a] e por meio dos quais compararemos o momento em que a mudança ocorre nos três *corpora* do PB e em seguida nos três *corpora* do PE.

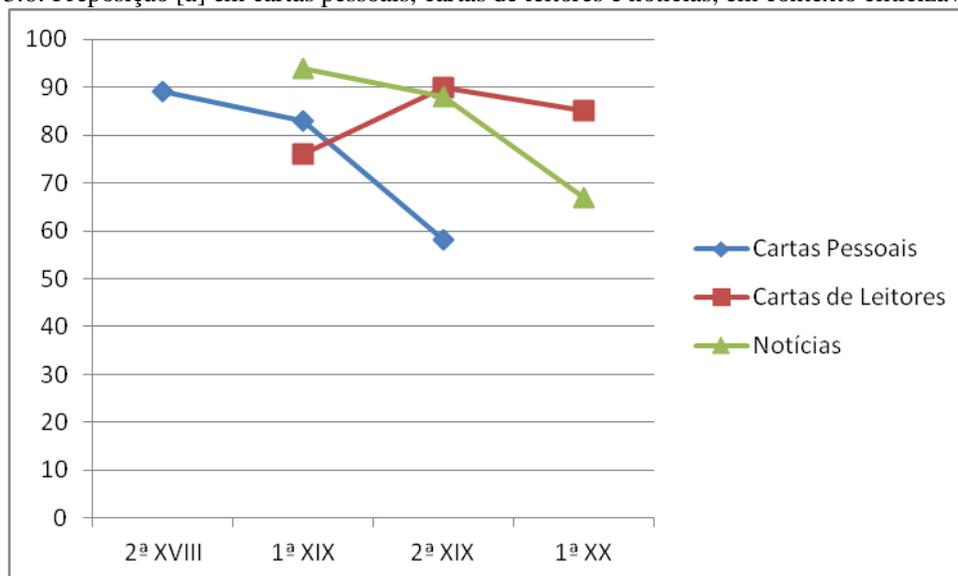
Gráfico 3.5: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto não cliticizável, no PB.



Neste gráfico, temos delineados os perfis do uso da preposição [a] nos três gêneros textuais. Para confirmarmos a nossa hipótese, temos que ter perfil de queda no final do século XIX nos três gêneros. Este perfil deve ser em um mesmo ritmo ou mais acelerado. Notamos que a queda mais acentuada pode ser notada nas cartas de leitores (de 85% a 20%), confirmando a hipótese de que os textos de jornais devem apresentar perfil mais acelerado que o perfil das cartas pessoais. No caso das notícias (de 25% a 14%), encontramos apenas o mesmo perfil com o mesmo grau de aceleração do notado nas cartas pessoais (de 30% a 12%). As cartas de leitores e as notícias indicam estabilidade da queda no século XX. No entanto, não é possível estabelecer comparação com as cartas pessoais devido ao fato de não haver dados para esse período. Ainda assim, a manutenção do baixo uso da preposição [a] corrobora o perfil de mudança.

O perfil de queda também é observado no gráfico a seguir.

Gráfico 3.6: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PB.



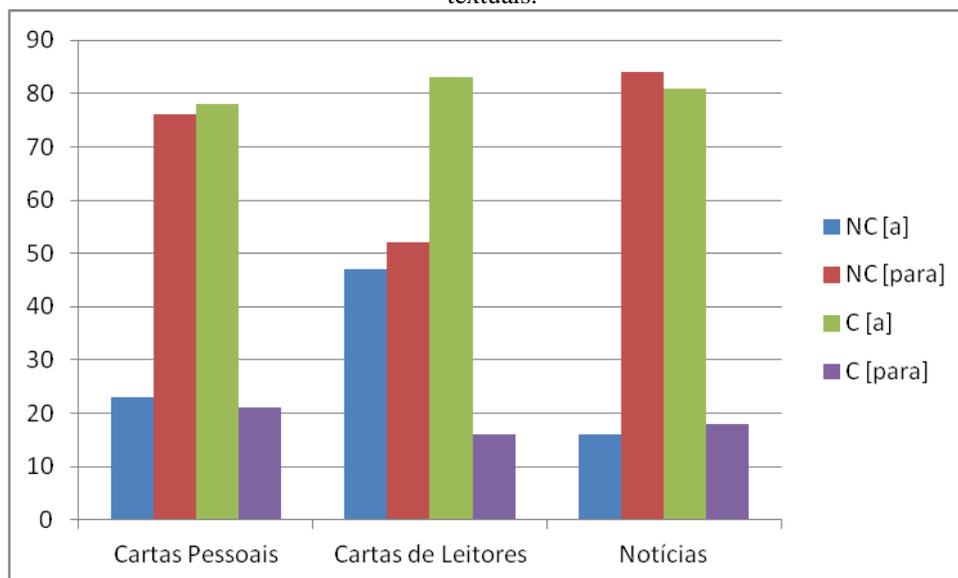
Temos a queda evidenciada no final do século XIX para as cartas pessoais (de 89% a 58%) e notícias (de 94% a 67%), mas não para as cartas de leitores (de 76% a 85%) que além de apresentar perfil acendente, apresenta um aumento ainda maior na primeira metade do século XIX (90%). A queda só ocorrerá nas cartas de leitores na 1ª metade do século XX. Qual a razão para esse perfil?

Se considerarmos a atuação da norma nos gêneros utilizados, poderíamos considerar que as notícias deveriam apresentar perfil distinto. No entanto, não foi o encontrado. O perfil distinto apareceu nas cartas de leitores que, embora sofram mais a ação da norma do que as cartas pessoais, sofrem menos ação da norma que as notícias²⁸.

Uma possível explicação para este fato pode estar na possível interferência de escreventes do PE na amostra. Como as cartas de leitores permitem a manifestação de um número maior de escreventes brasileiros, também podem permitir uma manifestação maior de escreventes da gramática do PE, mesmo que no momento em que fizemos a análise qualitativa apresentada no capítulo dois essa interferência não tenha ficado evidente. Talvez seja necessário reavaliar o uso das cartas de leitores como amostra.

²⁸ Sobre a maior formalidade das notícias, ver Castilho da Costa (2008).

Gráfico 3.7: Uso da preposição [a] no PB, nos contextos cliticizáveis e não cliticizáveis, nos três gêneros textuais.



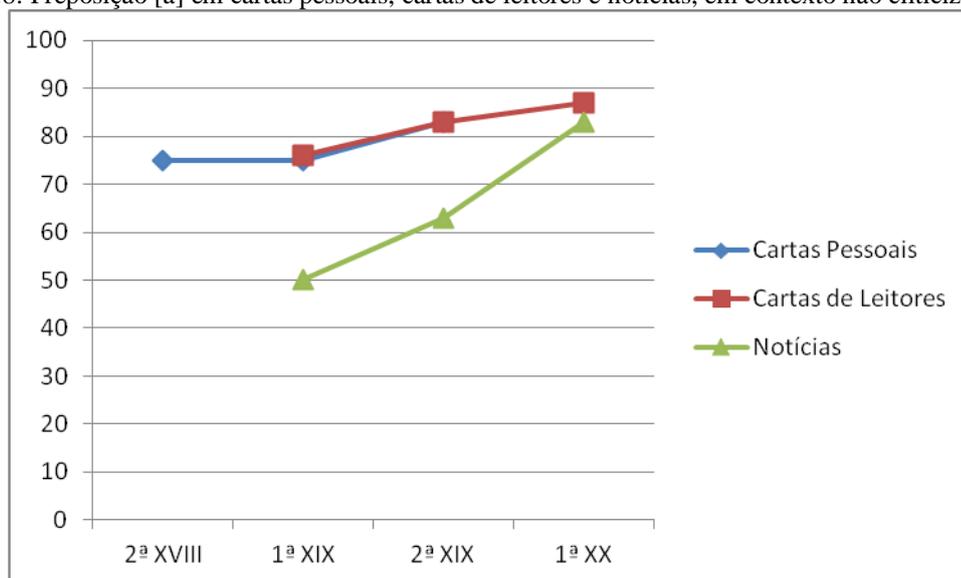
O gráfico mostra que, embora haja variação entre a preposição [a] e a preposição [para], os contextos cliticizáveis ainda são ambientes da preposição [a], como pudemos verificar na análise quantitativa apresentada anteriormente. Já os índices apresentados para os contextos não cliticizáveis manifestam favorecimento do uso da preposição [para].

Mostramos que os verbos de movimento desfavorecem o uso da preposição [a]. Como na grande maioria das vezes os verbos de movimento são usados em contextos não cliticizáveis, fica justificado esse perfil.

No caso do PE, não pudemos estabelecer as mesmas relações que foram observadas para o PB nos *corpora* que utilizamos. Esta investigação será feita em outro momento, pois para que pudéssemos proceder a este tipo de comparação, teríamos que utilizar textos jornalísticos e cartas pessoais de períodos anteriores ao estabelecido para este estudo. E, para este trabalho, não foi possível compor amostra simétrica para estes períodos devido ao fato de não haver textos jornalísticos escritos no Brasil antes do século XIX e de não termos conseguido compor amostra de cartas pessoais com número considerável de palavras, para períodos anteriores, nem para o PB e nem para o PE. No entanto, os gráficos do PE no recorte investigado tem fundamental importância para verificarmos a diferença do perfil do PB e do PE fornecendo, assim, mais argumentos que comprovem que se tratam de gramáticas distintas.

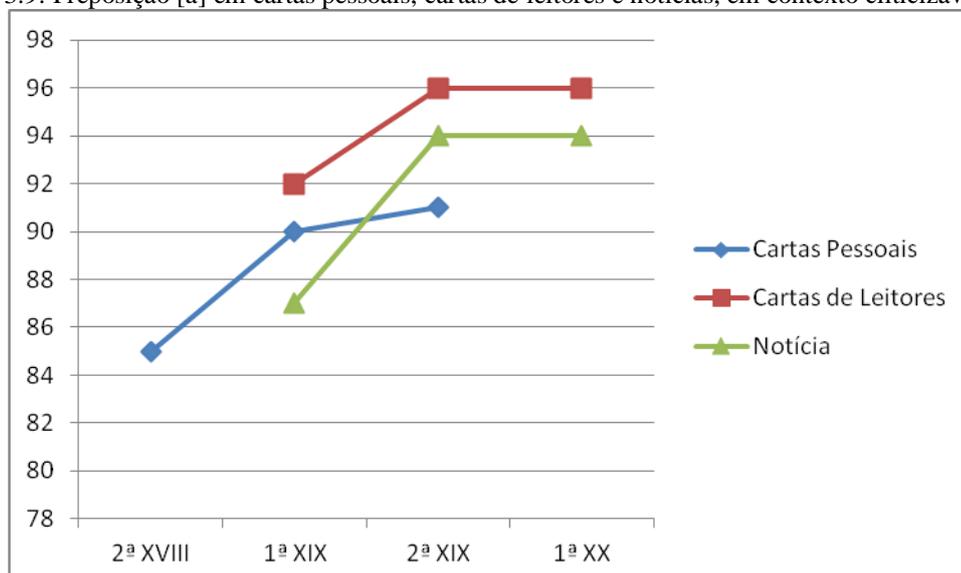
Neste sentido, o gráfico a seguir deve apresentar perfil diferenciado do apresentado no gráfico 3.6 para que possamos reconhecer as duas gramáticas distintas.

Gráfico 3.8: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto não cliticizável, no PE.



Este foi o perfil encontrado. Se no PB temos queda do uso da preposição [a] no final do século XIX, neste mesmo período do PE temos um perfil ascendente para as cartas pessoais (de 75% a 83%), para as cartas de leitores (de 76% a 87%) e para as notícias (de 50% a 83%), em contextos não cliticizáveis. Há nas notícias um perfil mais acelerado do que nas cartas pessoais e de leitores; perfil que se aproxima ao encontrado nas cartas de leitores no PB em termos de manifestação de aceleração de uso. No que tange à preposição observada, o perfil acelerado no PB é identificado no uso do [para] e no PE no uso do [a]. A ascendência do uso da preposição [a] no PE é ainda mais evidente nos contextos cliticizáveis, como no gráfico a seguir.

Gráfico 3.9: Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PE.



Temos um perfil mais acelerado nas cartas de leitores (de 92% a 96%) e nas notícias (de 87% a 94%) do que nas cartas pessoais (de 85% a 91%). Este resultado era esperado na medida em que os dois primeiros gêneros são mais permeáveis à norma, portanto, devem apresentar já de partida uma frequência maior que as cartas pessoais. Como para o PB, o século XX apresenta estabilidade de uso da preposição [a], no PE. No entanto, no PE, temos estabilidade após ascensão e no PB temos estabilidade após queda.

O que é importante ressaltar sobre os gráficos 3.5, 3.6, 3.8 e 3.9 é que há um padrão de curva que se repete para as duas gramáticas, mesmo que estes perfis apresentem curvas em sentidos opostos. Os textos jornalísticos podem, assim, ser considerados como propícios para a observação de mudança gramatical mesmo que sofram a ação da norma e esta norma difira da gramática observada.

3.3.2.4 (iv) Existe relação entre a periodização linguística, a inserção de novos agentes da escrita promovida pelo surgimento da imprensa periódica e o perfil de fenômenos linguísticos.

Neste tópico, temos o objetivo de evidenciar a atuação dos novos agentes da escrita em um mesmo momento em que a periodização linguística aponta para momentos em que mudanças gramaticais são implementadas (cf. GALVES, 2010 e RAMOS e VENÂNCIO, 2006), usando como recurso a análise de dados linguísticos do PB e do PE.

A nossa hipótese é a de que a imprensa periódica pode ser interpretada como as *circunstâncias sociais* das quais falava Tarallo, para que a gramática do PB se manifeste na escrita formal. Acreditamos que a imprensa periódica propicia, em espaço e tempo específicos, a entrada de novos agentes da escrita, criando, conseqüentemente, novos espaços para a manifestação dessa gramática.

O cruzamento de informações sociais com informações linguísticas necessita que os períodos em que são observadas as entradas de novos agentes coincidam com o momento em que ocorre a mudança. E essa coincidência tem que acontecer tanto no PB, quanto no PE, mesmo que os períodos de inserção de novos agentes sejam diferentes para as duas variedades.

Para tanto, temos que considerar que a entrada de novos agentes no PB ocorre no mesmo período em que são verificadas implementações de mudanças linguísticas.

Ao compararmos esse fenômeno social no PB aos efeitos do surgimento da imprensa periódica em Portugal e os efeitos do surgimento da imprensa para a fixação das línguas nacionais, mostramos que “a história se repete”. E essa repetição gasta o mesmo tempo para provocar o que chamamos de revolução na escrita. Delimitamos um período de aproximadamente setenta anos que separa o momento da inovação tecnológica da percepção do seu efeito na escrita.

Sendo assim, é possível considerarmos dois momentos: o primeiro no qual a história mostra que o final do século XIX é crucial para o entendimento dessas relações. A partir desse primeiro momento fica comprovado que temos a interação de elementos históricos e linguísticos em um mesmo período de tempo. E o segundo momento no qual notamos que os textos jornalísticos são redutos da norma linguística portuguesa vigente também aqui no Brasil. No entanto, por ser a mudança linguística inerente ao sistema linguístico e não a uma determinada modalidade de expressão da língua, seja ela falada ou escrita, a presença de novos agentes propicia a manifestação da gramática usada por eles independente do nível de formalidade expresso pelo gênero textual.

Considerando que a gramática do PB se implementa no final do século XVIII (cf. I. Ribeiro, 1998), a gramática que esses novos agentes devem manifestar é a gramática implementada. Isso demanda a manifestação de perfis distintos na investigação de fenômenos linguísticos no PB e no PE. Ao longo deste capítulo, já mostramos que o distanciamento dos perfis se manifesta a partir do final do século XVIII, uma vez que até este momento se dava a competição entre o PE que chegou aqui e o português que aqui se desenvolveu. Mostramos também que as mudanças implementadas no final do século XIX são mudanças em relação ao PB do século XVIII e, ainda, que os perfis apresentados pelo PB e pelo PE são equivalentes ou encontram-se mais avançados nos textos jornalísticos.

Estes resultados foram apresentados nos gráficos 3.5 a 3.6. Além das relações já tratadas anteriormente, estes gráficos são capazes de mostrar que temos no século XIX a manifestação da gramática vencedora na escrita.

Retomando os gráficos 3.6 e 3.8, repetidos a seguir, nos é possível visualizar os perfis nas duas variedades e ainda explicar a diferença notada em tópico anterior em relação às cartas de leitores do PB.

Gráfico 3.10 (3.6): Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PB.

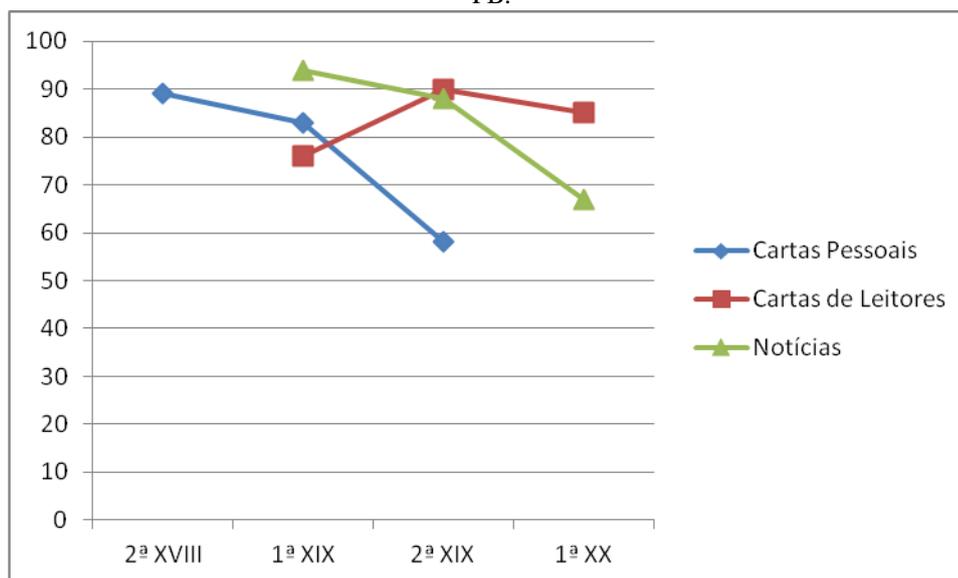
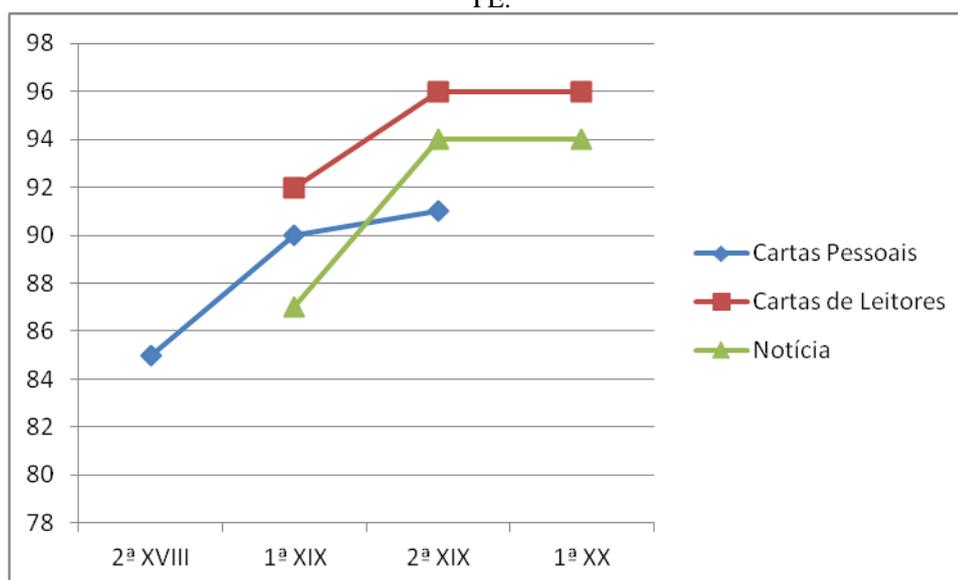


Gráfico 3.11 (3.8): Preposição [a] em cartas pessoais, cartas de leitores e notícias, em contexto cliticizável, no PE.



Identificamos um perfil de uso da preposição [a] mais próximo ao do português europeu que manifesta estabilidade ou ampliação no uso da preposição [a], mas não apresenta aumento do uso da preposição [para]. No caso das cartas de leitores do PB temos um aumento do uso da preposição [a] no final do século XIX, como no PE, mas também temos a diminuição do uso da preposição [para]. Acreditamos que este perfil inesperado para as cartas de leitores do PB esteja relacionado ao fato de as cartas de leitores serem o reduto que mais permite a manifestação de outros agentes da escrita, inclusive de não brasileiros. Esses agentes se localizam tanto dentro da estrutura do jornal, quanto por meio da contribuição de

leitores. Teríamos, assim, uma interferência da escrita de portugueses se manifestando nas cartas de leitores.

Fica comprovada a interação dos dados linguísticos com os dados históricos, no caso do PB. Conseguimos mostrar que os dois se embricam em um mesmo momento do tempo. Resta-nos agora mostrar que este fato pode ser observado para o PE e para a fixação das línguas nacionais.

3.4 Conclusões

Este capítulo foi dividido em três seções, nas quais apresentamos os critérios selecionados como relevantes para constituirmos *corpora* confiáveis para estudos linguísticos. Em seguida, apresentamos os critérios utilizados para a constituição de cada um dos *corpora* utilizados, por termos uma amostra composta de três gêneros textuais distintos, a saber, cartas pessoais, cartas de leitores e notícias.

Justificamos o uso desses gêneros mostrando que as cartas pessoais são necessárias para a observação do fenômeno em diacronia, pois é possível tratar um período mais alargado de tempo. Em seguida, as comparamos com textos jornalísticos. Este fato é crucial para sustentarmos nossas hipóteses sobre o perfil de mudanças linguísticas no PB.

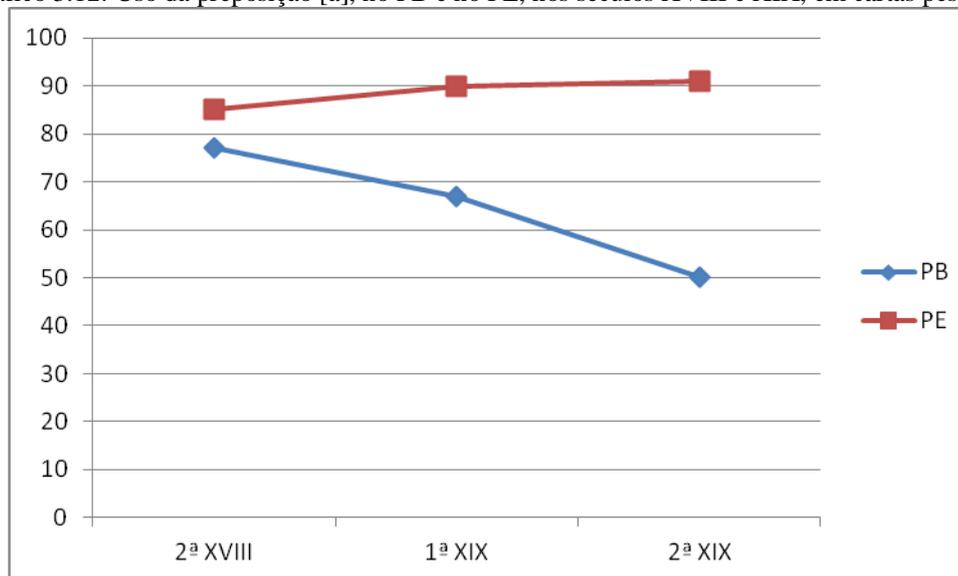
Na última parte, nos dedicamos a uma primeira análise quantitativa com a função de descrevermos o fenômeno observado. Essa descrição é fundamental para identificarmos se o uso de preposições em complementos verbais possui perfis distintos no PB e no PE, como vêm indicando os estudos sincrônicos sobre o assunto, e para mostrarmos em quais contextos esses usos se diferem.

Os resultados dessa análise quantitativa nos mostram que a variante [para] é favorecida em todos os fatores internos observados quando observamos os dados não cliticizáveis, no PB, ao passo que no PE a preposição [a] é amplamente favorecida. Nos dados cliticizáveis, temos o favorecimento da preposição [a]. No entanto, o perfil dessa preposição no PB se difere do seu perfil no PE. O PE apresenta crescimento do uso da preposição [a] ao longo do tempo e o PB apresenta queda da preposição [a] ao longo do tempo.

Em outras palavras, a análise quantitativa a partir de *corpora* do PB e PE, simétricos quanto ao gênero e ao tempo, mostrou um perfil semelhante àqueles obtidos nos gráficos a partir dos quais Tarallo (1993) interpreta como um período em que mudanças sintáticas marcam o surgimento do PB, descrito como o surgimento de uma nova gramática. Chama a

atenção em nossos resultados, principalmente no gráfico 3.12, a seguir, construído a partir dos resultados das Tabelas 3.1 e 3.5.

Gráfico 3.12: Uso da preposição [a], no PB e no PE, nos séculos XVIII e XIX, em cartas pessoais.



Chama a atenção, neste Gráfico, a semelhança de perfil entre PE e PB até o final do século XVIII (77% para o PB e 85% para o PE) e depois uma alteração bastante visível, em direções opostas, no final do século XIX (50% para o PB e 91% para o PE).

Tal resultado é exatamente aquele que seria esperado a partir da hipótese da emergência do PB como uma nova gramática. Esta confirmação constitui uma evidência clara de que as críticas feitas por Ivo Castro não enfraquecem a hipótese sustentada por Tarallo (1993).

Feita essa confirmação, passemos adiante, de modo a detalhar as amostras utilizadas, inserindo-as agora dentro de um contexto socio-histórico. Faremos isso com o propósito de identificar *as circunstâncias externas* que permitiram a manifestação da nova gramática em textos de modalidade escrita. No próximo capítulo, vamos justificar a escolha por textos de jornais como uma das fontes para coleta de dados, ressaltando que, em nossos levantamentos, os textos de notícia de jornais aproximaram-se sobremaneira dos textos de cartas pessoais e se mostram distantes dos textos de cartas de leitores nas amostras analisadas, conforme mostraram os gráficos 3.5 e 3.6.

Em resumo, este capítulo mostrou que no século XVIII existiam mais semelhanças que diferenças entre o PB e o PE, pelo menos no que diz respeito à mudança linguística analisada. Os perfis dos gráficos analisados das mudanças linguísticas retratam dois

momentos do PB e também uma diferença entre PE e PB. Os textos de notícias publicados em jornais no XIX vão apresentar um perfil de mudança semelhante e, até mais acelerado, do que o das cartas pessoais.

Capítulo 4

A imprensa brasileira e a ampliação de novos agentes no espaço da escrita

Vimos, no capítulo anterior, que os textos de notícias de jornal e de cartas pessoais se mostraram semelhantes quanto ao avanço da mudança [a]/[para], distanciando-se das cartas de leitores. Neste capítulo, vamos acompanhar o percurso que levou à inserção de novos agentes na escrita. Ao descrever este percurso, temos o propósito de mostrar que o surgimento da gramática do PB no final do século XIX constitui a manifestação, no espaço da escrita, da gramática de um novo e diversificado conjunto de atores em um espaço que, até então, era muito restrito.

Para tanto, relacionaremos a periodização linguística do PB aos efeitos do surgimento da imprensa. Pessoa (2005) citando Eiseinstein (1998, p. 59), afirma ser possível supor o impacto causado pela imprensa ao proporcionar às sociedades uma maior circulação de informação através da publicação de livros e jornais. A partir daí, enfocaremos a imprensa periódica. Inicialmente vamos mostrar um estudo de caso. Centraremos nossa atenção em jornais de Ouro Preto. A seguir, vamos mostrar que um percurso semelhante ao observado em Ouro Preto ocorreu em Portugal. Três evidências da entrada de novos agentes serão apresentadas: ampliação do número de títulos de jornais, as marcas fixadas através de epígrafes e a alteração da estrutura interna.

4.1 Imprensa no Brasil

A imprensa periódica no Brasil teve desenvolvimento tardio. Durante o período colonial, a impressão era vetada em toda a extensão territorial da América Portuguesa. Porém, este fato não impediu que no século XVIII houvesse tentativas de implantação da imprensa, como ocorreu em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em todos esses casos a imprensa foi censurada. Por assim ser, todo o impresso que aqui circulava vinha de fora da colônia, inclusive o primeiro jornal brasileiro.

A imprensa só foi instalada no Brasil com a vinda da Corte portuguesa, em 1808. Fazia parte de um conjunto de mudanças e adaptações necessárias para que as atividades da Coroa se normalizassem. Daí o ato real de maio²⁹:

²⁹ De acordo com Sodré (1966), a imprensa surgiria no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial –, com o advento da Corte de D. João. Antônio de Araújo, futuro

Tendo-me constatado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde elês se estabeleceram sirva inteiramente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente tôda legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencendo o seu govêrno e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprêgo da oficina a maior extensão e lhe dará tôdas as instruções e ordens necessárias e participará a êste respeito a tôdas as estações o que mais convier no meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1808. (SODRÉ, 1966)

Embora a imprensa tenha chegado com a Corte em 1808, a impressão de jornais brasileiros, no Brasil, só ganhou vulto a partir de 1830 (PESSOA, 2005)³⁰. Tal fato interferiu pontualmente na quantidade de textos escritos que circulavam naquela sociedade. Assim, o Brasil passou de um país de acesso restrito à escrita para um país com acesso menos restrito à escrita. Para a sociedade, esse advento resultou em um aumento significativo de leitores, imediato e posterior, já que “as notícias locais e as vindas da Europa, a disputa política entre liberais e conservadores, abolicionistas e escravocratas, republicanos e monarquistas passa a ser discutida nas praças pela gente comum e pouco letrada daquela época” (PESSOA, 2005, p. 64).

O aumento posterior se daria porque o acesso menos restrito ao jornal não ampliou apenas o número de leitores, tendo também ampliado o número de escreventes, devido à inserção de novos agentes no corpo editorial do jornal. Inserção necessária devido à influência das alterações sociais e políticas no próprio jornal. Tais fatos nos fazem retomar questões como o pequeno contingente de leitores e escreventes devido ao grande número de iletrados. Durante todo o século XIX, a língua escrita era representativa de uma pequena parcela da população brasileira.

Já o aumento imediato ocorreria porque a difusão de jornais a partir da década de 1820 viria contribuir para a minimização deste estado de coisas na medida em que, mesmo que a escrita não saísse do punho dessa população iletrada, ela tinha acesso a estes textos por meio

conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão a *Medusa* o material fotográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular e não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbodos.

³⁰ Estamos considerando que a expansão da imprensa no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, em São Paulo e em Minas Gerais ocorreu anteriormente. Sendo que, dentre esses cinco Estados, Minas Gerais foi o último a desenvolver imprensa, mas em todos eles a imprensa se desenvolveu entre 1808 e 1823. Em 1830 identifica-se o período em que a imprensa já havia atingido o interior.

das leituras coletivas e podiam se manifestar nestes jornais pela escrita de outro em narrativas ditadas, como já foi dito anteriormente.

O que parece interessante observar é que a imprensa periódica brasileira surge de uma necessidade política que, como veremos a seguir, promoverá alterações sociais e linguísticas que se equiparam ao ocorrido na Europa Ocidental, com o surgimento da imprensa, e em Portugal, com o surgimento da imprensa periódica. Esse será um tema retomado posteriormente para detalhamento desta ideia.

4.1.1 Os primórdios

A Imprensa Régia publicou o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 10 de setembro de 1808. Nascia, assim, o primeiro jornal brasileiro impresso no Brasil. Por ser um jornal oficial, o que ele veiculava não era selecionado de acordo com o interesse do público geral. Além disso, não era intenção de quem o publicava fazer com que o fosse; o jornal noticiava a vida dos príncipes da Europa e, algumas vezes, eram publicados alguns “documentos de ofício, notícias dos dias, natalício, odes e panegíricos da família reinante” (SODRÉ, 1966).

O início da imprensa no Brasil seguiu os rígidos padrões de censura e licença prévia que eram adotados em Portugal. A criação da Lei de Imprensa (definitivamente implantada em 1822), as alterações sociais e políticas ocorridas no período e a própria extensão territorial contudo, fizeram com que, embora a censura ainda fosse recorrente mesmo depois da referida Lei, a imprensa se difundisse ganhando vulto a partir de 1830³¹.

Após a Lei de Liberdade de Imprensa, o conteúdo veiculado no jornal também sofre alteração. Neste período, já não há mais controle total do Estado sobre a impressão, e o controle da informação é menos pontual. Isso se deve ao fato de surgirem outras gráficas, quebrando a exclusividade da Imprensa Régia. Assim, “as notícias locais e as vindas da Europa, a disputa política entre liberais e conservadores, abolicionistas e escravocratas, republicanos e monarquistas passa a ser discutida nas praças pela gente comum e pouco letrada daquela época.” (PESSOA, 2005, p. 64)

4.1.2 Os novos tempos

³¹ Consideramos que a expansão da imprensa ocorreu em um mesmo período nos principais Estados brasileiros àquela época, a saber, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, como afirma Sodré (1966).

Nos novos tempos, ainda no início do século XIX, houve ampliação da publicação de jornais, propiciando o rápido aparecimento de espaços destinados à participação dos leitores; notadamente os anúncios, os comunicados, a publicação de crônicas e textos literários, as cartas aos redatores, as reclamações relativas à política e à administração pública, entre outros. Com isso, o conteúdo veiculado no jornal também sofre alteração.

É possível afirmar que a partir década de 1830 o Brasil deixa de ser, majoritariamente, consumidor de publicações feitas em outros países, sejam elas livros³² ou jornais. Além disso, também deixa de ser um país de tímida impressão própria para tornar-se consumidor de um produto brasileiro, que representa a sociedade brasileira deste período, possibilitando um maior trânsito entre os periódicos da capital e do interior, sendo comum nessa época ter assinatura de vários jornais, fato que promovia maior tiragem de exemplares e maior circulação da notícia. É por essa razão que afirmamos que a produção escrita no Brasil deixa de ser basicamente literária e passa a atingir outros gêneros provocando, assim, a sua disseminação.

Essa disseminação foi também definidora do desenvolvimento da imprensa periódica tendo como pano de fundo o debate político. As mudanças ocorridas ao longo do século XIX definiram a concepção de jornal e, conseqüentemente, o seu conteúdo.

Este conteúdo, ao longo da primeira metade do século XIX, se aproximava dos moldes europeus: oficial e sob forte tutela do governo; passando, ao longo do tempo, a um jornalismo mais autônomo com características bastante próprias. Nas suas primeiras décadas de vida temos um corpo de redatores que é formado basicamente por portugueses, por brasileiros que estudaram na Universidade de Coimbra ou em escolas jesuítas e por membros da Igreja. Esses atores propiciaram à imprensa periódica desse período um domínio linguístico aos moldes europeus. Para Martins e De Luca (2006, p.22), o jornalismo político que sucedeu a este “caiu no achincalhe verbal, valendo-se de termos chulos. A fala solene do púlpito, as mensagens de vocabulário castiço de preito ao rei deram lugar ao texto informal e irreverente do jornalismo local.”

Essa nova vertente da imprensa, mais despojada e menos solene, surge em decorrência da implantação de cursos superiores no Brasil, segundo as autoras, principalmente, a *Academia de direito do largo São Francisco*, em São Paulo, e a Faculdade de Direito que fizeram as primeiras publicações de cunho humorístico do país. Mais acostumados com a palavra impressa, tornaram esse espaço apto para a manifestação política. Este fato, para as

³² De acordo com Martins (2008) a imprensa de livros no Brasil não se desenvolveu satisfatoriamente, como ocorreu com a imprensa periódica.

autoras, foi determinante para alterar o controle da Igreja e do cânone coimbrão sobre imprensa periódica brasileira.

A principal razão para essas mudanças foram alterações tecnológicas ocorridas a partir da década de 1850, como o uso do trem e de pacotes que, ao possibilitarem e expandirem a conexão entre regiões distantes, também atenderam ao transporte de jornais impressos, promovendo a expansão da imprensa para localidades situadas no interior do país. A notícia ganhou, com isso, alguma agilidade. Também neste período, o telégrafo foi incorporado ao jornal. Para Martins e De Luca (2006), esses dois fatos, somados à iniciativa de *agentes sociais anônimos*, promoveram o desenvolvimento do jornal no interior produtor de café. Para além disso, o uso do telégrafo na veiculação da notícia propiciou a plena inserção do jornal na era industrial.

A imprensa, a partir da década de 1870, foi muito marcada pelos ideais republicanos que assumiram papel principal nas notícias e deram força à imprensa partidária. Houve uma proliferação dos jornais republicanos e liberais, principalmente em São Paulo³³. Ao mesmo tempo, os ideais abolicionistas ganharam força e também passaram a figurar as notícias de inúmeros periódicos. Para A. Barbosa (2007), é a partir desse momento em que há ampliação das discussões políticas e o jornal assume a característica de ser opinativo.

No final da década de 1880, a censura dissipada pela Lei de Liberdade de Imprensa voltou a atuar. O Governo Provisório, instituído com o fim da Monarquia e início da República, mostrou ter mão pesada sobre o conteúdo publicado pelos periódicos. Como apontam as autoras, muitos dos censores daquele período eram agentes atuantes da imprensa republicana. Somente com a ascensão de presidentes civis é que a imprensa brasileira ganhou novo rumo.

A imprensa mais profissionalizada passou a figurar como segmento econômico polivalente, de influência na melhoria dos demais, visto que informações, propagandas e publicidade nela estampadas influenciavam outros circuitos, dependentes do impresso em suas várias formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículo da palavra impressa – potencializavam consumo de toda ordem. (MARTINS E DE LUCA, 2006, p. 38)

Inicia-se, assim, a profissionalização da imprensa. De forma geral, eram os literatos que mais tinham se aventurado nesta nova jornada da imprensa. Sendo assim, profissionalizaram-se por meio do jornalismo. Foram criadas tabelas de salários, foi instituída

³³ Para Martins e De Luca (2006) e as questões republicanas e abolicionistas foram mais contundentes em São Paulo. Afirmam que o restante do país continuou mantendo-se mais monarquista. Porém, ao observarmos a imprensa mineira, por exemplo, percebemos que estas também eram as questões dos seus redatores.

a noção de mercado jornalístico e foram estabelecidas hierarquias de trabalhos e pagamentos. Os maiores salários eram dos secretários ou redatores-chefes, depois vinham os redatores, repórteres e colaboradores avulsos (cf. MARTINS E DE LUCA, 2006).

E é neste contexto de profissionalização da imprensa e de distinção de novos espaços ocupados por também novos profissionais que vislumbramos meio para observarmos os emergentes agentes da escrita sobre os quais estamos nos dedicando. A seguir, apresentaremos evidências de que as alterações descritas acima no desenvolvimento da imprensa periódica correlacionam-se com a periodização linguística do PB. Estabelecida esta relação, poderemos tratar mais pontualmente da inserção dos novos agentes.

4.2 A imprensa periódica e a periodização linguística do PB

Neste tópico, nos dedicaremos às cronologias propostas para o português brasileiro e, a partir da comparação das fases e dos critérios adotados por Silva Neto (1950), Paul Teyssier (1990), Pessoa (1997), Lobo (2001) e Ramos e Venâncio (2006), mostraremos a importância de considerar a imprensa também como elemento da periodização linguística.

A periodização do Português Brasileiro também apresenta divergências nos critérios utilizados para justificar a divisão de fases. Em sua maioria, seus autores usam critérios geológicos, políticos, históricos e sociais. O quadro abaixo apresenta, de maneira sucinta, a periodização proposta pelos autores supracitados:

Quadro 4.1: Resumo da periodização do Português Brasileiro.

Época	Silva Neto (1950)	Paul Teyssier (1990)	Pessoa (1997)	Lobo (2001)	Ramos e Venâncio (2006)
Primeira fase	1532-1654	1534-1750	1534-1750	Século XVI até metade do século XIX	1500-1825
Segunda fase	1654-1808	1750-1822	1750-1922	A partir da 2ª metade do XIX	1825-1930
Terceira fase	A partir de 1808	A partir de 1822	A partir de 1922	_____	A partir de 1930

Baseados nas periodizações propostas por Silva Neto (1950), Teyssier (1980), Pessoa (1997) e por Lobo (2001), Ramos e Venâncio (2006) delimitam um problema comum a praticamente todas elas: o não tratamento dos regionalismos.

Estes autores ainda apontam para a dificuldade de se trabalhar com uma cronologia “subordinada aos índices de urbanização e escolarização” (p. 4), como proposta por Silva Neto; a excessiva importância dada a fatos institucionais de curto prazo e a adoção do português usado no Rio de Janeiro como representante do PB sem apresentação de justificativas, como visto em Teyssier; e a dificuldade de operacionalizar critérios como urbanização e escolarização, como em Lobo.

a sua proposta para a discussão sobre as fontes utilizadas para o seu delineamento. Assim, Ramos e Venâncio (2006) propõem uma cronologia que terá os textos escritos como base de seus critérios, mais especificamente os textos impressos. Essa proposta é forjada a partir da concepção de Competição de Gramáticas e Mudança Paramétrica. Porém, diferentemente da proposta de Galves (2010), os autores assumem a indissociabilidade entre história interna e história externa da língua e assumem que a língua escrita é o ponto de partida para se identificar as fases dessa periodização. A escrita é mais que o ponto de partida dessa proposta, funciona como a própria definição das fases que a compõe. Embora em Galves (2010) a principal preocupação do texto fosse definir a periodização para o PE, a autora delimita o momento do surgimento do PB na medida em que marca cronologicamente a diferenciação das duas gramáticas no século XVIII. No entanto, não é identificado em seu diagrama o momento do início e do fim da competição de gramáticas para o PB. Tendo em vista a argumentação apresentada pela autora sobre a periodização do PE, podemos inferir que do século XVIII até o último quartel do século XIX seja o momento dessa competição de gramáticas, pois o final do século XIX já foi identificado como o momento de implementações de mudanças que caracterizam a gramática do PB. Poderíamos supor que este intervalo de tempo também estaria hachurado, como no diagrama do PE.

Em Ramos e Venâncio, embora os autores afirmem adotar como pressupostos a mudança paramétrica e a competição de gramáticas, a periodização proposta pelos autores não apresenta franjas coincidentes com o período identificado por Galves como o do surgimento do PB, por estarem estes autores preocupados em fornecer uma proposta de datação mais voltada para as questões extralinguísticas.

Não pretendemos fazer aqui uma comparação direta entre as duas propostas pois, na verdade, não há formalmente uma proposta feita em Galves (2010) para a periodização do PB.

Estamos apenas buscando argumentos para construir uma possibilidade de interpretação para a nossa interpretação sobre a entrada de novos agentes da escrita. Não estamos também nos dedicando a um estudo sobre periodização linguística, mas sim buscando, nestes estudos, argumento para justificar nossa hipótese. Apenas consideramos ser possível associarmos estes dois trabalhos que se aproximam por considerar a competição de gramáticas e se afastam por se dedicarem um mais à história interna e o outro mais à história externa como critério para o estabelecimento das franjas. A associação desses dois trabalhos se torna possível e necessária para os nossos objetivos por considerarmos que em Maia (1995:10) encontram-se as características necessárias a uma proposta de periodização: “atender a uma necessidade teórica, possuir utilidade prática, e deve indicar qual o verdadeiro significado dos limites entre as diferentes fases históricas da língua e quais os fatores sócio-culturais que incidem sobre a mudança da língua e nela se repercutem” (*apud* Ramos e Venâncio, 2006, 2-3). E até mesmo por essa razão, assumem que as fases da periodização devem ser pensadas como franjas de separação, não havendo uma delimitação precisa de datas.

Esses períodos se mostram distintos inclusive das outras propostas de periodização. Para Teyssier (1990) e Pessoa (1997) a primeira fase do português no Brasil se encerra em 1750. Para Lobo (2001), termina na primeira metade do século XIX. E para Silva Neto (1950), termina em 1654. As motivações para essas datações também são distintas. Silva Neto se baseia em marcos históricos que identificam períodos urbanos e do interior. Teyssier compõe as fases da sua periodização considerando os períodos de imigração. Pessoa associa fatos históricos com as fases de constituição do português no Brasil contemplando, inclusive, o surgimento das variedades regionais e a elaboração da língua literária. A proposta de Lobo se dedica a interpretar as fases da periodização do português do Brasil com base em quatro índices: multilinguismo, urbanização, escolarização, estandarização linguística. A proposta de Ramos e Venâncio utiliza índices referentes à língua escrita para determinar as fases da periodização. Eles identificam três fases que discernem três momentos da escrita brasileira: o primeiro em que o português encontra-se subordinado às transformações do PE, o segundo em que se dá início à manifestação escrita do PB e o terceiro em que se tem a manifestação das diferenças regionais.

Encontram nos textos escritos mais que um meio para a percepção dos fenômenos linguísticos que delimitaram de cada uma dessas fases. Os textos escritos serão definidores de cada uma delas na medida em que a delimitação do modo de produção e de quem os produzem apontam para períodos de competição, de fixação e de difusão das gramáticas. Sendo assim, os textos escritos não são mais apenas instrumento de manifestação de

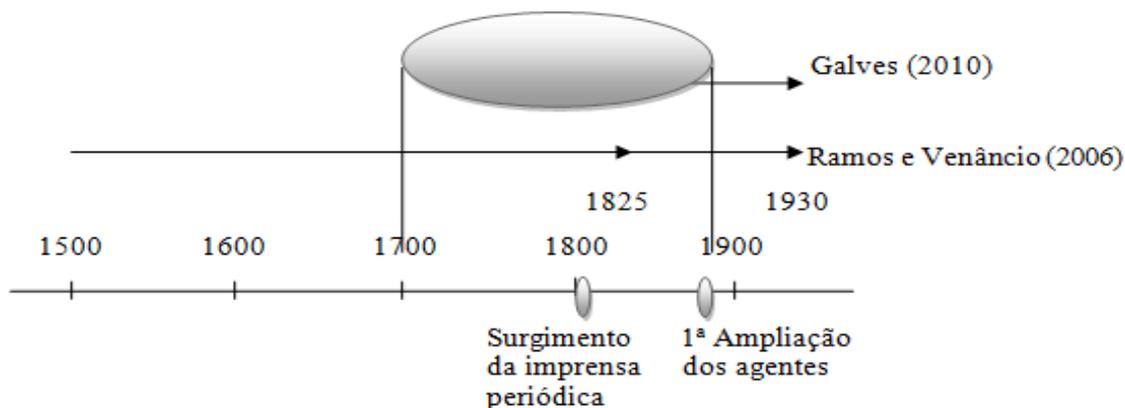
mudanças que anteriormente estiveram na fala, passam a representar a manifestação de novas gramáticas tendo como marco o advento da imprensa que altera o modo de produção textual, principalmente a partir da imprensa periódica, permitindo o surgimento de um novo produto e de um novo produtor.

Com base neste fato, e no de ser o texto escrito a única forma de acesso à língua de períodos pretéritos, os autores apresentam a proposta de periodização a partir de dois passos que culminarão na identificação de três fases. O primeiro passo seria considerar o modo de produção dos textos, divididos por eles em textos manuscritos e textos impressos, e quem produziu esses textos, considerando, neste caso, a formação educacional (aos moldes dos jesuítas aqui no Brasil ou aos moldes dos colonizadores). Assim sendo, toda a produção escrita antes de 1825 estaria enquadrada em um desses moldes. O segundo passo estaria no estabelecimento das características do modo de produção dos textos escritos depois de 1825. Tendo-se em vista que somente com a vinda da Família Real em 1808 é que se iniciou a produção imprensa no Brasil, bem como o seu desenvolvimento educacional, com a criação dos primeiros cursos superiores e ampliação do número de escolas, os textos escritos anteriormente estavam subordinados ao controle português, ao cânone da Universidade de Coimbra e à impressão de textos, mesmo que de brasileiros, feita na metrópole.

Concordamos com esses dois passos apresentados em Ramos e Venâncio (2006) que tomam por base, para seus critérios, o texto escrito impresso, pois tal proposta abarca a descrição feita por nós da imprensa periódica brasileira. Isso nos permite contribuir, principalmente, para a delimitação da segunda fase proposta pelos autores: “1825-1930: início da expressão escrita em português brasileiro” (p. 9).

Nesta medida, podemos observar com base em todos os argumentos apresentados que há efetivamente uma convergência entre a ampliação do número de escreventes e dos efeitos sociais e linguísticos decorrentes da imprensa periódica com os períodos linguísticos determinados nas cronologias propostas pelos autores supracitados, principalmente, por Ramos e Venâncio (2006). Tornaremos essas evidências mais claras por meio da apresentação do diagrama a seguir.

Diagrama 4.1: Periodização PB X Imprensa Periódica.



Introduzimos no diagrama acima a projeção feita por Galves (2010), a proposta feita por Ramos e Venâncio (2006) e os momentos do surgimento da imprensa periódica no Brasil e a 1ª ampliação dos agentes. À projeção de Galves (2010) inserimos uma área hachurada equivalente ao período de competição de gramática para tornar o diagrama mais legível, mas o período de competição de gramáticas não foi marcado por Galves na sua projeção. A área destacada corresponde à interpretação que fizemos dos critérios adotados pela autora para a composição da periodização do PE. O nosso intuito é mostrar que ambas as concepções de periodização englobam tanto a fase de competição de gramáticas quanto o período de cunhagem da escrita brasileira.

A área hachurada foi inferida por ser o século XVIII identificado pelas periodizações de Teyssier (1990), Pessoa (1996) e Lobo (2001) e por Galves (2010) como o momento em que emerge o PB. E o último quartel do século XIX como o momento em que essa gramática emerge na língua escrita formal (cf. TARALLO, 1993). Mesmo que esses autores utilizem de bases distintas para a identificação deste período, a observação de fenômenos linguísticos no século XVIII pode comprovar a existência das inovações que caracterizam a gramática do PB. Segundo Nunes (1993), a mudança ocorrida na cliticização fonológica no século XVII, fez com que no século XVIII houvesse restrição ao uso do clítico de 3ª pessoa. Este estudo é uma boa evidência de que a competição das gramáticas do PB e do PE atuantes no Brasil se inicia neste período. Teríamos aqui, novamente, o fim da competição de gramáticas coincidindo com o momento da ampliação dos agentes.

No caso da periodização de Ramos e Venâncio (2006), a proposta dos autores não é a de fornecer datas que marquem períodos linguísticos, mas sim que estes pertençam às franjas

delimitadas por momentos sociais específicos. Dessa forma, a descentralização da produção do periódico impresso ocorrida na década de 1820 é realmente um marco para a manifestação de inovação linguística em textos impressos, pois marca o início deste processo. Esta franja também engloba o momento em que essas inovações linguísticas se fixam. Por essa razão, não há correspondência entre o momento da fixação das mudanças e a datação das fases proposta pelos autores.

Ainda que pese a diferença de concepções sobre a periodização do português no Brasil, os resultados observados para essa variedade são equivalentes aos encontrados para o PE. Este fato funciona como evidência de que o aumento do número de agentes da escrita é o fator externo que atua na emergência da gramática do PB e que o fato de termos momentos diferentes de emergência de mudanças, na escrita, nas duas localidades, decorre do fato de ter ocorrido a inserção de novos agentes na escrita em momentos distintos que foram condicionados por ações sociais e políticas.

4.3 Um estudo de caso: os jornais mineiros

O contexto republicanista, brevemente descrito, no qual se encaixa a imprensa brasileira também encontra espaço de atuação na imprensa mineira. Buscando uma interpretação para o que significou a imprensa periódica para a província mineira, encontramos na cidade de Ouro Preto o reduto em que esta imprensa política mais amplamente se manifestou nas Minas.

Por ser a capital da província, por ter sido nesta localidade que surgiu a imprensa mineira e por apresentar grande representatividade neste setor ao longo do século XIX, nos dedicaremos a apresentar o perfil da imprensa mineira por meio da imprensa ouro-pretana e a observá-la em comparação à imprensa nacional.

Esta estratégia garante a representatividade da localidade escolhida e nos permite interpretar os resultados obtidos como representativos do contexto nacional observado. Os três índices que utilizaremos neste estudo de caso, a saber, número de títulos que circularam ao longo do século XIX, as epígrafes e a estrutura interna do jornal, nos fornecerão três possibilidades de localizarmos espacial e temporalmente os novos agentes da escrita atuando neste espaço que, como já visto, inicialmente se mostra restrito e que é ampliado ao longo do século XIX. Estas relações estarão mais bem explicitadas ao tratarmos do número de títulos e da estrutura interna do jornal. As epígrafes serão mais bem compreendidas como índice para o estabelecimento da relação entre a imprensa periódica e os interesses políticos.

4.3.1 O número de títulos

Nesta seção buscaremos mostrar, em termos quantitativos, o aumento do número de títulos nas províncias de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Essas localidades são usadas como exemplos da imprensa nacional para compararmos à imprensa local. Apresentaremos apenas número de título por quartel de século para cada uma das duas primeiras localidades. No caso de Minas Gerais, apresentaremos o número de jornais em períodos de cinco anos ao longo do século XIX, nas principais comarcas da província. O detalhamento no caso de Minas Gerais se justifica por ser desta localidade, mais especificamente de Ouro Preto, os *corpora* utilizados como amostra para essa tese.

Usando duas obras de referência sobre a história da imprensa, uma em Pernambuco e a outra na Bahia, fizemos um levantamento exaustivo, no primeiro caso, e não exaustivo no segundo³⁴, dos periódicos que circularam nas duas províncias em cada quartel do século XIX. A nossa expectativa era a de encontrar um perfil ascendente no que tange ao número de títulos de periódicos em circulação, justamente no final do século XIX, momento em que emerge a gramática do PB. Encontramos como resultado os seguintes perfis:

Tabela 4.1: Número de títulos de periódicos impressos, por quartel de século, em Pernambuco e na Bahia

	Pernambuco	Bahia
1º Quartel	1	15
2º Quartel	10	44
3º Quartel	14	17
4º Quartel	40	10

Cumpramos ressaltar que buscamos aqui evidenciar a correlação entre o período apontado pelos estudos linguísticos como o momento de implementações linguísticas que fazem com que a gramática do PB emerge e o período em que ocorre a inserção de novos agentes da escrita por meio da imprensa periódica. A identificação dos momentos em que há crescimento do número de títulos de periódicos circulando já mostra a ampliação do espaço de manifestação desses novos agentes.

³⁴ O levantamento dos periódicos impressos de Pernambuco foi feito com base no volume 2 da História da Imprensa de Pernambuco, de Luiz do Nascimento (1966). Neste volume o autor historia todos os diários surgidos na província, durante o século XIX. Esses diários somam um total de 66 títulos que, que tiveram a sua data de início e de término identificadas. O levantamento dos periódicos da Bahia, feito com base em Tavares (2005), não contou com a mesma qualidade de informação, pois, na grande maioria dos títulos não foi possível identificar a data de encerramento. Ainda assim, o levantamento é confiável para a análise que pretendemos. A não identificação dos periódicos que perduraram mais de um quartel só altera a quantidade de periódicos que circularam em cada período, mas não altera a quantidade de periódicos surgida em cada período.

Os resultados do quadro acima são conclusivos no apontamento de dois momentos de grande quantidade de títulos, nas duas localidades. O primeiro momento é o do segundo quartel do século XIX em que temos, principalmente na Bahia (44 títulos), um grande salto de número de títulos. O segundo momento é o último quartel do século XIX em que há, principalmente no caso de Pernambuco (40 títulos), um novo salto.

Observando estes dados, aparentemente, a ampliação do número de títulos ocorre em momentos distintos nas duas localidades. O que significaria dizer que os picos de ampliação do número de agentes se encontram em momentos distintos. No entanto, é necessário considerar duas informações sobre estes números. A primeira é que, no caso da Bahia, a queda no número de títulos observada no último quartel do século XIX pode ser ilusória por não ter sido possível efetuar um levantamento exaustivo dos títulos para essa localidade, como fizemos no caso de Pernambuco. Como a obra consultada apresenta os jornais que surgiram por ano, não pudemos depreender por quanto tempo perduraram. Sendo assim, podemos afirmar apenas que foram fundados neste período dez novos jornais, mas não podemos afirmar quantos dos já existentes ainda circulavam no período.

No caso de Pernambuco, a obra consultada para o levantamento apresentada data de surgimento e de encerramento de cada periódico. Por essa razão, pudemos contabilizar a permanência do título ao longo do tempo. Seria ideal para este estudo que pudéssemos medir a permanência dos títulos, pois, assim, teríamos um perfil mais real da circulação desses periódicos.

Da mesma forma, em Pernambuco, observamos um crescimento não muito acentuado, como o notado para a Bahia, no segundo quartel do século XIX. Acreditamos que esta diferença ocorra por termos utilizado uma obra de referência que se dedicou ao levantamento apenas dos diários surgidos em Pernambuco no século XIX. Podemos estar realçando neste quadro um perfil que é característico dos diários e não da imprensa periódica como um todo.

É importante ressaltarmos que, ainda que as informações não sejam conclusivas para essas duas localidades, temos expressos tanto o crescimento de número de título ao longo do século XIX nas duas localidades, como temos picos de ampliação em momentos historicamente determinados.

Considerando que o foco da nossa análise está no segundo período, torna-se evidente que a explicação para a coincidência entre a ampliação do número de títulos e a emergência de mudanças no PB se dá pela entrada dos agentes que passam a atuar nesses novos títulos. Porém, essa explicação não dá conta da primeira expansão que também possibilita uma ampliação do número de agentes, mas que não representa, em termos linguísticos, momento

de emergência de mudanças. Além disso, o número de títulos é crescente por todo o período, o que significa dizer que há sempre novos agentes entrando no espaço da escrita. A questão aqui é que o impacto só é sentido, em termos linguísticos, quando os novos agentes incorporados a este espaço restrito da escrita formal não correspondem mais ao perfil dos escreventes que atuavam neste espaço até então. Em outras palavras, os novos agentes apresentam usos linguísticos distintos dos antigos. É neste sentido que estamos observando a ampliação do número de títulos.

Uma justificativa para a existência de dois momentos históricos e apenas um momento linguístico em que a ampliação pode ser observada tem que ser cunhada em termos históricos. Isso significa dizer que tem de haver uma única explicação histórica, que não o reflexo do surgimento da imprensa periódica, mas que atue nos dois períodos de tempo.

Na história política do Brasil, encontramos um evento que permeou dois momentos distintos do século XIX. Trata-se do acirramento do embate entre liberais e conservadores entre as décadas de 1840 e 1850, em que se vislumbra nitidamente a emergência de uma campanha republicanista organizada e panfletária, e entre republicanos e monarquistas que ocorre ainda mais fortemente a partir da década de 1870 até a Proclamação da República, em 1889. Qual seria a ligação desse fato político com a imprensa periódica?

Estes dois fatos se relacionam se levarmos em conta a função política, social e pedagógica do redator, na história da imprensa do Brasil. Historicamente, o estilo panfletário é entendido como cerne da circulação do ideário republicano por permitir a fermentação do posicionamento político por meio de um espaço público alimentado, também, pelas ideias impressas nos panfletos. Para Martins e de Luca (2012), os redatores panfletários são reminiscentes da nova elite intelectual europeia formada por dois grupos distintos, os patrióticos e liberais e os conservadores, frutos de processos como a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, ambos eventos fortemente caracterizados pela circulação dos panfletos republicanos. Logo, a imprensa panfletária é historicamente entendida como uma característica republicanista.

É neste contexto que se forja a primeira geração da imprensa periódica. Por essa razão, temos no Brasil uma inserção mais ampla da política nos jornais desde o seu surgimento. A primeira geração da imprensa brasileira é também uma geração de escritores panfletários que faz dos periódicos seu espaço para a discussão de ideais republicanos e liberais. Para as autoras, os redatores dos jornais brasileiros desse período eram os principais construtores do Estado Nacional.

Essa característica não se esvaiu com o tempo. O jornal panfletário continuou a ser instrumento de discussão política até o final do século XIX. É por essa razão que quando as discussões entre conservadores e republicanos retornaram forte e definitivamente, entre 1870 e 1889, temos uma ampliação no número de títulos publicados que ocasiona, em decorrência, uma ampliação de agentes atuando neste espaço.

Com isso, justificamos não apenas a ampliação do número de títulos no final do século XIX que, além de contar com a sua função política, também é fruto da aceleração da industrialização (que garante ao jornal mais agilidade na veiculação da notícia, como já discutimos anteriormente), justificamos também a existência de um fator político atuando no segundo quartel do século XIX que não provoca o mesmo impacto na língua escrita que o provocado no final do século XIX. Consideramos que o impacto não é o mesmo porque apenas neste período é que temos uma massa de escreventes formada por pessoas que representam a nova gramática.

A interpretação da imprensa panfletária como instrumento social de manifestação política pode ser observada também na imprensa mineira, fato que nos permite acompanhar esta expansão. O surgimento da imprensa periódica em Minas Gerais se confunde com o surgimento da imprensa em Ouro Preto. Minas Gerais foi a sexta província a ter imprensa já em 1823, um aparecimento tardio se comparado ao da imprensa do Rio de Janeiro, surgida em 1808, e da Bahia, em 1811, principalmente. Porém, atingiu certa notoriedade por ser a primeira tipografia em que todos os utensílios necessários para a sua constituição são de fabrico próprio e local³⁵ e por ter o seu principal jornal, *O Universal*, alcançado reconhecimento nacional por suas manifestações nacionalistas.

A lentidão em se constituir a imprensa mineira³⁶ vem sendo tratada como decorrente da demora em se conseguir autorização para o funcionamento da tipografia. No entanto,

³⁵ Por essa razão recebeu o nome de Tipografia Patrícia.

³⁶ Há que se relativizar essa demora. A interpretação de que a imprensa mineira é tardia foi tratada por Mendes (2004, 2005). O autor apoia-se na periodização criada por Sodré (1999) para o desenvolvimento da imprensa no Brasil. Mendes constitui o mesmo tipo de periodização para o Brasil a fim de comprovar que as fases identificadas por Sodré ocorrem posteriormente na imprensa mineira. Porém, ao observarmos as fases apresentadas por Mendes e os argumentos utilizados para descrevê-las percebemos que em alguns momentos aparecem contradições. Diferentemente do que observa Sodré para a imprensa do Brasil, Mendes afirma que a imprensa mineira não passou pela fase da imprensa colonial de ampla manifestação dos jornais nacionalistas, teve uma fase mais longa da imprensa publicista (1823-1885, no Brasil, foi de 1822-1840), conseqüentemente, também desenvolveu tardiamente a imprensa informativa e literária (1885-1927, no Brasil, 1840-1889) e a imprensa industrial (a partir de 1927, no Brasil, a partir de 1889). Porém, o próprio autor afirma que a imprensa informativa e literária surge em Minas em 1866 com o Diário de Minas. Ainda, no levantamento que fizemos percebemos que a imprensa publicista se manifesta em dois momentos, por volta da década de 1840 e no final do século XIX, e isso ocorre na imprensa nacional por estar intimamente ligado ao movimento republicano. Talvez a ideia da imprensa tardia, descrita como em Mendes, esteja muito mais atrelada ao imaginário do atraso econômico mineiro, também forjado no século XIX, para explicar as mudanças econômicas sofridas pelo Estado.

alguns aspectos sócio-históricos e políticos podem ser considerados. Ouro Preto, então freguesia de Vila Rica, apresentava panoramas político e econômico muito distintos, nos séculos XVIII e XIX.

Graças ao ouro das Minas, Ouro Preto teve desenvolvimento econômico bastante acelerado contando com uma elite muito rica e culta (cf. VILLALTA, 1998). Com a decadência do Ouro no final do século XVIII, a Ouro Preto do século XIX apresentava outros tipos de relações econômicas e sociais, conforme já tratado anteriormente nesta tese. E essas novas relações estavam profundamente imbricadas na sua imprensa. Esses fatos tornam-se ainda mais evidentes quando observamos a imprensa do final do século XIX. Na última década desta centúria, Ouro Preto deixa de ser a capital do Estado de Minas Gerais. Toda a estrutura administrativa do poder público estadual foi transferida para a capital recém-construída, Belo Horizonte. Com isso, a imprensa periódica ouro-pretana também perdeu força e importância, havendo inclusive uma especialização do tipo de jornal que continuou circulando na cidade. Os jornais ouro-pretanos ganharam caráter local, não mais participando ativamente das discussões do Estado. Permaneceu um único reduto de discussão ampliada no jornal *A Tribuna de Ouro Preto*, pertencente à Sociedade Amigos de Ouro Preto, constituída em grande parte por docentes, discentes e ex-alunos da Escola de Minas.³⁷

A relação entre contexto histórico, político e econômico parece relacionar-se muito mais ao poder político proeminente de Ouro Preto por ser sede administrativa da província mineira, e por essa razão ainda possuir uma elite escrevente atuante do que pelas suas glórias trazidas pelo ouro. Em Almeida (2010), fica evidente esse novo perfil dos homens ricos de Ouro Preto, que agora mais talhados a assumirem a posição de homens públicos do que de donos de minas. O esvaziamento deste último reduto da elite escrevente ouro-pretana é que garante o seu desaparecimento do cenário público mineiro, principalmente, a partir dos primeiros anos do século XX.

Apresentamos, na tabela 4.2, a seguir, o número de títulos que circulavam pelas principais freguesias das quatro comarcas mineiras: Comarca de Vila Rica, Comarca do Rio das Velhas, Comarca do Rio da Morte e Comarca do Serro Frio.

Nesta tabela contamos com informações referentes à listagem feita por Veiga (1898). É possível depreender um perfil ascendente no número de jornais nas localidades mineiras avaliadas. Este autor apresenta uma listagem dos periódicos que circularam nas principais

³⁷ A relação entre o contexto sócio-histórico e político de Ouro Preto e a imprensa foi mais amplamente tratada no capítulo 2.

freguesias das quatro comarcas mineiras. Foram quantificados apenas os títulos das duas principais freguesias de cada comarca.

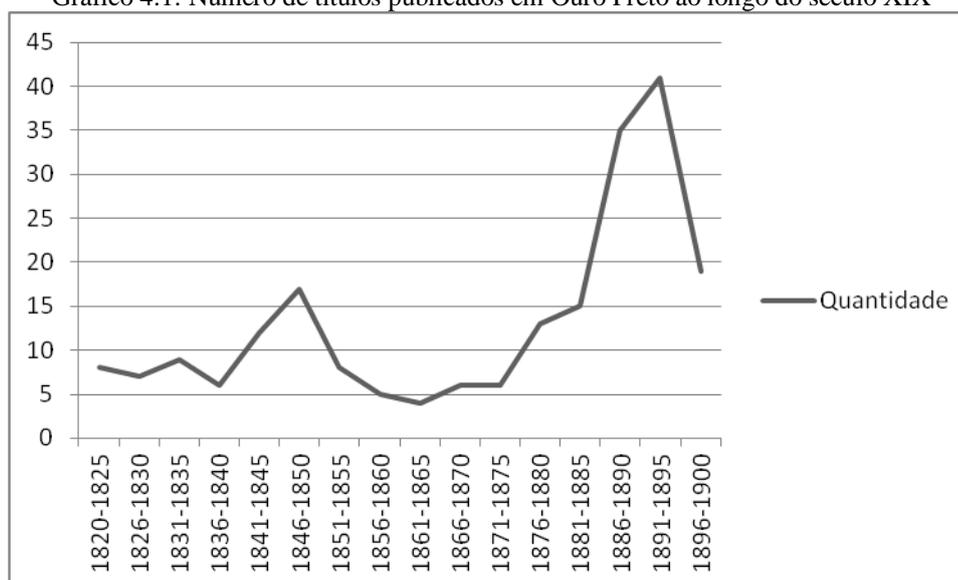
Tabela 4.2: Comparação do número de títulos que circulavam pelas 2 principais freguesias de cada uma das quatro comarcas mineiras: Comarca de Vila Rica, Comarca do Rio das Velhas, Comarca do Rio da Morte e Comarca do Serro Frio, respectivamente.

Freguesia Data	Ouro Preto	Marian	Sabará	São João Del Rei	Campanha	Barbacena	Diamantina	Serro
1820-1825	8	0	0	0	0	0	0	0
1826-1850	51	4	7	14	1	2	4	3
1851-1875	29	2	2	3	11	0	9	0
1876-1899	123	4	17	26	20	10	33	6
TOTAL	211	10	36	43	32	12	46	9

Nesta tabela constata-se a superior atuação da imprensa na então capital mineira Ouro Preto, com 211 títulos ao longo do século XIX, especialmente em relação às demais cidades sendo que Diamantina – segunda localidade em número de títulos – apresenta apenas 46 publicações. Este perfil não revela apenas a supremacia da capital mineira no que tange à imprensa periódica, mas apresenta também o perfil já traçado para a imprensa nacional no que diz respeito aos picos de ampliação do número de títulos. Este fato nos permite utilizar a imprensa ouro-pretana como exemplo de um fenômeno observado na imprensa nacional. Torna-se legítimo o detalhamento dos dados de Ouro Preto, da Tabela 4.2, em formato de gráfico que apresentaremos a seguir.

Aparecem, no Gráfico 4.1, a data da primeira edição de todos os jornais e o período de circulação dos jornais de Ouro Preto. Optamos por separar tais títulos por períodos de cinco em cinco anos, a contar de 1823, data da publicação do primeiro periódico ouro-pretano e mineiro, até 1900.

Gráfico 4.1: Número de títulos publicados em Ouro Preto ao longo do século XIX



Durante o período que vai de 1820 a 1875 temos um perfil de poucas oscilações no número de jornais que surgem. Abre-se exceção para o período de 1841 a 1850 em que há um pico ascendente, que atinge o número de 17 jornais, entre os anos de 1846 e 1850. Fica ainda mais evidente, com este detalhamento, o enquadramento da imprensa ouro-pretana no cenário nacional.

A razão para apresentação dos picos está relacionada a questões políticas como mostramos anteriormente. A imprensa mineira é descrita por Veiga (1897, 1898), Drummond (2008) e Mendes (2012) como uma imprensa voltada para a discussão política desde o seu surgimento. Mendes afirma que apenas com o surgimento do Diário de Minas, em 1866, é que se tem início à publicação de jornais informativos. Logo, a imprensa ouro-pretana também apresenta, desde o seu início, características de imprensa panfletária. Este é o principal traço ressaltado por Veiga (1898) e por Costa Filho (1955) sobre os periódicos *O Compilador Mineiro*, *o Abelha do Itacolomy* e *O Universal*. A observação das epígrafes e dos subtítulos dos jornais do século XIX pode ser usada como um índice da percepção do comprometimento desses periódicos com as questões políticas como veremos a seguir.

4.3.2 As epígrafes

Veiga (1898) observa as epígrafes que os jornais apresentavam ao longo da sua existência. Essas epígrafes eram representativas da inserção política que esses jornais possuíam. Tomando o jornal *O Universal* como protótipo para essa perspectiva de análise,

podemos notar que as epígrafes reproduzem o discurso político assumido pelo periódico. O *Universal*, que no seu início apresentava característica moderada, no fim de sua existência era um jornal a serviço dos ideais liberais. Observando as epígrafes a seguir percebemos essa mudança.

Até 1826, o jornal possuía a seguinte epígrafe “Rien n’est beau que le vrai: le vrai Seul est amable.” Voltaire. De 1827 a 1831 a epígrafe passou a ser “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritas, e publica-las pela Imprensa sem depender de censura; com tanto que hajão de responder pelos abusos que cometerem no exercicio deste direito nos casos e pela forma que a Lei deteminar.” Const. Art. 175 § 4. De 1832 a 1835 era “Le peuple Seul a droit incontestable, inalienable (sic) imprescriptible d’instituer le gouvernement, et aussi de le reformer, le corriger ou le changer totalement , quand as protection, as sureté as propriété et son bouheur e exigente.” Bonnin – *Doctrine Sociale*. De 1836 a 1840 era “A Ordem é banida dos logares onde habita a tyrania; a Liberdade desterrada dos logares onde a desordem reina: estes dous bens deixam de existir quando os separam.” Droz – *Aplicações da Moral á Política*. Em 1841 não houve epígrafe. Em 1842 a epígrafe foi “In medio posita est virtus.”

No caso do jornal *A Actualidade*, embora não fosse comum o uso de epígrafes, desde o seu surgimento apresentavam o subtítulo “Órgão a serviço do Partido Liberal”. Este subtítulo torna ainda mais evidente as relações políticas existentes na concepção e no conteúdo deste jornal.

A análise das epígrafes e dos subtítulos funciona como um argumento introdutório para a avaliação do conteúdo dos jornais ouro-pretanos. Por representar o posicionamento político do redator do jornal, podemos por meio dela depreender o contexto em que o jornal é pensado e o conteúdo que será manifestado por ele. Identificamos neste conteúdo uma possível fonte de observação da entrada de novos agentes na escrita por meio da imprensa periódica. Outra evidência advém de alterações na estrutura interna dos jornais, conforme veremos na próxima seção.

4.3.3 A estrutura interna do jornal

As alterações sofridas na estrutura e no conteúdo do jornal serão nosso objeto de análise nesta subseção. Vamos focalizar dois jornais ouro-pretanos: *O Universal* e *A Actualidade*. Inicialmente faremos uma breve descrição de ambos visando a justificar nossa escolha. A seguir faremos um estudo comparativo.

4.3.3.1 O Universal

O Universal foi um dos mais duradouros periódicos ouro-pretanos. Ao longo dos seus dezessete anos de existência, dedicou-se ao debate político e à instrução pública, por meio dos textos de Bernardo Pereira Vasconcelos, nos doze primeiros anos, e de José Pedro Dias de Carvalho, nos cinco anos finais.

Era um periódico com formato físico parecido com o das gazetas, apenas um pouco maior. A sua apresentação física, formato 31x21 cm e quatro páginas, o tipo utilizado e a disposição das colunas, era a mesma do seu antecessor *Abelha do Itacolomy*, desde o seu surgimento até 1828. Veiga (1898) atrela mudanças na composição física do jornal à importância que tal periódico assume principalmente na década de trinta. Como os seus antecessores, *O Compilador Mineiro* e o *Abelha do Itacolomy*, *O Universal*³⁸ era publicado na Typographia Patrícia, a primeira tipografia não oficial de Minas. Essa tipografia ganhou avantajada importância devido ao alcance nacional atingido pelo *O Universal*, passando em 1832 a chamar-se Typographia Patrícia do Universal. Neste mesmo período, a identidade deste jornal fica ainda mais marcada pelas alterações físicas sofridas por ele, passou-se a usar novos tipos.

O seu conteúdo era formado principalmente de transcrições de outros periódicos da Corte, de outras províncias e de jornais estrangeiros (com os artigos devidamente traduzidos). Era dividido basicamente em quatro seções: a seção *Artigos do Offício* - que trazia todo conteúdo político e as notícias do Brasil e do mundo, a seção *Educação Elementar*, a seção *Correspondências* e a seção *Annuncios*. O conteúdo político era apresentado por meio de correspondências oficiais – datadas e assinadas por representantes da Corte –, por excerto de jornais, principalmente, do Rio de Janeiro, mas também de outras províncias e de outros países – nem sempre eram assinados, mas comumente possuíam a identificação do jornal do qual fora retirado – e por textos escritos pelo próprio redator. A seção *Educação Elementar* constou nas primeiras dezesseis edições do periódico. Depois, o espaço antes ocupado pelo debate sobre sistema educacional, no qual o redator defendia o modelo inglês de escola privada como solução para o ensino público brasileiro considerado por ele dispendioso, limitado e pouco eficaz, foi ocupado pelas outras seções já existentes. As correspondências representavam artigo constante nas edições de *O Universal*. Nesta seção do jornal estavam

³⁸ Informações sobre os jornais e seus redatores também podem ser encontradas em Azevedo (2000).

publicadas as principais questões políticas do período por meio de cartas escritas para o redator do jornal e de cartas transcritas de outros jornais. Nestas cartas, em um primeiro momento, os leitores publicavam suas opiniões políticas, denunciavam fatos da província e de outras cidades, cobravam providências e tratavam mais de assuntos políticos e de denúncias.

Quando ocorreu a mudança de proprietário e redator, os reflexos não foram notados apenas na formatação física do jornal; o seu conteúdo também apresentou alterações. Sendo assim, as notícias passaram a ser mais setorizadas, muitas vezes separadas em interior e exterior, as correspondências tiveram seu espaço de publicação e sua gama de assuntos ampliados, constando em alguns casos de cartas de agradecimentos, textos pessoais, poemas e textos literários e avisos fúnebres. Estes últimos mais esporádicos. Houve alteração também na constituição dos anúncios e avisos que tiveram certa ampliação e passaram a ser mais visuais.

As mudanças notadas nos jornais são frutos do contexto social em que esse jornal se insere e do posicionamento político adotado por seus redatores. Embora Veiga (1897, 1898), Costa Filho (1955) e Mendes (2012) apontem para uma postura moderada adotada por Bernardo Vasconcelos durante o período em que foi redator deste jornal, devido ao seu posicionamento conservador, também tendia ao liberalismo por meio da manifestação de sentimento nacionalista e de aprovação à D. Pedro I, dando renome ao *O Universal* por publicar discussões sobre a exploração do solo brasileiro por estrangeiros, funcionando como um reduto nacionalista.

Posicionamento parcialmente mantido por seu sucessor José Pedro Dias de Carvalho, proprietário e redator de 1832 a 1842. Carvalho, embora mantivesse no jornal um tom mais moderado nos seus primeiros anos de redação, tornou-se mais combativo que Vasconcelos assumindo mais fortemente a sua veia liberal. Cometeu, segundo Costa Filho (1955), um dos atos de nacionalismo mais extremados do republicanismo, derreteu os tipos da tipografia *d'O Universal* para fazer balas que foram utilizadas na Revolta Liberal, em Barbacena, da qual, ao lado de Teófilo Otoni, foi um dos comandantes.

4.3.3.2 A Actualidade

A Actualidade foi um jornal ouro-pretano, publicado de 1878 a 1881. Está entre os jornais considerados liberais e românticos em que os seus redatores eram escritores literários e também responsáveis pelo conteúdo político do jornal. Intitulava-se, “Um Órgão do Partido Liberal”. Neste sentido, não era moderado como *O Universal*.

O conteúdo político era apresentado através de seções oficiais em que o expediente do governo era relatado. Também eram publicadas circulares da polícia e de secretarias, bem como editais e boletins. Duas seções eram as principais divulgadoras literárias: *A Actualidade*, que vinha datada e trazia notícias da cidade e da província escritas pelo redator, e *Chronica Política*, em que a política nacional era discutida. Havia também a seção *Transcrições* e a *Anúncios*, em que eram publicados anúncios comerciais e pedidos de leitores. Nos últimos anos da publicação, as seções *A Actualidade* e *Chronica Política* cederam espaço para as seções *Noticiario* e *Seção Livre*. No *Noticiario* eram publicadas matérias de prestação de serviço e na *Seção Livre* ficavam as crônicas e parte do conteúdo dos *Anúncios*, como agradecimentos, informativos funerários e cartas de leitores ao redator. Em nove edições foram publicados folhetins.

O jornal, geralmente, possuía quatro folhas compostas de quatro colunas, em tamanho tablóide. E suas seções costumavam ocupar sempre a mesma página em cada edição do jornal, sendo a primeira delas destinada às publicações oficiais, a segunda e a terceira páginas às notícias, prestação de serviço, crônicas e correspondências e a última delas sempre destinada aos anúncios. Era publicado todas as segundas, quartas e sextas.

Foi redator durante o primeiro ano do *A Actualidade*, Carlos Affonso de Assis Figueiredo³⁹, nascido em Ouro Preto, no ano de 1845. Além de redator do referido jornal foi advogado, procurador da fazenda, deputado e presidente da província do Rio de Janeiro. Foram proprietários do jornal Egydio da Silva Campos, J. E. da Silva Campos e Carlos Gabriel Andrade, o primeiro no primeiro ano do jornal e os dois últimos no tempo restante. Também foi seu redator, de janeiro a maio de 1879, o bacharel Manoel Joaquim de Lemos. A partir dessa data o jornal não traz expresso quem são ou quem é seu redator, trazendo apenas os nomes dos proprietários.

4.3.3.3 Comparações

Ao compararmos os dois jornais, percebemos que as grandes diferenças se manifestam muito mais no âmbito do conteúdo do que no âmbito das questões físicas. É fato que os jornais do final do século XIX são maiores que os do início, mais no tamanho da folha e na disposição das colunas do que no número de páginas. Este fato não seria tão relevante se associado a ele não estivesse a ampliação das seções e do tamanho dessas seções no *A*

³⁹ As últimas edições de 1878 e as dez primeiras de 1879 trazem expresso em seu cabeçalho “redactores diversos”.

Actualidade. Essa diferença do tamanho possibilitou tanto a inserção de novos temas e seções, como crônicas, textos literários e a ampliação da seção de anúncio, como a necessidade de outros agentes que se dedicassem a esses novos temas.

Tal fato pode ser comprovado ao observarmos a quantidade de anúncios existentes nos dois jornais observados, quantos desses anúncios são assinados e se há repetições desses anúncios.

Observando mais detidamente os anúncios, notamos que eles são compostos de textos que anunciam prestação de serviço, que declaram serviços prestados e propagandas de serviços e produtos. O maior índice de textos assinados está nas declarações de serviços prestados, seguido das propagandas de serviço. Os anúncios de prestação de serviço constituem casos particulares por, na maioria das vezes, parecerem redigidos pelos redatores a pedido dos anunciantes. Em alguns casos, o nome do anunciante é citado, em outros não.

A seguir apresentamos dois gráficos que irão mostrar a quantidade dos anúncios assinados e não assinados nos dois jornais, ao longo do século XIX.

Gráfico 4.2: Quantidade de anúncios assinados e sem assinatura, no jornal O Universal, em três períodos de tempo.

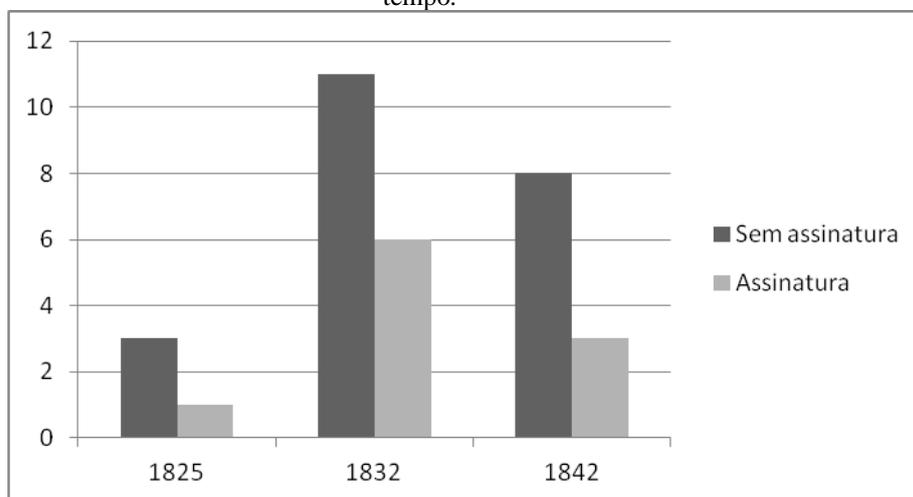
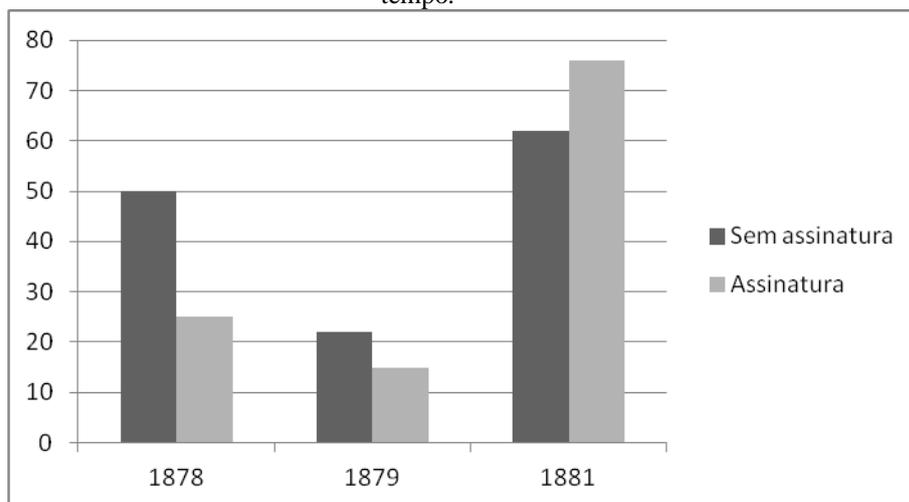


Gráfico 4.3: Quantidade de anúncios assinados e sem assinatura, no jornal A Actualidade, em três períodos de tempo.



Duas informações podem ser depreendidas destes gráficos: a primeira é que há um aumento considerável da publicação de anúncios – este aumento pode ser observado tanto dentro do próprio jornal quanto na comparação entre os dois jornais –; a segunda é que há um aumento no número de anúncios assinados tanto dentro do próprio jornal quanto na comparação dos dois jornais.

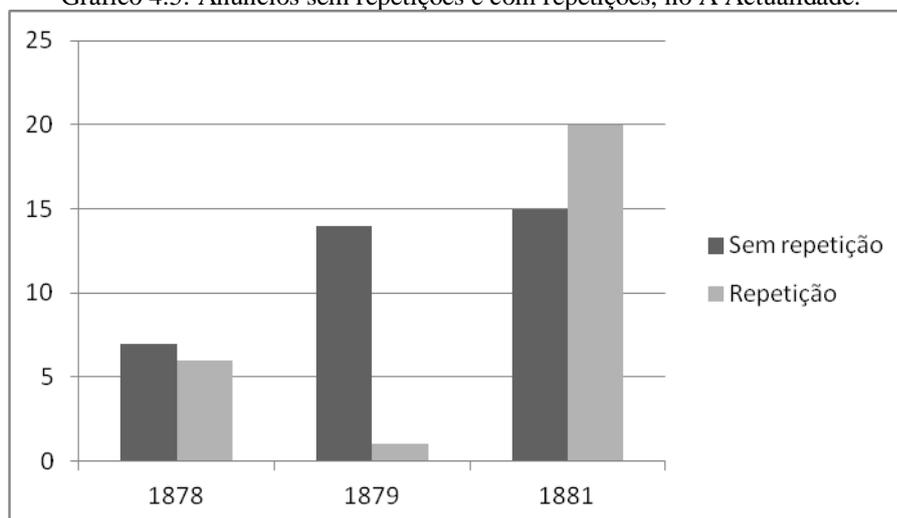
A primeira informação mostra a inserção de novos agentes nos períodos em que há ampliação de títulos de jornais. Esta informação é bastante relevante porque mostra que os fatores que selecionamos para interpretar essas ampliações são bastante produtivos.

A segunda informação mostra que há um número cada vez maior de pessoas identificáveis que se manifestam por meio da escrita nestes jornais. Esta informação só é relevante para os nossos objetivos se os anúncios não forem exatamente os mesmos em todos os exemplares analisados. Por essa razão, observamos os anúncios assinados que são repetidos em diferentes edições, nos dois jornais, como mostram os gráficos a seguir.

Gráfico 4.4: Anúncios sem repetições e com repetições, no O Universal.



Gráfico 4.5: Anúncios sem repetições e com repetições, no A Actualidade.



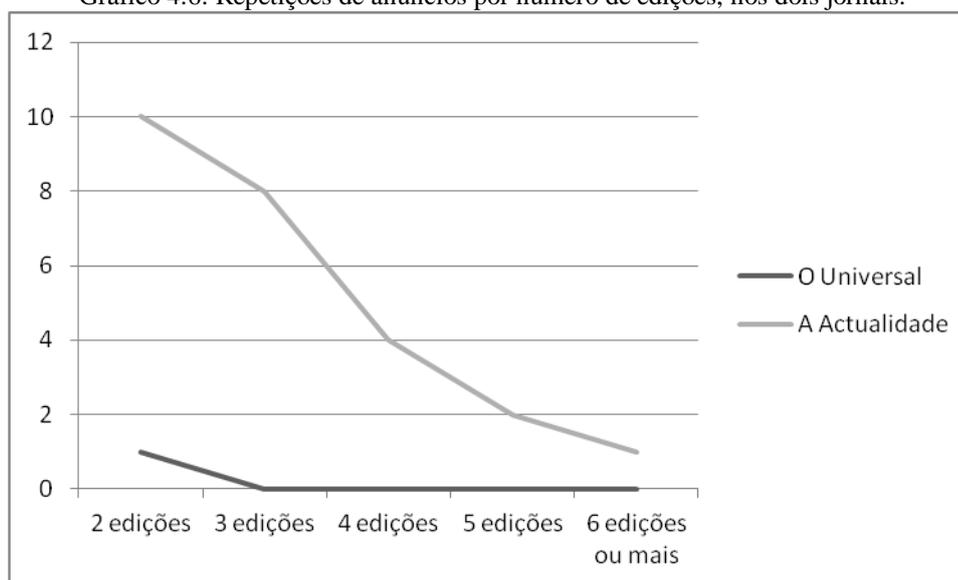
O Universal apresenta um pequeno número de anúncios assinados que são repetidos em mais de uma edição ao longo do tempo. Já o *A Actualidade* apresenta um índice maior. Isso significa dizer que apesar de haver anúncios repetidos, e, por isso, não devem ser interpretados como produto de novos agentes, não inviabiliza a percepção da atuação dos novos agentes nos anúncios, pois ainda assim temos um crescimento do número de pessoas distintas anunciando em jornais tanto n' *O Universal* como no *A Actualidade*. Ainda que se possa encontrar um número maior de artigos repetidos do que dos não repetidos, no final do século XIX a quantidade de artigos com assinaturas distintas também é grande, maior que a dos períodos anteriores do mesmo jornal e maior do que n' *O Universal*.

O aumento da replicação dos anúncios nos jornais do final do século XIX parece estar mais associado ao fato de neste período já se fazerem sentir traços do jornalismo industrial no

qual o jornal passa a ser interpretado também como espaço de divulgação do que ao fato de serem as mesmas pessoas atuando recorrentemente nos mesmo espaços. Se fosse apenas fruto deste segundo caso, os anúncios seriam assinados por pessoas distintas.

Um outro índice que corrobora essa avaliação é o fato de as repetições não serem mantidas por muitas edições. No gráfico a seguir, mostramos que a grande maioria das repetições ocorre em duas edições apenas.

Gráfico 4.6: Repetições de anúncios por número de edições, nos dois jornais.



Tendo em vista todas essas informações, podemos concluir que, se n' *O Universal* as principais contribuições externas, ou seja, além das do próprio redator, eram os textos escritos por membros do governo e as cartas escritas por leitores, excertos retirados de outros jornais e um ou outro anunciante, no *A Actualidade* passou a compor esse quadro cronistas, escritores que publicavam seus folhetins e poemas e um número maior de missivistas. Da mesma forma, se n' *O Universal* cada edição trazia um ou dois anúncios ou avisos, no *A Actualidade*, esta seção ganhou um espaço maior, ocupando de meia a uma página.

Por si só o aumento dos anúncios – mesmo que estes sejam, em alguns casos, reescritos pelo redator – já significa ampliação de colaboradores no jornal. Principalmente se considerarmos a existência de poucos avisos assinados em detrimento do período posterior, em que o número de avisos assinados aumentou. Aumentou, também, o número de avisos e começaram a surgir as propagandas que, até a década de 1870, eram praticamente inexistentes nestes jornais.

Ao observarmos a seção de correspondências observamos o mesmo perfil ascendente. No início do século, já era bastante significativa, mas possuía um número inferior de colaboradores, havendo muita repetição de escreventes e um alto índice de assinaturas por pseudônimo. No final do século, havia um número maior de cartas assinadas por pessoas distintas e os pseudônimos foram diminuindo.

Gráfico 4.7: Quantidade de cartas de leitores com assinatura e com pseudônimo, no jornal O Universal, em três períodos de tempo.

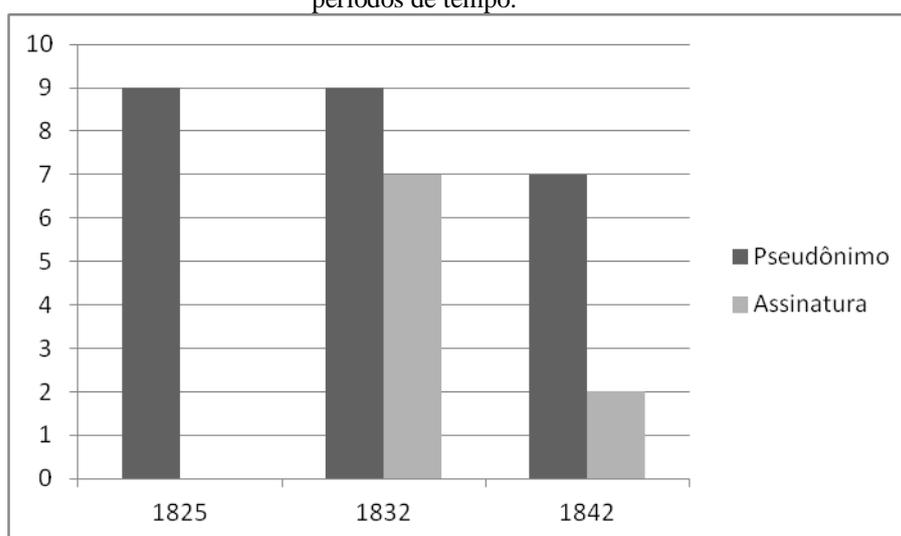
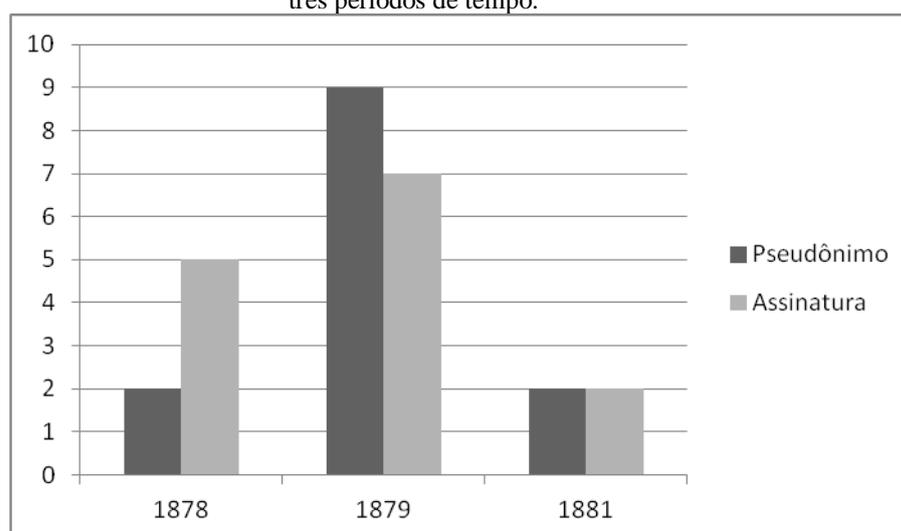


Gráfico 4.8: Quantidade de cartas de leitores com assinatura e com pseudônimo, no jornal A Actualidade, em três períodos de tempo.



Nestes dois gráficos podemos perceber a inserção de novos agentes por meio da ampliação do número de cartas assinadas. Essa ampliação garante identificar pessoas distintas contribuindo para o conteúdo do jornal. Temos que considerar também, para esse caso, o fato

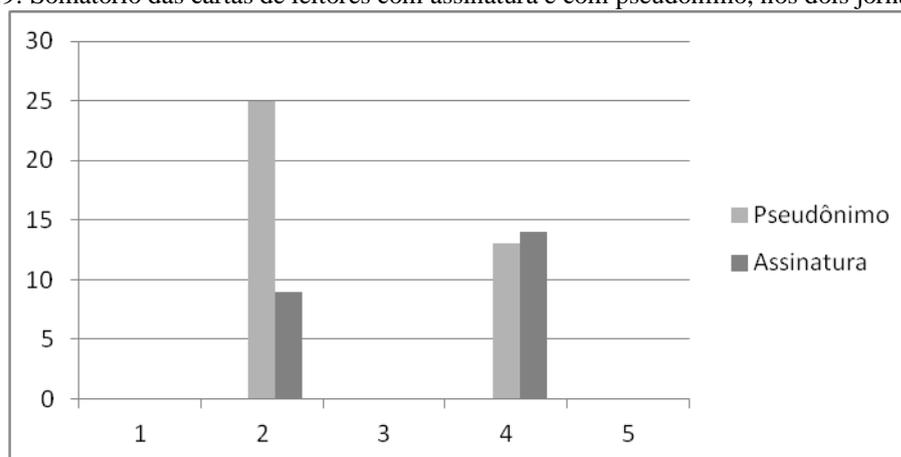
de haver um mesmo correspondente contribuindo para várias edições. Notamos que a recorrência é maior nos textos assinados por pseudônimos. No caso dos textos em que o autor da correspondência pode ser identificado, o número de repetições não chega a 2%. Por essa razão, não apresentamos um gráfico com esse detalhamento.

É preciso considerar que há uma aparente diminuição do número de correspondências publicadas nos jornais justamente na década final de cada período. Essas décadas, se pensarmos nos perfis delineados até o momento, deveriam mostrar aumento no número de correspondências. Quais seriam as causas desses resultados expressos pelos gráficos? A resposta para essa questão possui fundamentação distinta para cada um dos momentos. No caso do jornal *O Universal*, é possível notar que houve uma diminuição no número de correspondências em 1842. A causa dessa diminuição está no fato de termos, neste período, a ampliação das outras seções do jornal devido à Revolução Liberal ocorrida em São Paulo e em Minas Gerais. Por ser *O Universal*, neste período, um jornal de inclinação liberal as seções passaram a ser mais dedicadas à publicações oficiais sobre a Revolução, reduzindo o espaço no jornal destinado às correspondências e publicando preferencialmente cartas que versassem sobre esse assunto.

No caso do *A Actualidade*, notou-se que no início do ano de 1881 o jornal passou a dedicar-se mais às publicações oficiais. Tais publicações, que nos outros períodos observados ocupavam a primeira página do jornal, no início de 1881 ocupavam as três primeiras páginas.

Ainda que as diminuições sejam justificadas, poderiam ser consideradas um problema para a nossa análise se a quantidade de cartas assinadas no primeiro período fosse maior que a quantidade de cartas assinadas no segundo período, pois não conseguiríamos assim comprovar a inserção dos novos agentes da escrita. No gráfico a seguir, mostramos que o decréscimo ocorrido nos últimos períodos dos dois jornais não significou inviabilização dos nossos argumentos.

Gráfico 4.9: Somatório das cartas de leitores com assinatura e com pseudônimo, nos dois jornais.



Legenda: 2 = O Universal; 4 = A Actualidade

Ao compararmos os dois periódicos chegamos a um número muito maior de cartas assinadas no jornal *A Actualidade* do que no jornal *O Universal*.

Este resultado constitui, a nosso ver, uma evidência de que houve inserção de novos agentes. Se somado aos resultados referentes ao aumento do número de títulos de jornais e à análise das epígrafes como indicador de diversidade de perfil social de escreventes, teremos até aqui conseguido reunir um conjunto de condições ou *circunstâncias* que teriam como consequência o aumento e diversidade do número de agentes no espaço da escrita.

4.4 Conclusões

Ao apresentarmos um breve relato da história da imprensa no Brasil e observarmos a imprensa ouro-pretana, notamos nesta última a manifestação das principais características da imprensa periódica em âmbito nacional. Esta similaridade ficou ainda mais evidente em estudo de caso que corroborou para a percepção da inserção de novos agentes da escrita ocasionada pelo surgimento da imprensa periódica.

Mostramos por meio de dados quantitativos que há, no mesmo momento em que mudanças linguísticas do PB se implementaram, ampliação do número de títulos de jornais e ampliação de seções em que é possível a manifestação de outras pessoas que não as que fazem parte da estrutura do jornal. Também identificamos a ampliação dessa estrutura. Como consequência dessas ampliações, temos uma diversificação social desses novos agentes da escrita.

Se, de fato, o aumento de número e diversidade de novos agentes na imprensa periódica foi responsável pelas mudanças linguísticas manifestadas em textos escritos,

podemos fazer uma predição: o mesmo fator que acarretou mudanças linguísticas nos textos escritos no Brasil também acarretou mudanças em Portugal. Em outras palavras, a ampliação e diversificação da imprensa periódica acarretou mudanças linguísticas em textos portugueses. Para verificar o alcance dessa predição, dedicaremos o próximo capítulo ao PE, mais exatamente à imprensa periódica em Portugal.

Capítulo V

A Imprensa Periódica em Portugal e a Imprensa na Europa

Neste capítulo tomaremos como objeto a imprensa periódica em Portugal, de modo a avaliar a predição de que sua ampliação e diversificação acarretou a manifestação de mudanças linguísticas na modalidade escrita. Inicialmente, faremos um breve histórico nos mesmos moldes utilizados para descrever a imprensa no Brasil. Na seção seguinte, relacionaremos o surgimento e desenvolvimento da imprensa periódica com a periodização linguística do PE. Concluímos com as relações existentes entre o surgimento da imprensa na Europa e a fixação das línguas nacionais.

5.1 O surgimento da imprensa periódica em Portugal

O surgimento tardio da imprensa periódica, notadamente em relação aos outros países europeus, foi forjado na rigidez do Antigo Regime e na própria necessidade sócio-cultural de mudanças nos veículos de comunicação. Teve sua primeira manifestação em meados do século XVII, por meio de gazetas inspiradas na *La Gazette* francesa e na *Gaceta de Madrid*. De acordo com Tengarrinha (1989, p. 38 apud SOUSA, 2010a, p. 4-5), a primeira gazeta portuguesa foi publicada em 1641 e intitulou-se *Gazeta em que se relatam as Novas Todas, que ouve nesta Corte, e que vieram de Várias Partes no mês de novembro de 1641*. Sua publicação durou até 1647, sendo recolhida em um conjunto que ficou conhecido como *Gazeta “da Restauração”*. O último ano de sua publicação marca o início de um longo período em que as publicações periódicas deixaram de ocorrer devido ao sistema de licenças prévias e censuras⁴⁰. Durante esse período, que se estendeu até 1663, a informação circulava por meio das cartas ou gazetas manuscritas e das folhas volantes⁴¹.

⁴⁰ Também havia publicação clandestina de periódicos. Não nos dedicaremos a eles, pois não dispomos de recursos para controlá-los. Basearemos-nos apenas na imprensa oficial.

⁴¹ Embora a literatura apresente que os impressos periódicos surgiram em 1641, por meio do alvará concedido à Manuel de Galhegos, para a publicação da *Gazeta “da Restauração”*, Sousa (2010a) afirma existir publicação periódica antes desta data. O autor se refere à publicação ocasional de duas relações pluritemáticas de notícias, denominadas *Relações de Manuel Severim de Faria*, em 1626 (reeditada e 1627) e 1628. Essa afirmação advém da existência de uma Carta Régia datada de 26 de janeiro de 1627 que aponta para este fato e ainda nos dá indícios de não ser essa a única publicação periódica do período: “De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de “novas gerais”; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com especial cuidado.” (Maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19, dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão

De acordo com Sousa (2008, p. 2 e 3), o retorno das publicações periódicas se deu com o *Mercúrio Português*, publicado por António José de Macedo, desde janeiro de 1663. Porém, em 1667, novamente deixou de ser publicado, não havendo mais publicação de periódicos por todo o final do século XVII.

O século XVII ficou marcado por uma imprensa periódica muito primária e vítima de censura e licença prévia que, ao mesmo tempo em que cumpria papel fundamental na divulgação das línguas nacionais, trazia notícias de periódicos de outros países que eram traduzidas e publicadas nessas gazetas⁴², sendo o seu conteúdo fortemente vigiado.

Através desses periódicos impressos e das gazetas manuscritas foram sendo cunhadas as características dos periódicos surgidos no século XVIII, como veremos a seguir. E é por essa razão que, antes de adentrarmos o desenvolvimento da imprensa no século XVIII e XIX, nos dedicaremos à relação entre os periódicos manuscritos e os periódicos impressos.

5.1.1 As gazetas manuscritas e impressas: o desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal

Se observarmos as tecnologias utilizadas para escrita no passado e na atualidade, podemos notar que elas não surgem para substituir os manuscritos, mas sim para fornecer novos suportes para a escrita. Esses suportes são, geralmente, criados para garantir agilidade e eficácia na comunicação tornado-se necessários devido às alterações sociais sofridas ao longo do tempo. No caso dos séculos XVIII e XIX, têm-se como principais movimentos sociais a chegada das Luzes, as questões políticas e a revolução industrial.

A permanência do manuscrito se dá em vários setores até final do século XIX e início do XX. Neste período, ocorre uma especialização desses domínios e, para alguns como o ramo livresco e de periódicos, essa permanência se esvai. Porém, como os periódicos manuscritos se mantiveram ativos, por todo o período que compõe o recorte dessa tese,

Soares, Torre do Tombo, apud SOUSA, 2010a, p. 4). No intuito de prevenir “inconvenientes” as Ordenações do Reino lançam mão do sistema de censura prévia e de licença de impressão: “Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassallos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do Paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo, a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador” (Ordenações do Reino, livro 5º, título 102 apud SOUSA, 2010a, p. 4).

⁴² De acordo com Bluteau (1728, v. 4, p. 43), o próprio significado da palavra gazeta já a classifica como um papel impresso que contém notícias de várias partes do mundo.

iremos considerá-los como representantes de uma das formas de circulação da notícia, antes e depois do advento da imprensa.

Lisboa (2002, p. 13-14) apresenta distinções entre manuscritos que têm como função tornar a notícia acessível. São consideradas pelo autor as cartas e as gazetas manuscritas⁴³. Dentre os manuscritos, as cartas eram as principais propagadoras da notícia de cunho social e político. Porém, nem todos os tipos de cartas tinham como função a propagação desse tipo de notícia. É necessário considerar as especificidades de cada tipo de carta, a saber, cartas de relações privadas, cartas de relações públicas e cartas de notícias⁴⁴. As cartas noticiosas ou gazetas manuscritas, segundo Lisboa (2002, p. 14), eram responsáveis pela veiculação da notícia. Geralmente versavam sobre assuntos políticos, econômicos e sociais e eram remetidas com periodicidade definida⁴⁵.

Ao enfocarmos essas cartas como recurso de difusão da escrita, mesmo que necessitem da oralidade na sua difusão, nos deparamos com o surgimento da imprensa periódica, pois as cartas noticiosas foram mais do que base para os periódicos impressos, sendo mesmo incorporadas a eles.

Muitos autores que se dedicam à história da imprensa periódica portuguesa, como Tengarrinha (1989), Belo (2004) e Sousa (2010b), consideram esse público reduzido no que tange à recepção da notícia. Assim, o público alvo é reduzido como também é reduzido o número de leitores e escreventes em Portugal, principalmente, até o final do século XVIII.

Esse fato nos mostra que as pessoas capazes de receber e reproduzir a informação contida nas cartas públicas e noticiosas por meio da escrita formavam um corpo restrito, mas a circulação da informação era ampla. A notícia chegava à população letrada por meio da

⁴³ O autor não discorre sobre as cartas pessoais que podem trazer em seu conteúdo questões políticas e sociais e nem sobre os folhetos avulsos por serem produtos esporádicos, dedicados a uma situação ou personagem.

⁴⁴ De acordo com Lisboa (2002), as cartas que tratavam as relações privadas possuíam o assunto focalizado nas relações existentes em um grupo restrito e específico de pessoas, composto por familiares, amigos ou pessoas com quem o remetente estabelecia algum tipo de relação pessoal. Reconhecemos que nem sempre as relações privadas são o único assunto das cartas pessoais, mas assumiremos que existe uma focalização nessas relações. E essas relações repercutem em um público muito reduzido, pois, na maioria das vezes, constituem díades. As cartas que tratavam das relações públicas focalizavam assuntos comerciais, políticos, notariais e sociais. Nessas cartas as relações privadas se mantinham restritas ou inexistentes, pois repercutiam em um público mais ampliado, já que o seu objetivo era comunicar algo que, muitas vezes, é de domínio público e direcionado à população em geral.

⁴⁵ A periodicidade ajuda, por exemplo, a distinguir essas gazetas manuscritas dos folhetos propriamente ditos, que eram publicações manuscritas feitas em ocasiões especiais ou para comunicar algum fato momentâneo. Lisboa, Miranda e Olival (2002) afirmam que a periodicidade podia ser definida de acordo com as atividades semanais dos correspondentes, pela chegada e partida dos correios ou dos barcos.

leitura coletiva⁴⁶, mas não poderia ser reproduzida por essa população pelo uso da escrita, apenas pela oralidade.

Por essa razão, a leitura coletiva foi um instrumento de difusão da informação muito utilizado enquanto o analfabetismo era majoritário na população portuguesa. À medida que o analfabetismo foi diminuindo, essa estratégia de difusão foi sendo menos utilizada.

Segundo Morel (2008, p. 28), a leitura coletiva era o embrião da opinião pública popular, conformando “vozes e rumores, expressões verbais de teias sociais complexas no meio urbano, mas também no rural”. Portanto, era utilizada tanto como instrumento oficial e religioso, como nas cartas públicas, quanto como estratégia popular utilizada por “*comunidades variadas*” na disseminação da informação veiculada nos periódicos.

As gazetas manuscritas atuaram como recurso de reprodução escrita da notícia, em Portugal, até meados do século XVIII. Embora a imprensa periódica tenha suas manifestações rudimentares em meados do XVII, o manuscrito continuou cumprindo papel fundamental na disseminação da informação. Apenas com a criação da Gazeta de Lisboa, em 1715, é que a imprensa periódica despontou como um avanço tecnológico em relação ao manuscrito. Assim, mesmo que a imprensa tivesse tornado mais ágil a produção de impressos em geral e de periódicos em especial, criando um novo padrão de leitura e, conseqüentemente, um novo tipo de leitor, por serem ainda incipientes, esses novos padrões ainda estavam em transição. Como afirma Morel (2008, p. 28),

Tais formas de transmissão manuscritas e orais, típicas daquelas sociedades, marcavam e relacionavam-se à imprensa periódica, que não se afirmara ainda como o principal meio de transmissão, embora tenha alterado bastante e dado outras feições à cena pública em sua dimensão cultural.

Podemos elencar uma série de fatores que marcaram essa transição do periódico manuscrito para o periódico impresso:

- (I) Os periódicos manuscritos, por não sofrerem censura, possuíam maior informação na notícia, e ainda permitiam aos seus leitores terem contato com informações censuradas na imprensa oficial. Para além disso, permitiam troca de informação entre os leitores.
- (II) As gazetas manuscritas serviam, ao lado dos folhetos e das gazetas internacionais, como fonte para a composição da gazeta

⁴⁶ Estamos cientes que a oralização é um processo anterior ao advento da escrita que foi continuado por meio da leitura coletiva, porém a nós interessa o papel desses processos na difusão da imprensa periódica. Por essa razão, não nos dedicaremos à descrição histórica desses processos.

impressa e também como seu complemento. A partir desse montante de informação, as notícias eram selecionadas, traduzidas (no caso das gazetas internacionais) e publicadas no periódico impresso.

(III) A circulação de notícia pressupõe leitores. Considerando que no início do século XVIII o índice de analfabetismo em Portugal era elevado e que Lisboa possuía uma elite de leitores diminuta e este modelo se manifestava por todo país, os leitores das gazetas manuscritas e das gazetas impressas, bem como os seus escreventes, orbitavam majoritariamente em um mesmo espaço social. Logo, “notícias impressas e manuscritas faziam nesta época parte do mesmo mundo de informação e circulavam pelos mesmos agentes sociais.” (BELO, 2004, p. 26). Neste sentido, suas funções eram complementares. E essa complementaridade se estabelecia na medida em que era permitido à gazeta manuscrita circular informações censuradas na gazeta impressa, inclusive informações sobre a Corte. Por isso que, por mais que a censura fosse avassaladora no período, o leitor tinha acesso a todo tipo de informação. Além disso, outros aspectos reforçam essa complementaridade: “diferença de assuntos, diferença de condições de produção, diferentes tempos de circulação e de leitura e diferente credibilidade” (LISBOA, MIRANDA E OLIVAL, 2002, p. 34).

(IV) As gazetas manuscritas podiam publicar informações da oralidade, ou seja, a notícia, nas gazetas manuscritas, independentemente da sua autenticidade e veracidade, poderia ser publicada, ao passo que na gazeta impressa toda informação devia ser confirmada. A agilidade que se ganha na impressão muitas vezes é diminuída na composição morosa do periódico.

(V) A disposição das notícias nas gazetas impressas era feita de acordo com as gazetas manuscritas, o que remete à afirmação de Melo (2003) de que o jornal é uma evolução da carta. Este fato descortina uma relação estreita entre o impresso e o manuscrito.

Belo (2004) defende que, a partir dessa complementaridade, esse contexto pode ser invertido. A partir do surgimento da gazeta impressa, a gazeta manuscrita também dependerá das redes de informação constituídas pela primeira, havendo assim uma incorporação da gazeta impressa no horizonte de leitura e escrita da gazeta manuscrita.

A partir deste momento, o papel do manuscrito encontra-se deslocado. Ele dá espaço à gazeta impressa e posiciona-se na sua margem. A citação implícita ou explícita da gazeta torna-se frequente. O texto manuscrito incorpora-a no seu horizonte de leitura/escrita de notícias. A partilha de funções entre o impresso e o manuscrito só se pode fazer na medida em que o impresso está implicitamente presente na leitura

de notícias manuscritas. O leitor implícito do texto de Soares da Silva é também o leitor da *Gazeta de Lisboa*. (BELO, 2004, p. 31).

Um exemplo desse contexto invertido, de função complementar, é o fato de as próprias gazetas manuscritas e os próprios folhetos indicarem a publicação de determinada notícia em gazetas:

O Cerimonial do Duque de Lorena em Inglaterra tem suas controversias, porque pareceo a muitos que ainda que incognito merecia mayores honras, e como há de verse nas gazetas direi só, que o fizeram atraveçar hum pateo a pe, que oesperavam dous gentishomens da camara e que o principe lhe falou na do seu leito. (“Diário” de 27 de Novembro de 1731 apud LISBOA, MIRANDA E OLIVAL, 2002, p. 36)

Os vários processos de incorporação culminam em um segundo processo, que ocorre obrigatoriamente do manuscrito para o impresso, uma vez que é este último o que prevalece. Não nos foi possível delimitar precisamente o período em que o periódico manuscrito deixa de ser utilizado, mas é possível dizer que começa a sair de cena já em meados do século XVIII⁴⁷.

Além da incorporação do método, a gazeta impressa incorporou também as características físicas das gazetas manuscritas. Eram publicadas e distribuídas em blocos de quatro folhas, inicialmente⁴⁸, e essas folhas colecionáveis, ao final do ano, eram encadernadas em formato de livro. Mas em relação ao conteúdo das gazetas impressas, podemos elencar algumas diferenças com as manuscritas.

Em primeiro lugar o periódico impresso não possuía, no princípio, o mesmo teor de informação que o manuscrito, pois, a censura prévia a que esses periódicos eram submetidos lhes proporcionava redução de notícias a serem publicadas. Diferentemente do que ocorria nos manuscritos, nos impressos não era possível publicar nada além do que o permitido pela Coroa.

Em segundo lugar, o impresso possuía circulação restrita; no início do século XVIII, a tiragem da *Gazeta de Lisboa* era de apenas 1500 exemplares. Menor que a grande quantidade de cartas manuscritas escritas nas várias localidades e que eram, muitas vezes, reproduzidas por equipes de copistas. Embora a impressão fosse mais ágil que a cópia, era também mais

⁴⁷ Embora haja, já em meados do século XVIII, um decréscimo no uso de gazetas manuscritas, o seu desaparecimento não foi muito rápido, uma vez que, no século XIX, podem ser encontrados exemplares de um jornal manuscrito intitulado *O Salsifré*. Estão disponíveis na Hemeroteca Digital de Lisboa treze números deste periódico manuscrito que datam de 1883. Diferentemente das gazetas, este periódico apresenta traços da imprensa periódica do período trazendo em seu conteúdo textos literários e noticiosos.

⁴⁸ Gradativamente, as gazetas foram aumentando o número de folhas até chegar a doze folhas.

cara. Portanto, o público leitor que já era reduzido pelo alto índice de analfabetismo, também se restringia pela dificuldade de aquisição devido ao alto custo do exemplar.

Em terceiro lugar, o próprio significado da palavra gazeta já a classifica como um papel impresso que contém notícias de várias partes do mundo, como vimos anteriormente. Sendo assim, o seu principal objetivo era noticiar o mundo. As notícias eram apresentadas de maneira ordenada: primeiramente noticiava-se o que havia ocorrido na Europa e, no final, informavam-se as breves notícias sobre o Reino. Muitas vezes, as informações nelas contidas eram “imparciais”. Para Sousa (2008, p. 4), essas notícias de forma geral eram pouco relevantes, davam prioridade a personalidades de elite, através de um modo de narrativa rebuscado, com uso de muitos adjetivos e expressões tidas como elegantes à época. Diferentemente das gazetas manuscritas, que podiam dedicar maior espaço aos acontecimentos locais.

E por último, Belo (2004) afirma que as notícias possuíam um espaço tipográfico disponível limitado pelo ritmo de produção do periódico.

Por causa do tempo necessário para a impressão e da necessidade de planejar com antecedência cada número do periódico, as notícias “nacionais” sobre o que acontecia em Portugal e em Lisboa, não ultrapassavam, em geral, uma a duas páginas do periódico. As notícias vindas do exterior, essencialmente sobre as guerras e a política entre os Estados europeus, em que a exigência de atualidade era menor, constituíam parte predominante da gazeta. Esta é uma característica estrutural do periódico e comum a outras gazetas europeias existentes em regime de privilégio, isto é, usufruindo de monopólio. (BELO, 2004, p. 21)

Pensar escrita antes e depois do surgimento da imprensa periódica nos dá a profunda dimensão do quanto a incorporação do manuscrito ao impresso foi importante para o desenvolvimento do que cunhou-se chamar jornal. Notamos que, além de as gazetas manuscritas funcionarem como complemento da informação, também ditaram a periodicidade dos modelos impressos que as tiveram como base de constituição. Tal fato nos conduz à interpretação que a confluência do momento histórico com as manifestações periódicas, manuscritas e impressas, deixaram marcas indeléveis no desenvolvimento da imprensa portuguesa.

Levando-se em conta que a *Gazeta de Lisboa*, ao lado da *Gazeta “da Restauração”*, das cartas noticiosas, das gazetas manuscritas, dos diários, dos mercúrios e dos folhetos, foram os precursores dos jornais portugueses de hoje, conhecer as suas principais características propicia uma descrição histórica desses periódicos que contribuirá

preponderantemente para a compreensão da relação entre o periódico impresso e a difusão da língua escrita.

5.1.2 O desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa

O início do século XVIII foi marcado pelo retorno das publicações periódicas interrompidas desde o fim do século XVII. Como vimos anteriormente, é com a criação da *Gazeta de Lisboa*, em 1715, que a imprensa periódica retoma seu desenvolvimento e mostra-se fundamental para a compreensão da transformação da escrita e dos agentes que a utilizam.

Neste período, a censura e a licença prévia eram condições *sine qua non* para a impressão e distribuição de periódicos em Portugal. Os periódicos que circulavam nesta época tinham características próximas das apresentadas pela *Gazeta de Lisboa*, jornal oficial de maior credibilidade e informação no período. Como exemplo, podemos citar os mercúrios que, inclusive, possuíam aspecto físico próximo ao da *Gazeta*, muito embora o seu conteúdo fosse apresentado de maneira distinta. Na primeira, as notícias eram concatenadas tanto no interior de cada número quanto na coletânea anual, ao passo que no segundo não havia continuidade nas notícias como ocorria na *gazeta*. Merece destaque o caráter noticioso de ambos os periódicos.

Neste sentido, a *Gazeta de Lisboa* fixou, no início do século XVIII, um projeto de periódico – que, por muito tempo, foi imitado por muitos outros – no qual o conteúdo era apresentado em espaço físico e ordenação bastante marcada, elaborado e expresso por um único redator⁴⁹. Em outras palavras, representava uma multiplicidade de vozes reproduzidas por uma única voz. Neste modelo, o agente da escrita fica bem definido, pois, mesmo que haja traduções e transcrições de notícias retiradas de outros periódicos, a responsabilidade do conteúdo publicado é de um único indivíduo, o redator.

A imprensa periódica, na segunda metade do século XVIII, apresenta características próximas às da primeira metade, porém dois fatos merecem ressalva neste período: a manifestação de outros tipos de jornais e o aumento no índice de alfabetização.

A imprensa em meados do século XVIII foi marcada por uma ligeira proliferação de outros tipos de jornais que não o oficial *Gazeta de Lisboa*. Neste período, há também os mercúrios e o aparecimento de periódicos científicos, médicos, históricos e os enciclopédicos. Porém essa proliferação não rompeu com o modelo de redação do início do século XVIII.

⁴⁹ Para informações mais completas sobre a *Gazeta de Lisboa*, ver capítulo 5.

No aspecto físico, os jornais enciclopédicos ainda apresentavam o formato de livro, com páginas numeradas e em uma única coluna, aos moldes da *Gazeta de Lisboa* que ainda era publicada. Muitos deles também eram colecionáveis, como o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para Instrução Geral com a Notícia dos Novos Descobrimentos em todas as Ciências, e Artes*, que teve seu primeiro número em Julho de 1779. Isso mostrava que, diferentemente do início do século XVIII, a imprensa periódica no final deste século era mais diversificada, contendo não apenas os periódicos noticiosos, mas também enciclopédicos, jornais de divulgação de cultura e utilidades, de entretenimento, literários e eruditos, científicos, médicos, agrários, comerciais, históricos, musicais, humorísticos, etc. (cf. TENGARRINHA, 1989).

Não podemos deixar de considerar que essa diversidade apontada por Tengarrinha deve ser pesada e contextualizada uma vez que Portugal ainda vivia sob forte censura da imprensa neste período. Do começo do século até o período pombalino, essa censura era exercida pela Mesa do Desembargo do Paço, sob controle da Igreja. A partir do período pombalino, essa censura passou a ser controlada pela Real Mesa Censória, muito mais rígida que o órgão anterior. Prova disso é o fato de não ter havido publicação de jornais em Portugal entre 1768 e 1777. Tal fato obrigava a imprensa a seguir vetos e a circular, muitas vezes, na clandestinidade, tornando grande o número de periódicos oficiosos. A censura retorna ao controle da Igreja e os periódicos voltam a circular apenas no último quartel do século XVIII.

Apesar do recrudescimento da censura no período pombalino, Pombal possibilitou em seu governo a ampliação do público leitor por meio de iniciativas no setor educacional. Embora a imprensa tenha sofrido fortes sanções, a redução do índice de analfabetismo, a clandestinidade da imprensa periódica e o arrefecimento dos periódicos manuscritos contribuíram para essa diversificação da imprensa periódica, ocorrida, principalmente, a partir do final da década de 1770.

Para Tengarrinha (1965), a imprensa periódica apresenta o mesmo perfil do final do século XVIII até 1820 quando surge a “imprensa romântica ou de opinião”, como ele chamou. Devido à Revolução Liberal de 1820, houve aumento considerável dos tipos de jornais que compunham a imprensa periódica, em Portugal, no início do século XIX, tendo como principal foco o surgimento dos jornais políticos. Rodrigues ainda acrescenta que o principal período de afirmação da imprensa em Portugal se dá entre os anos de 1836 a 1840, com o surgimento da imprensa literária. Neste período surgiram 157 títulos.

Para Belo (2004), a criação de novos espaços e de novos padrões só foi possível, ao longo do século XIX, por causa dos reveses políticos sofridos. No início do século XIX,

Portugal sofreu três invasões dos franceses. Esse fato político ao mesmo tempo em que possibilitou certo desenvolvimento da imprensa, também funcionou como agente repressor: na medida em que destruíram muitas das suas tipografias e saquearam armazéns, atingido a produção e distribuição de livros e periódicos, os franceses propiciaram também o seu desenvolvimento a partir do aparecimento de uma imprensa anti-napoleônica.

Essa nova imprensa abriu caminhos para a alteração da vinculação da notícia. Os jornais noticiosos passaram a focar o cotidiano, em que os atos heroicos se tornaram espaços para debates, aumentando consideravelmente a presença do posicionamento crítico, social, histórico e literário nas notícias.

A imprensa periódica passou a refletir as alterações sociopolíticas sofridas pelo país e pelas colônias portuguesas. Incorporou-se ao jornal português, até então mais voltado para as notícias do mundo, a reflexão sobre o próprio país. Com isso, o jornal passou a atuar como instrumento político e social.

Os franceses significaram para a imprensa portuguesa, em certa medida, o desenvolvimento, tanto nos aspectos gráficos, quanto nos aspectos noticiosos, de uma imprensa acanhada e constantemente refreada como a existente em Portugal. Por um lado, esse desenvolvimento só pode se estabelecer na sua vertente nacionalista e, por outro, na sua vertente liberalista, isto é, por meio do embate entre os defensores da nação portuguesa e os simpatizantes dos ideais liberais franceses.

Essa talvez seja uma das justificativas para explicar o fato da imprensa periódica portuguesa ter dado continuidade a este desenvolvimento da notícia até mesmo quando os franceses se retiraram e o país se manteve em uma fase de instabilidade política devido à presença de dois grupos políticos distintos: os monarquistas e os liberais.

Essas mudanças deram continuidade ao processo de mudança no conteúdo dos jornais que deixaram de ser apenas noticiosos e ampliaram a inserção de vários conteúdos. De acordo com Henrique e Carvalho Protes e Brito Aranha (*cit. in* TENGARRINHA, 1989, p. 184-185; p. 231-234 apud SOUSA, 2010a, p. 19), “Portugal tinha também jornais médicos e farmacêuticos; científicos; comerciais e industriais; literários; militares; satíricos; agrícolas; culturais, femininos, desportivos, etc.” além de jornais regionais, locais e republicanos (com maior despontamento a partir da segunda metade do século XIX).

Por causa dessas questões sociopolíticas, ocorridas desde meados do século XVIII, foram-se abrindo maiores espaços para a contribuição do leitor, pessoas comuns que foram inseridas neste contexto por meio de cartas publicadas em jornais com as suas diferentes

funções: fazer anúncio, fazer comunicados, publicar textos literários, fazer críticas políticas, entre outros.

Dessa maneira, o início do século XIX foi preponderantemente marcado pela presença de novos agentes que agora além de serem receptores da informação podiam fazer parte da sua constituição mais efetivamente.

De meados para o final do século XIX, a situação político-econômica de Portugal e a consciência industrial e empresarial da época propiciaram um processo de proliferação dos jornais noticiosos, neutrais, voltados para a massa, com linguagem clara, com grandes tiragens e preços mais baixos (passaram a ser sustentados pela publicidade), como já se via em outros países da Europa. Este novo tipo de jornal e de jornalismo teve como principal representante o *Diário de Notícias* (1864), o primeiro a ser constituído a partir da concepção emergente de jornalismo industrial (SOUSA, 2010a).

No jornalismo industrial, a imprensa é vista como qualquer outra indústria e, esta visão provoca alterações diversas em todas as etapas de confecção e distribuição do jornal. Sousa (2010a) aponta para a mudança em três pontos importantes na estrutura jornalística: a estrutura da redação, o conceito de repórter e a forma de noticiar. A redação, antes constituída por um ou por poucos elementos, passou a ser composta por vários componentes dando-lhe uma maior agilidade no tratamento da notícia, os artigos políticos gradativamente perderam a sua quase exclusividade propiciando uma diferenciação entre o articulista político e a categoria recém criada de repórter (aquele que buscava a notícia). Passou a existir a figura do chefe de redação, que de acordo com Tengarrinha (1989, p. 190) executa o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos⁵⁰. Desta maneira, o ato de noticiar tornou-se mais factual, mais objetivo, focado mais no objeto que no sujeito, e apresentando, cada vez mais, a opinião separadamente da informação.

Foi este o modelo de jornal que o *Diário de Notícias* fundou em Portugal. Com ele cunhou-se a nova forma de pensar a apresentação física e do conteúdo no jornalismo industrial. Nas palavras de Sousa (2010a, p. 17):

Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspecto (paginação a quatro colunas), na dimensão (que já era *de jornal*, sensivelmente semelhante aos actuais tablóides), e ainda no preço (dez reis por exemplar, menor ainda quando vendido por assinatura). A sua concepção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que se recebiam anúncios a vinte reis a linha). Esta renovada e

⁵⁰ O crescimento das redações culminou no modelo de redação que temos hoje, dividida em secções ou editorias.

contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projecto.

O *Diário de Notícias*, autodenominado “um jornal universal”, fundou, primordialmente, uma nova concepção de notícia na medida em que a partir desse novo contexto jornalístico moldou um novo tipo de leitor que era ávido por notícias interessantes e com credibilidade, mas que, diferentemente do que víamos no início do século XVIII, não forjava essa credibilidade na atemporalidade da notícia, mas sim na noção de agilidade e rapidez, na divulgação e apresentação de uma nova notícia, característica preponderante do jornalismo voltado para o comércio, pensado e feito “em escala industrial”.

Introduziu-se em Lisboa um novo conceito de jornal que foi reproduzido por vários outros jornais adotando um grafismo inovador, a inserção de imagens, dando origem às edições ilustradas, e usando ainda mais o espaço do jornal para a sedução do público consumidor, pois além da publicidade passaram a vincular em seu conteúdo concursos e promoções.

De acordo com Sousa (2010a), todas essas inovações trouxeram, para a imprensa periódica do final do XIX, algumas consequências: (i) deu-se uma maior ênfase para o fato informativo numa tentativa de conquistar o público leitor; (ii) deu-se início ao que veio ser chamado de jornalismo investigativo; (iii) ao propiciar um aumento no número de jornalistas, criou-se também certo preconceito com esta profissão propriamente dita. Como solução para isso, diferentemente do que ocorria no século XVIII, utilizou-se a contribuição dos eruditos, a fim de que a credibilidade do jornal não fosse perdida. Dessa maneira, o jornalista agora visto como representante de uma profissão técnica, consolidava-se cada vez mais como um corpo de redatores que buscavam, selecionavam, processavam e difundiam, com profunda agilidade e eficácia, as informações de utilidade pública, ao passo que eruditos como Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, assumiam a função de comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins (SOUSA, 2010a, p. 18-19). Os técnicos passaram a ser “autênticos *profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos*. Eram, enfim, **repórteres**.” (op. cit, p. 19); (iv) houve a partir dessas mudanças, uma hierarquização profissional expressa pela Lei de Liberdade de Imprensa, a saber, secretário de redação, redatores, repórteres e informadores; (v) criou-se um vocabulário técnico da profissão que forçava uma formação específica dos jornalistas; (vi) propiciou a distinção entre o “‘estilo literário, erudito ou persuasivo’ e o ‘estilo jornalístico’” (op.cit., p.

18); (vii) propiciou o surgimento embrionário de um movimento sindicalista jornalístico com a criação de associações de jornalistas em Lisboa e no Porto; (viii) permitiu a atuação dos jornalistas nos órgãos de comunicação social.

Como uma cascata, cada mudança ocorrida na concepção deste novo modelo de jornal levava à consequências tanto no âmbito da própria imprensa periódica, quanto para a constituição do novo modelo de leitor que também se funda no decorrer deste processo. Não se tem mais, no século XIX, um jornal feito por um redator que estabelece rede de informação com outros redatores de periódicos impressos e manuscritos e, com isso, fica estabelecido, também, o público alvo e o interesse de circulação de periódicos, como ocorria no século XVIII. Não há mais uma mesma elite que consome este tipo de informação e que fixa o conteúdo de cunho político por meio do absoluto controle de informações sobre o país e a Corte. Tem-se agora um novo público que não mais será formado por um pequeno grupo de alfabetizados e eruditos que assumem o papel de redator e de leitor. Em outras palavras, criasse, neste novo modelo de imprensa periódica, uma distinção entre quem escreve e quem lê o jornal. Sendo assim, os jornais tem que ser concebidos de acordo com o interesse do leitor e, ainda, atender as suas necessidades e perspectivas. É neste momento e por esta razão que, a partir de meados do século XIX, se tem uma a efetivação da abertura para a participação desse novo leitor.

Para correlacionar a história do surgimento e desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa a processos de mudança linguística, é necessário levar em conta as propostas de periodização linguística. Será este o objeto da próxima seção.

5.2 Imprensa Periódica e Periodização linguística do PE

A periodização da língua portuguesa apresenta, em suas várias representações, divergências no que tange à nomenclatura e à delimitação das fases. Vários foram os trabalhos que buscaram suplantar essas questões, como, por exemplo, Leite de Vasconcelos (1950), Serafim da Silva Neto (1953), Pilar V. Cuesta (1971), Lindley Cintra (1971), Ivo Castro (1991), Galves, Namiuti e Paixão de Souza (2006), Charlotte Galves (2010), Rosa Virgínia Mattos e Silva (1994, 2006), entre outros.

Trabalhos recentes tentam retomar essa discussão com o mesmo intuito dos autores acima citados, porém tendo por base teórico-metodológica recursos distintos. Mattos e Silva (1994, 2006) apresenta essas duas divergências em um quadro que resume a periodização

proposta por vários autores. Esse quadro foi retomado em Galves (2010)⁵¹ como ponto de partida para a apresentação de uma nova periodização do português europeu. Por ser esse quadro um bom ponto de partida para se discutir as questões propostas, também o retomaremos a seguir ampliando-o para abarcar periodizações mais recentes:

Quadro 5.1: Resumo das principais periodizações propostas para o PE

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar Vasquez-Cuesta	Paul Teyssier	Lindley Cintra	Galves, Namiuti e Paixão de Souza	Charlotte Galves
1ª fase	Até século IX (882) Pré-histórico	Até século IX (882) Pré-histórico	Até ± 1200 (1214-1216) Pré-literário	Do século VIII ao XII Formação do Galego-português	Até ± 1200 (1214-1216) Pré-literário	De 1200 até 1350 Português Arcaico	Até 1350 Galego-português
2ª fase	Até ± 1200 (1214-1216) Proto-histórico	Até ± 1200 (1214-1216) Proto-histórico	Até 1385/1420 Galego-português	De 1200 até ± 1350 Galego-português	Até 1385/1420 Português Antigo	De 1350 até 1700 Português Médio	De 1350 até 1700 Português Hispânico
3ª fase	Até 1550 Português Arcaico	Até 1385/1420 Trovadresco	Até 1536/1550 Português Pré-clássico	De 1350 até fim do século XVI Português Clássico	Até 1536/1550 Português Médio	De 1700 a 1900 Português Europeu Moderno	A partir de 1700 Português Europeu Moderno
4ª fase	Até século XIX/XX Português Moderno	Até 1536/1550 Português Comum	Até século XVIII Português Clássico	Século XVII bilingüismo luso-espanhol ?	Até século XVIII Português Clássico		
5ª fase		Até século XVIII Português	Até século XIX/XX Português	Fim do século XVIII e início do	Até século XIX/XX Português		

⁵¹ Este texto está nas referências bibliográficas com a data de 2012, que foi o ano da publicação, porém, encontra-se disponível eletronicamente, desde a sua apresentação, em 2010, no Rosae: I Congresso Internacional de Linguística Histórica. Por essa razão, mantivemos no texto a data da cópia online.

		ês Modern o	s moderno	XIX Transiçã o para o Portuguê s Moderno	s moderno		
6 ^a fase		Até século XIX/X X Modern o		A partir do início do século XIX Portuguê s Moderno e Contemp orâneo			

Neste quadro apresentado por Mattos e Silva (1994, 2006) e reproduzido em Galves (2010), percebemos as diferenças de nomenclatura e de divisão temporal apontadas anteriormente. Galves (2010) discorre sobre os diferentes critérios utilizados para a denominação das fases que se apoiam tanto em questões literárias, como em questões geográfico-políticas e em questões da antiguidade da língua. Essa diferença na denominação também se reflete no critério utilizado na delimitação do período, pois cada fase recebe um nome que marca o fim da mesma, com exceção de Cuesta que utiliza pré-clássico, nomenclatura que anuncia o próximo período. Essa mudança de perspectiva, segundo Galves (2010), desencadeia uma nova possibilidade de interpretação das fases na medida em que não interpreta o século XVI como o momento em que se inicia uma nova fase, mas como o momento em que uma se encerra. E esta fase é considerada pela autora como o fim da competição de gramáticas iniciada no século XIV. Tem-se, a partir do século XVI, a atuação da gramática inovadora.

Tomando por base essa assertiva, a autora retoma uma proposta de periodização feita por Galves, Namiuti e Paixão de Souza (2006) para dar início a sua concepção de periodicidade e de denominação das fases. As autoras chamam de Português Arcaico o período que vai 1200 a 1400, de Português Médio o período que vai de 1400 a 1700 e de Português Europeu Moderno o período que vai de 1700 a 1800. Este período também é apontado por elas como o momento em que a gramática do PB se diferencia.

Essa proposta de periodização, além de trazer como grande inovação a mudança de concepção do que seriam, segundo Cuesta, o Português Pré-clássico e o Português Clássico

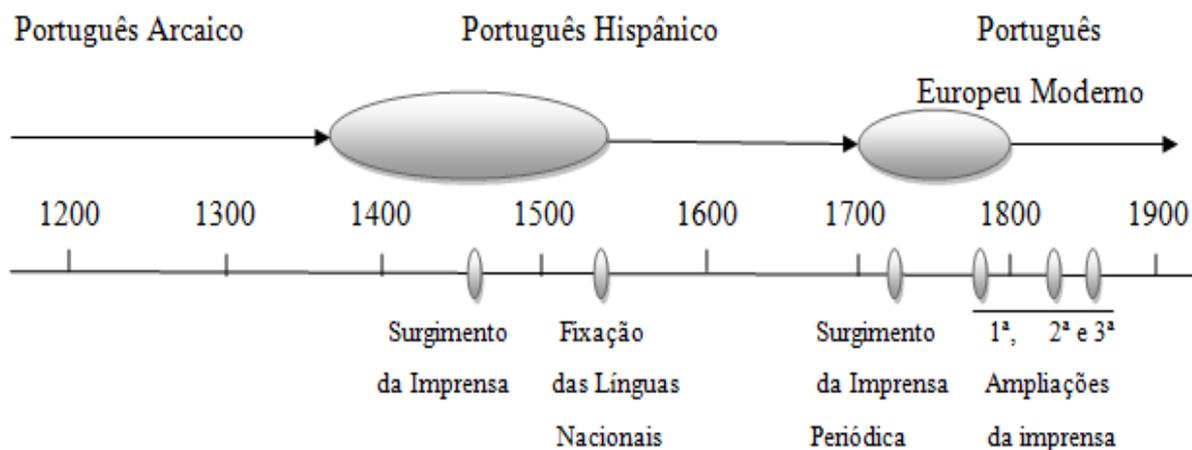
para uma única fase que as autoras denominaram Português Médio, também inova ao considerar a periodização a partir da competição de gramáticas. Com isso, Galves (2010) propõe uma periodização que enfoca o fim da competição de gramáticas, dando um caráter mais linguístico ao entendimento das fases que a compõem.

A proposta de Galves (2010) nos parece bastante interessante na medida em que, com essa perspectiva, a autora consegue delimitar o momento em que a gramática do Português Europeu Moderno se impôs, marcando o fim da competição de gramáticas: o final do século XVI. Com isso a autora considera que a competição de gramáticas se inicia no século XIV e atua fortemente até o século XVI quando se implementa a gramática inovadora. O domínio dessa gramática vai até o final do século XVII. O mesmo processo é previsto para o Português Europeu Moderno, em que a competição se dá do início de 1700 ao início de 1800. Porém, ao adotar como critério para composição de sua periodização a competição de gramáticas, a autora exclui a influência da história externa na língua. Esse fato faz com que consiga delimitar quando, mas não consiga delimitar qual agente atua na difusão da nova gramática.

Embora seja exequível, ao pensarmos na abordagem teórico-metodológica utilizada, para delimitar as fases é necessário apresentar um contexto histórico-cultural e espacial (cf. Maia, 1995). Nesse sentido, a nomenclatura utilizada pela autora parece mais coerente com o fato de ser uma periodização linguística. Porém, é na contraposição fala x escrita que temos algumas lacunas a serem preenchidas. A autora localiza pontualmente que a periodização tradicional é baseada na escrita e que a proposta feita por ela se baseará na noção de gramática, entendida como competência que os falantes têm da língua. Porém, o objeto de pesquisa continua a ser o texto escrito, portanto, por mais que essa seja a única estratégia para termos acesso a dados diacrônicos, a periodização continua sendo cunhada a partir do texto escrito. Por essa razão, a periodização proposta pela autora dá conta do momento em que os falantes adquirem uma gramática, mas explicita que, por lidar com textos escritos, também é necessário que se controle a manifestação dessa gramática na língua escrita.

Ao observarmos a datação apresentada pela autora, identificamos dois momentos: um no qual percebemos a correspondência do momento em que a imprensa europeia encontra-se plenamente estabelecida e as línguas nacionais assumem papel principal na comunicação escrita e no outro no qual a imprensa periódica está plenamente estabelecida e os falantes que adquiriram essa gramática vencedora da competição podem atuar nessa imprensa periódica. A seguir, apresentamos um diagrama parecido com o apresentado por Galves (2010) incluindo a ação da imprensa para verificarmos os resultados.

Diagrama 5.1: Periodização PE X Imprensa Periódica.



O diagrama acima é composto por duas linhas, a primeira em que reproduzimos a proposta de periodização encontrada em Galves (2010). Nesta linha são encontrados dois círculos hachurados que marcam, no primeiro caso, o primeiro período de competição de gramáticas e, no segundo caso, o segundo período de competição de gramáticas no PE. A segunda linha é uma linha temporal, na qual os círculos hachurados identificam períodos-chave da imprensa periódica.

Temos, neste diagrama, a correspondência de vários momentos histórico-sociais, momentos-chave para imprensa, com momentos linguísticos. As duas primeiras referências são de cunho mais geral, enfocando a questão do surgimento da imprensa na Europa, como veremos a seguir. Os outros quatro momentos correspondem a períodos de mudanças ocorridas na imprensa portuguesa.

Observando a franja que compreende a primeira competição de gramáticas, notamos que ela também abarca o momento em que ocorre o surgimento da imprensa, inclusive em Portugal, e a fixação das línguas nacionais, na Europa Ocidental, e o período de tempo que separa os dois eventos é de aproximadamente quarenta anos, considerando que a imprensa surgiu em Portugal em 1487 e a afixação das línguas nacionais ocorreu por volta de 1520. Temos a data marcada por Galves (2010) como o momento em que a competição de gramáticas termina e se inicia a ampliação da manifestação da gramática vencedora. O período de ampliação se estende até o final do século XVII, quando se inicia uma nova competição. Logo após o início dessa competição surge, efetivamente, a imprensa periódica em Portugal, tendo seu início real⁵² em 1715.

⁵² Estamos considerando 1715 como o início efetivo, pois é neste momento que realmente se implanta a imprensa periódica em Portugal, com o surgimento da Gazeta de Lisboa. Embora o primeiro periódico

A nossa expectativa era que, na segunda fase de competição de gramáticas identificada por Galves (2010), o surgimento da imprensa periódica espelhasse o ocorrido na primeira fase, ou seja, funcionasse como gatilho para a emergência de mudanças. De fato funciona, pois aproximadamente sessenta⁵³ anos depois temos a fixação da gramática vencedora, que caracteriza o Português Europeu Moderno.

É possível perceber que existem outros momentos hachurados no gráfico que registram a entrada de novos agentes na escrita formal portuguesa. Esses outros momentos são observados apenas por marcarem essa inserção, mas as condições sociais que os cercam não são suficientes para indicar mudança linguística. Como foi averiguado no PB e como foi apresentado no quadro histórico-social da imprensa periódica, temos nestes outros momentos de ampliação o republicanismo e o embate entre monarquistas e liberais atuando como pano de fundo para o desenvolvimento do conteúdo dos jornais no século XIX. Este fato possibilita estabelecer relações entre as causas das ampliações do número de agentes em Portugal e no Brasil. Isto mostra o quão exequível uma análise deste porte pode ser. Os dados quantitativos apresentados no capítulo três são taxativos em relação a esta questão. Retomaremos esta discussão a seguir.

O momento crucial para a hipótese que estamos defendendo é o da 1ª ampliação no número de agentes que, por corresponder ao período de aproximadamente setenta anos que verificamos, também corresponde ao período relativo à fixação das línguas nacionais.

Com essas observações, acrescentamos à periodização proposta por Galves, Namiuti e Paixão de Souza, (2006) e Galves (2004, 2007 e 2010), informação de caráter sócio-histórico que corrobora os seus resultados e fornece argumentos para justificar a existência de um período de forte variação entre os séculos XV e XVI. Encontramos, na periodização proposta por Galves (2010), espaço real de confluência entre fatos sócio-históricos e linguísticos.

português, a Gazeta da Restauração, data do terceiro quartel do XVII, sua existência foi efêmera e houve um longo período entre o fim da Gazeta da Restauração e o início da Gazeta de Lisboa. Não estamos considerando com isso que não houvesse produção periódica impressa ao longo desse período, possivelmente havia circulação de impressos clandestinos, porém, necessitamos de um elemento palpável para podermos abarcarmos os fatos. E, a Gazeta de Lisboa, como pudemos notar na descrição que foi feita sobre ela em tópico anterior, garante esta interpretação.

⁵³ Encontramos uma diferença de 20 anos entre os dois períodos avaliados, quando esperávamos encontrar um período mais próximo como o que ocorre para o surgimento da imprensa na Alemanha e a fixação da língua nacional, em 1520, período que corresponde, aproximadamente, à sessenta anos. Porém não identificamos essa diferença como um problema, pois não conseguimos datar precisamente quando as publicações deixaram de ser feitas definitivamente em Portugal nas línguas clássicas, foi possível identificar que a primeira obra impressa em português foi feita em 1487. Mas como a difusão da imprensa na Europa se dá em um período de tempo curto, deduz-se que a fixação da língua portuguesa em textos impressos tenha ocorrido após 1520.

5.3 Detalhando a inserção de novos agentes na imprensa periódica portuguesa

Já delimitamos acima as causas históricas que nos permitiram concluir que a imprensa periódica propiciou a entrada de novos agentes da escrita no PE ao final do século XVIII. Agora, como procedemos para o PB, buscaremos mostrar essa ampliação dentro da estrutura da imprensa periódica portuguesa. Por estarmos tratando apenas da primeira ampliação dos agentes da escrita, nos dedicaremos a apresentá-los apenas no século XVIII.

Dedicaremos-nos a evidenciar esses novos agentes por meio da ampliação do número de títulos e da alteração no conteúdo dos jornais deste período. Para o tratamento da ampliação do número de títulos, utilizaremos a cronologia apresentada por Sousa (2010b), na qual o autor indica a data de surgimento dos periódicos do período. Embora não tenhamos conseguido depreender se a cronologia apresentada pelo autor é exaustiva, consideramos que as informações trazidas por ele são tão relevantes que não podem ser desconsideradas. Para o tratamento da ampliação no conteúdo dos periódicos utilizaremos o jornal *Encyclopedico* e a *Gazeta de Lisboa* como objetos do nosso estudo de caso.

De acordo com Sousa (2010b), até o início do período pombalino, em 1760, apenas a *Gazeta de Lisboa* possuía licença para impressão. Deste período até 1808, surgiram quinze novos periódicos. Três deles eram noticiosos, apresentando estrutura e conteúdo próximos ao da *Gazeta de Lisboa*, a saber, *Hebdomário Lisbonense*, *Lisboa* e *Gazeta Extraordinária de Londres* (traduzida). Os outros doze títulos surgidos no período apresentavam alterações principalmente em seus conteúdos. Dedicavam-se às informações culturais, científicas e à divulgação de ideias. São os principais representantes desse período a *Gazeta Literária*, o *Encyclopédico* e o *Correio Mercantil*.

Não nos foi possível identificar a data em que surgiram os quinze títulos apontados por Sousa (2010b), no entanto, dentre eles podemos localizar temporalmente seis títulos, além da própria *Gazeta de Lisboa*: *Gazeta Literária* (1761), *Hebdomário Lisbonense* (1763), *Lisboa* (1777), *Gazeta Extraordinária de Londres* (traduzida) (1777), *O Encyclopédico* (1779 cf. TENGARRINHA, 1989) e *Correio Mercantil* (1790). Só estes títulos comprovadamente surgidos a partir de meados do século XVIII já nos permite falar em ampliação do número de títulos.

Notamos aqui que o mesmo perfil delineado para a imprensa brasileira no século XIX pode ser percebido para imprensa portuguesa no século XVIII. Esta é mais uma evidência de que mesmo que o surgimento da imprensa e, conseqüentemente, os seus reflexos se

manifestem em períodos e localidades distintos, coincidem com o momento em que findam competições de gramáticas.

Além de termos na ampliação do número de títulos a necessidade de volume maior de agentes da escrita, temos essa necessidade manifestada, também, quando o conteúdo do jornal é observado. Já mostramos anteriormente a diversificação do conteúdo ocorrida no período pombalino. A própria observação da diversificação dos títulos surgidos neste período já manifesta diversificação também no seu conteúdo uma vez que não são mais publicados apenas jornais noticiosos, nos quais o conteúdo se centra em notícias sobre o mundo e sobre Portugal, como a própria *Gazeta de Lisboa* oferece. A partir da segunda metade do século XVIII, títulos dedicados a outros conteúdos como o literário, o científico, cultural, etc. A ampliação do conteúdo demandou diversificação dos agentes que se dedicam a essa gama de conteúdos mais ampla.

Partindo de um estudo de caso com as seções do jornal *O Encyclopédico* e da *Gazeta de Lisboa*, poderemos comprovar essa ampliação. Avaliando três meses de publicação do *Encyclopédico*, observamos se as suas seções são assinadas por indivíduos distintos⁵⁴. Para a *Gazeta de Lisboa* adotamos estratégia distinta. Como os dois periódicos possuem periodicidade distinta não foi possível estabelecer o mesmo critério de delimitação do estudo de caso. Por essa razão, contamos quantos textos havia no recorte usado para o *Encyclopédico* e separamos a mesma quantidade de textos na *Gazeta de Lisboa*, metade dos textos no ano de 1715 e a outra metade no ano de 1720⁵⁵.

Como resultado obtivemos, em um total de 84 textos publicados em cada um dos periódicos avaliados, números distintos de textos assinados por outras pessoas que não os redatores dos respectivos jornais. Para avaliarmos o real número de textos tivemos que controlar a quantidade de registros traduzidos no caso do *Encyclopedico*, pois, as traduções são feitas pelos redatores do jornal, assim como os textos não assinados também podem ser atribuídos a ele. No caso da *Gazeta de Lisboa*, como mostrado anteriormente, todo o texto publicado era de responsabilidade do redator. Ainda assim, encontramos na amostra da *Gazeta de Lisboa* três textos assinados por outros indivíduos e quatro cartas que não parecem

⁵⁴ Não nos dedicamos a observar duas seções específicas como fizemos para os jornais brasileiros, por não haver equivalência total nas seções observadas. Os jornais portugueses do século XVIII se diferem muito dos jornais brasileiros do século XIX na organização e explicitação do conteúdo.

⁵⁵ A quantidade de textos selecionados para o estudo de caso foi calculada de acordo com a quantidade de números que pudemos ter acesso de cada periódico. Como a uma quantidade infinitamente maior de exemplares da *Gazeta de Lisboa* disponíveis, foi necessário que nos restringíssemos à quantidade de textos disponíveis do *Encyclopedico*. Como contamos com apenas dois meses dos anos de 1789, 1790 e 1791, observamos um mês de cada ano.

escritas pelo redator, mas que não foi possível identificar a autoria. Consideraremos apenas os três textos assinados.

Na amostra do *Encyclopedico*, encontramos vinte e três textos assinados, sendo que dezessete apresentavam repetição de autor; três textos que foram assinados com símbolos; um assinado por pseudônimo; quarenta e um eram assinados por estrangeiros (textos traduzidos) e dezesseis textos sem assinatura, atribuídos ao redator.

Computando apenas os textos que são escritos por outros agentes não estrangeiros, textos escritos por estrangeiros e textos escritos por redatores temos o seguinte quadro:

Quadro 5.2: Relação dos agentes nos periódicos portugueses.

Encyclopedico ⁵⁶				
	Novos agentes (sem repetições)	Traduções	Redatores	Traduções + Redatores
Quantidade de Textos	6/ 7,1%	41	16	57/ 67,9%
Gazeta de Lisboa				
	Novos Agentes	Traduções/Redator		
Quantidade de textos	3/ 3,6%	81/ 95,2%		

Ainda que a amostra seja pequena, percebemos que houve um aumento de 33,3% de textos assinados por novos agentes no *Encyclopedico* em relação ao *Gazeta de Lisboa*. É uma redução de 17,39% de textos escritos por redatores. Estes números evidenciam a ampliação de novos agentes do final do século XVIII.

5.4 Reunindo evidências

Ao iniciar esse capítulo, nos propomos avaliar uma predição. Balizando nossas considerações nos marcos definidos por estudos de periodização do português europeu, pudemos verificar que mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas em Portugal propiciaram avanços na imprensa periódica, representados pela expansão de número de periódicos e diversidade da estrutura. Tal fato engloba, necessariamente, a inclusão de novos agentes neste espaço de língua escrita que puderam fazer com que suas gramáticas se manifestassem na escrita. E essas gramáticas teriam vencido a competição iniciada, de acordo com Galves (2010), no século XVIII, em Portugal.

⁵⁶ Os outros vinte e um artigos que não constam nesta tabela são referentes às dezessete repetições que não estamos considerando como índice para medir a entrada de novos agentes, à uma ocorrência de assinatura por pseudônimo e a três ocorrências de assinatura por símbolo.

Esta conclusão mostra-se razoável porque os períodos que delimitamos nos diagramas são aqueles em que a imprensa sofre ampliação. Esses novos membros surgiriam devido à mudanças como a reforma no quadro educacional, feitas pelo Marquês de Pombal, à ampliação do quadro político e ao desenvolvimento da imprensa industrial.

5.4 Correlações

Algumas correlações podem ser apontadas a partir das seções anteriores deste capítulo. O surgimento e implantação da imprensa, no geral, e de sua faceta periódica particularmente, podem ser entendidos como agentes delimitadores de fases da periodização da língua portuguesa.

Se entendermos o avanço da imprensa periódica como um efeito da criação de uma tecnologia, podemos supor, em relação à escrita, que o surgimento de novas tecnologias faz com que novos agentes surjam no cenário. O impacto da implementação de uma nova tecnologia não é imediato. Existem inúmeros fatores que interferem nesse processo. Ao surgir uma nova tecnologia, ela precisa ser aprimorada, aceita e utilizada por um corpo social além de criar uma estrutura especializada de funcionamento que envolve mão de obra também especializada. Esses processos não são rápidos. Ao observarmos processos linguísticos, enfocando a emergência de mudanças que caracterizam gramáticas distintas, poderemos, a partir de nossos resultados, calcular um período de tempo entre a introdução de uma tecnologia relevante e manifestações de novas gramáticas em textos escritos. A investigação sobre mudanças gramaticais no PE apontou um intervalo de 60 anos. Essa estimativa, se for adequada, irá corresponder ao período entre a invenção da imprensa e a impressão de livros em línguas vulgares. Na próxima seção trataremos desse momento da história da imprensa.

5.4.1 Retorno aos primórdios da imprensa

A produção de papel pelos europeus foi um dos fatores que tornou viável o advento da imprensa (Febvre e Martin, 2000). Sem o papel, a imprensa de Guttenberg não se efetivaria no século XV, pois “a história que se inicia com a fabricação do papel na Europa é, portanto, também a história da tipografia” (op. cit.). Encontra-se na produção do papel na Europa parte da condição ideal para o desenvolvimento da imprensa.

Por essas razões, estamos considerando o alargamento da produção do papel e a sua completa aceitação como suporte resistente e durável para a escrita como questão central para o desenvolvimento da imprensa no século seguinte.

Para Febvre e Martin (2000), o surgimento da imprensa não representou uma alteração sociocultural imediata. Porém, mesmo que a imprensa no período do seu surgimento tenha sido usada para os fins que os autores colocam, representou uma “revolução” tecnológica, no sentido proposto por Chartier (2002b). No entanto, como em todo fenômeno social abrupto, os reflexos dessa revolução só foram sentidos posteriormente.

A invenção da imprensa não alterou apenas a aquisição e transmissão culturais, alterou também o modo de circulação da escrita.

A imprensa surge em um período em que convivem, na escrita, textos escritos em línguas vulgares e outros, escritos em línguas clássicas. Desde o século XII começaram a surgir textos escritos em línguas vulgares. A escrita, por si só, e a escrita em línguas clássicas, eram conhecimentos profundamente restritos a uma elite formadora da estrutura feudal do período. Com o surgimento da burguesia, a procura por obras escritas em línguas vulgares aumenta justamente após a inserção dos burgueses como uma nova classe. Porém, até a invenção da imprensa, embora a produção em língua vulgar fosse crescente desde quando a produção era apenas manuscrita, o latim ainda constitui-se como língua universal.

Febvre e Martin (2000) afirmam que a primeira metade do século XVI foi marcada pelo aprimoramento dos leitores na Europa por meio da leitura de obras impressas em latim, grego e hebraico. Porém, este público restrito que dominava essas línguas era mais restrito do que os que dominavam as línguas vulgares. De acordo com os autores, visando à ampliação de possíveis compradores, já a partir de 1520 os impressores começam a se dedicarem à impressão de traduções. Essas traduções atuaram também na renovação da cultura antiga e o público leitor pouco familiarizado com a língua latina pode inserir-se na cultura gráfica. Para Burke (2010) o século XVI é marcado pela “descoberta da língua” (p. 26), que se deu de maneira gradual, caracterizando um processo. Foi o momento no qual a diversidade linguística passou a ser considerada. O interesse pela história da língua se tornou evidente, relegando o uso do Latim aos contextos eclesiásticos e jurídicos. É neste contexto em que se dá o que Febvre e Martin (2000) chamaram de fixação das línguas nacionais.

Ainda que seja comprovado o rearranjo na cultura linguística, o crescimento do uso das línguas nacionais e a criação da língua literária nacional atingiram, apenas no século XVII, o ápice do seu desenvolvimento. A partir daí, as línguas nacionais são entendidas como a língua falada e escrita por seus países. Porém, é importante ressaltar que

até o início do século XVI, as línguas nacionais, que, em épocas distintas, se tinham imposto na Europa Ocidental como línguas escritas e servido de línguas comuns, continuaram a evoluir, seguindo de perto a língua falada. No século XVII, as línguas nacionais parecem cristalizadas em quase toda parte. Ao mesmo tempo, algumas línguas escritas na Idade Média deixam de o ser ou são-no cada vez mais excepcionalmente. (FEBRE E MARTIN, 2000, p. 406)

A imprensa, porém, não foi o único fator que contribuiu para a fixação das línguas nacionais, pois esse movimento vem se delineando desde o século XII. Antes, a imprensa funcionou como gatilho para que a fixação ocorresse. A necessidade de generalizar usos já era uma questão nas chancelarias muito tempo antes. Muitos desses usos configuraram as línguas nacionais. Esse fato ganhou ainda mais força a partir do fortalecimento das *monarquias nacionais centralizadoras*, no século XVI, pois estimularam a unificação linguística em seus territórios.

Dialogando com as visões expressas por Meillet (1906) e Ferdinand Brunot, Febvre e Martin (2000) enxergam na imprensa papel mais efetivo na fixação das línguas vulgares, pois coube à tipografia a função de “eliminar as fantasias ortográficas e as expressões dialetais que corriam o risco de tornar o livro menos acessível a um público vasto” (p. 406).

De acordo com Chartier (2002a), tanto a fixação das línguas nacionais como o caráter comercial da imprensa criou no público letrado a sensação de que o texto impresso possuía a desvantagem de ser mal escrito por apresentar imensa variação nos usos ortográficos e de pontuação e muitos erros tipográficos. O autor afirma serem esses problemas a causa da manutenção da publicação manuscrita, mesmo com o advento da imprensa, até o século XIX. Esse texto manuscrito, por ser copiado e revisado pelo próprio autor, não trazia as falhas do texto impresso.

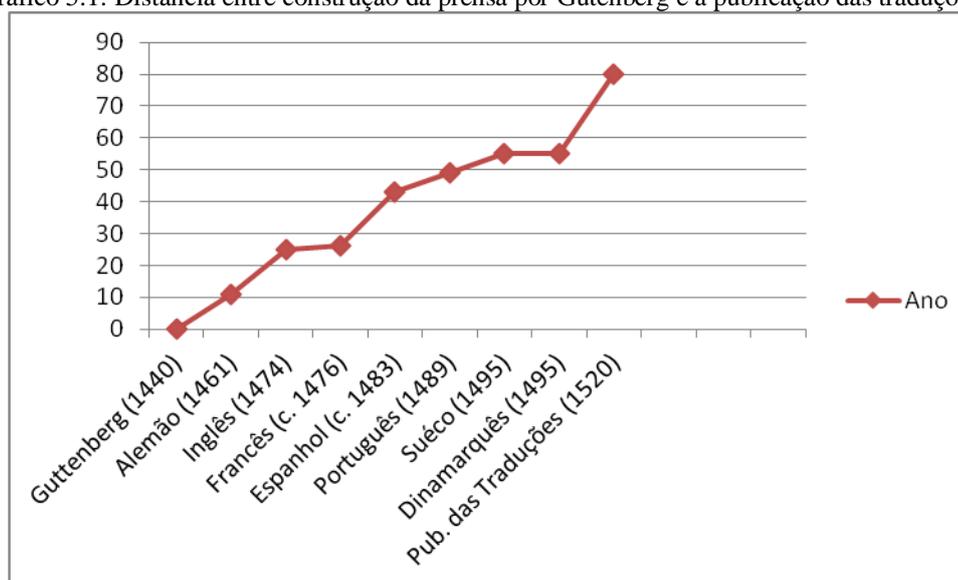
Complementar a essa concepção trazida por Chartier é o fato de que mais do que equívocos, a imprensa também trazia a inovação linguística. Pelas mesmas razões que a imprensa mostrava-se permeável às variações ortográficas e aos erros tipográficos, se mostrava permeável também às variações linguísticas de fundo fonológico, morfossintático e lexical. Essa permeabilidade gerou a necessidade de estabelecer normas e de se ter maior acuidade com o texto impresso. Os resultados apresentados no capítulo III mostram que os textos de notícias de jornais são os que mais se aproximam das cartas pessoais no que diz respeito à presença de variantes linguísticas inovadoras. Tal constatação pode ser interpretada como uma evidência de que os textos de notícias estariam mais próximos da linguagem mais espontânea que os demais textos analisados.

5.4.2 Comparando datações

Buscamos depreender, na publicação de livros em línguas vulgares, uma correlação semelhante àquela que se testemunha no Brasil e em Portugal no tocante à manifestação de competição de gramáticas em textos escritos. Mostramos que, de um lado, um fator econômico – o acesso mais facilitado ao papel devido à sua fabricação na Europa –, e de outro um fator de natureza tecnológica – a prensa mecânica por Gutenberg –, ambos levam à manifestação na escrita de gramáticas das línguas vulgares. O gráfico abaixo registra a publicação do primeiro livro em língua que não o latim em vários países Europeus até chegar ao ápice da publicação de traduções, como apontado por Febre e Martin (2000).

Para a composição deste gráfico tomamos por base a publicação do primeiro livro impresso em línguas vulgares nos países da Europa Ocidental. Tomamos esta medida por termos consciência de que muitas línguas europeias foram reconhecidas como tal posteriormente ao recorte aqui analisado. Isso significa dizer que só é possível observar o impacto do surgimento da imprensa para língua vulgares estabelecidas já neste período. Por outro lado também, devemos considerar que a publicação de um livro em língua vulgar não está condicionada à existência de prensa na localidade onde determinada língua é usada, depende da vontade/ necessidade do tipógrafo de publicar determinada obra. Neste sentido, não estamos considerando apenas a existência da prensa nos países observados, mas sim o primeiro texto que foi escrito na língua vulgar que lhe serve de língua nacional.

A cronologia apresentada por Burke (2010) é fundamental para depreendermos informações deste tipo. Selecionamos as datas de publicação do primeiro livro nas seguintes línguas da Europa Ocidental: alemão, inglês, francês, espanhol, português, grego, sueco e dinamarquês. Consideramos o ponto de partida o surgimento da imprensa em 1440 e a década identificada por Febvre e Martin (2000) como o momento em que a publicação em línguas vulgares havia se espreado por redutos da escrita antes só ocupados pelo Latim por meio das traduções, como no uso de textos literários e religiosos, promovendo a fixação das línguas nacionais.

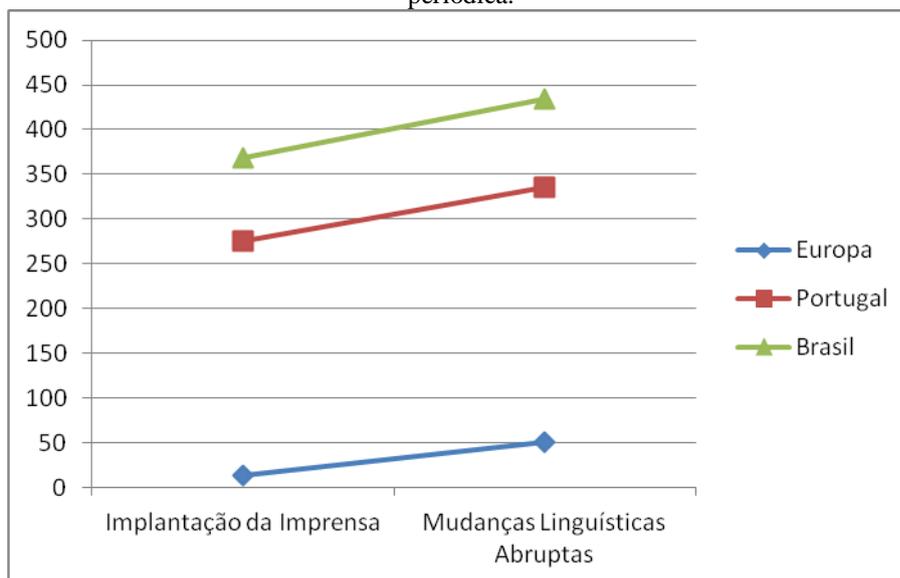
Gráfico 5.1: Distância entre construção da prensa por Gutenberg e a publicação das traduções⁵⁷.

Considerando esse intervalo, observamos que as línguas vulgares da Europa Ocidental têm suas primeiras obras publicadas ao longo deste período, o que nos permite afirmar que partindo do surgimento da imprensa e indo até a fixação das línguas nacionais, temos um período de, aproximadamente, oitenta anos.

Comparemos esse perfil de manifestação de novas gramáticas àqueles obtidos entre o início da imprensa periódica no Brasil e em Portugal, poderemos capturar uma generalização. Vejamos.

⁵⁷ Uma outra datação também está disponível em: <http://www.britannica.com/blogs/2007/03/earliest-printed-books-in-selected-languages-part-1-800-1500-ad/>. Acesso em: 30/05/2013. No entanto, adotamos a apresentada por Burke (2010) por ter este autor estabelecido como critério considerar o primeiro livro da língua publicado em seu país de origem.

Gráfico 5.2: Perfil da manifestação de novas gramáticas em relação à implantação da imprensa e da imprensa periódica.



Para a constituição desse gráfico consideramos o ano da criação da imprensa como marco principal. A partir dele, calculamos quantos anos foram necessários para que surgissem publicações em línguas nacionais, para que surgisse a imprensa periódica em Portugal e, também, no Brasil. Por esta razão, apresentamos neste gráfico o momento da fixação das línguas nacionais mesmo que não seja um caso de mudança linguística abrupta. No caso de Portugal e do Brasil, estamos considerando o último quartel dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, como o momento em que várias mudanças se implementam. Nestes dois casos, sim, estamos falando em mudança linguística abrupta.

Observando a gráfico 5.2, podemos notar que as mudanças linguísticas abruptas se dão em um período que vai, aproximadamente, de 60 a 80 anos. Temos a emergência de mudanças ocorrendo no PE, aproximadamente, 60 anos após a implantação da imprensa periódica em Portugal, e temos a emergência de mudanças ocorrendo no PB, aproximadamente, 67 anos depois do surgimento da imprensa periódica no Brasil.

Estes dados nos permitem relacionar definitivamente a manifestação de mudanças linguísticas em língua escrita às inovações tecnológicas.

5.5 Conclusões

Ao historiarmos as relações manifestadas pelo surgimento e desenvolvimento da imprensa e da imprensa periódica, realçamos o movimento do corpo social envolvido em todo esse processo. Mostramos o aparecimento de novos agentes na estrutura social e política na

Europa e propomos que esses novos agentes não podem ser interpretados apenas como agentes sociais; antes, devem ser interpretados, também, como agentes linguísticos. Conforme aponta Chartier (2002a), as mudanças sociais e políticas são intrínsecas ao comportamento social e todas as mudanças ocorridas neste âmbito estão imbricadas.

Dessa maneira, estamos entendendo esses agentes como frutos desse meio social que, por suas ações, levaram as alterações extralinguísticas a interferirem na produção linguística. E por essa razão esses agentes não se localizam temporalmente no momento em que tais manifestações ocorrem, mas no momento em que seus reflexos são percebidos.

No capítulo anterior e ao longo deste capítulo nos dedicamos a pensar a língua escrita por meio de fatores extralinguísticos. Pontualmente, apresentamos argumentos para comprovar que o surgimento de novas tecnologias propiciam a entrada de novos agentes na escrita que, por sua vez, irão propagar gramáticas. Esperamos ter explicitado a força de circunstâncias tecnológicas, econômicas e sociais sobre a manifestação de mudanças gramaticais em textos escritos.

No caso da imprensa periódica, optamos por falar da imprensa periódica portuguesa devido à proximidade cultural, política e econômica entre Portugal e Brasil. Embora o primeiro periódico português, a *Gazeta da Restauração*, tenha surgido no final do século XVII, foi a *Gazeta de Lisboa* que se afirmou como principal representante da imprensa periódica portuguesa no início do século XVIII. A sua impressão se dava da mesma maneira que a do livro, utilizando os mesmos materiais, nas mesmas oficinas tipográficas. De periodicidade semanal, possuía dia certo para sair, tendo forma de folheto e número certo de páginas (inicialmente com 4 páginas que foram aumentadas progressivamente até atingirem o número de 12), em formato in quarto (19,5 x 14 cm)⁵⁸ (BELO, 1999, p. 620). Havia uma justificativa para o formato da *Gazeta*: poderia ser objeto de coleção e ser publicada, ao fim de um ano, como livro, contendo todos os folhetos semanais publicados durante o período. Sendo assim, como afirma Belo (op. cit.) “existia uma continuidade explícita entre os vários números da *Gazeta*”, como pode ser observado em sua numeração de página que é sequencial de edição para edição.

Conforme se vê, a história da imprensa e da imprensa periódica pode ser entendida como um contínuo em que se manifesta o mesmo processo de surgimento de novos suportes ocorridos ao longo da história da escrita. A história da imprensa periódica também conta a história da escrita. Por esta razão, retomamos o próprio surgimento da imprensa gráfica na

⁵⁸ Para Sousa (2008) o formato era 15x20cm.

Europa e a partir dela buscamos estabelecer correlações com os fatos relacionados à manifestação de novas gramáticas em textos escritos.

Conclusões Finais

O objetivo deste trabalho foi investigar as condições sociais que propiciaram mudanças sintáticas no Português Brasileiro, buscando: (i) definir e analisar amostras típicas do Português Europeu e do Português Brasileiro referentes aos séculos XVIII, XIX e XX; (ii) compor *corpora* simétricos e confiáveis para o desenvolvimento de pesquisas linguísticas; (iii) comparar as realizações e frequências de formas sintáticas nas duas amostras; e (iv) avaliar o resultado, tendo em vista que os textos de jornais retratam condições sociais de ampliação do número de escreventes e do número de leitores.

Partimos da hipótese de que a gramática do PB se manifesta, na escrita, no final do século XIX por ter ocorrido, ao longo desta centúria específica, uma série de acontecimentos socioculturais e políticos que propiciaram, justamente no encerramento deste período cronológico, ambiente perfeito para a inserção de novos agentes da escrita. Buscamos mostrar, assim, a importância dos fatores extralinguísticos para o processo de mudança linguística e descrição de nova gramática.

Além de identificarmos a entrada de novos agentes no sistema linguístico como o fator desencadeador da divulgação da nova gramática, identificamos de que forma isso ocorreu. Mostramos que a imprensa periódica, em particular, desempenhou um papel fundamental, pois os novos agentes encontraram na imprensa periódica o ambiente perfeito para expressarem-se.

Diante desse quadro, foi possível fornecer respostas às questões (A) e (B), formuladas na introdução desta tese e repetidas abaixo:

(A) Por que o conjunto de mudanças se localiza na segunda metade do século XIX e não em outro momento?

Porque no século XIX houve uma ampliação de agentes atuando na escrita que permitiram que essa gramática do PB, identificada e descrita em vários trabalhos, pudesse alcançar a escrita formal evidenciando a permeabilidade existente na norma culta portuguesa manifestada na escrita, justamente no último quartel do século XIX. Os novos agentes eram os leitores e escreventes brasileiros que ainda eram educados sob o cânone português e leitores e escreventes brasileiros que eram educados a partir do cânone português ensinado no Brasil, que passaram a compor novos espaços da escrita antes dominados por portugueses. Os novos espaços da escrita foram atingidos por meio de inovações tecnológicas que, no Brasil, tiveram como principal expoente a imprensa periódica.

(B) Por que as mudanças ocorreram neste local e não em outro?

Porque, embora a escolha do indivíduo por uma forma ou outra seja linguisticamente arbitrária, sofre condicionamento social e de circunstâncias diatópicas. E essas circunstâncias não são as mesmas em um mesmo lugar em um mesmo período, sendo assim, considerar que o Brasil passou por condições sociais e de contato linguístico que permitiram que essas mudanças se manifestassem aqui e não em Portugal, por exemplo, é um argumento aceitável. O fator deflagrador desta mudança foi o impacto causado pela imprensa periódica. As inovações tecnológicas sempre foram fatores preponderantes para o uso linguístico. O surgimento da imprensa por si só já propiciou a cristalização das línguas nacionais e promoveu a difusão dessas línguas. Propiciou, também, a emergência da gramática do PE Moderno no final do século XVIII. O que difere a ocorrência de uma mudança linguística em um lugar, e não em outro são as condições sociais e políticas que propiciam a implementação de inovações tecnológicas.

As questões (A) e (B), conforme se sabe, foram propostas em WLH (1968) e formam o *actuation problem*. Foi este o problema central que visamos enfrentar. Desse modo, explicitamos, ainda que parte, as “circunstâncias sociais” referidas por Tarallo.

Mostramos que o contexto socioeconômico e político vivido pelo Brasil nos séculos XVIII e XIX e as alterações na comunicação escrita sofridas no século XIX formavam, ambiente propício para a atuação, na escrita, de novos agentes e através dessa participação se efetivou a propagação da nova gramática. Identificamos como principal meio para a manifestação dessas alterações a imprensa periódica.

Com a preocupação metodológica de obter corpora simétricos do PB e do PE, reunimos amostras de textos escritos, a saber, cartas pessoais e textos da imprensa periódica. Identificamos os remetentes das cartas e formamos amostras da imprensa portuguesa e da imprensa brasileira, separando-as.

Ao compararmos as ocorrências das preposições [a] e [para] na segunda metade do século XVIII, na primeira metade do século XIX e na segunda metade do século XIX, percebemos que diferenças só começam a se manifestar na primeira metade do século XIX. Na segunda metade do século XVIII, não se observam diferenças significativas nas amostras. Fato que interpretamos como presença de uma gramática não distinta daquela manifestada nos textos do PE. Na segunda metade do século XIX, os perfis de frequência do fenômeno analisado diferem-se. Identificamos um perfil de mudança. Temos aí a emergência da mudança na escrita. Este perfil fica evidente na observação do (Gráfico 3.12, no capítulo 3). Nossos resultados confirmam os perfis identificados nos trabalhos dos anos 80, embora tenhamos tido a preocupação de superar as limitações metodológicas criticadas naqueles

trabalhos. Em outras palavras, as limitações metodológicas, que foram objeto de críticas severas, não se mostraram suficientes para invalidar ou obscurecer os resultados obtidos.

Feita a análise, os textos jornalísticos publicados no Brasil apresentaram perfil semelhante ao das cartas pessoais escritas por brasileiros. Essa semelhança nos levou a confirmar a manifestação na escrita de uma gramática diferente daquela presente nos periódicos e cartas portuguesas.

REFERÊNCIAS

Fonte Primária Digital

Hemeroteca de Lisboa – <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos>

Biblioteca Nacional de Lisboa - <http://purl.pt/index/per/PT/index.html>

Google Livros - http://books.google.com/books?id=FGIVAAAAYAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks

Projeto CARDS – Cartas Desconhecidas/Projeto Fly – Cartas Esquecidas - <http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly/>

Arquivo Público Mineiro - www.siaapm.cultura.mg.gov.br

Hemeroteca Digital Brasileira - <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Corpus PHPB – RJ – <http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/>

Corpus Tycho Brahe – <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/termos.html>

Fonte Primária Impressa

BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia (org.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ/pós-graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2006. 299 p.

Bibliografia

ADAMS, Mariane P. **Old French, null subjects, and verb second phenomena**. Los Angeles: University of California, 1987. 239 p. Originalmente apresentada como tese doutorado em Linguistic e Literature.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1993, p. 153-94.

ALDEN, Daril. Late Colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press.

ALKMIM, Mônica G. R.; CHAVES, E. A construção de um corpus do século XIX: documentos do Acervo Monsenhor Horta. **Revista da Pesquisa & Pós-Graduação**, v. 10, 2010, p. 91-100.

ALKMIM, M. G. R. . Fontes para o Estudo do Português Setecentista e Oitocentista em Minas Gerais. In: Duarte, Maria Eugênia L.; Callou, D. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**: Notícias de Corpora e outros Estudos. 1ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, v. IV, p. 87-91.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850**. Niterói: UFF – Departamento de História, 1994. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Do Reino às Minas: o "cosmopolitismo" da elite mineira setecentista In: FRAGOSO João; FORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 1ª ed. v.1. Vitória : Edufes, 2006. p.331-356.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos em Minas Colonial. In: BICALHO, Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX ed. São Paulo: Alameda, 2005, v.14.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Nomes e números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. 1ª ed. v.1. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006. p. 71- 100.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.1, p. 129- 202.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. 263p.

AMBAR, Manuela. Gouvernement et inversion dans les interrogatives qu- em Portugais. **Recherches Linguistics**. n. 16. Paris, 1987. p. 5-51.

ANDRADE, M. L. C. V. O. Cartas do leitor: interatividade na correspondência publicada em jornais, v. 25. **Revista da ANPOLL**, 2008. p. 137-165. Disponível em: <www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/article/view/58/52>. Acesso em: 07 abr. 2010.

ANDRADE, Pedro Eduardo de. *Minas de Babel: padrões ortográficos e alterações burocráticas na Câmara de Mariana – MG entre 1824 e 1853*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado.

AZEVEDO, Djalma Alves de. **A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000. 256 p.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio**. Rio de Janeiro: Departamento de Letras Vernáculas/UFRJ, 1999. 293 p. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia (org.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores**. Rio de Janeiro: UFRJ/pós-graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2006. 299 p.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida T.; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sonia Maria Lazzarini; (orgs.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Rio de Janeiro: Pontes, 2007.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **A EMOP, seus ex-alunos e suas moradias estudantis: elementos de uma tradição inventada**. Monografia de bacharelado – DEHIS/UFOP, 2003.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Os técnicos em ação: os engenheiros de Minas Gerais e as alternativas de desenvolvimento regional (1935-1945)**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)** São Paulo: USP, 2012. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

BARBOSA, Maria Lígia de O. **Reconstruindo as Minas e planejando as Gerais; os engenheiros e a constituição dos grupos sociais**. Campinas: Unicamp, 1993. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucena. 2000.

BELO, André. A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito. **Análise Social**. v. XXXIV (151-152), p. 615-633, 1999 (2.º-3.º). Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799295R1gOI5ej4La97VE7.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BELO, André. Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa. **Horizonte Antropológico** [online]. v. 10, n.22, p. 15-35, 2004. ISSN 0104-7183. doi: 10.1590/S0104-71832004000200002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v10n22/22695.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BERLINCK, R. de A. **A ordem VS N no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Campinas: Unicamp, 1988. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado.

BERLINCK, R. A. A construção V SN no português do Brasil - um estudo diacrônico sobre o fenômeno da ordem. In: Fernando L. Tarallo. (Org.). **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas: Pontes, 1989, v. , p. 95-112.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **Sobre a realização do objeto indireto no Português do Brasil**, comunicação apresentada no II Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (CELSUL), Florianópolis, mimeo, 1997.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **O objeto indireto do português brasileiro do século XIX**. II Congresso Nacional da Abralín, Florianópolis, 1999.

BERLINCK, Rosane de Andrade. Brazilian Portuguese VS Order: a diachronic analysis. In: KATO, M.A. & NEGRÃO, E.V. (orgs). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2000.

BERLINCK, R. A. The Portuguese Dative. In: VAN BELLE, W; VAN LANGENDONCK, W. (Org.). **The Dative**. Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins, 1996, v. 1, p. 119-151.

BESSA MENDES, Janete dos Santos. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião**. Rio de Janeiro: Departamento de Letras/ PUC-Rio, 2006. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

BEZERRA, Benedito Gomes. Do manuscrito ao texto impresso: investigando o suporte. In: CAVALCANTE, Mônica M. et al. (Org.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e seqüências textuais**. v. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 9-37.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Originalmente apresentada como tese de doutorado em linguística.

BEZERRA, Benedito Gomes. Suportes de Gêneros Textuais Antes da Invenção da Imprensa: Uma Análise do Livro. **DIÁLOGOS**, nº 4, março \ junho, Garanhuns: UPE \ Faceteg, 2011. separata, p. 83-101. Disponível em: <http://www.orfeuspam.com.br/periodicos_jl/dialogos/Dialogos_4/Dial_4_Bene_Suportes.pdf>. Acesso em: 02/10/2012.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

BOLONHA, Anônimo de; ROTTERDAM, Erasmo de & LÍPSIO, Justo (org.). **A arte de escrever cartas**. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. **Revista Estudos Históricos**. v. 4. nº 7. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2309>> Acesso em 12 nov. 2012.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, André; STOLBERG, Jaiane. As origens do Português Brasileiro. *Eletras*, v. 18, n. 18, 2009. Disponível em: <www.utp.br/eletras>. Acesso em: 23/08/2013.

BUENO, Letícia Cordeiro de Oliveira e BERLINCK, Rosane de Andrade. A Variação de Preposição e o Gênero Textual Anúncio Publicitário. **Anais do SIELP**. v. 2, n. 1. *Uberlândia: EDUFU*, 2012. Disponível em: <www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/pt/arquivos/sielp2012/800.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades**: nos primórdios da Europa Moderna. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010. 232 p.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes. **Cartas Brasileiras (1809-1904)**: um estudo linguístico-filológico. Originalmente apresentada como tese de doutorado. Campinas: UNICAMP/IEL, 2005.

CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da imprensa da Bahia**. 2. ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. (2002) **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o Peso da Glória. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG. 219p.

CASTILHO DA COSTA, A. Tradições discursivas em A Província de São Paulo (1875): gêneros textuais e sua constituição. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MICHELETTI, Guaraciaba; MARÇALO, Maria João; Martin, Vima Lia de Rossi (Org.). **A Língua Portuguesa no mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em < http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/92_Alessandra_CC.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012.

CASTILHO, C.M.M. **O Processo de Redobrimento Sintático no Português Medieval**.. Campinas: UNICAMP, 2005. Originalmente apresentada como tese de doutorado

CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**. v. II. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1996, p. 135-150. Disponível em <http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1996_Portugus_Clssico.pdf>. Acesso em: 18 set. 2011.

CASTRO, Ivo et alii. **Curso de história da língua portuguesa**. v. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHARTIER, Roger. **História cultural**. Entre práticas e representações. 2ª Ed. Tradução: Maria Manuela de Galhardo. Algés: DIFEL, 2002b. ISBN 972-29-0584-8. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/40893023/A-Historia-Cultural-Roger-Chartier>>. Acesso em: 12 set. 2010.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002a. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6936790/Roger-Chartier-Os-Desafios-da-Escrita>>. Acesso em: 12 set. 2010.

CHAVES, Elaine, ALKMIM, Mônica G. R. (orgs). **Cartas Pessoais do Século XIX**: Acervo Histórico Monsenhor Horta. Mariana: Publicação Independente, 2002. 1 CD-ROM.

CHAVES, Elaine. **A Implementação de Você**: contribuição das pistas gráficas. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006. 273 p. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado.

CHAVES, Elaine; Moreira, Juliana Costa . Coleta de Dados em textos escritos: levantamento de dados e montagem dos corpora. In: VI Semana de Eventos da Faculdade de Letras (SEVFALE), 2006, Belo horizonte. **Anais VI SEVFALE**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Câmara de Pesquisa, 2006. p. 1-12.

CHAVES. Claudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes**: mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

CINTRA, L. F. L. **Nova proposta de classificação dos dialetos galego-português**. Boletim de Filologia, XXII (1 e 2), 1971, p. 81-116.

COSTA FILHO, Miguel. **A imprensa periódica mineira do Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Delegação do Distrito Federal, 1955. 62 p. Originalmente apresentada como tese ao VI Congresso Nacional de Jornalistas.

CUESTA, Pilar de Vázquez,; LUZ, Maria Albertina Mendes. **Gramática da Língua Portuguesa**. Madrid: Gredos, 1971. (Biblioteca Románica Hispánica)

CUNHA, Alfredo. *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4, 1941. Disponível em <<http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/inventarios/cunha-a-1941-1>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

CYRINO, Sonia M.L. (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos . In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 163-184. (Coleção Repertórios).

CYRINO, S. M. L. Reconstrução: uma nova perspectiva de análise para o objeto nulo do português brasileiro. In: I Congresso Internacional da ABRALIN, 1994, Salvador. **Caderno de Resumos do I Congresso Internacional da ABRALIN**, 1994. p. 61-62.

CYRINO, S. M. L. . O objeto nulo no português brasileiro. **DELTA**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 12, n.2, p. 221-238, 1996.

CYRINO, Sonia M.L. (1997) **O objeto nulo no português do Brasil** - um estudo sintático diacrônico. Londrina: Editora da UEL.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Primeiras luzes nas letras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 44, nº 1, jan-jun., , p. 57-71, 2008. (Dossiê). Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM%2006%202008_primeiras%20luzes%20nas%20letras.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2010.

DUARTE, M. E. L. **Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil**. São Paulo: PUC, 1986. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado.

DUARTE, M. E. L.; EUGENIA, L. D. M. . Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. In: Fernando Tarallo. (Org.). **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas, SP: Pontes / Unicamp, 1989, v., p. 19-34.

DUARTE, M. Eugênia L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil. **DELTA** 8, nº especial, 1992, p. 37-52.

DUARTE, M. Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 107-128. (Coleção Repertórios).

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1995. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

DUARTE, M. E. L. . A Sociolinguística Paramétrica: perspectivas. In: HORA, Dermeval DA; ELIZABETH christiano. (Org.). **Estudos Linguísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: IDEIA, 1999, v. , p. 107-114.

DUARTE, M. Eugênia L. (2000) The loss of the Avoid Pronoun principle in Brazilian Portuguese. In M.A.Kato & E.V.Negrão (orgs) **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2000a.p. 17-36.

DUARTE, I. e GONÇALVES, A. **Construções de subordinação funcionalmente defectivas: o caso das construções perfectivas em PE e PB**. Comunicação apresentada na ABRALIN Fortaleza, 14-16 Março, 2001.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos inovadores e conservadores na escrita padrão. **Linguística**. v. 3. n.1. Rio de Janeiro, Jun. 2007. p. 89-115.. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica/wp-content/uploads/2012/09/artigo-5-sujeitos-de-referencia-definida-e-arbitraria.pdf>>. Acesso em: 26/10/2010.

DUARTE, Maria Eugênicia Lammoglia. **O sujeito em peças de teatro (1833-1992) estudos diacrônicos**. Rio de Janeiro: Parábola/ FAPERG, 2012.

DUARTE, I.S (2000) **Português europeu e Português brasileiro: 500 anos depois, a sintaxe**. Paper presented at Congresso Internacional dos 500 Anos de Língua Portuguesa, Évora, Portugal.

DULCI, Otávio S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

EISENSTEIN, Elizabeth L.. **A Revolução da Cultura Impressa** – os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

FARIAS, Jair Gomes de. Variação entre *a, para* e *em* no português brasileiro e no português europeu: algumas notas. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 41, nº 1, p. 213-234, março, 2006

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean Br. **Aparecimento do livro**. Tradução de: Henrique Tavares e Castro Revisão Científica de: Artur Anselmo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 512p.

FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa-aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, J. F. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 289p .

GALVES, C. Pronomes e categorias vazias em Português do Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. n. 7. Campinas, 1984. p. 107-136.

GALVES, C. A sintaxe do Português Brasileiro. *Ensaio de Linguística*, 13. 1987. P. 31-50.

GALVES, C. M. C. O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. n. 17. Campinas, 1989. p. 65-90.

GALVES, C. V-movement, levels of representation and the structure of “S”. Trabalho apresentado na 13ª Reunião Anual do Glow. In: CHAO, W. and Horrocks, G. (orgs.) **Levels of Representation**. Dordrecht, Foris, 1990.

GALVES, C. M. C. . Clitic-placement in European Portuguese: evidence for a non-homogeneous theory of enclisis. In: **Workshop sobre o português**, 1992, Lisboa: Depto.de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1992. p. 61-80.

GALVES, C Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 34, 1998, p.7-21.

GALVES, C Sintaxe e estilo: a colocação de clíticos nos sermões do Padre Vieira, In: ALBANO, E., COUDRY, M.I. H., POSSENTI, S. & ALCKMIN, T. (orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 245-260.

GALVES, Charlotte. Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística – Fase II. Projeto de pesquisa FAPESP, UNICAMP, Campinas, 2004.

GALVES, C., NAMIUTI, C. & PAIXÃO DE SOUZA, M.C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A, KEMMLER, R. & SCHAFER-PRIEB, B. (orgs.) **Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch**, Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A. de, TORRES MORAES, M.A., VASCONCELLOS LOPES, R. & LAZZARINI CYRINO, S. M. (orgs.) **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007. p. 513-528.

GALVES, C. M. C.. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; RIBEIRO, Silvana; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne. (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: Edufba, 2012[2010], v., p. 74-88. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/GALVES_C-2010.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

GOMES, C. Efeito funcional do uso variável da preposição. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 7, n. 2, p. 61-70, 1998.

GOMES, A. B. L. **A emergência do gênero carta**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. 124 p.

GRAVINA, Aline Peixoto. **A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB**: estudo de um corpus mineiro (1845 – 1950). Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em linguística. Campinas: UNICAMP, 2008.

GUEDES, Marymarcia ; BERLINCK, R. A. Variação em complementos preposicionados no português paulista do século XIX. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 32, 2003.

GUY, Gregory R. e ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa**. Instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007. 239 p. (Lingua(gem) 23).

HEROLD, Ruth. Solving the actuation problem: Merger and immigration in eastern Pennsylvania. Printed in the U.S.A. Cambridge University Press. **Language Variation and Change**. v. 9. 1997. p. 165-189.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. **São Paulo: Objetiva, 2001**.

JERONYMO, Dom. **Regras da Língua Portuguesa**, espelho da língua latina, Aa disposição para facilitar o estudo da língua latina pelas regras da Portuguesa, dedicada ao príncipe de Portugal Nosso Senhor. 2ª impressão. Lisboa occidental: Officina da Musica, 1725.

KATO, M.A. . Comparando o Português da América com o Português de Portugal e com outras línguas. Língua Portuguesa, **Museu da Língua Portuguesa**, 2006.

KATO, M.A. ; TARALLO, F. Harmonia transsistêmica: variação inter e intralinguística. **Predição**, v. 6, p. 1-41, 1989.

KATO, M.A. ; DUARTE, M. E. L. ; BARBOSA, P. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v. 4, n.2, p. 11-52, 2005.

KATO, Mary A. & E. RAPOSO (1996) European and Brazilian word order: questions, focus and topic constructions. In C.Parodi, A.C.Quicoli, M. Saltarelli & M.L.Zubizarreta (eds) **Aspects of Romance Linguistics**. Washington: Georgetown U.Press, pp. 267-277.

KATO, M. A.; MIOTO, C. A multi-evidence study of European and Brazilian Portuguese wh-questions. In: KEPSEK, Stephan; REIS, Marga (org.). **Linguistic evidence: empirical, theoretical and computational perspectives**. 1aed.Berlin/New York: Mouton De Gruyter, 2005, p. 307-328.

KATO, Mary A. & I.RIBEIRO. **Cleft Sentences and wh-questions in Brazilian Portuguese: a diachronic analysis**. Trabalho apresentado no LSRL-35 (Linguistic Symposium on Romance Languages -35) Austin, Texas, 2005.

KATO, Mary A. (2005) Objeto(s) e artigos nulos: similaridades e diferenças entre o português europeu e o português brasileiro. In: MOURA, D. (org.). **Reflexões sobre a sintaxe do português**. Maceió: Edufal, 2005. p. 73-96.

KATO, Mary A. (1989) Sujeito e Tópico: duas categorias em sintaxe? **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 17, 1989. p. 109-132.

KATO, Mary A. The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, W.; MITHUN, M.; PERISSINOTO, G. & RAPOSO, E. (eds) **Linguistic Perspectives on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages (Currents Issues in Linguistic Theory Series)**, Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 225-235,

KATO, Mary A. Strong and weak pronominals and the null subject parameter. **PROBUS**, 11, 1999, 1: 1-38.

KATO, Mary A. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: M.A.Kato & E.V.Negrão (orgs). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2000a. p.223-258 .

KATO, M.; DUARTE, M.E.; CYRINO, S. & BERLINCK, R. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana, MOTA, Jacyra e MATTO E SILVA, Rosa Virgínia (orgs.) **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia, 2006. p. 413-438. ISBN: 85-232-0260-9.

KROCH, Anthony. Mudança Sintática. trad. Silvia Regina Cavalcante (UNICAMP). In: BALTIN, MARK and COLLINS, Cris (eds.). **The Handbook of Contemporary Syntactic Theory**. Blackwell, 1993. p. 1-43. Disponível em: <ftp://babel.ling.upenn.edu/papers/faculty/tony_kroch/papers/mudanca-sintatica.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010

LABOV, W. **Building on Empirical Foundations**. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds). **Perspective an Historical Linguistic**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 79-82.

LABOV, W. **Empirical Foundation of Linguistic Theory**. The Scop of American Linguistic. AUSTERLITZ, R. (ed.). Lisse: The Peter de Ridder Press, 1975.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. 392p.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. vol. 1: internal factors. Blackwell: Oxford e Cambridge, USA, 1994.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. vol. 2: External factors. Blackwell: Oxford e Cambridge, USA, 2001.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIMA, Kleverson Teodoro de. (2001) São Caetano Vestígios no século XX. **Relatório final PIBIC/CNPq**. Mariana.

LINS, Alex Batista. Três hipóteses e alguns caminhos para melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K., CUNHA E SOUZA, H. F. e SOLEDADE, J. (orgs.) Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias (online). Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: < books.scielo.org/id/3fz/pdf/oliveira-9788523208714-14.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2013.

LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis e OLIVAL, Fernanda. **Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora**. v. I (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri/Centro Interdisciplinar de história, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002. 227 p.

LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis e OLIVAL, Fernanda. **Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora**. v. II (1732-1734). Lisboa: Edições Colibri/Centro Interdisciplinar de história, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002. 227 p.

LISBOA, João Luís. Gazetas feitas à mão. In: LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis e OLIVAL, Fernanda. **Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora**. v. I (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri/ Centro Interdisciplinar de história, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002. 227 p.

LOBATO, Antonio Jose dos Reis. Arte da Gramática da Língua Portuguesa composta e offerecida ao Illmo e exmo Senhor Sebastião José de carvalho e Mello Conde de Oeiras. Lisboa: Na Real Officina Typografica, 1770.

LOBO, Tânia Conceição Freire . Observações sobre a sínclise pronominal no século XV e nas variantes européia e brasileira do português contemporâneo. In: VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, 1990, Porto. **Actas da Associação Portuguesa de Linguística**, 1990. p. 155-174.

LOBO, Tânia. **Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil**: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. Originalmente apresentado como tese de doutorado, Universidade de São Paulo/FFLCH, 2001.

LOBO, Tânia. A História social linguística no Brasil no âmbito do “Projeto Para História do Português Brasileiro”. In: **Para a História do Português Brasileiro**. v. VIII. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010. p. 329-376.

LOPES ROSSI, M.A. (1993) Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 307-342. (Coleção Repertórios).

LUCCHESI, Dante . A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. **A Cor das Letras (UEFS)**, v. 3, Feira de Santana, , p. 73-100, 2001.

LUCCHESI, Dante . O tempo aparente e as variáveis sociais. In: II Congresso Internacional da Abralín, 2003, Fortaleza. **Boletim da Abralín**. Fortaleza: Imprensa Universitaria/UFC, 2001. v. II. p. 135-137.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 71 p. (Descobrimos o Brasil)

MAIA, Clarinda de Azevedo. Sociolinguística histórica e periodização linguística: algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno. **Diacrítica** 10: 3-30, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAN, John. 2004. A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e da invenção que mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Ediouro.

MARCUSCHI, L. A. . Língua Falada e Língua Escrita no Português Brasileiro: Distinções Equivocadas e Aspectos Descuidados. In: Sybille Grosse; Klaus Zimmermann. (Org.). **O Português Brasileiro: Pesquisas e Projetos**. 1ed. Frankfurt am Main: Iberoamerikanisches Institut Preussischer Kultur, 2000, p. 11-58.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV: Língua, Linguística e Literatura**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.

MARTINS, Ana Luiza e De LUCA, Tânia Regina. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.

MARTINS, Ana Luiza e De LUCA, Tânia Regina (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa em tempos de Império**. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 1994. Para uma caracterização do período arcaico do português. **D.E.L.T.A**, v. 10, nº especial, p. 247-276.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de corpora para o Projeto “Para História do Português Brasileiro”. In: DUARTE, M. E. L., CALLOU, D. (org.) **Para a História do Português Brasileiro**. v. IV. Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS/FAPERJ, 2002. p. 17-28.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O português são dois ... ainda em busca do tempo perdido. In: GORSKI, Edair; COELHO, Izete. (Orgs.). **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: Edufsc, 2006. p. 277-288.

McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutemberg**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1972. 390 p.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Champion: Paris, 1906.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 186 p. (Coleção Comunicação, 27).

MENDES, Jairo Faria. **O Precursor da Imprensa Mineira**. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004.

MENDES, Jairo Faria. **Memória dos jornais mineiros do século XIX: Revisão crítica das fontes historiográficas**. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. GT de História da Midiologia. Novo Hamburgo, 2005.

MENDES, Jairo Faria. **O “Silêncio das Gerais”**: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. In: REZENDE, Guilherme Jorge de (org.). **Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais**. São João Del Rey: UFSJ, 2012. p. 16-23.

MILROY, James and Milroy, Lesley. **Authority in language: investigating Standard English**. 3rd ed. London and New York: Routledge, 1999. 186 p.

MILROY, JAMES. **Linguistic Variation and Change: On the historical sociolinguistics of English**. Oxford: Blackwell, 1992.

MOLLICA, Maria Cecília. Aportes para uma Teoria da Mudança na Escrita. In: VOTRE, Sebastião, ROCARATI, Cláudia (orgs.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras, 2008. p. 242-253.

MORAIS, Francisco. 1949. **Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil**. Suplemento ao v. 4. Brasília/Coimbra: Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Brasileiros. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. nº.15. Belo Horizonte, 1910. p. 466-9.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

MOTHÉ, Núbia Graciella Mendes. *Gerúndio versus Infinitivo Gerundivo: Brasil e Portugal em contraste nos séculos XIX e XX*. **Estudos Linguísticos**, XXXV, p. 1554-1563, 2006.

MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes. **Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no Português dos séculos XIX e XX**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2007. 260 p.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. v. 2: Diários do Recife (1829-1900). Recife: Imprensa Universitária/UFP, 1966.

NARO, A. J. ; SCHERRE, Maria Marta Pereira . Sobre as origens do português popular do Brasil. **DELTA**, n.9, p. 437-454, 1993.

NUNES, J. SE Apassivador e SE Indeterminador: O Percurso Diacrônico no Português Brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. UNICAMP, v. 20, p. 33-57, 1991.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 207-222. (Coleção Repertórios).

OLIVEIRA, Bento José de. (1880) **Nova Grammatica Portuguesa**. 13ª ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orgel. 152 p.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. Nem tudo que reluz é ouro: língua escrita e mudança linguística. **Revista Scripta**. v. 8. nº 16. Belo Horizonte: 2005, 264 p. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagdb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121017142002.pdf?PHPSESSID=6f68231162773639d99362597576a8e1>. Acesso em: 26/10/2010.

OLIVEIRA, Marilza. **A perda da preposição a e a recategorização do clítico lhe**. Comunicação apresentada no GEL, Unitau, 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/pdf/maril008.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2012.

OLIVEIRA, Marilza de. Complementos verbais introduzidos pela preposição ‘a’. In: Ramos, Jânia M. e Alkmim, Mônica G. R. (orgs.). **Para História do Português Brasileiro**. v. V: Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. p. 197-234.

PAGOTTO, Emilio G. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico**. Campinas: UNICAMP. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado. 1992.

PAGOTTO, E. (1993) Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 185-206. (Coleção Repertórios).

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, Claudia; NUNES, José Horta (Org.). **Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento**. 1ed. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PARDAL, Dr. Ortiz. (1879) **Grammatica analytica e explicativa da Lingua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nicoláo-Alves. 148 p.

PEREIRA, Eduardo Carlos. (1886) **Grammatica Expositiva**. Curso Superior. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 425 p.

PESSOA, Marlos de B. **Formação de uma Variedade Urbana e Semi-oralidade**. O Caso do Recife. Alemanha: Eberhard Karls Universität Tübingen 1997. Doutorado em Linguística Românica.

PESSOA, M. B. **Língua, textos e história: manuscritos e impressões na história do português brasileiro**. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005.

PESSOA, Marlos de B. Da carta a outros gêneros textuais. In DUARTE, M. E. L. e CALLOU, D. (orgs.) **Para a História do Português Brasileiro**. v. IV. Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 197-205.

PONTES, E. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas: Editora Pontes, 1987.

RABELLO, Dr. Laurindo José da Silva. **Compendio de Grammatica da língua Portugueza**. Obra adoptada pelo Governo Imperial para uso das escolas regimentaes do exercito e para o ensino dos aprendizes artilheiros. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1872.

RAMOS, Jânia Martins. O emprego de preposições no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 1989. p. 83-93.

RAMOS, Jânia Martins. **Teoria do Caso e mudança linguística: uma abordagem gerativo-variacionista**. Originalmente apresentada como tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1992.

RAMOS, Jânia. Seleção do Corpus para o Estudo da Língua Portuguesa na Capitania de Minas Gerais no Século XVIII. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). **Para a História do Português do Brasil**. vol. II. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001. (Primeiros Estudos). p. 423-434.

RAMOS, Jânia M. e VENÂNCIO, Renato P. Por uma cronologia do português escrito no Brasil. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**. 1 ed, v. VI, Salvador: EDUFBA, 2006. p. 575-584.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p.

RIBEIRO, I. Evidence for a Verb-Second Phase in Old Portuguese. In: Adrian Battye & Ian Roberts (eds.). **Clause Structure and Language Change**. New York: Oxford University Press, 1995. p. 110-139

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é uma mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, Ataliba (org.). **Para História do Português Brasileiro**. v. I: Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 101-120.

RIBEIRO, Ilza. Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). **Para a História do Português Brasileiro**. vol. III: Novos Estudos. Belo Horizonte: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 359-402.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

RODRIGUES, Henrique. **Emigração e alfabetização: o Alto-Minho e a miragem do Brasil**. Viana do Castelo, 1995. 185 p.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHER, A. P. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1996.

SEIXAS, VIVIAN Canella. **A Negação Sentencial em Textos dos Séculos XVIII e XIX: Estrutura Inovadora em Foco**. Mariana: UFOP, 2013. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em estudos linguísticos.

SILVA, Vera Lúcia P. **Cartas Cariocas**. A variação do sujeito na escrita informal. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Originalmente apresentada como tese de doutorado.

SILVA, Vera Lúcia P. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: I. G. V. Koch e K. S. Monteiro de Barros. **Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação**. Natal: EDUFRN, 1997. p. 118-124.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1950.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1966.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Relembrando o contexto histórico: Portugal 1644 – 1974**. Teorização do Jornalismo em Portugal. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2010a. 32 p. Postado em 27 de Mai de 2010, 15:21. Disponível em <<http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/contexto>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. Cronologia. Site do projeto **Teorização do Jornalismo em Portugal**: das origens a abril de 1974. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2010b. 32 p. Postado em 25 de Mai de 2010, 15:17. Disponível em <<http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/contexto>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.), **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa – Perspectivas Luso-Brasileiras**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 93-118. Disponível em <<https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1163/3/Hist%20Jor%20Port%20at%C3%A9%201974%20JPS%20BOCC.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

SOUZA, Manoel Dias. **Gramatica Portugueza**. Ordenada Segundo doutrina dos mais celebres gramaticos conhecidos, assim macionaes como estrangeiros, para facilitar a mocidade Portugueza o estudo de ler e escrever a sua própria língua, e a inteligência das outras em que se quizer instruir. Coimbra: na Real Imprensa da Universidade, 1804.

TARALLO, Fernando. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. University of Pennsylvania. Ph. D. dissertation, 1983.

TARALLO, Fernando L. **The filling of gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese**. Amsterdam/ Philadelphia. John Benjamin's Publishing Co., 1985. p. 354-375.

TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas: Pontes/ editora da universidade federal de Campinas, 1989. 332 p. (Coleção linguagem-crítica).

TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990. 208 p.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 69 – 102. (Coleção Repertórios).

TARALLO, F. (1993) Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 35-68. (Coleção Repertórios).

TAVARES, Luis Guilherme Pontes Tavares (Org.). **Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; FIB, 2005.

TENGARRINHA, José (1965). **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa: Portugália Editora, 1965. 337 p.

TENGARRINHA, José. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**, 2.ª Edição, Lisboa: Caminho, 1989.

TEYSSIER, P. (1984) **História da Língua portuguesa**, 2. ed. Lisboa: Sá da Costa. p. 75-92.

TIN, Emerson (org.) (2005). **Arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lúpsio. Campinas: Unicamp. 165 p.

TORRES MORAIS, M.A. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1996]. p. 263-306. (Coleção Repertórios).

TORRES MORAIS. Mudança na colocação dos clíticos na história do português. In: ABRALIN, 1995. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. p. 32-40.

TORRES MORAIS, M.A. Aspectos da história das palavras negativas no português. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). **Para a História do Português do Brasil**. vol. II: Primeiros Estudos. Tomo I. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 443-482.

TRINDADE, R. **Velhos Troncos Mineiros**. v. I, II, III. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1955.

TRINDADE, R. **Velhos Troncos Ouropretanos**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951.

TRUDGILL, Peter 1992. Tipologia dialeto e estrutura social. Contato idioma. **Estudos teóricos e empíricos**. ed. por Ernst Håkon Jahr, 195 - 212. Berlim: Mouton de Gruyter.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratório no século XVIII. *Lócus*: revista de história. Juiz de Fora, 1998. v.4. n.1. p. 81-91.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e Alfabetização em Mariana Colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). **Para a História do Português do Brasil**. vol. II. Tomo II. São Paulo: Humanitas. (Primeiros Estudos). p. 391-400.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-286.

VILLALTA, Luiz Carlos. Educação Pública e Educação Privada na América Portuguesa. In: **Termo de Mariana: História e Documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 59

WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOV, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (ed). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97 – 189.

VEIGA, José Pedro. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano III, 1898, p. 169-249.

VEIGA, José Pedro. **Ephemerides Mineiras (1664-1897)**. v. III. jul-set. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. 426 p.

VITRAL, L. T. ; VIEGAS, M. do C. ; OLIVEIRA, A. J. Inovação versus Mudança: a interseção gramaticalização/teoria da variação e mudança. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (org.). **Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, v. 1, p. 201-228.

Anexo 1

Identificação dos remetentes das cartas pessoais brasileiras nos séculos XVIII e XIX.

Quadro 1: Identificação dos remetentes do séc. XVIII

NOME	DATA NASCIM ENTO	NACION ALIDADE	NATURALI DADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	DADOS FAMILIARES
Anna Francisca de (Seixas)	13/01/1816	Brasileira	Vila Rica		Casada	Pai: Luís Antônio Saião (08/07/1772). Mãe: Arcângela de Vasconcelos Parada e Sousa.
Anna Joaquina (de São Boaventura)		Brasileira	Cachoeira do Campo – Ouro Preto		Casada	Irmã de Luis da Silva Valle. Pai: Luís da Silva Vale (São Mamede de Sezures, comarca de Vila Nova de Famalicão). Mãe: Josefa Maria Bernarda (Cachoeira do Campo). Esposo: Tenente Coronel Manuel Fernandes de Oliveira (São Pedro de Pedome, comarca de Vila Nova de famelicão/Porto). Casou em 06/11/1777. Filhos nascidos no Inficionados (hoje Santa Rita Durão/Mariana): João Fernandes de Oliveira; Joaquim José Fernandes de Oliveira Cata Preta; Manuel José Fernandes de Oliveira Cata Preta; Camilo de Lelis Fernandes de Oliveira; Bernarda Constância Cândida de Oliveira; Boaventura Fernandes de Oliveira; Alferes Agostinho Antônio Augusto de Oliveira; Maria Bárbara de Oliveira Cata Preta.
Ana Teixeira		Brasileira				Irmã de Joaquim Teixeira.
Antonio Gonçalves Cota		Brasileiro	Córrego Danta			Afilhado de Clara.
Boaventura Fernandes de Oliveira		Brasileiro	Santa Rita Durão - Mariana		Casado	Esposa: Maria Rozenda Domitila (Cachoeira do Campo). Pai: Tenente Coronel Manuel José Fernandes de Oliveira (São Pedro de Pedome comarca de Vila nova de Famalicão/ Porto). Mãe: Anna Joaquina Boaventura (Cachoeira do Campo). Avô: Luis da Silva Valle. Filhos: Boaventura e Maria (morreram novos).
Clara Felícia da Rosa (da Silva)		Brasileira	Sumidouro - Mariana		Casada	Marido: Manoel de Oliveira Pinto (consta na

Botelho)						lista dos homens mais ricos da Comarca de Vila Rica). Família Mosqueira. Pai: Capitão-mor Manuel Botelho da Rosa (Samil, freguesia do concelho e comarca de Vila Real, hoje Bragança - Traz os Montes). Mãe: Ana Felícia de Sousa (freguesia da Candelária - Rio de Janeiro).
Francisca Tereza de Jesus		Brasileira?				
Ignácio Lopes da Silva		Brasileiro	Congonhas do Campo	Padre	Solteiro	Pertence à família Lopes da Silva. Cunhado de Luis da Silva Valle. Padre ordenado em Mariana a 29/09/1760. Secretário do Bispado de 1774 a 1780. Pai: Antônio Lopes da Silva (nascido em Cavalões). Mãe: Escolástica de Santa Rosa (nascida em São Sebastião/ Mariana). Afilhado de Joaquim Ribeiro Roza.
Joaquim Pimenta da (Silva)		Brasileiro	Itabira do Campo			(informação retirada de testamento)
Joaquim Teixeira		Brasileiro				Afilhado de Clara Felícia da Rosa.
Joze de Oliveira Pinto (Mosqueira da Silva Botelho)		Brasileiro	Sumidouro (atual Padre Viegas - Mariana)	Ouvidor Desembargador ou Fazendeiro	Solteiro	Sobrinho de Clara Felícia Rosa. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Antes de retornar ao Brasil foi Ouvidor em Beja. No Brasil foi Desembargador da Relação da Bahia. Retornou à Portugal e foi Desembargador do Paço. Voltou ao Brasil juntamente com a Família Real, em 1808. Referendou o decreto que elevou o Brasil a Reino Unido, em 1815. Foi proprietário de fazendas em Bom Retiro e em Sumidouro. Faleceu em Mariana, em 29/09/1822. Habitou-se <i>de genere</i> em Mariana em 1754.
José Teixeira		Brasileiro?				
Josefa (Maria Bernarda)		Brasileira	Cachoeira do Campo - Ouro Preto		Casada	Marido: Luis da Silva Vale (São Mamede de Sezures, comarca de Vila Nova de Famalicão).

						Casou-se a 02/07/1744. Filhos: Capitão Luis da Silva Vale; Maria Teodora da Silva; Padre Vidal José do Vale; Padre Faustino José do Vale; Padre Antonio José do Vale; Ana Joaquina de Boaventura; Josefa Leocádia da Silva; Francisca de Paula e Silva; Teresa de Jesus Maria. Pai: Coronel Antonio Pimenta da Costa (Modim). Mãe: Teresa de Jesus Silva (Corpo Santo/Recife).
Luis da Silva Valle		Brasileiro	Cachoeira do Campo – Ouro Preto	Negociante Comerciante Possuía cargo público na Tesouraria da Fazenda Real Trabalhou no Contrato dos Dízimos	Casado	Família Pimenta da Costa. Pai: Luis da Silva Vale (São Mamede de Sezures, comarca de Vila Nova de Famalicão). Mãe: Josefa Maria Bernarda. Esposa: Margarida Francisca de Santa Rosa. Filhos: Rita de Cássia e Silva; Ana Rodozinda Vidolina da Silva; Inácia Francelina Cândida da Silva; Maria Rozenda Domitila da Silva; Maximiano Cândido da Silva Vale; Sabina Flávia Domitila da Silva; Leocádia; Francisca de Paula; Luís Torquato da Silva Vale. Possuía negócio em Cachoeira do Campo. Está na lista dos homens ricos da comarca de Vila Rica de 1756 (Almeida, 2010, p. 223). Foi batizado em 13/10/1746 e faleceu em 05/10/1821, em Vila Rica. Atuou como comerciante em Cachoeira do Campo Congonhas e Vila Rica. Era proprietário de vários prédios em Ouro Preto no Largo do Pilar (sua casa), no Rosário, na Ladeira das Cabeças e na rua dos Paulistas de Antônio Dias.
Manoel Álvares de Magalhães		Brasileiro				
Maria Angela Teixeira		Brasileira				Irmã de Joaquim Teixeira.
Paulo Moreira da Silva		Brasileiro				Esposa: Joana Francisca Silva
Thereza de Jesus		Brasileira	Cachoeira			irmã de Luis da Silva

		a	do campo – Ouro Preto			Valle, velhos troncos p.101. Pai: Luis da Silva Vale (São Mamede de Sezudes, comarca de Vila Nova de Famalicão). Mãe: Josefa Maria Bernarda (Cachoeira do Campo).
--	--	---	--------------------------	--	--	---

Quadro 2: Identificação dos remetentes do séc. XIX

NOME	DATA NASCIM ENTO	NACION ALIDADE	NATURALID ADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	DADOS FAMILIARES
Anna Maria Gomes Carvalho		Brasileira				
Anna Sabina		Brasileira	Ouro Preto			Pai: Manoel Teixeira de Sousa, Barão de Camargos. Tia de Manoel Teixeira de Souza. Sobrinha de Sabina Flávia Domitila da Silva e uma de suas herdeiras.
Antonio da Cunha Carneiro		Brasileiro				
Antonio Genny Ferreira		Brasileiro				
Antonio Joze da Silva Guimarães		Brasileiro				
Antonio Martins Ferreira	1855	Brasileiro	São Caetano	Negociante de fazendas em São Caetano; fazia concessão de empréstimo; investia em atividades pastoris; 2º Juiz de Paz Freguesia de São Caetano, possui comércio de secos e molhados na mesma localidade.	casado	Esposa: Antonia Pia de Souza Ferreira Pai: Domingos Ferreira Guarda Primo de Anastácio Gonçalves; compadre de Francisco Gonçalves Carneiro; teve dez filhos. São eles: Gabriella Martins Ferreira; Luiza Martins Ferreira; Domingos Martins Ferreira; Maria Edvirges Ferreira; Antonio Eugenio Ferreira; Rosalina Procópio Ferreira; Theodora da Conceição Ferreira; Vicente Antero Ferreira; Antonio Iguez Ferreira e Izabel de Souza Ferreira. Sócio e amigo de Francisco Luiz Carneiro. Residente em São Caetano.
Augusto Fernandes de Oliveira		Brasileiro	Inficionado			Filho de criação de Maria Rozenda Domitila da Silva. Foi seu maior herdeiro. Filho de Delfina de Tal.

Emydio Roberto Ferreira		Brasileiro				
Felicíssimo Agostinho de Ramos	1853	Brasileiro	São Caetano	Agricultor, fogueteiro, Conselheiro Distrital no ano de 1895.	casado	Esposa: Maria Cyrila Ferreira Ramos. Pai: Paulo de Freitas Teve onze filhos. São eles: Arlindo Agostinho Ramos; Evangelina Ramos; Francisco Xavier Ramos; Maria Paixão Ramos; Caetano Ramos; Francisca Ramos; Maria Canuta Ramos, Maria Quirina Ramos, Antonio Ramos, Fina. Residente em São Caetano.
Felisberta Constantina da Silva		Brasileira	Cachoeira do Campo		casada	Pai: Capitão Domingos José Ferreira, natural de Braga. Mãe: Maria Teodora da Silva, natural de Cachoeira do Campo
Fernando Evaristo Machado de Magalhães		Brasileiro	Passagem de Mariana	Tabelião em São João Del Rei	casado	Esposa: Guilhermina Pinto de Sá. Filho de Modesto Antonio Machado de Magalhães e Francisca Carolina Teixeira de Sousa.
Fernando Luis Machado de Magalhães		Brasileiro	Passagem de Mariana	Comendador, fazendeiro.	casado	Representou a Câmara Municipal de Mariana na aclamação e sagração do primeiro Imperador. Foi membro da Junta Governativa de Minas logo depois da Independência. Era dono da fazenda Tesoureiro, uma das fazendas mais prósperas da região (Camargos)
Fortunato da Silva		Brasileiro				
Francisco Assis de Souza		Brasileiro				
Francisco de Assis Athaide		Brasileiro	Arrepiados	Juiz de Paz em 1837. Membro da assembléia provincial de Minas Gerais em sua 12ª legislatura (1858-1859)		
Francisco José Alves de São Thiago		Brasileiro				
Francisco de Paula Barboza		Brasileiro				
Francisco Luis	1852	Brasileiro	São	criador	casado	Pai: João Gonçalves

Carneiro		o	Caetano			Carneiro Mãe: Anna Francisca da Conceição Agregado de Felisberto Gonçalves Carneiro. Residente e eleitor em São Cetano.
Geraldo Ferreira Santiago		Brasileiro				
João Alves do		Brasileiro				
João Antonio de Lemos		Brasileiro	Campanha	Coronel	casado	Esposa: Francisca Justiano de Seixas da Silva Ávila, irmã do Barão do Rio Verde.
João Gonçalves (Carneiro)	1808	Brasileiro	São Caetano			Esposa: Tomásia Luiza da Encarnação. Pai: João Gonçalves Carneiro. Mãe: Dona Joana Maria dos Santos. Irmãos: Manoel Ignácio, Maria, José, Joana e Francisco. Eleitor em São Caetano.
João Rhalf Muller		Brasileiro				
Joaquim Moreira de Faria		Brasileiro				
Joaquim de Senna Brandão	1873	Brasileiro	Cachoeira da Freguesia de Sumidouro	Lavrador	casado	Pai: Eusébio de Lemos Brandão Cunhado de Leandro Manoel Correa. Era eleitor em São Caetano. Morador em São Caetano.
José Ferreira da Rocha		Brasileiro				
Lozardo José de Souza		Brasileiro	São Caetano			Pai: Manuel Marcelino de Sousa. Mãe: Raimunda Alexandrina Martins (São Caetano).
Luis Torquato da Silva		Brasileiro	Congonhas do Campo	Capitão	casado	Pai: Capitão Luis da Silva Valle. Mãe: Margarida Francisca de Santa Rosa. Esposa: Maria Augusta Mosqueira. Filhos: Felício Torquato da Silva Vale; Joaquim Torquato e duas filhas que não localizei os nomes.
Manoel Corrêa Burgos		Brasileiro				
Manoel Francisco da Rocha		Brasileiro				
Manoel Teixeira de Souza		Brasileiro	Ouro Preto	Estabeleceu-se em Ibitinga, onde adquiriu muitas terras.	solteiro	Pai: Fortunato Teodoro Ferreira Bretas. Mãe: Antonia Joaquina Teixeira Sousa. Neto do Barão de Camargos. Morreu

				Foi presidente da câmara municipal desta localidade		solteiro deixando seu pai como seu único herdeiro.
Maria Augusta Mosqueira		Brasileira	Camargos		casada	Marido: Luis Torquato da Silva.
Maria Camila Costa		Brasileira				
Maria Carolina		Brasileira				
Maria Rozenda Domitila da Silva		Brasileiro	Cachoeira do Campo		Casada	Pai: Capitão Luis da Silva Valle. Mãe: Margarida Francisca de Santa Rosa. 1º Marido: Capitão Boaventura Fernandes de Oliveira, com quem teve dois filhos: Boaventura e Maria (morreram novos). 2º Marido: Francisco José Machado Catão. Não tiveram filhos. Foi batizada em Cachoeira do Campo em 25/06/1780. Como não tinha herdeiros diretos deixou seus bens para suas irmãs, afilhada, sobrinho e um filho de criação que foi seu principal herdeiro. Morou no Rio de Janeiro, onde faleceu em 14/03/1850.
Rodrigo José Ferreira Bretas	10/09/1815	Brasileiro	Cachoeira do Campo	Deputado da Assembléia Provincial em quatro legislaturas (1852-1861). Era advogado, fundou e dirigiu o colégio de ensino secundário(1846) em Bonfim do Paraopeba. Lecionou filosofia em Barbacena (1849). Em 1862 dirigiu o colégio de Congonhas do Campo. Foi diretor da Instrução Pública na	casado	Esposa: Maria Cândida de Souza Maciel, de Bonfim do Paraopeba. Sobrinho de Sabina Flávia Domitila da Silva. Faleceu em Ouro Preto em 15 de julho de 1866.

				<p>provincia. Professor público de Latim em Barra Longa. Foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Representante do governo mineiro na instalação da vila de São Paulo de Muriaé. Em 1855 foi agraciado com a nomeação de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Instalou, em 1859, a Biblioteca Pública de Ouro Preto. Escreveu <i>Novo Esqueleto das Faculdades e Origens das Idéias do Espírito Humano</i>, editado em Ouro Preto em 1854. Foi o biógrafo de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (<i>Traços Biográficos do Aleijadinho</i>)</p>		
Silva Jacob		Brasileiro				
Valleriano Manço Reis		Brasileiro	Antônio Dias/ Ouro Preto		Casado	Pai: Capitão Valeriano Manso da Costa Reis (Santo Antônio da cidade de Salvador/ Bahia. Mãe: Ana Ricarda Casimira de Seixas. Esposa: Margarida Eufrásia Monteiro de Barros

Anexo 2

Códices usados na identificação dos remetentes e destinatários

ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

TÍTULO	TIPO DOC	LIVRO	DATA
Relação de Habitantes	Relação de Habitantes	684	1833
Alistamento de Eleitores	Alistamento de Eleitores	021	1876-1880
	Alistamento de Eleitores	040	1895
	Alistamento de Eleitores	309	1897-[1900]
	Sede e Distritos	436	1898
	Mapas e Listas de Oficiais	438	1833-1849
	Ata de Qualificação	389	1878-1880
	Ata de Eleição de Juiz de Paz	693	1830-1840
	Relação de População em São Caetano	746	1812
	Lista de Eleitores	734	1844, 1835
	Atas de Eleição	704	1835
		704	1851
		710	1904
Aferições e Cabeças	Aferições e Cabeças	186	1799
	Aferições e Cabeças	201	1799
	Aferições e Cabeças	645	1814
	Aferições e Cabeças	51/51-A	1835
	Aferições e Cabeças	161	1843
	Aferições e Cabeças	374	1836
Cartas de Patentes e Provisões	Cartas de Patentes e Provisões	216	1799
	Cartas de Patentes e Provisões	574	1799-[1806]
	Sesmaria	260	1818-1819
Termo de Juramento e Posse	Termos de Juramento e Posse	578	1767-1829
	Termos de Juramento e Posse	555	1773-1851
	Termos de Juramento e Posse	052	1837
	Termos de Juramento e Posse	372	1852-1891
	Termos de Juramento e Posse	254	1869-1891
	Termos de Juramento e Posse	030	1887-1898
	Termos de Juramento e Posse	358	1898-1919
	Lista de Venda	742	1830
	Relação de Juiz de Paz	742	1841
Cartas de Exame de Ofício	Cartas de Exame de Ofício	218	1756-1804
	Cartas de Exame de Ofício	145	1778, 1796-1800

	Ofício		
	Cartas de Exame de Ofício	381	1804
	Cartas de Exame de Ofício	201	1820-1821
	Ofício		
	Licenças para Ofício	739	1830, 1831, 1832
Diversos	Relação de Habitantes	735	1854
	Correspondência		
	Diversos	733	1830
		724	1829
Guarda Nacional	Atas de Eleição	721	1836
	Formação de Mesa	692	1847
	Eleitoral		
	Guarda Nacional	747	1886

CASA SETECENTISTA DE OURO PRETO

TÍTULO	TIPO DOC ⁵⁹	CÓDICE	AUTO	DATA
Francisco de Paula Barbosa (cap.)	Testamento	340	7126	1869
Francisco de Paula Barbosa (cap.)	Testamento	435	8999	1889
Antonio Luis de Magalhães Mosqueira	Testamento	298	6442	1889
Antonio Luis de Magalhães Mosqueira	Testamento	311	6650	1880
Isabel Maria de Jesus	Testamento	417	8284	1849
Isabel Maria de Jesus	Testamento	331	6979	1832
Barão de Camargos	Inventário	28	312	1878
Antonio Luis de Magalhães Mosqueira	Inventário	10	96	1880

CASA SETECENTISTA DE MARIANA

NOMES	TIPO DOC	OFÍCIO	AUTO/FOLHA/CAIXA	CÓDICE/CAIXA
Anna Martins	Inventário	1º ofício	1451	68
Ana Thereza de Jesus	Inventário	1º ofício	13	426
	Inventário	2º ofício	1520	69
Antonio Caetano de Souza	Justificação	2º ofício	3182	148
Felisberto Gonçalves Carneiro	Testamento	1º ofício	5280	288
	Testamento	1º ofício	4971	276
	Testamento	1º ofício	15v	6
Florentino Gonçalves Jacob	Crime	2º ofício	5396	216
	Testamento	1º ofício	5626	292
Francisco José da Silva	Justificação	2º ofício	3969	166
	Notificação	2º ofício	4382	178
	Inventário	2º ofício	2408	120
	Inventário	2º ofício	1330	59

⁵⁹ Todos estes documentos pertencem ao 1º Ofício.

Heduvirges de Oliveira Zapte	Crime	2º ofício	4645	186
Ignácio José Paes Junior	Testamento	1º ofício	5701	293
	Testamento	1º ofício	5875	295
	Testamento	1º ofício	4551	247
João Baptista Macedo	Justificação	1º ofício	6609	312
João Damaceno Correia	Ação Cível	1º ofício	8958	410
João Gonçalves Carneiro	Inventário	2º ofício	929	40
Joaquim de Senna Brandão	Inventário	2º ofício	933	40
	Testamento	1º ofício	5739	293
Joaquim Gomes da Fonseca	Execução	1º ofício	10708	480
Jose Martins Ferreira	Testamento	1º ofício	87v	36
	Inventário	1º ofício	1929	93
Lizardo Antonio Martins	Crime	2º ofício	47933	191
Manoel Caldeira de Santa Rita	Testamento	1º ofício	101	21
	Inventário	2º ofício	1947	90
	Inventário	2º ofício	920	30
Manoel de Santa Rita	Justificação	2º ofício	3277	150
Manoel Leandro Correia	Inventário	1º ofício	2400	116
Maria Carolina Villas Boas	Testamento	1º ofício	5653	292

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MARIANA

O arquivo da Cúria Metropolitana está sob o cuidado da Arquidiocese de Mariana na pessoa do Monsenhor Flávio. Encontram-se disponíveis para consulta documentos que datam desde o século XVIII, quais sejam, testamentos, irmandades, jornais, fotografias, livros do seminário, livros de devassas, livros de manuscritos da Cúria, Cartas pastorais do Episcopado do Brasil, Epistolário do Clero, Breves, governos episcopais, microfilmes (Portugal), notas históricas sem algumas paróquias, livros raros, óbitos, certidões de nascimento.

Não foi possível utilizar os testamentos encontrados neste arquivo, uma vez que não eram de correspondentes do distrito de Monsenhor Horta. Nos óbitos do século XIX não foram identificados nomes de interesse para a pesquisa. Os óbitos do princípio do século XX, que talvez fossem úteis na identificação de correspondentes nascidos na segunda metade do século XIX, encontram-se guardados na matriz do próprio distrito, aos cuidados do pároco responsável. Tal fato inviabilizou a consulta.

Também no arquivo da Cúria Metropolitana foram pesquisados livros de genealogia como *Genealogias Mineiras* e *Genealogias da Zona do Carmo*. Livros que trazem pequenas relações de famílias que habitaram a Zona do Carmo e Minas Gerais desde o século XVIII. Porém, a literatura nada acrescentou, na identificação dos correspondentes, além do que já havia sido localizado no livro do mesmo autor *Velhos Troncos Mineiros*.

Anexo 3

Notações dos jornais utilizados nos *corpora* do PE e do PB

Biblioteca Nacional de Lisboa**Jornais Microfilmados****Notações por bobina de microfilme****Jornal *O Portuguez***

Notação: J1550M/F.1752
Título: O PORTUGUEZ
500 fotogramas
Data: 1826-1827
Edição: 52
Ano: II
Localidade: LISBOA
Data jornal: 02/01/1827
p. 03

Notação: J1550M/F.1752
Título: O PORTUGUEZ
500 fotogramas
Data: 1826-1827
Edição: 57
Ano: II
Localidade: LISBOA
Data jornal: 08/01/1827
p. 06-07

Notação: J1550M/F.1752
Título: O PORTUGUEZ
500 fotogramas
Data: 1826-1827
Edição: 75
Ano: II
Localidade: LISBOA
Data jornal: 29/01/1827
p. 15-16

Notações por bobina de microfilme**Jornal *O Nacional***

Notação: J313M/F.2588
Título: O NACIONAL
Fotogramas: N. 338 (02/01/1835) – N. 625 (31/12/1836).
500 fotogramas
Data do Microfilme: 05/12/1984
Data: 1836
Edição: 355
Localidade: LISBOA
Data jornal: 25/01/1836
p. 132

Notação: J313M/F.2588
Título: O NACIONAL
Fotogramas: N. 338 (02/01/1835) – N. 625 (31/12/1836).
500 fotogramas
Data do Microfilme: 05/12/1984
Data: 1836
Edição: 366

Localidade: LISBOA
 Data jornal: 08/02/1836
 p. 140

Notação: J313M/F.2588
 Título: O NACIONAL
 Fotogramas: N. 338 (02/01/1835) – N. 625 (31/12/1836).
 500 fotogramas
 Data do Microfilme: 05/12/1984
 Data: 1836
 Edição: 377
 Localidade: LISBOA
 Data jornal: 22/02/1836
 p. 148

Notação: J313M/F.2588
 Título: O NACIONAL
 Fotogramas: N. 338 (02/01/1835) – N. 625 (31/12/1836).
 500 fotogramas
 Data do Microfilme: 05/12/1984
 Data: 1836
 Edição: 389
 Localidade: LISBOA
 Data jornal: 07/03/1836
 p. 156

Notações por bobina de microfilme

Jornal O Patriota

Notação: J597M/F.6160
 Título: O PATRIOTA
 Fotogramas: 782 I fotogramas
 500 fotogramas
 Data do Microfilme: 17/12/1984
 Data: 1846-1847
 Edição:
 Localidade: LISBOA
 Data jornal:

Notações por bobina de microfilme

Jornal Diário de Notícias

Notação: F.5701
 Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
 Fotogramas: N. 3545 (01/01/1876) – N. 3678 (15/05/1876)
 Bobina 28
 500 fotogramas
 Data: 1876
 Localidade: LISBOA

Notação: F.5701
 Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
 Fotogramas: 3679 (16/05/1876) – N. 3816 (30/09/1876)
 Bobina 29
 Data: 1876
 Localidade: LISBOA

Notação: F.5701

Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 3817 (01/10/1876) – N. 3678 (15/02/1877)
Bobina 30
Data: 1876
Localidade: LISBOA

Notação: F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 7346 (01/07/1886) – N. 7483 (15/11/1886)
Bobina 56
Data: 1886
Localidade: LISBOA

Notação: J 2561G/ FP 148
Título: O SÉCULO
Fotogramas: N. 4982 (01/12/1895) – N. 5070 (29/02/1896)
Bobina 43
Data: 1896
Localidade: LISBOA

Notação: J 2561G/ FP 148
Título: O SÉCULO
Fotogramas: 5071(01/03/1896) – N. 5161 (31/05/1896).
Bobina 44
Data: 1896
Localidade: LISBOA

Notação: J 2561G/ FP 148
Título: O SÉCULO
Fotogramas: . 5162(01/06/1896) – N. 5237 (15/08/1896)
Bobina 45
Data: 1896
Localidade: LISBOA

Notação: J 2561G/ FP 148
Título: O SÉCULO
Fotogramas: J 2561G/ FP 148
Bobina 46
Data: 1896
Localidade: LISBOA

Notação: J 2561G/ FP 148
Título: O SÉCULO
Fotogramas: N. 5315(01/11/1896) – N. 5374 (31/12/1896)
Bobina 47
Data: 1896
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 06
Data: 01/01/1926 – 05/04/1926
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 07
Data: 06/04/1926 – 08/06/1926
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 08
Data: 09/06/1926 – 15/08/1926
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 09
Data: 16/08/1926 – 30/10/1926
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 68
Data: 20/12/1935 – 11/02/1936
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 3545 (01/01/1876) – N. 3678 (15/05/1876)
Bobina 69
620 fotogramas
Data: 12/02/1936 – 04/04/1936
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 70
680 fotogramas
Data: 05/04/1936 – 25/05/1936
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 3545 (01/01/1876) – N. 3678 (15/05/1876)
Bobina 71
6400 fotogramas
Data: 26/05/1936 – 21/06/1936
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 3545 (01/01/1876) – N. 3678 (15/05/1876)
Bobina 72
650 fotogramas
Data: 22/07/1936 – 23/09/1936
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 73
68 fotogramas
Data: 24/09/1936 – 24/11/1936
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G/F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Bobina 74
68 fotogramas

Data: 25/11/1936 – 14/01/1937
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 28694 (01/01/1846) – N. 28756(07/03/1846)
Bobina 17
Data: 1946
Localidade: LISBOA

Notação: F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 28757 (08/03/1846) – N. 28817 (08/05/1846)
Bobina 18
Data: 1946
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 28818 (09/05/1846) – N. 28876(06/06/1846)
Bobina 19
Data: 1946
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 28877 (07/07/1846) – N. 28838 (06/09/1846)
Bobina 20
Data: 1946
Localidade: LISBOA

Notação: J 2501G
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 28939 (07/09/1846) – N. 28999 (07/11/1846)
Bobina 21
Data: 1946
Localidade: LISBOA

Notação: F.5701
Título: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Fotogramas: N. 29000 (08/11/1846) – N. 29051 (31/12/1846)
Bobina 22
Data: 1946
Localidade: LISBOA

Arquivo Público Mineiro

Acervo Jornais Mineiros do Século XIX

Disponível em:

www.siaapm.cultura.mg.gov.br

Notações por ano

Jornal *O Universal*

1836

Notação: JM-1245343
Título: O UNIVERSAL
Edição: 2
Data: 04/01/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 074

Notação: JM-1245346
Título: O UNIVERSAL
Edição: 5
Data: 11/01/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 074

Notação: JM-1245349
Título: O UNIVERSAL
Edição: 8
Data: 18/01/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 074

Notação: JM-1245353
Título: O UNIVERSAL
Edição: 12
Data: 27/01/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 074

Notação: JM-1245356
Título: O UNIVERSAL
Edição: 15
Data: 03/02/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 074

Notação: JM-1232791
Título: O UNIVERSAL
Edição: 18
Data: 10/02/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232796
Título: O UNIVERSAL
Edição: 23
Data: 18/02/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232797
Título: O UNIVERSAL
Edição: 24
Data: 19/02/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232838
Título: O UNIVERSAL
Edição: 29

Data: 02/03/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232840
Título: O UNIVERSAL
Edição: 31
Data: 07/03/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232843
Título: O UNIVERSAL
Edição: 34
Data: 14/03/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232847
Título: O UNIVERSAL
Edição: 38
Data: 23/03/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232852
Título: O UNIVERSAL
Edição: 43
Data: 06/04/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232853
Título: O UNIVERSAL
Edição: 44
Data: 08/04/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232856
Título: O UNIVERSAL
Edição: 46
Data: 20/04/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232858
Título: O UNIVERSAL
Edição: 49
Data: 25/04/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232862
Título: O UNIVERSAL
Edição: 53
Data: 04/05/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232864
Título: O UNIVERSAL
Edição: 55
Data: 09/05/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232866
Título: O UNIVERSAL
Edição: 57
Data: 13/05/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232870
Título: O UNIVERSAL
Edição: 61
Data: 23/05/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232874
Título: O UNIVERSAL
Edição: 65
Data: 01/06/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232876
Título: O UNIVERSAL
Edição: 67
Data: 06/06/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232881
Título: O UNIVERSAL
Edição: 72
Data: 17/06/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232883
Título: O UNIVERSAL
Edição: 74
Data: 22/06/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232885
Título: O UNIVERSAL
Edição: 76
Data: 27/06/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232889
Título: O UNIVERSAL
Edição: 81
Data: 08/07/1836

Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232890
Título: O UNIVERSAL
Edição: 82
Data: 11/07/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232896
Título: O UNIVERSAL
Edição: 88
Data: 25/07/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232897
Título: O UNIVERSAL
Edição: 89
Data: 27/07/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232899
Título: O UNIVERSAL
Edição: 91
Data: 01/08/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232903
Título: O UNIVERSAL
Edição: 95
Data: 10/08/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232905
Título: O UNIVERSAL
Edição: 97
Data: 15/08/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232907
Título: O UNIVERSAL
Edição: 99
Data: 19/08/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232908
Título: O UNIVERSAL
Edição: 100
Data: 22/08/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232911

Título: O UNIVERSAL
Edição: 103
Data: 29/08/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232917
Título: O UNIVERSAL
Edição: 109
Data: 12/09/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232918
Título: O UNIVERSAL
Edição: 110
Data: 14/09/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232921
Título: O UNIVERSAL
Edição: 113
Data: 21/09/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232925
Título: O UNIVERSAL
Edição: 117
Data: 30/09/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232927
Título: O UNIVERSAL
Edição: 119
Data: 05/10/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232929
Título: O UNIVERSAL
Edição: 121
Data: 10/10/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232930
Título: O UNIVERSAL
Edição: 122
Data: 12/10/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232932
Título: O UNIVERSAL
Edição: 124
Data: 17/10/1836
Localidade: OURO PRETO

Filme: 075

Notação: JM-1232933
Título: O UNIVERSAL
Edição: 125
Data: 19/10/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232938
Título: O UNIVERSAL
Edição: 130
Data: 31/10/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232943
Título: O UNIVERSAL
Edição: 135
Data: 11/11/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232802
Título: O UNIVERSAL
Edição: 140
Data: 23/11/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232809
Título: O UNIVERSAL
Edição: 148
Data: 12/12/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232811
Título: O UNIVERSAL
Edição: 150
Data: 16/12/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232812
Título: O UNIVERSAL
Edição: 151
Data: 19/12/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1232815
Título: O UNIVERSAL
Edição: 154
Data: 28/12/1836
Localidade: OURO PRETO
Filme: 075

Notação: JM-1246027
Título: O UNIVERSAL
Edição: 52
Data: 18/05/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246032
Título: O UNIVERSAL
Edição: 57
Data: 02/06/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246039
Título: O UNIVERSAL
Edição: 64
Data: 21/06/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246045
Título: O UNIVERSAL
Edição: 70
Data: 05/07/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246046
Título: O UNIVERSAL
Edição: 71
Data: 07/07/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246049
Título: O UNIVERSAL
Edição: 74
Data: 19/07/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246050
Título: O UNIVERSAL
Edição: 75
Data: 21/07/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246173
Título: O UNIVERSAL
Edição: 84
Data: 16/08/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246174
Título: O UNIVERSAL
Edição: 85

Data: 18/08/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246179
Título: O UNIVERSAL
Edição: 90
Data: 30/08/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246180
Título: O UNIVERSAL
Edição: 91
Data: 01/09/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246183
Título: O UNIVERSAL
Edição: 94
Data: 10/09/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246184
Título: O UNIVERSAL
Edição: 95
Data: 13/09/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246185
Título: O UNIVERSAL
Edição: 96
Data: 15/09/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246193
Título: O UNIVERSAL
Edição: 104
Data: 06/10/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246194
Título: O UNIVERSAL
Edição: 105
Data: 08/10/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246197
Título: O UNIVERSAL
Edição: 108
Data: 15/10/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246199
Título: O UNIVERSAL
Edição: 110
Data: 20/10/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246203
Título: O UNIVERSAL
Edição: 114
Data: 01/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246204
Título: O UNIVERSAL
Edição: 115
Data: 03/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246205
Título: O UNIVERSAL
Edição: 116
Data: 05/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246206
Título: O UNIVERSAL
Edição: 117
Data: 08/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246207
Título: O UNIVERSAL
Edição: 118
Data: 10/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246208
Título: O UNIVERSAL
Edição: 119
Data: 12/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246212
Título: O UNIVERSAL
Edição: 123
Data: 22/11/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246215
Título: O UNIVERSAL
Edição: 126
Data: 29/11/1841

Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246219
Título: O UNIVERSAL
Edição: 130
Data: 08/12/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246221
Título: O UNIVERSAL
Edição: 132
Data: 13/12/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246222
Título: O UNIVERSAL
Edição: 133
Data: 15/12/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246228
Título: O UNIVERSAL
Edição: 139
Data: 31/12/1841
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246229
Título: O UNIVERSAL
Edição: 1
Data: 03/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246230
Título: O UNIVERSAL
Edição: 2
Data: 06/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246233
Título: O UNIVERSAL
Edição: 5
Data: 12/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246234
Título: O UNIVERSAL
Edição: 6
Data: 14/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246235

Título: O UNIVERSAL
Edição: 7
Data: 17/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246236
Título: O UNIVERSAL
Edição: 8
Data: 19/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246237
Título: O UNIVERSAL
Edição: 9
Data: 21/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246239
Título: O UNIVERSAL
Edição: 11
Data: 26/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246240
Título: O UNIVERSAL
Edição: 12
Data: 28/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246241
Título: O UNIVERSAL
Edição: 13
Data: 31/01/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246242
Título: O UNIVERSAL
Edição: 14
Data: 02/02/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246243
Título: O UNIVERSAL
Edição: 15
Data: 04/02/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246246
Título: O UNIVERSAL
Edição: 18
Data: 11/02/1842
Localidade: OURO PRETO

Filme: 077

Notação: JM-1246248
Título: O UNIVERSAL
Edição: 20
Data: 16/02/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246249
Título: O UNIVERSAL
Edição: 21
Data: 18/02/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246254
Título: O UNIVERSAL
Edição: 26
Data: 02/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246255
Título: O UNIVERSAL
Edição: 27
Data: 04/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246256
Título: O UNIVERSAL
Edição: 28
Data: 07/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246257
Título: O UNIVERSAL
Edição: 29
Data: 09/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246258
Título: O UNIVERSAL
Edição: 30
Data: 11/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246259
Título: O UNIVERSAL
Edição: 31
Data: 14/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246260
Título: O UNIVERSAL

Edição: 32
Data: 16/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246261
Título: O UNIVERSAL
Edição: 33
Data: 18/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246263
Título: O UNIVERSAL
Edição: 34
Data: 23/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246264
Título: O UNIVERSAL
Edição: 35
Data: 28/03/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246266
Título: O UNIVERSAL
Edição: 38
Data: 01/04/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246267
Título: O UNIVERSAL
Edição: 39
Data: 04/04/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246268
Título: O UNIVERSAL
Edição: 40
Data: 06/04/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246269
Título: O UNIVERSAL
Edição: 41
Data: 08/04/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246270
Título: O UNIVERSAL
Edição: 42
Data: 11/04/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246280
Título: O UNIVERSAL
Edição: 52
Data: 07/05/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246282
Título: O UNIVERSAL
Edição: 54
Data: 12/05/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notação: JM-1246283
Título: O UNIVERSAL
Edição: 55
Data: 16/05/1842
Localidade: OURO PRETO
Filme: 077

Notações por ano

Jornal Diário de Minas

1876

Notação: JM-1257493
Título: Diário de Minas
Edição: 575
Data: 04/01/1876
Localidade: OURO PRETO
Filme: 223

Notação: JM-1257534
Título: Diário de Minas
Edição: 588
Data: 01/02/1876
Localidade: OURO PRETO
Filme: 223

Notação: JM-1257546
Título: Diário de Minas
Edição: 600
Data: 02/03/1876
Localidade: OURO PRETO
Filme: 223

Notação: JM-1257559
Título: Diário de Minas
Edição: 613
Data: 01/04/1876
Localidade: OURO PRETO
Filme: 223

Notação: JM-1257573
Título: Diário de Minas
Edição: 627
Data: 02/05/1876

Localidade: OURO PRETO
Filme: 223

Notações por ano

Jornal *A Actualidade*

1878

Notação: JM-1239124
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 2
Data: 19/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Filme: 051

Notação: JM-1239125
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 3
Data: 21/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Filme: 051

Notação: JM-1239126
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 4
Data: 23/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Filme: 051

Notação: JM-1239127
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 5
Data: 27/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Filme: 051

Notação: JM-1239128
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 6
Data: 30/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Filme: 051

Notação: JM-1239131
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 9
Data: 06/04/1878
Localidade: OURO PRETO
Filme: 051

Notações por ano

Jornal *Liberal Mineiro*

1886

Notação: JM-1245434
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 1
Data: 02/01/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notação: JM-1245441
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 11
Data: 06/02/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notação: JM-1245442
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 12
Data: 10/02/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notação: JM-1245444
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 14
Data: 17/02/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notação: JM-1245448
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 18
Data: 03/03/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notação: JM-1245449
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 19
Data: 06/03/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notação: JM-1245456
Título: LIBERAL MINEIRO
Edição: 27
Data: 07/04/1886
Localidade: OURO PRETO
Filme: 061

Notações por ano

Jornal *O Estado de Minas*

1896

Notação: JM-1241031
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 432

Data: 01/01/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241032
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 433
Data: 05/01/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241038
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 439
Data: 05/02/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241044
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 445
Data: 05/03/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241050
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 451
Data: 10/04/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241055
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 456
Data: 06/05/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241061
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 462
Data: 05/06/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241062
Título: : O ESTADO DE MINAS
Edição: 463
Data: 10/06/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Notação: JM-1241063
Título: O ESTADO DE MINAS
Edição: 464
Data: 15/06/1896
Localidade: OURO PRETO
Filme: 057

Hemeroteca Digital Brasileira**Acervo Jornais de Ouro Preto****Disponível em:****<http://hemerotecadigital.bn.br/>****Notações por ano****Jornal *O Universal*****1825**

Notação: 2
Título: O UNIVERSAL
Edição: 2
Data: 20/07/1825
Localidade: OURO PRETO

Notação: 5
Título: O UNIVERSAL
Edição: 5
Data: 27/07/1825
Localidade: OURO PRETO

Notações por ano**Jornal *A Actualidade*****1878**

Notação: 4
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 4
Data: 23/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 5
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 5
Data: 27/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 6
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 6
Data: 30/03/1878
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 9
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 9
Data: 06/04/1878
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 10
Título: A ACTUALIDADE
Edição: 10
Data: 09/04/1878
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notações por ano

Jornal *A Província de Minas*

1880

Notação: 3
Título: PROVÍNCIA DE MINAS
Edição: 3
Data: 24/07/1880
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 4
Título: PROVÍNCIA DE MINAS
Edição: 4
Data: 28/07/1880
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 5
Título: PROVÍNCIA DE MINAS
Edição: 5
Data: 31/09/1880
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notações por ano

Jornal *Tribuna de Ouro Preto*

1947

Notação: 44
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 44
Data: 07/09/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 45
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 45
Data: 14/09/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 46
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 46

Data: 21/09/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 47
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 47
Data: 28/09/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 48
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 48
Data: 11/10/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 49
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 49
Data: 18/10/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 50
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 50
Data: 01/11/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 52
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 52
Data: 15/11/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 53
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 53
Data: 22/11/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 54
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 54
Data: 29/11/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 55
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 55
Data: 06/12/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação: 56
Título: TRIBUNA DE OURO PRETO
Edição: 56
Data: 13/12/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

Notação por ano

**Jornal *A Província de Minas*
1947**

Notação: 45
Título: A PROVÍNCIA DE MINAS
Edição: 45
Data: 14/09/1947
Localidade: OURO PRETO
Ano: II

**Hemeroteca Municipal
Biblioteca Pública Luis de Bessa**

Notações por ano

Jornal *Minas Central*

1922

Notação: 627102
Título: MINAS CENTRAL
Edição: 8
Data: 10/03/1922
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notações por ano

Jornal *O Ouro Preto*

1922

Notação: 80990
Título: O OURO PRETO
Edição: 1
Data: 23/08/1922
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notações por ano

Jornal *Ouro Pretano*

1928

Notação: 98570
Título: OURO PRETANO
Edição: 1

Data: 15/07/1928
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notação: 98571
Título: OURO PRETANO
Edição: 12
Data: 30/09/1928
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Notações por ano

Jornal *Oito de Julho*

1929

Notação: 627104
Título: OITO DE JULHO
Edição: 6
Data: 08/12/1929
Localidade: OURO PRETO
Ano: I

Anexo 4

Ficha técnica dos jornais brasileiros e portugueses utilizados nos *corpora*.

Jornais Brasileiros

Minas Central (1922)

Redator: Luiz Rocha Lagôa

Redação, Administração e Oficinas: Rua São José/Ouro Preto

Periodicidade: quinzenal

O Ouro Preto (1922)

Propriedade de uma Associação

Jornal político, noticioso e literário, consagrado à defesa dos interesses do município

Redator: J. Corrêa Lyrio

Diretor: Dr. João Velloso

Redação e Oficinas: Rua do Ouvidor

Periodicidade: quinzenal

O Universal (1825, 1826, 1827, 1828, 1829)

Redator: Bernardo Vasconcelos

Proprietário e Diretor: José Pedro Dias de Carvalho

Impresso na Officina Patrícia de Barboza, EC^a. Praça, nº 2/ Ouro Preto.

Periodicidade: segundas, quartas e sextas-feiras

O Universal (1836)

Redator, Proprietário e Diretor: José Pedro Dias de Carvalho

Impresso na Officina Patrícia de Barboza, EC^a. Praça, nº 2/ Ouro Preto.

Periodicidade: segundas, quartas e sextas-feiras

Ouro Pretano (1928)

Jornal do povo para o povo

Semanário independente, noticioso com propaganda comercial

Redator e Diretor: Ataliba Murce

Redação: rua São José, nº 22

Periodicidade: semanal

Oito de Julho (1929)

Órgão Independente

Redator chefe: Brito Machado

Diretor: Jayme A. Moreira

Diretor Secretário: Othoniel Alves

Gerente: Hermínio Barbosa

Redação: rua C. Gorceix, nº 5

Impresso nas Oficinas de "O Germinal"/ Mariana

Periodicidade: quinzenal

O Universal (1841, 1842)

Redator, Proprietário e Diretor: José Pedro Dias de Carvalho
 Impresso na Officina Patrícia de Barboza, EC^a/ Ouro Preto.
 Subscreve-se no escritório da Tipografia, Praça, nº 15.
 Periodicidade: segundas, quartas e sextas-feiras

Diário de Minas (1873, 1875, 1876, 1878)

Redator chefe e Proprietário: J. F. de Paula Castro
 Impresso na Tipografia de Paula Castilho. Rua das Mercês, nº 04/ Ouro Preto.
 Periodicidade: diária, menos em feriados

A Actualidade (1878, 1879)

Órgão do Partido Liberal
 Proprietário: José Egidio da S. Campos
 Redactor: Carlos Affonso de Assis Figueiredo
 Periodicidade: 3 vezes por semana

A Província de Minas (1880, 1947)

Órgão do Partido Conservador
 Redator e proprietário: José Pedro Xavier da Veiga
 Tipografia e redação: Rua da barra nº 30/ Ouro Preto
 Periodicidade: todas as quintas-feiras e, extraordinariamente, em dias indeterminados

Liberal Mineiro (1886)

Órgão do Partido Liberal
 Redator chefe e Proprietário: Dr. Bernardo Pinto Monteiro
 Redatores diversos
 Diretor Político: Ovídio de Andrade
 Impresso na Tipografia do Liberal Mineiro
 Periodicidade: semanal

O Estado de Minas (1896)

Redatores e colaboradores diversos
 Gerente: Capitão Edeltrudo Pires
 Escritório da redação rua da Mercês, nº 1/ Ouro Preto
 Impresso na Tipografia do Estado de Minas. Rua da Mercês, nº 1/ Ouro Preto
 Periodicidade: diária

Tribuna de Ouro Preto (1947)

Sob os auspícios da Sociedade de Amigos de Ouro Preto
 Redator chefe: Moacyr do Amaral Lisboa

Periodicidade: semanal

O Constitucional (1846-1847)

Editor: Florentino Carlos Prudente

Impresso na Typographia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Sousa

Periodicidade: as segunda e quintas-feiras

O Constitucional (1866, 1868, 1878)

Redatores: Bacharel João Pedro Moretzsohn e Pedro Maria da Silva Brandão

Impresso na Typographia de Paula Castro

Periodicidade: as segunda e quintas-feiras

O Diabinho (1884, 1887, 1889)

Órgão Democrata e Crítico

Redatores Diversos

Impresso na Typografia do Diabinho

Periodicidade: quinzenal

A Camélia (1887)

Órgão Popular – Não se admite testas de ferro

Redator: Francisco Eduardo de Paulo Ribeiro

Proprietários: J. Vicente e H. Patricio

Periodicidade: semanal

A Derrocada (1894)

Redator e Proprietário: Tenente Galdino Augusto da Luz

Colaboradores diversos

Periodicidade: duas vezes por semana

Minas Geraes (1862)

Editor: João Francisco de Paula Castro

Periodicidade: três dias por semana

Impresso na Typographia do periódico Minas Geraes

O Cysne (1895)

Órgão Literário Mineiro

Colaboradores – poetas e escritores mineiros: Maria Clara da Cunha Santos, Presciliana Duarte, Aurea Pires, Augusto de Lima, Affonso Celso Junior, Benvenuto Lobo, José Candido da Costa Sena, Rodolpho Paixão, José Bernardes Cardoso Junior, Affonso Arinos, Afranio de Mello Franco, Rodrigo Bretas, Padre Correia de Almeida e I. de Oliveira Campos, Arthur Lobo, Silva Tavares, Bento Ernesto Junior, Aurelio Pires, Jonas Olyntho, Avelino Foscolo,

Trajano Pires, Carlos Sanzio, Francisco Amédée Peret, Oscar da Gama, Levindo Coelho, Eugenio Xavier, Mello Mattos, José d'Avó Gontijo, Bello Macedo, Octaviano de Almeida, Luiz Cassiano, Epaminondas França, Olympio de Araujo, Edelberto Lellis Ferreira, Arduino Bolivar, Alfredo Lobo e muitos outros.

Impresso na Typographia Americana – Juiz de Fora

Periodicidade: quinzenal

O Bom senso (1854, 1855)

Editor: Francisco de Assis Costa

Impresso na Typographia do Bom Senso

Periodicidade: duas vezes por semana

O Conciliador (1851)

Editor: Francisco de Assis Costa

Impresso na Typographia Social

Periodicidade: duas vezes por semana

A Caridade (1898)

Orgão do Grupo Spirita Antonio de Padua

Editor: Francsico de Oliveira Junior

Periodicidade: quinzenal

Correio Official de Minas (1858,1860)

Impresso na Typographia Provincial de Minas

Periodicidade: duas vezes por semana

O Itamontano (1848)

Periódico Político, Industrial e Literário de Minas Gerais

Editor: Florentino Carlos Prudente

Impresso na Typographia Social

Periodicidade: duas vezes por semana

O Publicador Mineiro (1845)

Impresso na Typographia do Publicador Mineiro

Impressor: Rufino Dias Pereira

Periodicidade: duas vezes por semana

O Povo (1849)

Periódico Político, Industrial e Literário de Minas Gerais

Editor: Florentino Carlos Prudente

Impresso na Typographia Social

Periodicidade: duas vezes por semana

Correio de Minas (1838)

Impresso na Typographia do Correio de Minas
 Periodicidade: duas vezes por semana

Jornais Portugueses*O Português* (1826)

Diário político, literário e comercial
 Redator chefe e Proprietário: João Bernardo da Rocha Loureiro
 Redação: rua Augusta, nº 2, Lisboa
 Na imprensa d' O Portuguez, com licença.
 Periodicidade: diária

O Nacional (1834, 1835, 1836)

Editor: A. C. Dias
 Redação: Loja da Direção, rua Aurea, nº 212./ Lisboa
 Impresso na Tipografia Lisbonense, Largo de São Roque, nº 12./ Lisboa
 Periodicidade: diária

O Patriota (1846)

Semanário Democrático
 Administrador: A. J. Alves Reis
 Editor: Manoel de Jesus Coelho
 Impresso na Tipografia de m. J. Coelho, rua do poço dos Negros, nº 54./ Lisboa
 Periodicidade: semanal

Diário de Notícias (1876, 1886)

A maior tiragem e expansão de todos os jornais portugueses
 Redator; Edurado Coelho
 Editor: Ariosto Saturnino
 Diretor: Eduardo Schwalbach
 Administrador: A. Simão
 Fundadores: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal
 Proprietário: T. Antunes
 Impresso na Tipografia Universal, rua dos Calafates, 110./ Lisboa
 Periodicidade: diária

A Imprensa (1886)

Editor: Brito Nogueira
 Diretor literário: Affonso vargas
 Impresso na Imprensa Nacional/ Lisboa
 Periodicidade: quinzenal

O Século (1896)

Redator Principal: Magalhães Lima

Administrador: J. J. da Silva Graça

Gerente: Anselmo Xavier

Fundadores: Sebastião de Magalhães Lima, Anselmo Xavier, Antônio Pinto Leão de Oliveira, José de Almeida Pinto

Proprietário: José Capelo Trigueiros de Martel

Redação e Administração: Rua Formosa, 43 Lisboa

Impresso em Sociedade nacional de Tipografia

Periodicidade: diária

Diário de Notícias (1926)

A maior tiragem e expansão de todos os jornais portugueses

Redator Principal: Amador de Freitas

Chefe de redação: José Sarmento

Editor: Ariosto Saturnino

Diretor: Eduardo Schwalbach

Subdiretor: José Rangel de Lima

Fundadores: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

Propriedade e Tipografia da Empresa Diário de Notícias. Rua Diário de Notícias, 78./ Lisboa

Periodicidade: diária

A Capital (1926)

Diário Republicano da noite

Diretor e proprietário: Manuel Guimarães

Redação: rua do Norte, nº 5/ Lisboa

Impresso na Rua da Bica, 71./ Lisboa

Periodicidade: diária

Diário de Notícias (1936, 1946)

A maior tiragem e expansão de todos os jornais portugueses

Editor: Ariosto Saturnino

Diretor: Eduardo Schwalbach

Fundadores: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

Propriedade da Empresa nacional de Publicidade. Av. da Liberdade, 268./ Lisboa

Periodicidade: diária

Anexo 5

Jornais publicados em Ouro Preto, segundo data da primeira edição ao período de circulação, em recortes de cinco anos durante o século XIX.

Período	Jornal	Data
1820-1825 (8)	Abelha do Itacolomy Astro de Minas Diário do Conselho do Governo O Companheiro do Conselho O Compilador Mineiro O Patriota Mineiro O Universal	(01/10/1824 a 11/07/1825) (1827) (1825) (1825) (13/10/1823 a 25/09/1824) (1825) (18/07/1825 a 30/05/1842)
1826-1830 (6)	Mentor dos Brasileiros O Novo Argos O Precursor das Eleições O Telegrafo O Universal Semanario Mercantil	(1830) (10/11/1829 a 1834) (1828) (1828 a 1839) (18/07/1825 a 30/05/1842) (1830)
1831-1835 (9)	Gazeta de Minas Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública O Constitucional O Grito do Povo O Novo Argos O Mineiro O Permanente O Tareco Militar O Universal	(1831) (1832 a 1833) (1832 a 1833) (02/03/1833) (1829 a 1834) (1833) (1833) (1833) (18/07/1825 a 30/05/1842)
1836-1840 (6)	Correio de Minas Guarda Nacional Mineiro O Monarchista Leal O Povo O Unitário O Universal	(05/01/1838 a 1844) (1837 a 1840) (1840) (1840) (1838 a 1840) (18/07/1825 a 30/05/1842)
1841-1845 (12)	Boletim Oficial Correio de Minas Expediente do Governo Provincial O Atheneo Popular O Compilador O Compilador da Assembléia Provincial de MG O Itacolomy O Legista O Publicador Mineiro O Recreador Mineiro O Universal	(1845) (05/01/1838 a 1844) (1845) (04/11/1843 a 18/11/1843) (02/05/1843 a 16/06/1845) (17/02/1844) (1843 a 1845) (11/06/1842) (1844 a 1846) (1845 a 1848) (18/07/1825 a 30/05/1842)
1846-1850 (17)	A Voz do Povo Oprimido Diario da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais Echo de Minas O Apostolo O Compilador O Conciliador O Constitucional O Correspondente O Echo de Minas O Itamontano O Noticiador Mineiro	(1849) (1850) (1847) (1850 a 1852) (10/02/1846 a 09/05/1846) (1849 a 19/12/1851) (1846) (1847) (1847) (1847) (08/04/1848 a 1849)

	O Noticiador O Povo O Publicador Mineiro O Publicador Mineiro O Recreador Mineiro Voz do Povo Opprimido	(1848) (1848) (1849) (1844 a 1846) (31/01/1846) (1845 a 1848) (1849)
1851-1855 (8)	A Academia Mineira A Regeneração O Apóstolo O Bom Senso O Caboclo O Conciliador Omnibus O Tilbury	(1853) (1853) (1850 a 1852) (1852 a 29/12/1856) (1853) (1849 a 19/12/1851) (1852) (1852)
1856-1860 (5)	Correio Oficial de Minas O Bem Publico O Bom Senso O Fiscal O Unitário	(08/01/1857 a 09/07/1860) (23/07/1860 a 1861) (1852 a 29/12/1856) (02/12/1859) (1858)
1861-1865 (4)	Minas Geraes O Bem Publico O Compilador O Progressista de Minas	(1861 a 1863) (23/07/1860 a 1861) (1863) (21/11/1863 a 1864)
1866-1870 (6)	Dezesseis de Julho Diário de Minas O Conservador de Minas O Constitucional O Liberal de Minas O Noticiador de Minas	(1870) (01/01/1866 a 1868) (1870) (18/08/1866 a 07/08/1878) (02/04/1868 a 21/04/1870) (18/08/1868 a 25/01/1873)
1871-1875 (6)	Diário de Minas Echo de Minas O Echo da nação O Horizonte O Noticiador de Minas Quinzena Jurídica	(01/01/1866 a 25/11/1892) (1872 a 1873) (1873) (1875) (18/08/1868 a 25/01/1873) (1874)
1876-1880 (13)	A Actualidade A Juventude A Nação A Província de Minas Diário de Minas Echo do Progresso Mosaico Ouro Pretano O Constitucional O Contribuinte O Patusco O Puritano O Tiradentes Recreador Mineiro	(16/03/1878 a 1882) (1879) (24/04/1880) (01/01/1879 a 13/11/1889) (01/01/1866 a 25/11/1892) (1877) (1876 a 1880) (18/08/1866a 07/08/1878) (15/02/1879 a 1880) (1879) (1877) (1879) (1878)
1881-1885 (15)	A Actualidade A Província de Minas A Vela do Jangadeiro Beija-Flor Gazeta de Ouro Preto O Contemporâneo O Diabinho O Estudante O Liberal Mineiro O Ortiga O Trabalho	(16/03/1878 a 1882) (01/01/1879 a 13/11/1889) (03/04/1884) (1884) (1885) (1883) (1881) (1882 a 15/01/1889) (1882 a 1889) (1883) (1884)

	Ordem e Progresso Resenha Jurídica Sul América Vinte de Agosto	(1884) (18/05/1884) (14/09/1885 a 03/09/1886) (1885)
1886-1890 (35)	A Camélia A Ordem A Província de Minas A União Chrysalida Correio da Noite Echo Mineiro Ensaio Gazeta de Ouro Preto Ideia Moderna Minas Altiua Nova Aurora Nossa Folha O Agricultor O Bilontra O Diabinho O Estado de Minas Geraes (O Estado de Minas) O Itacolomy O Jasmim O Jornal de Minas O Liberal Mineiro O Movimento O Normalista O Panorama O Prisma O Progresso O Rebate O Repórter O Vinte e Três de Julho Revista do Ensino Revista Escolar Treze de Maio União Escholastica União Postal Vinte de Agosto	(1887 a 1888) (27/11/1889 a 26/12/1892) (01/01/1879 a 13/11/1889) (17/09/1886 a 16/11/1889) (25/01/1887 a 1889) (1890) (1890) (1890) (25/01/1888 a 31/08/1890) (1888) (1886) (1888) (08/07/1888) (1890) (1888) (1888) (20/11/1889 a 18/11/1897) (10/10/1890 a 20/02/1899) (26/07/1890) (27/11/1889 a 18/07/1891) (1882 a 15/01/1889) (23/01/1889 a 05/05/1892) (1988) (1889) (1890) (1890) (06/01/1889 a 1890) (20/07/1890) (1889) (1886) (1889) (13/06/1888) (13/04/1888) (1887) (14/09/1885a 03/09/1886)
1891-1895 (41)	Academia A Derrocada A Ephoca A Justiça A Ordem A Palavra A Tribuna A Voz do Povo Centro Typographico Correio de Minas Descteridade Diário da Tarde Diário de Minas Folha Nova Imprensa Acadêmica Imprensa Brasileira Jornal da Tarde Jornal da Sciencia e Pharmacia O Jornal de Minas Jornal Mineiro	(13/03/1897) (29/11/1842 a 24/08/1894) (14/01/1891a 23/04/1891) (1896) (27/11/1889 a 31/12/1892) (25/07/1894) (01/12/1892) (1894) (15/06/1893) (1894) (1893) (1893 a 1894) (1892) (1894) (1893) (07/04/1893) (1893 a 1894) (1893) (27/11/1889 a 18/07/1891)

	Minas Geraes O Arauto O Aspirante O Atheneu O Cysne O Corisco O Estado de Minas O Itacolomy O Itamonte O Jornal de Minas O Mineiro O Movimento O Ouro-Pretano Opinião Mineira O Porvir O Socialista O Sport O Trabalho Opinião Mineira Treze de Maio Turf Mineiro	(05/08/1897) (21/04/1892) (13/05/1894) (05/05/1894) (15/12/1893) (25/10/1894 a 27/05/1895) (1894) (10/10/1890 a 20/02/1899) (20/11/1889 a 18/11/1897) (1893) (02/01/1890 a 18/07/1891) (1892) (23/01/1889 a 05/05/1892) (15/11/1893) (03/01/1894) (1892) (17/07/1894) (06/01/1893) (15/07/1893) (1893 a 1894) (1894) (1893)
1896-1900 (19)	A Academia A Caridade A Justiça A Quinzena A Semecracia Forum Jornal Mineiro O Cometa O Dilúculo O Discípulo O Estado de Minas Geraes O Estudante O Filho de Minas O Gavroche O Itacolomy O Javary O Pão O Periquito Ouro Preto	(13/05/1897 a 16/10/1897) (01/04/1898 a 19/05/1898) (1896) (01/10/1900) (26/12/1896) (1896) (05/08/1897 a 27/02/1898) (24/02/1898) (13/06/1896 a 26/09/1897) (13/06/1896 a 15/02/1897) (20/11/1889 a 18/11/1897) (02/10/1899) (01/01/1900) (01/01/1900) (10/10/1890 a 20/02/1899) (1896 a 21/04/1897) (08/12/1900) (08/11/1900) (1900)